

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O Papel e Impactos das Políticas Públicas sobre a Competitividade do Destino Turístico Cabo Verde

Júlio António Lopes dos Reis

Doutoramento em Gestão

Orientador:

Doutor Álvaro Augusto da Rosa, Professor Associado com Agregação, ISCTE -
Instituto Universitário de Lisboa

Janeiro, 2021

Departamento de Marketing, Operações e Gestão Global

O Papel e Impactos das Políticas Públicas sobre a Competitividade do Destino Turístico Cabo Verde

Júlio António Lopes dos Reis

Doutoramento em Gestão Global, Estratégia e Desenvolvimento Empresarial

Júri:

Doutor José Pedro Dionísio, Professor Catedrático, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (Presidente)

Doutora Carmen Marisela Fernandes de Freitas, Professora Auxiliar, Universidade da Madeira

Doutora Maria Margarida Serra Marques Martins de Moura Saraiva, Professora Auxiliar, Universidade de Évora

Doutora Ana Margarida Mendes Camelo Oliveira Brochado, Professora Auxiliar com Agregação, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Janeiro, 2021

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero endereçar especiais agradecimentos ao Professor Doutor Álvaro da Rosa pelo grande apoio e atenção enquanto orientador da tese e ao Professor Doutor Nelson António, Diretor do curso de doutoramento. Agradecimentos esses extensivos aos meus professores e ao ISCTE.

Seria impensável não referir o nome do Mestre João Cardoso, quem me incentivou, pressionou e me acarinhou nessa grande caminhada que ora chega ao fim. Também com toda a justiça, tenho de assinalar o apoio recebido do Doutor José Semedo, da Dra. Deolinda Reis, do artista Eugénio Rosa e do Altino Ferreira.

RESUMO

A presente tese focaliza na análise dos principais factores resultantes das políticas públicas com impacto na competitividade do destino turístico que, nos PEID ocupam um lugar de relevo, tendo em conta as vulnerabilidades das ilhas e as exigências da sustentabilidade.

Para além da revisão bibliográfica relativa aos conceitos chaves de *destino turístico enquanto sistema* (procura, oferta e impactos), *políticas públicas*, *competitividade e sustentabilidade dos destinos turísticos*, a investigação inclui um conjunto de três pesquisas qualitativas e quantitativa.

O destino turístico *Cabo Verde*, - que se encontra no '*estágio de desenvolvimento*' em virtude dos atractivos naturais como clima tropical, sol e mar - corre riscos de '*estagnação*', caso os poderes públicos não acompanhem a evolução das actividades turísticas com as mais adequadas políticas públicas em termos de planificação e gestão do destino, investimentos em factores chaves como infraestruturas, saúde, segurança e garantia de sustentabilidade ambiental/social. A diversificação dos impactos do turismo, que se têm limitado apenas aos multiplicadores fiscais (impostos para o Estado) e geração de empregos semiqualficados, é condição para potenciar a participação do sector privado nacional na cadeia de valor do turismo e mais benefícios económicos e sociais para as comunidades em todas as ilhas.

Apesar das limitações, do estudo pode emergir um conjunto de contribuições teóricas e práticas que poderá ser utilizado pelo setor público em ordem à melhoria da competitividade do destino Cabo Verde.

Palavras chaves: Destino turístico como sistema, políticas públicas do turismo, competitividade no turismo e Cabo Verde.

ABSTRACT

This thesis focuses on the analysis of the main factors resulting from public policies with an impact on the competitiveness of the tourist destination that, in the SIDS, occupy a relevant place, taking into account the vulnerabilities of the islands and the requirements of sustainability.

In addition to the bibliographic review on the key concepts of *tourist destination as a system* (demand, supply and impacts), *public policies, competitiveness and sustainability of tourist destinations*, the research includes a set of three qualitative and quantitative researches.

The tourist destination *Cape Verde*, which is at the '*stage of development*' due to natural attractions such as tropical climate, sun and sea - is at risk of '*stagnation*', if the public authorities do not follow the evolution of tourist activities with the most adequate public policies in terms of destination planning and management, investments in key factors such as infrastructure, health, safety and guarantee of environmental/social sustainability. The diversification of the impacts of tourism, which have been limited only to fiscal multipliers (taxes for the State) and generation of semi-qualified jobs, is a condition to enhance the participation of the national private sector in the tourism value chain and more economic and social benefits for communities on all islands.

Despite the limitations, a set of theoretical and practical contributions may emerge from the study that can be used by the public sector in order to improve the competitiveness of the destination Cape Verde.

Keywords: Tourist destination as a system, public tourism policies, competitiveness in tourism and Cape Verde

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO.....	II
ABSTRACT	III
CAPÍTULO 0 INTRODUÇÃO.....	1
0.1.Tema e sua relevância	1
0.2.Objectivos e questões de investigação	4
0.3.Estrutura da tese	7
PARTE 1 – REVISÃO DE LITERATURA – O DESTINO TURÍSTICO COMO SISTEMA E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A SUSTENTABILIDADE E COMPETITIVIDADE DO DESTINO TURÍSTICO.....	11
CAPÍTULO 1 O DESTINO TURÍSTICO COMO SISTEMA: OFERTA, PROCURA E IMPACTOS	11
1.1.Introdução	11
1.2.Definição e elementos integrantes do destino turístico.....	14
1.3.Evolução do destino – ciclo de vida do destino turístico (TAC) de Butler.....	16
1.4.Caracterização do destino turístico	20
1.4.1.Oferta turística.....	24
1.4.2.Procura turística.....	26
1.4.3.Sistema de informações turísticas e as contas satélites do turismo.....	28
1.4.4.Impactos económicos nos destinos turísticos.....	29
1.4.5. Medição dos impactos económicos: o efeito multiplicador.....	35
CAPÍTULO 2 - SUSTENTABILIDADE COMO ELEMENTO CENTRAL NA COMPETITIVIDADE DOS DESTINOS TURÍSTICOS DOS PEID.....	39
2.1. Introdução.....	39
2.2. O papel da sustentabilidade do destino turístico nos PEID.....	40
2.3. A evolução do conceito de sustentabilidade e seu impacto nos PEID.....	41
2.4. Teoria e prática da sustentabilidade do destino turístico.....	48
2.5. Impactos ambientais e socioculturais nas regiões insulares.....	51

2.6. Capacidade de carga como elemento de competitividade	52
CAPÍTULO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO.....	55
3.1. Introdução.....	55
3.2 conceito de políticas públicas do turismo	56
3.3. Razões para a intervenção do sector público no turismo	57
3.4. Funções e áreas de intervenção do sector público.....	58
3.5. Concepção, implementação e controle da agenda das políticas públicas do turismo	60
3.6. Planeamento do turismo	61
3.7. Conclusão do capítulo e a especificidade dos PEID	65
CAPÍTULO 4. - COMPETITIVIDADE DO TURISMO	69
4.1. Introdução.....	69
4.2. Competitividade na perspetiva económica e de gestão	70
4.2.1. Da vantagem comparativa para a vantagem competitiva.....	72
4.2.2 . Vantagem comparativa.....	72
4.2.3. Vantagem competitiva – o modelo de diamante de porter.....	75
4.3. A competitividade dos destinos turísticos.....	78
4.4. A síntese entre as vantagens comparativas e competitivas aplicadas aos destinos turísticos	80
4.5. Medição da competitividade dos destinos turísticos	83
4.5.1. Síntese dos modelos de medição de competitividade do turismo	84
4.5.1.1. Modelo de Dwyer & Kim (2003).....	85
4.5.1.2. Modelo de Enright & Newton (2004)	86
4.5.1.3. Modelo de Gooroochurn & Sugiyarto (2005).....	87
4.5.1.4. Modelo de Mazanec, Wöber & Zins (2007)	87
4.5.1.5. Modelo de vvelbar et al (2016)	88
4.5.1.6. Modelo de Heath (2003)	89
4.5.2. Travel and tourism competitiveness index (TTCI)	90
4.5.3. Modelo de medição de competitividade de Ritchie & Crough	91
PARTE II – DESTINO TURÍSTICO CABO VERDE	96

CAPÍTULO 5. CABO VERDE – UM PEQUENO ESTADO INSULAR Á PROCURA DO MELHOR MODELO DE DESENVOLVIMENTO BASEADO NO TURISMO.....	96
5.1. Sinopse de Cabo Verde	97
5.2. Síntese das fases da economia Cabo-Verdiana e o lugar do Turismo	101
5.2.1.O período da planificação central (1975 – 1991).....	101
5.2.2. A fase da democracia e da economia de mercado iniciada em 1991	104
5.2.3. A agenda de transformação (2000-2016).....	107
5.2.4. Avaliação da agenda de transformação (2000-2016).....	109
5.3. Economia cabo-verdiana numa encruzilhada: à procura do melhor modelo de desenvolvimento.....	110
CAPÍTULO 6. O TURISMO EM CABO VERDE – A EVOLUÇÃO DA OFERTA E PROCURA	115
6.1. Os principais marcos da evolução do destino turístico Cabo Verde.....	115
6.2. Oferta turística.....	116
6.3. Os atractivos, as potencialidades e os produtos turísticos das diversas ilhas de Cabo Verde.....	117
6.4. Procura turística.....	123
6.4.1. Os fluxos internacionais de turistas.....	126
PARTE III - PESQUISAS EMPÍRICAS	131
CAPÍTULO 7. METODOLOGIA DAS PESQUISAS EMPÍRICAS	130
7.1.Paradigmas e metodologias das pesquisas em gestão e turismo	130
7.2 Perspetiva do pragmatismo e métodos mistos.....	134
7.3 Opção pelo método misto.....	138
7.4. Resenha de pesquisas junto dos <i>stakeholders</i> para se avaliar a competitividade do turismo	140
7.5. Pesquisas empíricas	143
7.5.1. Pesquisa I - Análise documental	143
7.5.1.1. Objetivos e questões da pesquisa documental	144
7.5.1.2. Técnicas para a recolha e análise das informações	144
7.5.2. Pesquisa II - Inquérito aos empreendimentos turísticos	147

7.5.2. 1. Objectivos e questões do inquérito	149
7.5.2. 2. Técnicas para a recolha, tratamento e análise dos dados.....	150
7.5.2. 3. Universo e amostra e caracterização dos empreendimentos	151
7.5.3. Pesquisa III – Entrevista ao painel de especialistas	154
7.5.3. 1. Objectivos e questões da pesquisa.....	155
7.5.3.2. Amostra, técnicas para a recolha de dados (entrevistas)	156
7.6. Tratamento e análise dos dados.....	158

CAPÍTULO 8 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADO DA PESQUISA DOCUMENTAL SOBRE DESCRIÇÃO E IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

.....	159
8.1. Planeamento, gestão do destino, quadro regulatório e institucional.....	161
8.2. Marketing do destino.....	166
8.3. Infraestruturas, educação e formação.....	168
8.4. Segurança e saúde (<i>safety & security</i>)	170
8.5. Sustentabilidade ambiental e social.....	173
8.6 Impactos económicos positivos do turismo.....	176
8.7 Externalidades negativas sobre a comunidade: As vazões e o Reduzido impacto dos multiplicadores na economia local.....	179
8.8. Competitividade de Cabo Verde no contexto dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID).....	180

CAPÍTULO 9 - RESULTADO SOBRE AS PERCEPÇÕES E AVALIAÇÕES DO SETOR PRIVADO

.....	184
9.1 Avaliação geral da competitividade e das expectativas	184
9.2. Avaliação geral do impacto das políticas públicas sobre a competitividade do turismo.....	186
9.3. Itens sobre o quadro institucional & regulatório, planeamento e gestão do destino	186
.....	186
9.4. Itens sobre a relação entre os sector público e o sector privado	189
9.5. Itens sobre marketing	189
9.6. Itens sobre factores e recursos de suporte	190
9.6.1. Itens sobre infraestruturas	191
9.6.2. Itens sobre recursos facilitadores	192

9.7. Itens sobre sustentabilidade ambiental e social.....	193
9.8. Itens sobre segurança e saúde (safety & security).....	194
9.9. Comparação com destinos similares e concorrentes	195
9.10. Satisfação dos turistas	195
CAPÍTULO 10 – RESULTADO DA SÍNTESE DAS OPINIÕES E PERCEPÇÕES DO PAINEL DE ESPECIALISTAS.....	197
10.1. Análise do quadro regulatório & institucional, planeamento, gestão e monitora- mento do destino	199
10.2. Análise da relação entre os poderes públicos e o sector privado... ..	201
10.3. Análise do marketing e promoção do destino.....	202
10.4. Análise das Infraestruturas aeroportuárias, estradas, telecomunicações, água, ele- tricidade, e educação/formação.....	203
10.5. Análise da segurança e saúde (safety and security) do destino.....	206
10.6. Análise da sustentabilidade ambiental e social, e as externalidades negativas so- bre as comunidades.....	203
10.7. Análise do nível de satisfação dos turistas.....	204
CAPÍTULO 11 – DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO	205
11.1 Introdução.....	205
11.2. Discussão de resultados.....	207
11.3. Descobertas da investigação.....	219
CAPÍTULO 12 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	225
12.1. Conclusões	225
12.2. Limitações do estudo.....	229
12.3. Recomendações para políticas públicas	230
FONTES	237
ANEXOS	255
Anexo A - Questionário relativo ao Inquérito aos empreendimentos turísticos	255
Anexo B - Questionário relativo ao painel de especialistas	261

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 0.1- Desenho de Investigação.....	8
Quadro 1.1. - Síntese dos stakeholders de um destino turístico.....	16
Quadro 1.2.- Síntese dos factores que influenciam o turismo.....	25
Quadro 1.3.- Dez S's na base das viagens e turismo	26
Quadro 1.4. - Elementos do sistema de informação turística.....	28
Quadro 1.5. - Níveis dos impactos do turismo	31
Quadro 1.6. - Quadro dos diferentes tipos de multiplicadores.....	36
Quadro 2.1. - Síntese das investigações realizadas sobre o turismo em ilhas.....	40
Quadro 2.2. Eventos relevantes sobre a sustentabilidade do turismo	43
Quadro 2.3. Objectivos de sustentabilidade do turismo nas ilhas.....	47
Quadro 2.4. - Síntese dos possíveis impactos do ambientais e socioculturais do turismo..	51
Quadro 2.5. Tipos de capacidade de carga.....	53
Quadro 3.1 - Modelo consensual do planeamento estratégico para destinos turísticos	63
Quadro 4.1 - Quadro de definições de competitividade de Croes (2011).....	71
Quadro 4.2- Síntese das teorias das vantagens comparativas	73
Quadro 4.3.- peso das diferentes vantagens comparativas e competitivas sobre a competitividade no turismo	81
Quadro 4.4. - Pilares e sub índices de competitividade do turismo	91
Quadro 5.1. - População e PIB por ilhas	99
Quadro 5.2.- Síntese da evolução dos principais indicadores socioeconómicos de Cabo Verde	100
Quadro 5.3 - Síntese das orientações estratégicas do I Plano Nacional de Desenvolvimento	103
Quadro 5.4- Objectivos das privatizações.....	105
Quadro 5.5- As componentes da agenda de transformação	107
Quadro 5.6 - As componentes do cluster do mar	108
Quadro 5.7- Factores que afectam o clima de investimentos em Cabo Verde.....	110
Quadro 5.8.- Quadro de alternativas extrovertidas	112
Quadro 5.9. Eixos estratégicos da economia sustentável de Cabo Verde.....	113
Quadro 6.1 - Evolução dos meios de alojamento.....	116
Quadro 6.2 - Constrangimento da oferta turística	117
Quadro 6.3 - Produtos turísticos de Cabo Verde.....	122
Quadro 6.4 - Evolução do número de visitantes e de dormidas.....	123
Quadro 6.5- Distribuição da procura turística por ilhas	124
Quadro 6.6- Principais mercados emissores de turistas	124
Quadro 6.7 - Quadro de chegadas e receitas	129
Quadro 7.1 Construção social da realidade.....	132
Quadro 7.2- Atributos das metodologias.....	134
Quadro 7.3- Caracterização do método misto	137
Quadro 7.4.- Síntese de alguns estudos sobre a avaliação dos stakeholders sobre o turismo	140
Quadro 7.5.- Lista dos principais documentos e estudos sobre o turismo em Cabo Verde	144
Quadro 7.6 - Distribuição dos empreendimentos tendo em conta o número de trabalhadores	153
Quadro 7.7. - Temas para a entrevista.....	155
Quadro 7.8. - Caracterização da amostra do painel de especialistas.....	156

Quadro 8.1. - Síntese das principais leis com impacto sobre o turismo.....	159
Quadro 8.2. - Estrutura institucional do turismo.....	161
Quadro 8.3. - Dimensões da competitividade do turismo segundo o Plano Estratégico.....	162
Quadro 8.4. - Principais constrangimentos institucionais.....	162
Quadro 8.5. - Principais marcos relativos á infraestruturas.....	167
Quadro 8.6. - Constrangimentos relativos às infraestruturas.....	168
Quadro 8.7. - Estatística da evolução dos indicadores da criminalidade.....	169
Quadro 8.8.- Constrangimentos relativos à sustentabilidade social.....	173
Quadro 8.9. - Evolução do emprego no turismo.....	175
Quadro 8.10. - Evolução da contribuição económica do turismo.....	175
Quadro 8.11. - Distribuição dos gastos de um pacote turístico médio por turista.....	176
Quadro 8.12. - Receitas diretas do turismo para o Estado.....	176
Quadro 9.13.- Posição competitiva de Cabo Verde em comparação com alguns pequenos estados insulares.....	181
Quadro 9.14.- Pontuação de Cabo Verde no quadro dos PEID.....	182
Quadro 9.1. - Avaliação Geral do Turismo.....	186
Quadro 9.2.- Quadro institucional & regulatório, planeamento e monitorização.....	187
Quadro 9.3.- Itens sobre tratamento de informação.....	188
Quadro 9.4. - Instituição do turismo.....	188
Quadro 9.5. - Impostos e incentivos.....	188
Quadro 9.6.- relação do sector público com o sector privado.....	189
Quadro 9.7.- Marketing do turismo.....	190
Quadro 9.8. - Avaliação dos itens relativos às infraestruturas.....	192
Quadro 9.9. -Avaliação dos recursos facilitadores.....	192
Quadro 9.10 - itens sobre sustentabilidade.....	194
Quadro 9.11.- itens sobre security & safety.....	194
Quadro 9.12. - Benchmarking com destinos similares.....	195
Quadro 9.13. - <i>satisfação dos turistas</i>	195

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1.- Modelo do Ciclo de Vida do Destino Turístico (TALC).....	18
Figura 1.2- Modelo de Leiper	21
Figura 1.3 - Elementos do sistema do turismo.....	22
Figura 4.1 - Modelo de Porter.....	76
Figura 4.2. - Passos para o sucesso do destino turístico.....	81
Figura 4.3. - Modelo de Dwyer & Kim.....	86
Figura 4.4. - Modelo de Gooroochurn & Sugiyarto.....	87
Figura 4.5. - Modelo de Mazanec et al.....	88
Figura 4.6. - Modelo de Cvelbar et al (2016).....	89
Figura 4.7. . Modelo de Ritchie & Crough (2003).....	93
Figura 6.1- Evolução e perspectivas da procura turística.....	127
Figura 6.2 Top 10 do turismo Outbound (milhões de USD).....	128
Figura 7.1 - Distribuição dos empreendimentos por ilhas.....	152
Figura 7.2- Distribuição dos empreendimentos tendo em conta a origem dos investidores.....	152
Figura 7.3 - Distribuição dos empreendimentos tendo em conta a dimensão.....	153
Figura 7.4- Distribuição dos tipos de empreendimentos.....	153
Figura 7.5- Distribuição dos empreendimentos tendo em conta a personalidade jurídica	154

EQUAÇÃO

4.1. Fórmula do Multiplicador de Keynes	35
---	----

ABREVIATURAS UTILIZADAS

BAD	Banco Africano de desenvolvimento
BCA	Banco cabo-verdiano do Atlântico
BCV	Banco de Cabo Verde
CBD	Convenção das Nações Unidas sobre a Biodiversidade
CCC	Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
CCD	Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CTTI	Travel & tourism competitiveness index
EDP	Energia de Portugal
Electra	Empresa de energia e água de Cabo Verde
ENAPOR	Empresa Nacional dos Portos
GPR S	Gestão Participativa de Responsabilidade Social
IDE	investimento direto estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatística
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organizações não governamentais
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PEDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
PEID	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
PIB	Produto interno bruto
PSM	Public sector Management
TACV	Transportes Aéreos de Cabo Verde
TALC	Tourism Area Life Cycle
TEFI	Tourism, Education, Futures Initiatives
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UNWTO	United Nation World Tourism Organization
WTO	World Tourism Organization
USD	United States Dollars

ZDTI	Zonas de Desenvolvimento do turismo Integrado
ZTE	Zonas Turísticas Especiais
TTCI	Tourism and Transport Competitiveness Index
T&T	Turismo e Transporte

0. INTRODUÇÃO

0.1. Tema e sua relevância

Uma observação prévia para referir que a presente tese de doutoramento ocorre num contexto dramático em virtude da pandemia do Covid 19, que atingiu praticamente todos os países. Como consequência da pandemia, o mundo entrou em recessão económica, sendo o sector de viagens e turismo o mais afectado em virtude dos confinamentos e restrições de viagens e de deslocação de pessoas. Importa observar que as investigações da presente tese terminaram antes do eclodir da pandemia.

O tema desta tese doutoral - *O papel e impactos das políticas públicas sobre a competitividade do destino turístico Cabo Verde* - visa analisar as políticas públicas, seu papel e impacto sobre a competitividade do destino turístico.

Cabo Verde - como ocorre com os Pequenos Estados Insulares - encontra no turismo uma das principais alternativas para potenciar o seu desenvolvimento económico e social em virtude de um conjunto de atrativos naturais, como o clima, extensas praias, paisagens exóticas, entre outros. Wilkinson (1989), nos anos 80, já destacava que o turismo era o caminho inevitável para as ilhas que procuram formas alternativas de desenvolvimento económico e de exportação para obtenção de divisas.

O turismo constitui, sem dúvida, um dos mais importantes setores de atividade económica contribuindo para a geração de riqueza e melhoria do nível de vida e de bem-estar das populações através da promoção dos investimentos, estímulo ao desenvolvimento de infraestruturas, criação de empregos e geração de receitas. Por isso é que esses pequenos países também reconhecem a importância e as vantagens do turismo e estão a apostar fortemente no desenvolvimento desse segmento de atividades por forma a tirar vantagens económicas.

Ao mesmo tempo, se está a dar muita importância à avaliação dos efeitos do turismo no sentido de minimizar os impactos negativos e potenciar os positivos através de um planeamento eficiente (Goeldner, Brent, & McIntosh, 2002).

O turismo desempenha um papel importante no desenvolvimento económico e social no quadro de uma competição entre os países, regiões e cidades cada vez mais intensa (Barbosa, Oliveira & Rezende, 2010, Goffi & Cucculelli, 2019).

Uma vez que o turismo se apresenta como um importante instrumento para o desenvolvimento económico tanto para os países desenvolvimento como em desenvolvimento (Cárdenas, Pablo, Fernández & Ignacio , 2019), a avaliação da competitividade é de grande utilidade para o planeamento e priorização de políticas públicas (Barbosa et al., 2010).

Para Silva (2011), a Conta Satélite do Turismo veio demonstrar o papel do sector na economia porquanto o turismo bem planeado pode ter impacto positivo sobre a economia, o território, o meio ambiente e o social e, por outro lado, potenciar uma cadeia de riquezas com repercussões nas economias locais, regionais e nacionais.

Por isso, ocorreu uma mudança da posição de vários pequenos países em relação ao turismo. Por exemplo, a aposta do setor público dos países da região da África Subsaariana - onde se situa Cabo Verde - em relação ao turismo é muito recente. Vanhove (2005) fez notar que, na I conferência de Lomé para os países ACP (África Caraíbas e Pacífico) em 1975, foi decidido que o turismo não era um setor de atividade que devesse merecer atenção tendo em conta os seus efeitos negativos. 15 anos mais tarde, a IV Conferência dos ACP mudaria radicalmente de posição, passando a eleger o turismo como um importante veículo de desenvolvimento.

As ilhas estão a investir no sentido de aumentar a procura turística para potenciar um conjunto de benefícios para as populações. O turismo gera uma grande quantidade de empregos que não exigem elevadas qualificações, o que pode contribuir para reduzir as elevadas taxas de desemprego que afectam essas regiões. Aliás, a generalidade dos países, sejam desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, que possuem recursos turísticos, estão a investir por forma a tirar benefício desta que é a maior indústria mundial.

Apesar do turismo ser uma alavanca ao desenvolvimento económico das ilhas, regista-se uma saída elevada de receitas através das vazões em virtude da fraca capacidade da economia em potenciar os efeitos multiplicadores. Por outro lado, segundo Briguglio & Vella (2019), as

ilhas exibem um elevado grau de vulnerabilidades e exposição a choques externos, pelo que devem investir na resiliência económica e numa boa governança económica social e política.

O turismo nas ilhas desenvolve-se, geralmente, nas zonas costeiras, sendo o produto comercializado o de sol e praia, realizado de uma forma massiva. As implicações deste tipo de turismo prendem-se com o rápido aumento da população em determinadas épocas do ano, com a excessiva ocupação das zonas costeiras, a destruição de habitats (para urbanizações e construção de hotéis) bem como a distorção económica (algumas atividades podem deixar de ser desenvolvidas).

O turismo de massa, às vezes, pode ser incompatível com a sustentabilidade porque exige grande consumo e pressão sobre recursos escassos podendo ainda ser danoso para o equilíbrio ambiental e social das ilhas. De um modo geral, o turismo pode competir com outros setores pelo espaço e pelos recursos e pode degradar significativamente o ambiente natural e sociocultural. Verifica-se que alguns Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) apresentam um elevado grau de degradação ambiental, devido ao desenvolvimento excessivo do turismo assim como problemas sociais nas comunidades (Mckercher, 1993).

Os atrativos naturais, por si só, não constituem condição suficiente para o incremento da competitividade turística de forma sustentável. São necessários outros elementos como, por exemplo, a realização de investimentos privados na indústria do turismo e a intervenção do Estado, através da adoção de políticas públicas eficazes, integradas e planeadas (Hall 2008).

Por isso, o enfoque desta tese cinge-se, pois, aos principais itens das políticas públicas relativos aos fatores de competitividade extraídos do modelo conceptual adotado. Assim, pretende-se a realização de um estudo num pequeno arquipélago pobre que, foi, recentemente, descoberto para o turismo, e que apresenta potencial para se transformar num destino turístico de referência internacional. O turismo é, pois, um domínio novo em Cabo Verde bem como as investigações académicas. Aliás, existem escassos estudos sobre a competitividade dos destinos insulares pobres. Daí a importância teórica e prática do presente estudo.

Tendo ficado claras a importância e relevância bem como o propósito, eis que se apresentam os principais objectivos e questões da investigação.

0.2.Objectivos e questões de investigação

O objectivo geral desta tese visa a descrição e análise do processo da transformação de um espaço insular com potencial em termos de atrativos naturais num destino turístico na fase de desenvolvimento. A realização dessa análise faz-se tendo em conta os principais aspetos das políticas públicas concebidas e implementadas em Cabo Verde, a partir de 1991, em que o país adotou o turismo como setor motor do desenvolvimento. Ou seja, Concretizando, o objectivo geral da tese concerne, conforme o próprio título, ao papel e impacto de um determinado conjunto de políticas públicas sobre a competitividade do destino turístico Cabo Verde.

Refira-se que, nos anos 70 e 80, após a independência nacional, o turismo internacional era formalmente declarado como não prioritário em virtude das desconfianças ideológicas em relação ao investimento estrangeiro. A economia cabo-verdiana girava à volta da gestão das ajudas externas e da remessa dos emigrantes. A maior parte da população vivia no mundo rural dependendo da agricultura e da pesca. O Estado dominava a economia, sendo que as principais empresas eram públicas. Os privados apenas dominavam, essencialmente, o setor do comércio, agricultura e pescas.

Nos anos 90, deu-se o colapso deste paradigma de inspiração comunista com o processo de abertura política e económica e instalação de uma economia de mercado na qual o turismo foi eleito setor chave. A partir de então, iniciou-se o processo da construção do destino turístico Cabo Verde, concentrando-se nas ilhas planas do Sal e da Boavista (mais tarde) através da atracção de grupos internacionais. Em menos de 30 anos, Cabo Verde figura-se como um destino turístico em crescimento, tendo recebido 819.318 mil hóspedes em 2019 (INE 2020), ultrapassando assim o número de habitante.

Na linha de **Butler (1980)**, um aspeto importante das políticas públicas tem a ver com a necessidade de se manter um destino turístico na fase de crescimento do ciclo de vida. Os fatores negativos que podem levar determinados destinos a entrarem prematuramente na fase de estagnação ou declínio devem ser detetados atempadamente, monitorados e corrigidos.

A investigação gira à volta da análise das principais dimensões das políticas públicas sobre a competitividade do destino, do ponto de vista da percepção do entrevistados.

Em síntese, **os objectivos específicos** da presente investigação visam a análise dos seguintes itens:

- O papel das políticas públicas no quadro do destino turístico enquanto sistema;
- Sustentabilidade do turismo nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID);
- Relevância da competitividade para o sucesso de um destino turístico;
- Apresentação do modelo conceptual de competitividade de base para analisar o impacto das políticas públicas sobre a competitividade do destino;
- Análise do papel dos poderes públicos sobre a competitividade do destino Cabo Verde;
- Análise das avaliações, opiniões e percepções das principais políticas públicas concebidas e implementadas em Cabo Verde nos domínios do planeamento, gestão do destino, monitoramento, quadro institucional e regulatório; marketing e promoção; infraestruturas e formação; segurança saúde, e sustentabilidade;
- Evolução da oferta e procura do turismo nos últimos anos e o impacto no desenvolvimento económico e social de Cabo Verde (impactos positivos e as externalidades negativas sobre a comunidade);

Na sequência desses objectivos estabelecidos, emergem as principais questões de investigação, isto é, as questões que constituem o fio condutor de toda a pesquisa. Uma comparação entre o dever ser (dado através da revisão da literatura) e a realidade dos factos e a percepção do setor privado e especialistas do turismo a partir das pesquisas empíricas.

O ponto de partida da investigação empírica radica na questão de se os poderes públicos estão a conceber e implementar as melhores políticas públicas, no quadro do referencial teórico e do modelo conceptual de [Ritchie & Crouch \(2003\)](#) - consensual ao nível internacional pela academia e organizações internacionais no sentido de melhoria da competitividade do destino turístico.

Em suma, em análise está a acção e omissão do Estado quanto às políticas públicas do turismo. Assim, a questão principal, **a pergunta de partida** da investigação consiste no seguinte:

- Qual é o papel e o impacto das políticas públicas sobre a competitividade do destino turístico Cabo Verde?

A partir dessa questão principal, podem ser derivadas várias outras questões cujas respostas serão confirmadas ou não, pela investigação:

- Questão 1 - Qual o papel do setor público (enquanto elemento do sistema) na competitividade do turismo?
- Questão 2 - Qual é a avaliação geral do destino turístico Cabo Verde?
- Questão 3 – Qual é a avaliação geral do impacto das políticas públicas sobre a competitividade do destino Cabo Verde?
- Questão 4 - Qual a avaliação do impacto das políticas públicas referentes ao planeamento, gestão e monitoramento da competitividade do destino turístico Cabo Verde?
- Questão 5- Qual é a avaliação do impacto das políticas públicas na construção do quadro regulatório e institucional do destino e, se este quadro satisfaz os requisitos de competitividade em Cabo Verde?
- Questão 6 - Como tem sido a relação entre os poderes públicos e os empresários do turismo. Será que o destino turístico Cabo Verde está a funcionar como um sistema?
- Questão 7 - Qual é a avaliação do impacto das políticas públicas referentes ao marketing e promoção do destino Cabo Verde?

- Questão 8 -Qual é a avaliação do impacto das políticas públicas referentes a fatores como a qualidade das infraestruturas
- Questão 9 – Qual é a avaliação sobre o impacto das políticas públicas referentes aos factores como a educação / formação?
- Questão 10 Qual é a avaliação sobre o impacto das políticas públicas referentes aos factores como segurança e saúde (safety & security)
- Questão11 Qual é a avaliação sobre o impacto das políticas públicas referentes aos factores sustentabilidade ambiental e social sobre a competitividade do destino em Cabo Verde?
- Questão 12 - Qual é avaliação da evolução da oferta, procura e seus impactos positivos e externalidades negativas sobre a comunidade local?
- Questão 13 Qual é a posição competitiva de Cabo Verde no contexto dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID)?

São essas as questões que vão nortear a investigação. Para que se possam atingir os objetivos e as questões de investigação, será aplicada a metodologia adequada para estudos dessa natureza em ciências empresariais.

0.3.Estrutura da tese

A presente tese, na linha da estrutura das pesquisas científicas, obedece a um plano organizado com passos bem definidos que incluem a formulação do problema e das questões de investigação, a revisão da literatura, a realização das pesquisas através de recolha, tratamento e análise e interpretação de dados e por fim a discussão dos resultado bem como as conclusões e recomendações, conforme o Quadro 0.1.

Quadro 0.1. - Desenho de Investigação

1 - Definição do tema, objectivos e questões de investigação	
2 - Revisão bibliográfica sobre os conceitos operacionais de turismo como sistema, políticas públicas do turismo, competitividade de destinos turísticos, sustentabilidade do turismo em regiões insulares.	
3- Destino Turístico Cabo Verde	
4 – Trabalho de campo	<ul style="list-style-type: none"> ● 4.1. Metodologia ● 4.2. Pesquisa através de desk review e análise documental com base em análise de estratégias e planos do governo, boletim oficial, relatórios, documentos oficiais, estatísticas de procura, oferta turística e efeitos económicos, sociais e ambientais
	<ul style="list-style-type: none"> ● 4.3. Pesquisa quantitativa junto dos stakeholders sector privado do turismo através de um inquérito sobre as opiniões e percepções e avaliações dos empresários da indústria turística. O inquérito realiza-se sobre uma amostra de empreendimentos turísticos nas ilhas do Sal e Boavista ● 4.4 – Entrevista junto de um painel de especialistas
5 - Análise dos dados	
6- Discussão dos resultados	
7 - Conclusões e Recomendações	

Fonte: com base em Quivy e Campenhoudt (2008).

O capítulo 0 da tese refere-se à relevância teórica e prática do tema, os objectivos e questões de investigação bem como a estrutura da tese. A parte I será dedicada à revisão da literatura em relação aos conceitos operacionais. Na parte II, será realizada a análise do destino turístico Cabo Verde. Na Parte III será apresentada uma investigação empírica integrando três pesquisas enquadradas nas questões de investigação a serem respondidas bem como na revisão bibliográfica e modelo teórico e conceptual. Em suma, a presente tese está organizada em doze capítulos, a saber:

Cap. 0 – O capítulo 0 refere-se à introdução que abarca a definição do tema, sua relevância; objectivos e questões de investigação bem como o desenho e a estrutura da investigação.

Parte I – Revisão de literatura

Cap. 1 – Intitulado o Destino turístico como sistema, o capítulo 1 trata da revisão bibliográfica dos conceitos de destino turístico como um sistema liderado pelo setor público e que abarca a oferta turística, procura turística e impactos económicos, sociais e ambientais, com destaque para a sustentabilidade de destinos turísticos de Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento (PEID).

Cap. 2 - Intitulado sustentabilidade como elemento central da competitividade dos destinos Turísticos – aborda a relevância da sustentabilidade ambiental e social para a competitividade dos destinos turísticos dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID)

Cap. 3 – No capítulo 3 - Políticas públicas do Turismo - aborda-se a questão das políticas públicas, formatação e implementação da agenda pública no turismo, grau de intervenção e funções do Estado no turismo, assim como as especificidades dessa intervenção nos Pequenos Estados Insulares.

Cap. 4 – O capítulo 4 intitulado Competitividade do Destino Turístico é dedicado à competitividade do destino turístico, abarcando as considerações sobre vantagens comparativas e competitivas, uma resenha dos vários modelos de competitividade do turismo e uma síntese do CTTI e do modelo conceptual de competitividade de [Ritchie e Crouch \(2003\)](#).

Parte II – Destino Turístico Cabo Verde

Cap. 5 – O capítulo 5 Intitulado Cabo Verde – um pequeno país insular à procura do melhor modelo de desenvolvimento baseado no turismo – faz uma síntese da evolução da economia de Cabo Verde e a análise do lugar ocupado pelo sector do turismo.

Cap. 6 – O capítulo 6 referente a Turismo em Cabo Verde – oferta, procura e impactos, apresenta a evolução da oferta, os fluxos turísticos e os impactos económicos bem como as externalidades negativas ambientais e sociais do turismo em Cabo Verde

Parte III – Pesquisas empíricas

Cap. 7 – No capítulo 7 – Síntese metodológica – apresentam-se a metodologia escolhida , bem como as técnicas e os procedimentos das três pesquisas empíricas.

Cap. 8 – No capítulo 8 - Pesquisa documental com uma síntese da avaliação de um conjunto de itens ou factores referentes às Políticas Públicas - são apresentados e analisados de forma sintética alguns itens de políticas públicas, designadamente, planeamento e gestão do destino, marketing e promoção, infraestruturas, e segurança e sustentabilidade.

Cap. 9 – O capítulo 9 - Inquérito junto dos empreendimentos turísticos - é dedicado à apresentação e análise do inquérito sobre a avaliação, opiniões e percepções do setor privado em relação ao papel e impactos das políticas públicas sobre a competitividade do turismo Cabo Verde.

CAP 10 – O capítulo 10 - Entrevista a um painel de 20 especialistas - visando apresentar e analisar o resultado de uma pesquisa qualitativa com base em entrevistas a um painel de 20 personalidades especialistas com conhecimento do sector do turismo.

Cap. 11 – O Capítulo 11 - Discussão dos resultados- corresponde á apresentação das discussões dos resultados e achados das pesquisas e sua relação entre si e com a revisão da literatura.

Cap. 12 – No último capítulo - conclusões e recomendações- apresenta-se o quadro das principais conclusões de acordo com os resultados obtidos, as contribuições e limitações da investigação e um conjunto de recomendações relativas às políticas públicas concernentes à competitividade do destino Cabo Verde.

PARTE 1 – REVISÃO DE LITERATURA – O DESTINO TURÍSTICO COMO SISTEMA E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A SUSTENTABILIDADE E COMPETITIVIDADE DO DESTINO TURÍSTICO

1. CAPÍTULO 1 O DESTINO TURÍSTICO COMO SISTEMA: OFERTA, PROCURA E IMPACTOS

1.1.Introdução

As mais recentes abordagens sobre o turismo têm em conta o quadro das novas situações na sequência da crise financeira iniciada em 2007-2008 em que a economia mundial sofreu um duro golpe com a maior redução dos níveis de crescimento económico após a grande depressão, afetando tanto os países desenvolvidos como os em vias de desenvolvimento em cujo grupo se inserem os estados insulares. Ainda persistem problemas graves como a dívida soberana, elevadas taxas de desemprego, instabilidade política em algumas regiões, desastres ambientais, ameaças terroristas, entre outros.

Apesar de tudo, o setor de viagens e turismo foi objeto de crescimento em termos de número de visitantes e de gastos. Esse incremento do setor deve-se ao aumento dos gastos de visitantes provenientes dos países emergentes bem como de países desenvolvidos, de todos os continentes. Viagens e turismo apresentam-se cada vez como uma necessidade e não como um luxo.

Regista-se um crescimento assinalável dos transportes aéreos, conectividade digital, abertura internacional num contexto de tensões comerciais e nacionalismos. Mesmo os países mais pobres se abrem ao turismo internacional com viagens mais baratas e mais seguras e aposta em campanhas de marketing. Entre 2015 e 2018, o *'seat kilometers'* aumentou cerca de 30%, as viagens aéreas ficaram mais baratas na sequência da redução dos custos de combustível, o que potencia a redução dos preços dos bilhetes de passagens e democratização ainda mais das viagens internacionais (WEF, 2019).

Mais países estão apostando nas TICs ao serviço das viagens e turismo e a investirem na promoção e marketing por forma a atrair mais visitantes. Em virtude das ameaças, a segurança constitui uma das grandes prioridades.

Assim na agenda das políticas públicas de quase todos os países do mundo está a questão da eliminação das barreiras e dos constrangimentos que afetam o turismo e os investimentos na melhoria da competitividade e sustentabilidade dos destinos turísticos.

A competitividade dos destinos turísticos é, pois, um dos tópicos cruciais da agenda dos poderes públicos e da academia. Aliás, o turismo - que tem o destino turístico como centro - é uma atividade muito complexa e multifacetada que entra em conexão com praticamente todos os outros setores económicos.

A abordagem do destino turístico começa pela própria definição do conceito de turismo, que não é tarefa fácil. Conforme [Vanhove \(2005\)](#), as dificuldades surgem porquanto o turismo não pode ser confundido com tempo livre, viagens e recreação. Desde os finais do séc. XIX se iniciaram as tentativas para a definição do turismo e dos outros conceitos a ele associados tendo surgido uma infinidade de definições.

Há consenso em como o primeiro registo da palavra turismo ocorre em 1800 no Pequeno Dicionário Inglês de Oxford que o define como a teoria e a prática de viajar e de deslocar-se por prazer. [Vieira \(1997\)](#) destaca a definição do *Petit Larousse Illustré*, (114ª edição, Librairie Larousse, 1918) segundo a qual o turismo é visto como o gosto pelas viagens fazendo parte do ser humano viajar de um local para outro por curiosidade ou desejo de conhecer coisas novas e diferentes, e a da Liga das Nações (1937) que conceitua o turista internacional como qualquer pessoa que visita um outro país fora do seu lugar de residência por um período superior a 24 horas.

No decurso do tempo, diversas definições foram propostas por vários autores e instituições, como a Organização Mundial do Turismo. Todavia, nenhuma obteve consenso uma vez que algumas preferem abordar o turismo pelo lado da procura e outras definições pelo lado da oferta.

Do lado da procura, o destaque vai para a definição síntese da [Organização Mundial do Turismo \(UNWTO, 1995\)](#) que considera o turismo como um conjunto de atividades desenvolvidas pelas pessoas no decurso das viagens e da estadia em locais situados fora do ambiente habitual por um período de tempo consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos,

de negócio ou outros. Essa definição foi a adotada pela ONU e tornou-se, assim, a definição oficial do turismo.

Do lado da oferta, como sintetiza Leiper (1979), o turismo consiste numa indústria constituída por empresas, organizações e instalações que servem determinadas necessidades e desejos dos turistas. O turismo não é uma simples indústria, mas um movimento de pessoas, uma força da procura, é a maior indústria, o maior empregador e um fenómeno global. Trata-se de um composto, uma amálgama de diferentes serviços procurando satisfazer uma diversidade de necessidades (Lickorish, Jefferson, Bodlender, & Jenkins, 1994).

Releva-se assim o carácter ontológico do turismo porquanto se trata de um fenómeno muito antigo que vem acompanhando a própria evolução do homem. Desde a antiguidade há informações sobre a deslocação de pessoas para lugares fora do seu ambiente habitual para a satisfação de diversas necessidades como lazer, procura de conhecimento, curiosidade, saúde, negócios, etc. Existem várias referências sobre atividades de deslocação dos povos da antiguidade, como os sumérios e os egípcios. Entretanto, defende-se que o turismo organizado nasceu na Grécia (Séc. VIII a. c) por ocasião das viagens relacionadas com os Jogos Olímpicos que se realizavam em Atenas de quatro em quatro anos.

Apesar da evolução do turismo nas idades primitivas, clássicas e modernas até ao séc. XX, pode-se, na linha de vários autores como (Cunha, 2006), Vieira (1997) e (Goeldner, Brent & McIntosh, 2002) afirmar que o turismo, enquanto indústria dinâmica e fenómeno global, é recente. Foi no século XX que o turismo se transformou num fenómeno mundial, sobretudo a partir dos anos 50, em decorrência do desenvolvimento dos transportes e viagens, o reconhecimento do direito de férias pagas, o incremento das tecnologias de informação e das telecomunicações, a melhoria dos rendimentos das pessoas e mais tempos livres. Está-se perante um dos principais sintomas da globalização e da planetarização. Deixa de ser um privilégio de uma pequena elite rica para passar a ser um fenómeno de massas. O panorama do turismo modificou-se em todos os sentidos.

O novo paradigma do turismo é caracterizado pela super segmentação da procura, flexibilidade da oferta e distribuição e a obtenção de lucros através do sistema das economias de escala. O cenário da indústria do turismo implica uma nova configuração da competitividade dos

destinos turísticos, sobretudo nos destinos emergentes que querem participar desse negócio global.

No presente capítulo pretende-se fazer a caracterização do destino turístico enquanto sistema que abarca a oferta, a procura e os impactos económicos, sociais e ambientais. E ao mesmo tempo apresentar o lugar de relevo que o Estado e as políticas públicas ocupam no quadro do sistema do destino turístico. Assim o capítulo estrutura-se da seguinte forma:

- o destino turístico enquanto sistema
- a oferta turística
- a procura turística
- os impactos do turismo: económicos, sociais e ambientais
- a especificidade dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID)
- os *Stakeholders* do turismo e o lugar dos poderes públicos nesse sistema.

1.2. Definição e elementos integrantes do destino turístico

Na sequência das definições do turismo, resulta que o destino turístico é o elemento central do sistema. É para onde os consumidores se deslocam para realizar o consumo do produto, onde se faz a oferta dos produtos e se realiza a experiência turística, exceptuando as atividades no país de origem e o transporte.

Conforme Vanhove (2005, p.108) um destino turístico “corresponde a uma área geográfica bem definida onde são fornecidos vários serviços ao turista podendo ser um país, uma região, uma cidade ou ainda um local”. Nesse espaço, que possui fronteiras administrativas, atrações e serviços de suporte, os visitantes passam pelo menos uma noite (UNWTO, 2005).

Sintetizando, Cooper, Fletcher, Gilbert, Stephen, & Shepherd (1998, p.102) definem destino turístico como ‘*the focus of facilities and services designed to meet the needs of the tourist*’ É no destino que ocorre o que se designa como a amálgama ou *mix* de produtos e serviços. Assim, os autores apresentam uma perspetiva de análise das componentes do destino com os conceitos de infraestruturas e superestruturas. As infraestruturas referem-se a estradas, aeroportos, parques, utilidades como eletricidade, água e comunicações e outros serviços como saúde e segurança. Como não geram rendimentos, normalmente são fornecidas pelo setor público e

utilizadas tanto pelos turistas como pelos residentes. Por outro lado, as superestruturas concernem aos produtos e serviços fornecidos pela indústria do turismo como alojamentos, restaurantes, parques, atrações construídas, entre outros.

Deve-se assinalar que as exigências em relação aos destinos turísticos são cada vez maiores porquanto, no quadro do novo turismo, os turistas estão mais exigentes, não se contentando em ter uma experiência passiva, mas sim procurando proatividade, designadamente na interação com o local.

Para além dos elementos do sistema do destino turístico, como a oferta, procura e impactos, convém uma referência ao conjunto das entidades que fazem parte do destino turístico. Ou seja, os *stakeholders* do turismo e que fazem parte do sistema do turismo, mais concretamente do micro envolvente.

O conceito de *stakeholders* popularizou-se no domínio do turismo tendo em conta a própria estrutura do destino turístico. Na linha de Freeman (1984) - um dos primeiros teóricos do conceito - Clarkson (1995) entende os *stakeholders* como as pessoas ou grupos que têm interesses ou reclamam direitos nas atividades turísticas. Esses interesses têm de ser preservados para que o desenvolvimento do destino seja harmonioso.

Conforme o consenso da literatura e da Organização Mundial do Turismo, os *stakeholders* do turismo são constituídos por: Turista, Comunidade Local, os Grupos de Pressão e as ONG's (organizações não governamentais) Setor Privado e Setor Público.

Quadro 1.1. - Síntese dos stakeholders de um destino turístico

Comunidade Local - É considerado um dos principais actores uma vez que se refere às pessoas que vivem e trabalham num determinado destino e que oferecem os recursos locais para a satisfação do turista. Deve-se ter em conta a capacidade de carga social, isto é, a capacidade dos residentes aceitarem os impactos do turismo. Por isso, a população local deve ser tida em conta no processo de tomada de decisões. A comunidade recebe o turista e vê nessa atividade uma grande oportunidade de criação de emprego e de intercâmbio cultural.

Turista - É o ator que está base da existência do destino turístico. Sem turista não há turismo. O turista procura um determinado destino para satisfazer determinadas necessidades através da aquisição de produtos turísticos.

Sector Privado (A indústria turística). São os empresários que investem na chamada *superestrutura*, (alojamento, restaurantes, facilidades de diversão etc.) para satisfazer as necessidades dos turistas visando o lucro. O setor privado abarca as pequenas empresas locais e os players internacionais constituída pelas grandes empresas globais com recursos e poder.

Sector Público: O setor público nacional e local é um *stakeholder* importante que assegura a liderança do destino em termos de regulação, planificação, gestão do destino e infraestruturas por forma a obterem-se as melhores vantagens económicas através da obtenção de receitas, geração de empregos e desenvolvimento económico.

ONG's (organizações não governamentais) - São os grupos que tem interesse no destino turístico e funcionam como grupos de pressão como as ONG's, organizações ambientais, associações locais, organizações laborais, câmaras de comércio e de turismo, entre outros grupos e entidades locais.

Fonte : adaptado da literatura e da Organização Mundial do Turismo (UNWTO)

1.3. Evolução do destino – Ciclo de vida do destino turístico (TALC) de Butler

Um dos mais utilizados instrumentos para abordagem da evolução do destino turístico é a teoria do Ciclo de Vida do Destino Turístico (*Tourist Area Life Cycle - TALC*) tematizada por Butler (1980) com base na concepção de que o destino é dinâmico e vai evoluindo ao longo do tempo influenciado por vários fatores como a preferência e necessidades dos visitantes, a deterioração das infraestruturas turísticas, alterações dos atrativos naturais entre outros fatores que estiveram na origem dos fluxos turísticos.

O ciclo da vida do destino de Butler (1980, p. 23), ao longo do tempo passa por diversas fases, conforme a Figura 1.

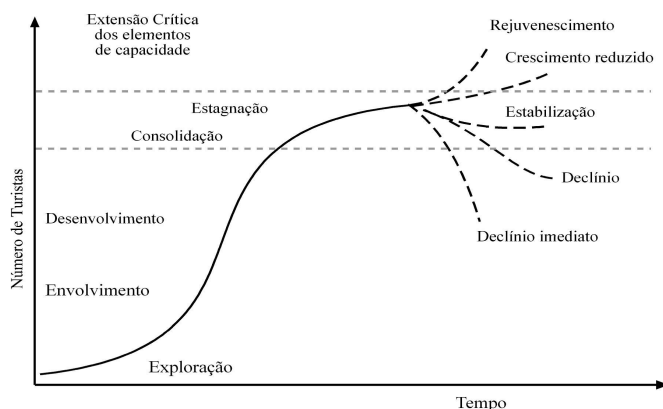


Figura 1.1.- Modelo do Ciclo de Vida do Destino Turístico (TALC)

Fonte: Extraído de Butler (1980, p.23)

- (i) Exploração - O estágio inicial com um pequeno número de turistas e capacidade de oferta reduzida com base em atrativos naturais;
- (ii) Envolvimento - inicia-se o processo de construção de algumas estruturas de alojamento e de relação informal entre turistas e comunidade local. Com o aumento do número de turistas, a comunidade local envolve-se no processo de fornecer facilidades exclusivamente para os visitantes e começam as pressões sobre os poderes públicos para melhorar os transportes e prover algumas infraestruturas.
- (iii) Desenvolvimento - Nesta fase, ocorre um crescimento dos fluxos bem como da oferta e dos produtos numa área bem definida com a participação mais intensa de grupos privados internacionais que investem em alojamentos (hotéis e resorts). Por outro lado, os recursos naturais e culturais são desenvolvidos e comercializados através do marketing e promoção. As mudanças na configuração física do destino são visíveis, mas nem sempre com a aprovação da comunidade local.
- (iv) Consolidação - Neste estágio, o destino entra na fase de estabilidade com aumento dos fluxos, mas com a redução das taxas de crescimento. A maior parte do destino está ligado ao

turismo. O aumento do investimento por parte dos grupos internacionais começa a criar algum descontentamento dos residentes, sobretudo daqueles que estão fora das atividades turísticas.

(v) Estagnação – A fase seguinte em que o destino atinge o seu ponto máximo em termos dos fluxos de visitantes que excedem a capacidade de carga, o que implica alguns problemas de ordem económico, social e ambiental.

(vi) Rejuvenescimento ou declínio – Nesta fase, o destino tem cinco possibilidade enquadradas em duas categorias de total declínio ou completo rejuvenescimento.

Na fase de declínio, o destino não consegue competir com as novas atrações e, por isso, é afectado pela redução do número de visitantes, com impacto negativo em termos das superestruturas turísticas, que passam a ser utilizadas para outras atividades. O destino pode ser objeto de rejuvenescimento através de mudanças completas em termos de novas atrações e novos produtos que podem ser construídos pelo homem ou resultante do aproveitamento de recursos naturais antes não aproveitados.

O modelo do Ciclo de Vida de um Destino Turístico obteve grande popularidade por ser considerado um excelente *'framework'* que pode ser utilizado para a previsão e planificação e que, por isso, deveria ser *'standardised and computerised'* para ser aplicado em vários domínios do turismo (Berry, 2018). O modelo pode ser importante na planificação da capacidade de carga do destino conforme o ciclo de vida do destino (Bonnie & Uysal, 1990). Ou seja, os mais importantes atributos para um destino numa determinada fase do ciclo são diferentes dos de uma outra fase diferente. De modo que, a capacidade de carga e as estratégias de competitividade são adaptadas ao ciclo de vida do destino. O modelo *do* Ciclo de Vida de um Destino Turístico deve ser bem utilizado tendo em conta a capacidade de prever o potencial e o desenvolvimento do destino antes da fase de maturidade (Kristjánssdóttir, 2016).

Este modelo tem sido amplamente aceite e aplicado pela academia e tem tido um grande impacto por mais de três décadas enquanto um dos conceitos pioneiros e uma teoria fundamental que também tem sido largamente ensinado e citado nas investigações do turismo (Piuchan, 2018).

Conforme Rodriguez, Lopes, & Esteves (2008), que aplicaram o modelo para explicar a sustentabilidade na ilha de Tenerife (Canárias) na fase de maturidade, consideram que o modelo deve ser utilizado nas pequenas regiões insulares tendo em conta que as mudanças são mais intensas nas ilhas. Na mesma linha, Alvares, & Lourenço (2003, p.5), que estudaram o turismo rural da região insular da Madeira (Portugal), notam que ‘o modelo proposto é uma ferramenta eficaz para a gestão pública’, e que pode contribuir para ‘a minimização antecipadora das flutuações a que qualquer ciclo de desenvolvimento está sujeito’. Por sua vez, Bamba (2018) - constatando que o modelo tenha sido utilizado em diversas investigações ao nível global mas não em pesquisas nos países em desenvolvimento - aplicou o modelo do Ciclo de Vida do Destino Turístico na análise do destino da região de Saly (costa do Senegal);

Os poderes públicos, enquanto na liderança do destino, são chamados a fazerem uma gestão adequada por forma a controlar os fatores que podem retardar ou acelerar a transição de uma fase para a outra. Segundo Johnson & Snepenger (1993) existem quatro dimensões que podem fornecer informações para monitorização do ciclo de vida do destino:

- (i) Tendências da procura (número de visitantes);
- (ii) Oferta (crescimento da economia e dos serviços na região);
- (iii) Perceção da comunidade residente em relação à situação do desenvolvimento do turismo;
- (iv) Indicadores biológicos do ecossistema;

Estes itens relacionam-se com a adaptação do destino para corresponder à procura e exigências do mercado. Os fatores do lado da oferta influenciam a evolução do ciclo de vida através dos investimentos e os constrangimentos em termos de capacidade de carga, impactos dos turistas bem como respostas quanto à planificação e gestão.

Todavia, segundo a literatura, registam-se críticas ao modelo em virtude da sua simplicidade e *approach* determinista dependente das influências externas e das decisões de gestão. O grande problema para a aplicação desse modelo tem a ver com as dificuldades em identificar uma determinada fase e o ponto de mudança, e, em obter informações a longo prazo sobre as questões relevantes. Também fenómenos de curta duração e conjunturais podem influenciar a reação e adoção de medidas de gestão por parte da indústria e dos poderes públicos.

1.4. Caracterização do destino Turístico

O turismo é, pois, uma atividade económica que se apresenta de forma complexa e transversal e em constante evolução. Sendo complexa, apenas pode ser abordada numa perspetiva de sistema. Todas as definições de sistema relevam a ideia de um conjunto de componentes em que o todo é mais do que a soma das partes; em que as partes interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio. Isto é, o sistema integra um conjunto de componentes e suas atividades, dotado de recursos que operam num contexto e administrados com vista à consecução de um objectivo.

A generalidade dos autores, como Leiper (1979), Santana (1997), Beni (2001) Goldner et al (2002) Ritchie & Crouch (2003) Silva (2013) que abordaram o destino turístico adotaram a perspetiva de sistema. Embora seja uma expressão muito utilizada, raramente é definida com precisão porquanto o turismo é um fenómeno complexo em que participam vários actores e em que a procura e a oferta acontecem em geografias diferentes, mas a produção e o consumo ocorrem no mesmo lugar.

Um dos modelos mais simples e mais citados é modelo do sistema turístico de Leiper (1979) que descreve o movimento de pessoas que se inicia na região de origem, residência do visitante e que passa por uma região de trânsito através de uma viagem até chegar e permanecer na região do destino, conforme Figura 1.2.

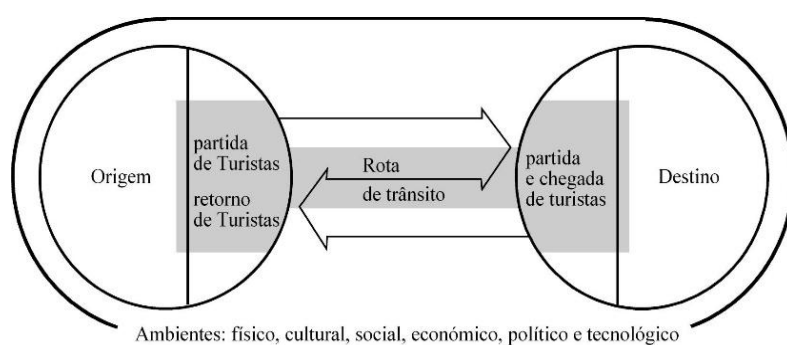


Figura 1.2. - Modelo de Leiper

Fonte: Extraído de Leiper (1979, p.404)

O modelo é simples, flexível e de fácil aplicação (Cooper et al 1998). Trata-se de um instrumento de grande relevância para o turismo (Hall & Stephen, 2010). Segundo Backer & Hing (2017), esse modelo apresenta-se como uma teoria base fundamental para a análise do turismo

por fornecer uma forma eficaz de se pensar o turismo numa perspetiva de sistema e por ser aplicado em qualquer realidade independentemente do seu tamanho ou complexidade, tanto em países continentais como insulares.

O turista é o protagonista principal do sistema que abarca os elementos geográficos e da indústria do turismo referentes à diversidade de negócios e organizações que participam na entrega do produto/serviço turístico.

O destino - que representa o terceiro elemento do sistema turístico de Leiper (1979, p. 404) – é um espaço onde ocorre, ao mesmo tempo, o transporte, a procura e a oferta. Os dois principais *stakeholders*, a indústria e os poderes públicos compartilham assim responsabilidades na performance do destino, sendo que a liderança compete ao setor público.

Outros autores, como Santana (1997), Beni (2011), Ritchie & Crouch (1999, 2003) e Goeldner et al (2002), abordaram o sistema do turismo numa perspetiva mais complexa. Destaque-se abordagem de Goeldner et al (2002), conforme Figura 1.3. , em que se apresenta uma das mais complexas descrições do sistema de turismo abarcando uma teia de componentes e relações, como sejam:

- Recursos e ambiente natural
- Ambiente construído
- Segmentos operacionais do setor do turismo
- Planeamento, desenvolvimento, promoção e organizações catalisadoras
- Os processos, atividades e os resultados do turismo

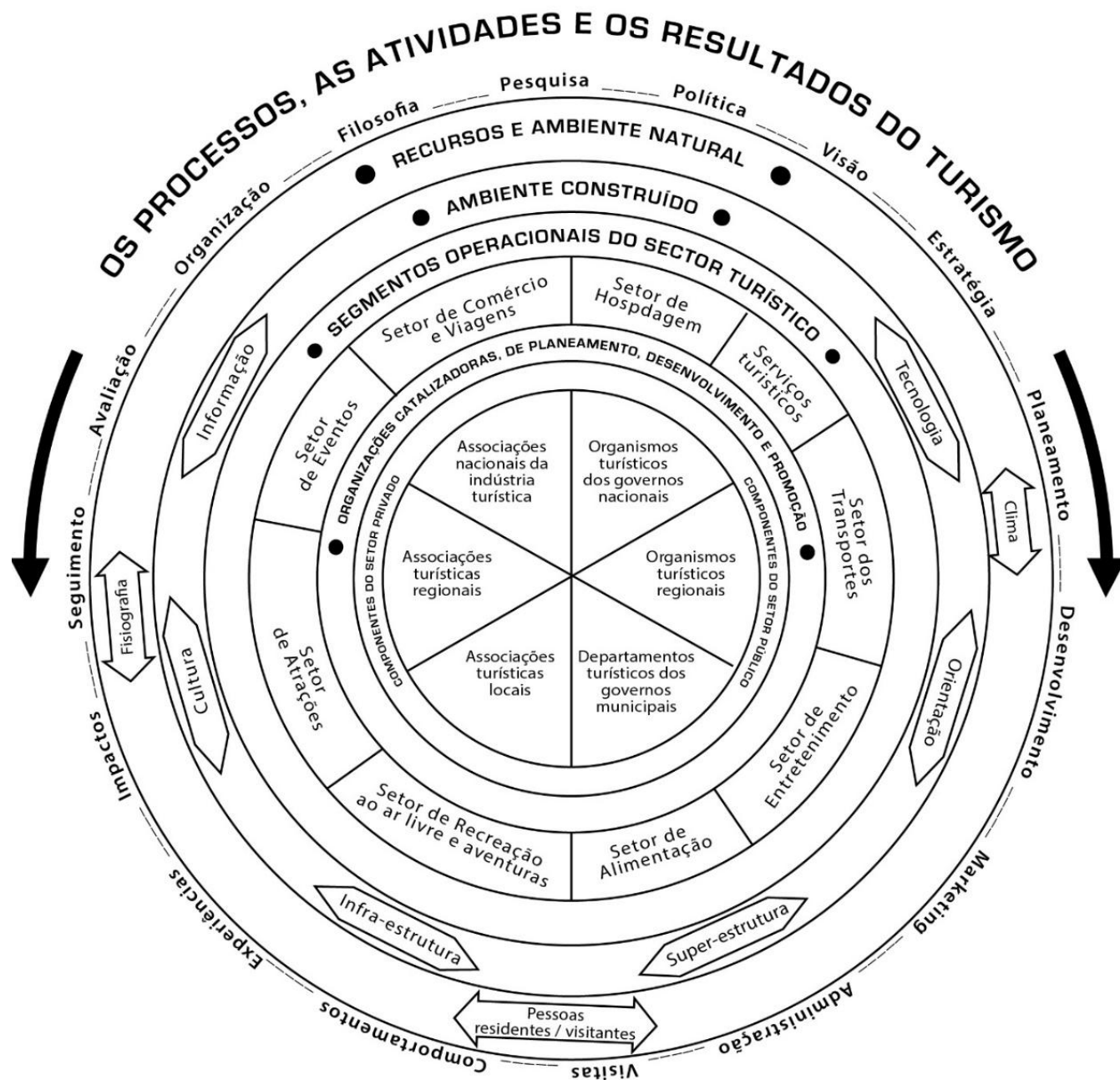


Figura 1.3. - Elementos do sistema do turismo

Fonte: Goeldner et al (2002)

Na mesma linha, uma referência para a concepção do destino turístico de Ritchie & Crouch (2003), como um sistema aberto suscetível de influências e pressões que ocorrem dentro do macro envolvente e do micro envolvente. O macro envolvente refere-se a um conjunto de forças em permanente evolução fazendo com que o sistema ou o destino esteja sempre num processo de adaptação às mudanças. Para os autores existem seis forças ou fatores como a econo-

mia, tecnologia, ecologia, política, ambiente legal, questões socioculturais e questões demográficas. O micro envolvente abarca os elementos que fazem parte do sistema propriamente, isto é, *'a destination's competitive micro environment is made up of organizations, influences and forces that lie within the destination's immediate arena of tourism activity and competition (Ritchie & Crough, 2003, p.64)*. Esses elementos exercem um impacto mais direto e imediato do que as forças da macro envolvente e normalmente ocupam a maior atenção dos decisores. Entre os principais elementos do micro envolvente estão os *stakeholders* do destino já abordados.

Silva (2013, p.21) considera que o desenvolvimento do destino deve ter em consideração as expectativas e necessidades desses *stakeholders*, que formam o sistema, numa “base partilhada de responsabilidades e de complementaridade de intervenções”. É que o turismo contribui para o bem estar das comunidades dentro dos limites da sustentabilidade ambiental e social e exige o desenvolvimento de empresas capazes de produzirem produtos e serviços de qualidade que satisfaçam as necessidades dos turistas consumidores. Por outro lado,

‘O turismo tem de contar com um setor público (central, regional e local) que articule as políticas setoriais e intersectoriais e que saiba fixar a sua acção predominantemente na esfera da regulação e da definição das condições que facilitem a atividade empresarial e as grandes parcerias estratégicas’ (Silva 2013 p.21).

Assim, como observam Brito, Bastien & Alarcão (2010), qualquer análise ou reflexão que se faça sobre o destino turístico deve ter em conta esta visão sistemática do turismo enquanto um todo coerente e organizado que inclui um conjunto de componentes que interagem entre si. Anuar, Ahmad, & Hussain (2012) aplica a teoria do sistema do turismo para abordar o que considera *‘Tourist Friendly Destination’*, em que o destino turístico como um sistema tem de ser mais criativo para satisfazer os interesses de todos.

Conforme Peres & Rita (2017) a gestão dos destinos turísticos tem sido uma área de relevante interesse, não só na academia, mas também ao nível prático e institucional, através de diferentes desafios. Os agentes responsáveis pela mudança na comunicação e na comercialização turística são as novas tecnologias de informação e comunicação *online*, em especial os *social media*. Estas poderosas plataformas de relacionamento, captação e fidelização de clientes, nomeadamente o *Trip Advisor*, o *Facebook* e o *Twitter*, estão a influenciar novos comportamentos do consumidor-turista, exigindo novas práticas e estratégias de marketing turístico. Para

esses autores, as estratégias de comunicação em marketing são pensadas e criadas tendo como foco atrair o turista na fase de decisão de escolha do destino, visando, por um lado, estimular o seu imaginário e, por outro, maximizar a sua experiência, pois o produto turístico compreende ação e emoção em que todos os aspetos tangíveis e intangíveis da oferta turística se sobrepõem numa combinação entre o real e o imaginário. Por este motivo, a criatividade na estratégia de comunicação é crucial. Assim, através de uma articulação coerente entre as motivações e emoções dos turistas e os atributos, características e ofertas turísticas, a comunicação deve ter a capacidade de despoletar o sentimento de envolvimento com o destino, antes, durante e após a experiência.

Segue-se uma sintética abordagem dos principais elementos do sistema do turismo abrangendo oferta e a procura turística bem como os impactos.

1.4.1. Oferta Turística

A oferta dos produtos e serviços que ocorre no destino é o elemento base do turismo. Para Cunha (2006, p.175) a oferta turística “é o conjunto de todas as facilidades, bens e serviços adquiridos ou utilizados pelos visitantes bem como todos aqueles criados para satisfazer as suas necessidades e postas à sua disposição, e ainda os elementos naturais ou construídos que concorrem para a sua deslocação”.

Costa et al (2004, p.8) apresentam uma decomposição do produto turístico em três componentes: Recursos primários como os atractivos naturais ou construídos, recursos secundários que correspondem à superestrutura que consiste nas instalações turísticas e recursos terciários ou complementares que se referem às acessibilidades e infraestruturas.

Cada destino turístico apresenta um conjunto de produtos em conformidade com os recursos tendo em conta as necessidades e preferências do público consumidor.

Do ponto de vista económico e, mais concretamente, em termos monetários, a oferta turística é dada pelo valor do conjunto dos bens e serviços consumidos pelo turista, ou seja, a oferta turística é a quantidade dos bens e serviços que os produtores desejam vender a um determinado preço. Ela depende também de outros fatores como o custo dos fatores de produção como recursos, capital, mão-de-obra, e os incentivos públicos que possam contribuir para reduzir os

preços dos bens e serviços turísticos. Assim, a oferta pode ser vista do ponto de vista do consumidor e do produtor e ser influenciada por um conjunto de fatores, conforme o Quadro 1.2.

Quadro 1.2. - Síntese dos factores que influenciam o turismo

<ul style="list-style-type: none">• Aumento do número dos destinos turísticos	<ul style="list-style-type: none">• Quase todos os países do mundo estão a apostar no turismo e estão emergindo novos destinos turísticos com ofertas e produtos diferentes.
<ul style="list-style-type: none">• Concentração de movimentos do sector do turismo	<ul style="list-style-type: none">• transportes aéreos (alianças de companhias aéreas)• hotelaria (consolidação de grupos hoteleiros).• 50 grandes companhias dominam o setor. Do top 20, 14 são grupos americanos e seis europeus.• Multinacionais fazem fusões e integrações no sentido de dominar o mercado turístico internacional
<ul style="list-style-type: none">• Evolução tecnológica e novas metodologias de marketing, novos tipos de alojamentos e atracções	<ul style="list-style-type: none">• All Inclusive resort, cruzeiros, parques temáticos, produtos diferenciados

Fonte: Adaptado de Vanhove (2005)

Na perspetiva do consumidor, o produto turístico consiste na totalidade da experiência desde o momento que inicia a viagem para um destino turístico até ao regresso á casa. Assim o produto não é homogéneo. Vieira (1997) releva a especificidade dos produtos turístico oferecidos no quadro geral da oferta turística possuindo algumas características próprias como intangibilidade (o produto turístico é intangível), heterogeneidade (o produto/serviço turístico é variável não é padronizado) e perecibilidade (ao contrário de um produto físico, o produto turístico não pode armazenado uma vez que tem de ser consumido enquanto é proporcionado). Do ponto de vista do produtor, isto é, da indústria turística, oferece-se uma complexidade de produtos e serviços: o hotel disponibiliza quartos, o restaurante/bares vendem comida e bebidas, as linhas aéreas disponibilizam os lugares no avião, etc...

Conforme o Quadro 1.3. as motivações que estão na base da deslocação das pessoas do seu habitat para um destino turístico podem ser resumidos nos 10 S's.

Quadro 1.3. - Dez S's na base das viagens e turismo

Sun (Sol)
Sand (Areia)
Sea (Mar)
Shopping (Compras)
Sanitary (Turismo de Saúde)
Search (Pesquisas científicas)
Scenery (Paisagens, Pontos de interesse turísticos)
Sanctuary (Romarias e turismo religioso)

Fonte: Extraído de Vieira (1994, p.49).

Esse quadro aplica-se à generalidade dos destinos turísticos, sendo que as regiões insulares são percebidas como espaços que apresentam produtos mais relacionadas com sol, praias, cenários e espaços que oferecem tranquilidade e exotismo.

1.4.2. Procura Turística

Conforme a literatura, o outro elemento básico do sistema do destino turístico é a procura turística, que, do ponto de vista estatístico, e conforme a literatura e organizações internacionais, é analisada de várias formas: procura física, monetária, geográfica e global.

A procura física relaciona-se com a deslocação dos visitantes. Significa o número de pessoas que se deslocam para locais diferentes do habitat de residência. É constituída pelos fluxos turísticos, que se medem pelas entradas nos locais visitados e pelas dormidas nos estabelecimentos de alojamento.

A procura monetária traduz o valor dos gastos realizados através da aquisição de bens e serviços por parte dos visitantes. Esse indicador mede as receitas turísticas de uma determinada região ou país. A procura geográfica trata das origens e dos destinos dos fluxos turísticos. Apresenta as regiões ou países onde se originam os movimentos turísticos e os destinos para onde eles se dirigem com vista à satisfação das suas necessidades turísticas.

Por fim, a procura global exprime a participação da população de um país ou de uma região em viagens. É constituída pelo conjunto de indivíduos que partem de férias. É medida por um indicador denominado taxa de partida.

Numa perspetiva económica, a procura turística é a quantidade de bens e serviços que os turistas desejam e são capazes de adquirir num dado momento para satisfazer as suas necessidades de viagem e de estadia, a um dado preço. A procura potencial refere-se à quantidade de pessoas que possuem condições para viajar para um determinado destino, mas não o fazem por desconhecer o local e os seus atrativos.

Apesar da volatilidade que caracteriza o mundo global de hoje que ainda sofre os efeitos da crise financeira iniciada em 2007/8, as ameaças terroristas e as mudanças em termos geopolíticos, perspetiva-se um crescimento e expansão do turismo nos anos seguintes, o que augura boas perspetivas para o crescimento da procura turística ao nível global e em particular dos Pequenos Estados Insulares, designadamente para Cabo Verde (UNWTO, 2019).

Como causas dessa expansão apontam-se o aumento da taxa de partida, isto é, a propensão das populações para viagens e a fragmentação das férias em que uma pessoa pode viajar de férias mais de uma vez por ano. Por outro lado, a expansão geográfica do mercado a nível global deve-se a inovadoras estratégias de gestão e marketing por parte dos destinos turísticos consolidados e dos emergentes, mais concretamente, na base do crescimento da procura turística.

A Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2019) apresenta os seguintes fatores:

- Ambiente económico favorável resultante do crescimento do PIB de 3,6% em 2018, da redução das taxas de juros e o movimento moderado das taxas e câmbio;
- Aumento da procura de viagens aéreas internacionais na ordem dos 6%;
- Incremento da utilização das tecnologias digitais nas viagens e turismo;
- Melhoria e simplificação do processo de vistos e da redução das barreiras na circulação de pessoas

Em suma e, tendo em conta a literatura, aos destinos turísticos colocam-se novos desafios resultantes do aumento da procura de pessoas com padrões de culturas e motivações diferenciadas, intensificação da concorrência internacional, perda de competitividade de destinos pouco orientados para a qualidade e que apresenta as vantagens competitivas apenas no preço.

Por isso, os destinos procuram garantir a qualidade pela diferenciação, pelo carácter único do lugar, pela cultura, respeito pelo ambiente e outros atractivos. Bem como pela compreensão das novas tendências do setor de viagens e turismo, como o desenvolvimento dos transportes aéreos (acordos *open sky, low cost*), incremento de viagens em todas as regiões do mundo, redução das barreiras para circulação de pessoas, exigências de sustentabilidade etc...

Conforme nota Fayos Solá (2002) o ‘velho’ turismo vai dando lugar a uma nova era do turismo, caracterizado por um paradigma mais complexo em termos de globalização e segmentação do mercado. Essa maior flexibilidade resultante das novas tecnologias exige apostas nas TICs que fornecem a ‘*info-structure*’ permitindo assim empoderar os consumidores que passam a ter mais capacidade para escolher os elementos dos produtos turísticos á sua medida e reduzir, assim, a dependência em relação à intermediação dos agentes e operadores turísticos (Buhalis, Leung & Law, 2011).

1.4.3. Sistema de informações turísticas e as contas satélites do turismo

A gestão do sistema de informação reveste-se de uma grande importância para o sucesso da planificação e gestão do destino turístico. Conforme a literatura, Organizações Internacionais e prática das entidades que produzem as estatísticas, a oferta do turismo é analisada por indicadores como, número de estabelecimentos, quartos e camas. Em relação á procura, o principal indicador concerne aos números de chegadas e de dormidas. Outros indicadores amplamente utilizados dizem respeito aos gastos, empregos gerados, quantidade de recursos naturais e culturais.

Assim, o sistema de informações de turismo deve abarcar vários indicadores que – conforme o Quadro 1.4. - podem ser classificados em cinco grupos diferentes, mas complementares.

Quadro 1.4. - Elementos do sistema de informação turística

Um sistema geral de Informação do turismo
A Conta satélite do turismo
Inquéritos sobre turismo e férias
Índices de produção turística
Barómetro do turismo

Fonte: Adaptado de Vanhove (2005)

As contas satélites do turismo foram criadas pelas Nações Unidas para analisar as contas específicas relativas às atividades turísticas e aos benefícios económicos ao fornecerem informações integradas e consistentes. Segundo o consenso da literatura, os objetivos das Contas Satélites do Turismo visam a descrição da estrutura das atividades turísticas de um país bem como o fornecimento de dados macroeconómicos relativos à importância económica do turismo nos seguintes domínios:

- contribuição para o PIB;
- o valor acrescentado do turismo;
- consumo turístico;
- a oferta doméstica e importação;
- a produção da indústria do turismo, e;
- dados sobre o emprego e sua relação com outras atividades produtivas.

As contas do turismo obtêm-se pelo cruzamento de dados entre a procura dos produtos e serviços turísticos e a oferta. Do ponto de vista da procura, o indicador mais relevante concerne aos gastos (consumo) do visitante. Quanto à oferta, são analisados os gastos em relação aos diversos serviços como alojamento, comida e bebidas, transportes de passageiros, serviços de operadores turísticos e agências de viagens, guias turísticos, recreação, cultura e entretenimento, entre outros, no quadro dos chamados impactos diretos, indiretos e induzidos da atividade turística e do efeito multiplicador, tema que será abordado na secção seguinte. A produção das estatísticas do turismo e as contas satélites podem ser uma tarefa muito difícil em determinados destinos turísticos, como nos PEID

1.4.4. Impactos económicos nos destinos turísticos

A atividade turística, tendo em conta o seu carácter transversal, é a que mais impactos exerce sobre um determinado espaço, abarcando os mais diversos domínios. A avaliação e a previsão dos impactos da atividade turística sobre qualquer destino turístico, sobretudo nos PEID, revestem-se de uma grande importância no processo de planeamento de um desenvolvimento sustentável em que é necessário maximizar os benefícios e minimizar os custos e as externalidades negativas.

Os impactos do turismo sobre um determinado destino podem ser positivos ou negativos. Por isso é que autores como Goeldner et al, (2002, pág. 36) sintetizam afirmando que ‘o turismo não é nem uma bênção nem uma praga, nem veneno nem panaceia’. Isto é, oferece grandes benefícios, mas também pode trazer problemas. O turismo mal planeado pode acarretar malefícios para o destino e para as comunidades. ‘Deve-se chegar a um equilíbrio em termos de custos benefícios para se poder produzir o melhor resultado’. (Goeldner et al, 2002, pág. 36).

Os impactos positivos do turismo podem ser sintetizados em três áreas: económicos sobre PIB e emprego, ambientais sobre os recursos naturais e socioculturais sobre a comunidade. Por outro lado, autores como McKercher (1993) afirmam claramente que os impactos negativos são inevitáveis.

A importância económica do turismo depende do nível da atividade do sector e da especificidade do país. Enquanto nos países continentais, os impactos do turismo concernem mais ao desenvolvimento regional, nas regiões insulares, o turismo é uma fonte importante de receitas, de exportação, geradora de empregos e fator relevante para a redução da pobreza, podendo ser a principal atividade económica cujo impacto total pode atingir até atingir os 50% do PIB e de empregos.

Conforme a terminologia consensual e, utilizada, por exemplo, pela *The World Travel & Tourism Council (WTTC, 2019)* - que representa o sector de viagens e turismo ao nível global, no seu relatório intitulado ‘*Economic Impact Reports*’ de 2019’ - classificam-se os efeitos económicos e a contribuição total do turismo como diretos, indiretos e induzidos. Isto é, o efeito dos gastos do turista fazem-se sentir a vários níveis do destino turístico. O primeiro nível chama-se efeito direto do turismo que corresponde à diferença entre o total dos gastos do turista e o valor da importação dos produtos e serviços turísticos que são oferecidos ao turista. Num segundo nível, os gastos do turista nos hotéis e restaurantes, por sua vez, são utilizados para a compra de produtos e serviços em outros setores dentro da economia. No terceiro nível, esses fornecedores, com o dinheiro recebido, tem de fazer gastos com produtos e serviços em outros setores da economia e, assim por diante. Essa sucessão de ganhos e gastos representa o efeito indireto e induzido. Como dizia Krugman (1996) o gasto de um é o ganho de outro e, assim sucessivamente.

Quadro 1.5 - Níveis dos impactos do turismo

Impacto Directo	Contribuição para as Viagens e o Turismo
Comodidades	Acomodação Transportes Entretenimento Atrações Serviço de Transportes
Indústrias	Serviço de Transportes Cultura, Desporto e Serviços de recreação
Fontes de gastos	Gastos domésticos de T&T dos residentes Gastos com viagens domésticas das empresas Exportação de visitantes Gastos governamentais individuais de T&T
Impacto indirecto	Contribuição de viagens e turismo Gastos com investimentos em T&T Gastos governamentais coletivos de T&T Impactos das compras dos fornecedores
Impacto Induzido	Contribuição dos gastos de empregados directos e indirectos Alimentação e Bebidas Recreação Vestuário Habitação Bens domésticos
Total	Contribuição de Viagens e Turismo PIB Emprego

Fonte: Adaptado da World Travel & Tourism Council (WTTC) (2019)

A World Travel & Tourism Council (2019) - que quantifica o impacto global na economia e no emprego em 185 países e 25 regiões - indica que o setor de viagens e turismo gerou 10.4% do PIB global e 319 milhões de empregos, ou 10% do total de empregos em 2018. Sendo que o *'leisure market'* representou 78.5% e o *'business spend'* 21.5%. O setor de viagens e turismo contribuiu com 6.5% das exportações globais e 27.2% da exportação dos serviços. O top 5 representando 47% do PIB global foi representado pelos Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e Reino Unido. 1 em cada 10 empregos gerados resultou do setor de viagens e turismo,

que funciona como uma máquina geradora de empregos sobretudo para jovens e mulheres (normalmente os mais afectados pelos elevados níveis de desemprego nas nas regiões insulares.)

A nível global, a contribuição de viagens e turismo no PIB em 2018 foi de USD 2,750.7 bilhões (3.2% do PIB). A previsão é a de que a contribuição directa da viagem e turismo venha a crescer 3,6% atingindo os USD 4,065 bilhões (3.5% do PIB) em 2029.

Em termos de empregos, em 2018, o setor de viagens e turismo gerou 122 milhões e 891 mil empregos diretos (3.8% do total). A previsão é a de que em 2029, o setor atinja um total de 154 milhões e 60 mil empregos diretos com um crescimento de 2.1% por ano nos próximos 10 anos. Todavia, tendo em conta os efeitos indiretos e induzidos, ou seja, incluindo outras áreas como investimento, cadeia de valor e rendimentos induzidos, o setor conta com 318 milhões e 811 mil de empregos em 2018 (10.0% do total de emprego). Em 2029, prevê-se que o setor possa atingir 420 milhões e 659 mil empregos (11.7% do total) significando um crescimento de 2.5% por ano durante 10 anos.

Quanto aos gastos dos visitantes - enquanto componente chave da contribuição de viagens e turismo- gerou-se em 2018 um total de USD 1,643 bilhões. A previsão para 2029 é de USD 2. 483 bilhões com um crescimento de 3,8% por ano.

No que concerne a investimentos, o total em 2018 atingiu USD 940 bilhões. A previsão para 2029 é de um crescimento de 4,2% por ano totalizando USD 1. 489 bilhões.

Conforme os cálculos da [World Travel & Tourism Council \(2019\)](#), o total da contribuição de viagens e turismo (incluindo todos os efeitos diretos, indiretos e induzidos) é três vezes maior do que o impacto direto do turismo na seguinte proporção:

- Impactos diretos - contam para 31,2% da contribuição total
- Impactos indiretos - corresponde a 17.3% do total
- Impactos induzidos- atinge os 51.5% corresponde à soma cadeia de valor, 36.7% de Investimentos e 8.4% de e as taxas e impostos para o governo.

Um dos mais importantes efeitos económicos do turismo, sobretudo nas ilhas, concerne à geração de grande quantidade de empregos. Os empregos provenientes das áreas como alojamento, restauração, limpeza, segurança não exigem elevadas qualificações. Há regiões ou países onde o turismo é sazonal e esses empregos são temporários. Todavia em países, como os PEID, é elevada a percentagem da mão de obra que tira o seu sustento permanente nas atividades do turismo.

Conforme [Mitchell & Li \(2016\)](#), o turismo se apresenta como uma grande fonte de emprego no geral e, sobretudo, para as mulheres na hotelaria e restauração. Para determinados países, como as ilhas pobres e insulares deve-se incluir uma outra categoria de impacto que tem a ver com a redução da pobreza por forma a se melhorar o nível de vida da comunidade. Conforme já abordado, os esforços para a redução da pobreza em determinadas regiões insulares não são fáceis tendo em conta os vários constrangimentos como inabilidade das populações em maximizar o potencial dos recursos locais. A pobreza pode ser medida em termos do consumo das famílias e resulta de vários fatores como pouca disponibilidade de recursos como terra para a agricultura, limitados recursos financeiros, fraco acesso a tecnologias e formação. [Mitchell & Li \(2016\)](#) referem que vários estudos que analisam o impacto económico do turismo na redução da pobreza concluíram que o turismo potencia o desenvolvimento económico, mas também o crescimento económico exerce um grande efeito sobre a expansão do turismo.

Por outro lado, conforme [McKercher \(1993\)](#) que apresentou as verdades sobre o turismo, existe o reverso da medalha, ou seja, as externalidades económicas e sociais negativas que são mais intensos nas regiões insulares. Entre os impactos negativos, uma referência para os seguintes:

- como atividade industrial, o turismo consome recursos, gera lixo e exige necessidades específicas em infraestruturas

- como consumidor de recursos, normalmente, consome recursos de forma excessiva
- o turismo compete com recursos escassos de outros setores

- o turismo é dominado pelo setor privado cuja decisão de investimento baseia-se na maximização do lucro.

Ao contrário das outras indústrias, o turismo gera rendimentos pela importação de clientes e não pela exportação dos produtos. Os recursos que são destinados ao turismo poderiam ser utilizados em outras áreas alternativas. Por exemplo, a migração de trabalhadores do setor rural para o dos serviços do turismo implica a perda de produtividade no setor primário. O uso de capital no turismo reduz o montante que poderia ser investido em outros setores. Como boa percentagem dos trabalhadores do turismo são imigrantes provenientes de outros países, pode implicar vazões para fora da economia em termos de salários que são expatriados (McKercher 1993).

As ilhas pobres nem sempre conseguem tirar todas vantagens económicas desejáveis do desenvolvimento do turismo tendo em conta o desequilíbrio entre as políticas do turismo e as necessidades da economia nacional. A produção nacional em setores como a agricultura, indústria e pescas nem sempre estão em conformidade com as exigências da indústria do turismo. Veja-se, por exemplo, que muitas vezes os próprios materiais de construção são importados quando poderiam ser utilizados os locais. Os produtos produzidos localmente, às vezes, não conseguem atingir o *standard* de qualidade e higiene e não são aceites na cadeia de valor dos grandes resorts e hotéis.

A UNWTO (2014) - através da obra '*Tourism in Small Island. Developing States (SIDS)*' - apresenta uma síntese dos impactos positivos e constrangimentos que impedem as ilhas de obter o máximo benefício do turismo, designadamente, o elevado nível de vazões financeiras (resultante da importação de materiais e produtos diversos e da expatriação de lucros e salários) que afeta a contribuição económica do turismo.

As atividades marinhas devem ser praticadas de forma sustentável tendo em conta valor ambiental dos espaços onde são desenvolvidas as atividades turísticas, com grande impacto nas condições económicas da comunidade local (Zulpikar, Tambunan, Siti & El Kiyat, 2018). Por isso a UNWTO (2014) defende o engajamento da comunidade que deve ser ouvida e empoderada por forma a que tenha uma palavra no processo do desenvolvimento do turismo.

O investimento em estruturas turísticas como hotéis e resorts e na cadeia de valor dependem de grupos internacionais e não dos pequenos operadores locais, que não possuem capacidade financeira. Assim, no quadro da gestão de um destino turístico dos países insulares, torna-se crucial a medição dos impactos económicos do turismo, na medida em que, como foi visto, o

gasto direto do turista ocasiona uma série de gastos em outros setores, influenciando toda a economia de um destino turístico. O desejável seria que houvesse menos vazões e que a economia local tivesse o máximo de benefícios. Existem várias metodologias que são utilizados para analisar os impactos económicos do turismo sendo que o mais popular é a análise dos multiplicadores.

1.4.5. Medição dos impactos económicos: o efeito multiplicador

A planificação, gestão e monitorização do destino é importante por forma a se maximizar os resultados económicos e inclui métodos adequados para se analisar os impactos destacando-se a análise dos multiplicadores por ser um método mais fácil para os destinos com fraca capacidade de obtenção de informações. Trata-se de um coeficiente numérico que quantifica o impacto sobre outras atividades económicas em função das variações dos investimentos e gastos no turismo.

O conceito de multiplicador, que teve origem na análise Keynesiana, aplica-se ao turismo, permitindo a medição do efeito de gastos dos turistas sobre os mais diversos setores de atividade económica. O multiplicador, conforme Samuelson & Nordhaus (2005, p.486) “é o impacto da variação de uma unidade monetária da despesa exógena sobre o produto”. Em termos matemáticos, o multiplicador apresenta-se através da fórmula de Keynes em que α representa a propensão marginal ao consumo e K é a quantificação do multiplicador

Equação 1 – Fórmula do multiplicador de Keynes.

(1.1)

$$K=1/(1-\alpha)$$

Fonte: Extraído de Samuelson e Nordhaus (2005, p.486)

Os destinos turísticos desejam um K mais elevado, ou seja, que os investimentos e gastos no turismo tenham um impacto maior sobre as outras atividades económicas e geração de riqueza para a região. O conceito de multiplicador está ligado aos efeitos diretos, indiretos e induzidos da atividade turística já referidos. O valor do multiplicador depende, pois, das características particulares do destino e da economia local. Quando maior ou mais desenvolvido for um destino turístico maior será o valor do multiplicador. Normalmente, nos Pequenos Estados

Insulares em Desenvolvimento (PEID), como aliás ocorre em Cabo Verde, o K é reduzido em virtude das elevadas vazões financeiras.

Conforme o Quadro 1.6. os diferentes tipos de multiplicadores contribuem para o cálculo dos níveis de produção, rendimentos, empregos e receitas governamentais gerados pela variação de uma unidade de gastos turísticos, o que pode ajudar os poderes públicos e indústria na planificação das suas políticas.

Quadro 1.6. - Quadro dos diferentes tipos de multiplicadores

Multiplicador de rendimentos	Relaciona a variação de uma unidade de gastos turísticos e seu impacto ao nível do rendimento numa economia.
Multiplicador de vendas ou transações	Mede o efeito de uma unidade extra de gastos turísticos sobre a atividade económica dentro de uma economia, isto é, o impacto dos gastos do turismo sobre negócios (vendas) em outros setores. O multiplicador de vendas considera o nível de vendas que resultam dos efeitos diretos e indiretos dos gastos turísticos.
Multiplicador do impacto sobre o emprego	Mede o impacto da atividade turística sobre o emprego. Pode ser expresso pelo número de empregos diretos e indiretos criados por uma unidade de investimento e gastos do turismo.
Multiplicador de receitas para o governo	Refere-se a variação da quantidade de receitas do governo em termos de impostos e taxas causada pela adição de uma unidade de investimento e gastos turísticos.
Multiplicador de importação	Refere-se ao valor dos bens e serviços importados associados ao aumento de cada unidade de despesas turísticas.

Fonte: Vanhove (1995)

A aplicação desse modelo nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento pode ajudar os poderes públicos na monitorização da evolução dos impactos do turismo e dos indicadores económico e sociais. Cannonier & Galloway (2018) - que estudaram o impacto do crescimento económico no turismo nos PEID, designadamente na região de Caraíbas, tendo utilizado uma série de três décadas de dados - concluíram que há uma relação de causalidade entre gastos do turismo e crescimento económico. Demonstraram ainda que a variação de 10% nos gastos no turismo tem um impacto de 0,3 a 1% no crescimento económico.

Todavia, como já foi referido, o efeito multiplicador nas ilhas é muito inferior em relação aos países continentais tendo em conta as vazões resultantes da pequenez das economias insulares e a necessidade de importação dos bens e serviços consumidos pelo turismo.

Apesar das virtualidades, e segundo literatura, o multiplicador do turismo apresenta as seguintes limitações que devem ser tidas em conta, designadamente:

- dificuldades em obter informações sobre grande quantidade de produtos e de setores envolvidos no processo do turismo.
- pressuposto de que a oferta é elástica, ou seja, as empresas aumentam a produção com os gastos do turismo.
- Natureza estática do multiplicador, que não tem em conta o fator tempo, que por sinal é afetado por um conjunto de fatores económicos e sociais.
- Simplicidade do multiplicador

Por isso, para [Cooper et al \(1998\)](#), o multiplicador deve ser usado com cuidado na planificação do turismo em países pobres e insulares em virtude da fraqueza institucional e das dificuldades em termos de recolha e análise de informações.

Tendo em conta as limitações dos multiplicadores, existem outros métodos de avaliação do impacto económico do turismo, como por exemplo o *Base Theory*, *Adhoc Model* e *Input-output Analysis*. O grande problema é que esses modelos são mais complexos, custosos e de difícil aplicação nos destinos de países pobres com dificuldades na obtenção dos dados estatísticos sobre o turismo.

Por fim, e uma vez que um destino turístico é uma realidade complexa e multifacetada, seria redutora apenas a análise dos impactos económicos do turismo. Em relação aos destinos dos países pequenos insulares é sobremaneira relevante a consideração dos impactos ambientais sobre os recursos naturais e socioculturais sobre a comunidade. Aliás, como [Andereck, Valentine, Vogt, & Knopf \(2007\)](#)) argumentam, o turismo sustentável não só abarca o ambiente físico e a componente económica mas também dimensões sociais e culturais relacionadas com impacto na satisfação da comunidade residente, que é medida pela conceito de qualidade de vida, um conceito vasto e que implique dimensões físicas objetivas e humanas subjetivas que dependem das perceções e sentimentos das pessoas.

Apresenta-se, no capítulo seguinte, quadro dos impactos e as externalidades ambientais, sociais e culturais.

CAPÍTULO 2 - SUSTENTABILIDADE COMO ELEMENTO CENTRAL NA COMPETITIVIDADE DOS DESTINOS TURÍSTICOS DOS PEID

2.1. Introdução

As ilhas se destacam a nível global por serem destinos turísticos que atraem grandes fluxos de visitantes internacionais. Depois das grandes cidades históricas, as ilhas tropicais são os lugares preferidos pelos turistas.

A categoria “Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID)” ou em inglês, “*Small Island. Developing States (SIDS)*” refere-se a um grupo distinto de 52 países que possuem várias características comuns. São ilhas espalhadas pelo globo, concentrando-se em 3 áreas geográficas: 22 localizadas na região de Caraíbas, 20 no Oceano Pacífico e 10 distribuídos pelo Oceano Atlântico, Índico, Mediterrâneo e mares do Sul da China. Elas localizam-se dentro dos trópicos exceptuando Bahamas e Bahrain, que se situam ao norte do Trópico de Câncer. Desses 52 estados, 38 são membros das Nações Unidas.

Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID são regiões com níveis díspares de desenvolvimento económico, vulneráveis em razão da insularidade, com fragilidades ecológicas, reduzida capacidade institucional, fraca capacidade para diversificação económica, dependente de limitados recursos para a exportação e suscetíveis de importar quase tudo, como alimentos, combustível e material de construção. Os custos de logística são elevados tendo em conta o baixo volume do comércio, em comparação com os países continentais. O desenvolvimento do turismo nas pequenas ilhas é afectado pela globalização, ou seja, pela exploração dos factores de produção e pelo volume no sentido de atrair o maior número possível de turistas e, ao mesmo tempo, mais imigrantes para ocupar os empregos gerados. Essa globalização e o volume tendem a uniformizar as ofertas turísticas, o que pode afectar unicidade das ilhas (Croes, Lee & Olson, 2013).

As ilhas são cada vez mais populares atraindo quantidades de turistas que excedem as da população sendo que as contribuições diretas e indiretas do turismo estão a contribuir para a melhoria da qualidade de vida e redução dos níveis de pobreza. A redução da pobreza é um objetivo de grande relevância porquanto no passado a sobrevivência da população dos PEID dependia sobretudo da agricultura e pesca (Hall, 2010).

As investigações sobre o turismo nas ilhas são cada vez mais crescentes. Conforme o Quadro 2.1., faz-se uma referencia a alguns estudos sobre o turismo realizados nas ilhas.

Quadro 2.1. - Síntese das investigações realizadas sobre o turismo em ilhas

- Pesquisas em turismo focalizaram em ilhas individuais como Cyprus (Kilic and Okumus, 2005), Maurícias (Khadaroo and Seetana, 2007), Barbados (Cashman and Moore, 2012) e Aruba (Rivera, Croes and Zhong, 2016); arquipélagos, como as Ilhas Canárias (Santana-Gallego, Ledesma-Rodríguez and Pérez-Rodríguez, 2011), Madeira (Almeida, Correia and Pimpão, 2014) e Açores (Moniz, 2012); regiões como Asia/Pacific, Caraíbas e Europa (Park, 2011); e outros que foram puramente teóricos (Hall, 2010; Northcote and Macbeth, 2006).
- De um total de 395 entre Dezembro de 2000 a Dezembro de 2017, 66 artigos foram publicados no *Tourism Management*, o jornal que mais publica artigos sobre o turismo nas ilhas; 37 no *Journal of Sustainable Tourism*; 33 em *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 31 em *Tourism Economics* e 29 no *Current Issues in Tourism e Tourism Geographies*.
- Robertico Croes da University of Central Florida, Orlando, USA com 14 *papers* é o autor que mais artigos publicou sobre o turismo nas ilhas; segue-se Konstantinos Andriotis da Middlesex University, UK com 9 artigos, Jorge Ridderstaat da University of Central Florida com 6, e Zibin Song da Hainan University in China com 6 *papers*. Com 5 artigos publicados estão Chris Ryan da University of Waikato, New Zealand e Haywantee Ramkissoon da Curtin University em Australia.
- O top das ilhas investigadas, inclui Chipre (25), Maurícias (20), Aruba (19) e Barbados (18).

Fonte: Síntese elaborada a partir de Sharpley (2012)

2.2. O papel da sustentabilidade do destino turístico nos PEID

A generalidade de autores como Sharpley (2012) defendem que o desenvolvimento do turismo planeado e gerido de forma sustentável potencia enormes benefícios para as ilhas. Por isso, nas conferências e encontros internacionais, bem como em várias publicações, são emitidas decisões e recomendações para apoiarem os PEID no desenvolvimento e na monitorização das ações e iniciativas visando o desenvolvimento económico e social das ilhas a partir do turismo.

Para Manning (2016), no estudo “O Desafio do Turismo Sustentável nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento”, esses países enfrentam vários desafios, como por exemplo, a pequena dimensão que faz pressão e competição sobre os recursos disponíveis como terras, recursos naturais, recursos humanos, entre outros; o isolamento que afeta o acesso aos mercados, aumentando os custos logísticos e acesso aos serviços bem como a situação marítima e insular que afeta a qualidade ambiental e biodiversidade, as mudanças climáticas que provocam a exposição a vários riscos.

Por isso, exige-se uma abordagem especial das questões de sustentabilidade ambiental e social que são de uma importância vital e constituem uma grande prioridade na gestão do destino turístico, dado que sem sustentabilidade não se pode falar de competitividade, a longo prazo, de um destino de uma região insular. Aliás, [Ritchie & Crouch \(2003, p.49\)](#) afirmam de forma inequívoca que ‘competitividade sem sustentabilidade é ilusória’.

Daí a necessidade da redução do fosso entre a teoria e a prática da sustentabilidade, sobretudo nas ilhas, onde o sector privado, na procura de maximizar o lucro, muitas vezes, não implementa as medidas efetivas (apesar da teoria), o que resulta em externalidades negativas para o destino a longo prazo.

Aliás, nos dias de hoje, assiste-se a uma grande atenção e debate a todos os níveis sobre a importância da protecção e preservação do meio ambiente em todas as regiões do mundo, com mais acuidade nas ilhas, que se apresentam muito vulneráveis do ponto de vista ambiental.

Uma referência para [Bhaduri & Pandey \(2019\)](#) que, ao abordarem a questão do impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) sobre a sustentabilidade das regiões insulares na linha de outros estudos realizados nas regiões europeias, afirmam que o desenvolvimento sustentável é o corolário do desenvolvimento holístico de todos os outros setores e que há uma correlação positiva entre o desenvolvimento das TIC e o aumento da procura e sustentabilidade do turismo.

Releve-se, pois, a importância da compreensão do conceito, os antecedentes e os princípios do desenvolvimento sustentável e sua aplicação no turismo, assim como a grande responsabilidade dos poderes públicos em assegurar o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos.

2.3. A evolução do conceito de sustentabilidade e seu impacto nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

Como já referido, não se pode abordar a competitividade de um destino turístico sem um enfoque na sustentabilidade. Aliás, o conceito de desenvolvimento do turismo sustentável está na ordem do dia e influencia as decisões dos poderes públicos nos mais variados domínios de atividade porquanto é um imperativo assegurar o desenvolvimento económico e social a longo prazo e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente.

Com base no relatório da *World Commission on Environment and Development - WCED (1987)* intitulado ‘*Our Common Future*’, conhecido mundialmente como *Relatório Brundtland*, já se apresentava uma definição do desenvolvimento sustentável segundo a qual, se procura satisfazer as necessidades do presente sem colocar em risco as futuras gerações. Mais tarde, a *UNEP & UNWTO (2005)* apresentaram uma definição mais completa que abarca as considerações sobre os impactos económicos, sociais e ambientais atuais e futuros, atendendo à necessidade dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades anfitriãs.

Nesta definição emerge assim a noção de equidade inter-geracional com a abordagem de que o desenvolvimento actual não pode impedir as gerações futuras de satisfazerem as suas necessidades. É que os problemas relacionados com a degradação ambiental, como alterações climáticas, perda de biodiversidade, degradação do solo, degradação da qualidade da água ou a poluição atmosférica podem reduzir essas possibilidades às gerações futuras. As gerações actuais têm, portanto, o dever e a obrigação de preservar o ambiente e os recursos naturais pensando nas gerações futuras.

Da definição pode-se concluir que a sustentabilidade implica o chamado triângulo que abarca várias considerações económicas, ambientais e sociais. Segundo *Silva (2013)*, o turismo sustentável corresponde a um modelo de desenvolvimento económico projetado para melhorar a qualidade de vida da população local, manter a qualidade do meio ambiente do qual depende a população local e os visitantes, aumentar os níveis de rentabilidade económica da atividade turística, assegurar a obtenção de lucros pelos empresários e prover experiências de melhor qualidade para o visitante.

A sustentabilidade deve ser vista numa perspetiva do sistema da gestão dos destinos turísticos, competindo aos poderes públicos o papel de promover o desenvolvimento sustentável para minimizar os impactos ambientais e sociais do turismo ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento económico (*Simão, 2008*). Para *Liburd (2011)* deve-se ter um ‘*holistic understanding*’ do desenvolvimento sustentável e sua aplicação prática no turismo.

O conceito de turismo sustentável já granjeou grande aceitação a todos os níveis da academia, organizações internacionais, governos, indústria, etc. Já existe, inclusive, um consenso

mundial sobre a aceitação dos princípios da sustentabilidade. Até aqui, entretanto, percorreu-se um longo caminho.

O primeiro autor a apresentar preocupações sobre sustentabilidade foi Malthus, que abordou a questão da escassez dos recursos tendo em conta o crescimento da população. Entretanto, foi só na segunda metade do séc. XX, com a industrialização dos países do ocidente, que a questão da relação entre desenvolvimento económico e degradação ambiental entra na ordem do dia. Um dos primeiros e mais relevantes passos que contribuíram para a emergência do debate sobre a sustentabilidade ocorreu com a realização da Conferência de Stockholm, em 1972, que despertou os governos e o mundo para as questões ambientais.

Segundo Liburd (2011) antes dessa conferência, obras publicadas como ‘*Silent Spring*’ de Carson (1962) e ‘*Tragedy of commons*’ de Hardin (1968) haviam chamado a atenção do mundo para os problemas ambientais e para um novo paradigma na relação entre o homem e a mãe natureza. Corta-se assim a noção que vinha desde o tempo da revolução industrial, de que se podia explorar a natureza como que se os recursos fossem ilimitados, e assim sendo, sem quaisquer preocupações com a sustentabilidade.

Nos anos 50 e 60, a agenda mundial incluía apenas as grandes preocupações com o desenvolvimento económico, redução da pobreza e elevação do nível de vida das pessoas. Todavia, esse paradigma foi alterado no decorrer dos anos em virtude da ocorrência de vários eventos internacionais, conforme o Quadro 2.2.

Quadro 2.2. - Eventos relevantes sobre a sustentabilidade do turismo

1983	Criação da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento da ONU
1985	Convenção de Viena
1987	Publicação do Relatório Brundtland intitulado ‘Our Common future’
1989	Convenção da Basileia
1992	Cimeira da Terra ou Cimeira do Rio
1994	Conferência de Barbados
1995	Publicação pela ONU do Guia para um Turismo Ambientalmente Sustentável
1996	Declaração de Bali sobre o Desenvolvimento do Turismo Sustentável
1997	Declaração de Berlin sobre Biodiversidade e Turismo
1997	Conferência de Quioto
1998	Conferência de Lanzarote nas Ilhas Canárias
2000	Objectivos do Desenvolvimento do Milénio
2000	Conferência Internacional sobre Turismo Sustentável nas Ilhas da região da Ásia Pacífico em Sanya (China)
2002	Cimeira Mundial de Johannesburgo
2005	Conferência das Maurícias
2007	Conferência de Bali

2012	Resolução das Nações Unidas sobre Promoção do Ecoturismo e Erradicação da Pobreza e Protecção Ambiental
2014	Conferência das Nações Unidas sobre Pequenos Estados em Desenvolvimento em Apia (Samoa)
	Conferência sobre Turismo Sustentável nas Ilhas em Nassau

Fonte: elaboração do autor com base em UNWTO, (2014)

A especificidade dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) foi reconhecida pela ‘United Nations Conference on Environment and Development (UNCED)’ realizada em Rio de Janeiro em 1992. No capítulo 17, parágrafo 124 da Agenda 21 ficou exarado que:

“Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e as ilhas que apoiam pequenas comunidades são um caso especial, tanto para o meio ambiente quanto para o desenvolvimento. Eles são ecologicamente frágeis e vulneráveis. Seu pequeno tamanho, recursos limitados, dispersão geográfica e isolamento dos mercados, colocam-nos em desvantagem económica...” (Nações Unidas - Agenda 21, 1992)

Esse reconhecimento foi ampliado e reforçado por várias publicações, designadamente, pela Nações Unidas (2010) que, na obra ‘Trends in Sustainable Development: Small Island. Developing States (SIDS), apresenta um conjunto de orientações e instrumentos por forma a que os PEID possam abordar os desafios e gerir o turismo de forma sustentável.

Após e na sequência do reconhecimento dos PEID como um caso especial, realizaram-se várias Conferências Mundiais específicas:

A primeira foi a United Nations Global Conference on the Sustainable Development of SIDS - Barbados, 25 April to 6 May 1994- na qual foi emitido o programa de acção para o desenvolvimento sustentável dos PEID. O turismo foi reconhecido como uma das poucas opções de desenvolvimento dos pequenos estados, pelo que deveria ser bem planeado em termos de uma gestão ambiental.

Veio a realizar-se, quatro anos mais tarde, a ‘International Conference on Sustainable Tourism in Small Island. Developing States (SIDS) and other Islands, em Lanzarote, Canárias em 1998. Com base nas resoluções da Conferência, vários encontros regionais foram organizados para a abordagem das questões de sustentabilidade do turismo nos destinos turísticos insulares.

Por ocasião da ‘The World Summit on Sustainable Development in Johannesburg’ em 2002 foi reafirmada a posição especial dos PEID que deveriam merecer mais apoio da comunidade internacional. Entre as prioridades, destaca-se a gestão da costa marítima, mudanças climáticas, energia, recursos, comércio, diversificação dos sectores de actividade económica, entre outros.

Em 2005, realizou-se a Conferência Mundial nas Ilhas Maurícias na qual foi produzida uma declaração denominada ‘*Mauritius Strategy*’ que apresentou um plano de acção com 20 pontos, a maior parte dos quais com implicações no setor do turismo:

‘ (...) ranging from climate change, natural and environmental disasters to resource management (coastal, marine, land, energy, tourism and biodiversity) transport and communication, graduation from least developed country status, sustainable capacity development and sustainable production and consumption (...) (UNWTO, 2014)

A Declaração ‘*Mauritius Strategy*’ reconhece mais uma vez a contribuição do turismo para o crescimento económico dos PEID e a necessidade de uma maior interligação do turismo com outros setores de atividades. Mais uma vez foi chamada a atenção para a necessidade do planeamento do turismo e envolvimento dos *stakeholders* locais.

Em 2010, através da Resolução 65/2, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou ‘*The Outcome Document of the High-Level Review Meeting on the Implementation of the Mauritius Strategy*’ no qual foram apresentadas várias preocupações e desafios que os PEID enfrentam. Numa referência específica no parágrafo 20, ficou afirmado que:

‘ (...) para a maioria dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, o turismo é um importante contribuinte para o emprego e crescimento económico (...) A Estratégia da Maurícias reconhece a necessidade de turismo sustentável. As mudanças climáticas, juntamente com outras fontes de degradação ambiental, podem ter um impacto adverso na sustentabilidade da indústria do turismo nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Convidamos a Organização Mundial de Turismo, as agências relevantes das Nações Unidas e outras partes interessadas a apoiar o desenvolvimento e implementação de medidas para promover o turismo sustentável nesses Estados. ’ (United Nations, 2010).

A Organização Mundial do Turismo organizou, mais tarde, duas Conferências sobre Desenvolvimento Sustentável, uma em 2013 na ilha de Reunião e uma outra em 2014 na ilha de Nassau visando ‘*prover orientações às autoridades nacionais de turismo e à comunidade internacional*’. Duas declarações foram adoptadas:

- A Declaração do Turismo Sustentável, da Ilha de Reunião (‘The Reunion Island Declaration on Sustainable Tourism’) e;
- A Declaração de Turismo de Nassau (The Nassau Declaration on Tourism) como setores-chave para o desenvolvimento dos Estados Insulares.

Essa sucessão de eventos internacionais chamou claramente a atenção para a especificidade das vulnerabilidades das ilhas. No quadro do novo turismo deu-se o alargamento do conteúdo de sustentabilidade que passou a abarcar não só considerações ambientais, mas também sociais e culturais e outras. Surgem formas alternativa do turismo de massas, que como se sabe, dominam nas regiões insulares pobres. Turismo alternativo passou a ser designado de várias formas: turismo verde, ecoturismo, turismo *soft*, turismo de baixo impacto, turismo responsável, entre outros. Paralelamente destaca-se o Conceito de Economia Verde resultante da Conferência do Rio de Janeiro no contexto do desenvolvimento sustentável, na redução da pobreza, melhoria do bem estar das populações, redução das desigualdades etc...

Actualmente, está a ser objecto de intensa divulgação a agenda 2030 das Nações Unidas através dos ODS (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio) que preconizam a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano como elemento base do desenvolvimento sustentável. As ilhas estão a ser apoiados pelas Nações Unidas nesse objectivo magno da consecução dos ODS enquadrados no desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, importa fazer-se uma referência para as teorias académicas que contribuíram para o reforço do prestígio do conceito de turismo sustentável como conceito de capacidade de carga criado por Stanky e Tivy (1973), a teoria do ciclo de vida do destino de Butler (1980) já abordado no capítulo anterior e a publicação do “*Journal of Sustainable Tourism*” a partir de 1993.

Por fim, uma ligeira a vários autores como Butler, (1980) McKercher (1993) Manning (1999) Swarbrooke (2000), Crouch & Ritchie (1999) e Ritchie e Crouch, 2003) Likurd (2011) entre outros, que contribuíram para a afirmação do novo paradigma de sustentabilidade do turismo.

Conforme assinala Likurd (2011) abandona-se completamente a percepção de que o turismo era visto como uma panaceia em que os impactos negativos não entravam nas considerações da indústria turística. Harmoniza-se a necessidade de satisfação das necessidades de hoje e do futuro bem como as necessidades e interesses dos diversos *stakeholders*.

Conforme a síntese do Quadro 2.3., apresentam-se os objectivos que suportam a agenda do desenvolvimento do turismo sustentável nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

Quadro 2.3. - Objectivos de sustentabilidade do turismo nas ilhas

- Viabilidade económica - visando a prosperidade das empresas a longo prazo;
- Prosperidade local - no sentido da melhoria da qualidade de vida das populações locais;
- Controle local – envolvimento e empoderamento da comunidade local no planeamento e processo de decisão sobre o desenvolvimento do turismo;
- Bem estar da comunidade – melhoria da qualidade de vida das comunidades locais incluindo estruturas sociais e sistemas de apoio evitando qualquer forma de degradação e exploração;
- Riqueza Cultural – respeito e melhoria da herança histórica, cultural e as tradições e as peculiaridades da comunidade;
- Integridade física - melhoria da qualidade das paisagens para evitar a degradação ambiental;
- Diversidade biológica - preservação das áreas naturais, os habitats da fauna e flora;
- Eficiência dos recursos - com recurso a fontes renováveis de energia para reduzir as energias fósseis nas operações das infraestruturas e serviços turísticos;
- Pureza ambiental – redução da poluição do ar, das águas e dos campos e geração de lixo pelas empresas e visitantes.

Fonte: Adaptado de UNWTO, Tourism Highlights, 2005 Edition, (2005)

Em suma, o desenvolvimento do turismo sustentável exige o protagonismo de todos intervenientes bem como uma forte liderança política para assegurar a participação e construção de consenso porquanto a sustentabilidade é um processo contínuo que requer uma monitorização sistemática e adoção de medidas preventivas e correctivas.

O conceito de desenvolvimento sustentável do turismo tem sido objeto de uma ampla atenção nas diversas instâncias governamentais, internacionais e académica, sendo ao mesmo tempo objeto de referências críticas por parte de vários investigadores. Apesar dos maiores avanços, nota-se que parte desses discursos produzidos na fase anterior não foram colocados em prática.

2.4. Teoria e prática da sustentabilidade do destino turístico

Na sequência do *Relatório Brundtland* intitulado ‘*Nosso Futuro Comum*’, da Cimeira do Rio que publicou “AGENDA 21”, da “Cimeira Mundial de Johannesburg” bem como das várias Conferências realizadas e das ODS das Nações Unidas, ocorre a consolidação total do conceito de desenvolvimento sustentável e o reconhecimento do triângulo desenvolvimento económico – social-protecção ambiental. As Conferências realizadas em regiões insulares, com destaque para as Conferência de Barbados, Lanzarote, e de Maurícias fizeram emergir os pequenos estados insulares para centralidade das questões do desenvolvimento sustentável. Ficou clara a importância do turismo sustentável nas ilhas. Por outro lado, a literatura está rica em artigos e publicações sobre a problemática do desenvolvimento sustentável.

Todavia, apesar dos avanços já descritos em termos teóricos, persistem vários problemas em termos de operacionalização prática dos princípios de sustentabilidade em vários destinos turísticos. Ou seja, como afirma [Moniz \(2006\)](#) ainda persiste um grande fosso entre a teoria e a prática da sustentabilidade. A autora refere que parte dessa confusão tem a ver com as divergências de interpretação do próprio conceito de desenvolvimento sustentável e a discrepância entre a teoria e a prática da realidade dos destinos.

Todavia, para [Sharpley \(2000\)](#), apesar da grande atenção dada pela academia, a aplicabilidade do desenvolvimento sustentável no contexto do turismo é raramente questionada. [Wheeler \(2013\)](#) argumenta, por exemplo, que os padrões de urbanização são insustentáveis a longo prazo porque as práticas correntes consomem grande quantidade de terreno e recursos, prejudicando o ecossistema local, causando desigualdades entre grupos de pessoas afectando negativamente a comunidade local e a qualidade de vida. O autor afirma que, infelizmente, a deficiente planificação leva a práticas insustentáveis de desenvolvimento.

Por outro lado, existem argumentos económicos que constituem obstáculos ao desenvolvimento do turismo sustentável em alguns países mais pobres em que não se dá devida relevância à sustentabilidade. [Ritchie & Crouch \(2003\)](#), inspirado na hierarquia de Maslow, notam também que, nos países pobres cujas necessidades básicas ainda não estão resolvidas, há uma tendência para não priorizar adequadamente a protecção do ambiente. Assim, ocorre que muitas das considerações sobre a sustentabilidade que vêm sendo debatidas a nível mundial podem não ser tidas em consideração nessas regiões. Aliás, várias pesquisas realizadas em regiões insulares indicam esses problemas sobre as práticas de sustentabilidade do turismo.

Concretizando em relação a um país insular, para [Lima \(2008\)](#), que estudou a biodiversidade na Ilha da Boavista (Cabo Verde) - existem problemas ambientais em ilhas derivadas da pressão exercida pelo crescimento económico. É que em ilhas - como as da Boavista em Cabo Verde, - a fragilidade ecológica e a pressão sobre as zonas costeiras constituem um grande desafio. Os grandes problemas têm a ver com as zonas costeiras que vêm sofrendo um processo de transformação e degradação que se mostra, em muitos casos, irreversível. É nas zonas que se dá uma grande concentração das populações e das atividades económicas relacionadas com o turismo.

[Albuquerque & McElroy \(1992\)](#), num estudo que abarcou 23 estados insulares da região das Caraíbas, aplicam a teoria do ciclo de vida do destino para evidenciar que uma maior intensidade do desenvolvimento do turismo exerce mais impacto negativo sobre as vulnerabilidades ecológicas e na degradação ambiental. [Hampton & Jeyacheya \(2014\)](#) levanta a questão dos custos sociais que os países menos desenvolvidos e, particularmente das ilhas tem de pagar pela escolha do turismo.

Interessante referir que [Polman, Reinhard, Bets, & Kuhlman \(2016\)](#), no quadro do estudo da Ilha de St Eustatius, apresenta o seguinte paradoxo: o ecossistema natural fornece atractivos para o turismo nas ilhas e ao mesmo tempo o turismo e outras atividades do homem podem destruir esse mesmo ecossistema tendo em conta as dificuldades da governança do ecossistema pela limitada resiliência e adaptabilidade das ilhas. Trata-se de um *trade-off* entre os efeitos positivos do investimento em facilidades turísticas e os efeitos negativos sobre os recursos naturais.

Ainda, Scheyvens & Momsen (2008) colocam a questão sobre a negativa conceptualização que se tem sobre as ilhas pequenas como vulneráveis ambientalmente, economicamente dependentes, com limitados recursos e pessoas com poucas qualificações, o que pode prejudicar a capacidade das ilhas agirem com autonomia para alcançar os seus objectivos de desenvolvimento do turismo sustentável e da economia em geral.

Assim se explica que Ioannides & Holcomb (2003) se manifeste contra a decisão de algumas ilhas que embalados pela ‘*rethoric of sustainability*’, adotaram políticas visando limitar o turismo de massas e atrair visitantes de alta renda. Questiona se essas políticas são ambiental e economicamente justificáveis porque o destino deve receber todos os visitantes.

Uma referência a Becken, Mahon, Rennie, & Shakeela, (2014) que constata que as ilhas são conhecidas por serem vulneráveis aos desastres naturais, o que constitui um grande risco para a indústria do turismo e, ao mesmo tempo, por falta de investimentos por parte do setor privado, fraca vontade política para a redução desses riscos e das vulnerabilidades diversas nos domínios social, económico, político e ambiental.

Liburd (2011), por sua vez, reconhece esses e outros problemas com a implementação prática do conceito argumentando que o turismo sustentável não pode ser analisado de *per si* mas sim no seu contexto sócio político e espacial em que deve ser adotado como uma filosofia de gestão que tenha em conta um quadro de princípios e valores estabelecidos pela *Tourism, Education, Futures Initiatives (TEFI)*: como a ética, conhecimento e profissionalismo, respeito mútuo que têm em conta valores como humildade, colaboração, diversidade e inclusão e *stewardship* - na perspectiva de que a terra é um presente divino que devemos fazer uso e cuidar para o benefício da nossa e da geração futura.

Pode-se concluir com a seguinte constatação: Os Pequenos Países Insulares são vítimas das mudanças climáticas provocadas pelos países mais fortes economicamente que sem sempre respeitam as recomendações internacionais. Veja-se que os países insulares são responsáveis por menos de 1% da emissão ‘*Greenhouse Gas*’, mas são alvo particular dos prejuízos causados pelos fenómenos do aquecimento global, como tempestades, furacões, subida do nível das águas do mar, secas, erosão das zonas costeiras que afectam directamente as economias desses países. (United Nations, 2010).

Visando reduzir esse fosso entre a teoria e a prática da sustentabilidade do turismo, e considerando as especificidades das ilhas, a **Organização Mundial do Turismo em 2004 (WTO, 2004)** apresentou os seguintes desafios para uma nova política turística para as ilhas:

- Estabelecimento de limites e condições de desenvolvimento do turismo;
- Adoção da melhor integração possível do turismo (dentro do sistema da ilha);
- Definição de uma estratégia visando um adequado planeamento e gestão das atividades turísticas que implica a viabilidade do setor a longo prazo, bem como o respeito pelos ambientes naturais e culturais;
- A qualificação das infraestruturas e dos projectos turísticos por forma a melhorar a produtividade do investimento turístico através do aumento da estadia, da estação turística, fidelidade e gastos dos turistas;
- Justiça na distribuição dos lucros e custos do turismo entre os principais stakeholders.

2.5. Impactos ambientais e socioculturais nas regiões insulares

Uma vez que persistem as discrepâncias entre a teoria e a prática da sustentabilidade do turismo, não se conseguem evitar vários impactos ambientais negativos sobre os recursos naturais bem como sócias culturais das comunidades residentes. No Quadro 2.4., apresenta-se uma lista dos possíveis impactos sociais e ambientais positivos e negativos relativos ao turismo e que se aplicam aos destinos turísticos dos PEID.

Quadro 2.4. - Síntese dos possíveis impactos do ambientais e socioculturais do turismo

Possíveis impactos ambientais positivos	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da conservação e preservação dos recursos naturais • Aumento da revitalização e embelezamento da comunidade • Aumento de fundos para uma planificação e gestão para manter a boa qualidade do ambiente.
Possíveis impactos ambientais negativos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da emissão de carbono com impacto no aquecimento global (aviação) • Aumento dos efeitos adversos sobre a quantidade, qualidade da água e da qualidade do ar • Maior produção de resíduos e degradação da paisagem do destino • Introdução de espécies não endémicas e elementos tóxicos e poluentes • Destruição do habitat e seu impacto sobre a fauna selvagem
Possíveis impactos socioculturais positivos	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da compreensão e mudanças sociais positivas • Melhoria do nível de vida da comunidade • Aumento da disponibilidade e qualidade de infraestruturas e oportunidades de recreação e entretenimento • Melhoria da qualidade da proteção policial e segurança pública

	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do orgulho pelas tradições culturais • Melhoria da compreensão intercultural e comunicação global • Melhoria da imagem de diferentes comunidades e culturas • Promoção do intercâmbio cultural • Aumento da procura para a exposições culturais e históricas • Preservação e revitalização da identidade cultural local, como gastronomia, , música, artesanato, etc.
<p>Possíveis impactos socioculturais negativos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da prostituição, droga e crimes • Aumento da imigração e de problemas sociais • Competição e conflitos entre turistas e residentes em relação aos serviços, infraestruturas e oportunidades de recreação • Atitudes do turista que podem contrariar a tradição e os valores locais • Deterioração da cultura devido à degradação dos sítios históricos • Perda de identidade e autenticidade cultural • Estandarização da cultura

Fonte: Adaptado de Dwyer & Edwards (2011)

Os diversos impactos causados pelos fluxos de turistas num determinado destino constituem um dos elementos chaves da gestão do destino turístico. Como já foi referido, essas preocupações são acrescidas sobretudo nos países mais pobres, que muitas vezes carecem de recursos e capacidade institucional para implementar medidas reguladoras necessárias para defender as comunidades e os recursos ambientais a longo prazo.

2.6. Capacidade de carga como elemento de competitividade

Em decorrência do que foi abordado sobre os impactos negativos do turismo, se reconhece a importância da capacidade de carga que se apresenta como um elemento relevante para a sustentabilidade dos destinos turísticos insulares. A capacidade de carga concerne ao número máximo de visitantes que podem utilizar um determinado destino turístico sem causar alterações inaceitáveis no ambiente físico e social. Cooper et al (1998) definem capacidade de carga como a habilidade de absorver a procura turística sem deteriorar o ambiente. Estabelece-se a relação entre o fluxo turístico e os recursos turísticos do destino.

O Quadro 2.5. explicita os diversos tipos de capacidade de carga.

Quadro 2.5. - Tipos de capacidade de carga

Tipos de capacidade de carga	Características Gerais
Física	<ul style="list-style-type: none">• concerne ao espaço físico, e mais concretamente à quantidade de terreno disponível para as instalações como espaços para parqueamentos, restaurantes, alojamentos.
Ambiental	<ul style="list-style-type: none">• tem a ver com a capacidade do destino em suportar os prejuízos ambientais em termos de recursos naturais, flora, fauna e de todo o ecossistema ambiental.
Psicológica	<ul style="list-style-type: none">• refere-se à capacidade máxima de um determinado destino de não permitir a redução da experiência e satisfação do turista. Trata-se de um critério subjetivo pois diferentes pessoas possuem diferente percepção e capacidade de suportar e tolerar espaços com muitos visitantes
Social	<ul style="list-style-type: none">• refere-se ao impacto do turismo sobre a comunidade residente e a capacidade dos residentes em suportar de forma aceitável os níveis do turismo num determinado destino
Económica	<ul style="list-style-type: none">• tem a ver com o número de visitantes que podem ser acolhidos sem que a comunidade local sofra economicamente.
Operacional	<ul style="list-style-type: none">• concerne ao número de visitantes que pode ser atendido pelas infra-estruturas locais.

Fonte: Adaptado de Cooper et al (1998, p.110)

CAPÍTULO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO

3.1. Introdução

No presente capítulo, a análise cinge-se às políticas públicas do turismo e, mais concretamente ao papel e funções/âmbito da intervenção do Estado bem como os princípios e formação da agenda pública e sua implementação.

Analisa-se o papel das políticas públicas do turismo enquadradas na abordagem do destino turístico como um sistema em que cada *stakeholder* desempenha as suas funções sendo que a liderança é assegurada pelo Estado. Inicia-se com a dilucidação do conceito de política pública do turismo e os graus de intervenção e funções do Estado tendo em conta as especificidades dos pequenos países insulares. Se em relação aos países desenvolvidos essa intervenção é mais diluída, quanto aos PEID, a intervenção tem de ser necessária e mais forte.

As políticas públicas podem ser abordadas em duas perspetivas. Do ponto de vista prescritivo no sentido de se analisar o que é que governo deve fazer e porquê e, na perspetiva descritiva, sobre o que que o governo já fez, ou seja, políticas concretas implementadas.

O processo de decisão das políticas públicas obedece a um conjunto de regras e procedimentos. No quadro de um ambiente político, económico e social, as políticas públicas são agendadas e implementadas pelas agências públicas respeitando os princípios para que seja garantido o interesse público (Elliott, 1997).

Segundo Baptista, Pocinho & Nechita (2019), as políticas públicas do turismo focalizam no desenvolvimento do sector do turismo e, ao mesmo tempo, na melhoria da qualidade de vida da população através do estabelecimento de prioridades, da gestão dos recursos e da ligação entre todas as entidades públicas, privadas e comunidade.

3.2 Conceito de políticas públicas do turismo

O conceito de políticas públicas do turismo refere-se a todas as ações concebidas e implementadas pelos poderes públicos com impacto no sector do turismo. A generalidade dos autores, como Hall (2008), Ritchie, Goeldner & McIntosh (2002), Hall & Jenkins (1995), Faulkner, (1997), Jeffreys (2000), Kerr (2003), Elliott (1997), Licorich et al (1994) que abordam o papel do Estado no turismo reconhecem a relevância das funções do Estado nesse sector de actividade

A dilucidação do conceito de políticas públicas do turismo inicia-se com a própria análise do conceito de políticas públicas. Na obra *'Tourism e Public Policy'*, Hall & Jenkins (1995) apresentam um quadro conceptual para o estudo das políticas públicas do turismo, fazendo várias citações de definições de políticas públicas que enfatizam a ideia de que as políticas públicas são geradas no quadro de procedimentos e influências de organizações governamentais; ou seja, o que o governo escolhe fazer ou não. Fazendo a relação entre políticas públicas e turismo, concluem que políticas públicas do turismo *'is whatever governments choose to do or not to do with respect to tourism'* (Hall & Jenking, 1999, p. 8).

Trata-se, pois, de uma definição ampla que abarca tudo o que os poderes públicos possam fazer ou não em relação ao setor do turismo. Todavia, as políticas públicas ultrapassam a responsabilidade dos governos. Podem ser influenciadas por vários actores sociais e económicos no quadro de um conjunto de interações entre Estado, empresas e sociedade. Por isso, torna-se difícil uma convergência em relação à própria definição das políticas públicas. Um denominador comum tem a ver com o facto das políticas públicas terem a sua origem nos governos ou entidades públicas. O que determina o carácter de uma política pública é a sua origem e não os seus impactos. Assim, as políticas públicas no domínio do turismo resultam de uma interligação complexa de fatores económicos, políticos e sociais bem como das características do sistema político. Nesse processo intervêm um conjunto de elementos, como sejam, os departamentos públicos, a legislação, os processos, a distribuição do poder, etc. As políticas dentro das esferas do poder sofrem influências de grupos de pressão, ONG's, líderes comunitários, poderes locais e sindicatos, trabalhadores etc...

Hall & Jenkins (2004) argumentam que a análise de políticas públicas no turismo ganha cada vez mais relevância, sobretudo nos PEID, em virtude da expansão do turismo e a neces-

sidade do envolvimento dos governos na prevenção dos impactos negativos do turismo. O turismo é assim objeto de uma atenção muito especial pelos governos, seja em países ricos como nos países em desenvolvimento, designadamente nos PEID.

3.3. Razões para a intervenção do sector público no turismo

Os poderes públicos intervêm no setor do turismo em todos os países. O que varia é o grau da intervenção. Como se abordou antes, a ação pública é relevante mesmo em países mais liberais em que a atividade económica se encontra totalmente nas mãos dos privados. Mesmo nesses países, em que até os investimentos em infraestrutura são realizados pelos privados, a intervenção do Estado é necessária para o sucesso do destino turístico (Firmino, 2007).

Em relação a determinadas regiões insulares, o Estado adota uma posição mais forte e interventiva cumprindo diversas funções porquanto o turismo pode ser das poucas fontes para a obtenção de receitas em divisas e geração de empregos. Por isso, nesses países existe uma maior necessidade de liderança, coordenação e integração do setor turismo que se apresenta fragmentado em várias atividades económicas.

Segundo Firmino (2007), o Estado tem em conta os interesses distintos dos actores e, ao mesmo tempo, potencia o desenvolvimento de regiões menos favorecidas, combatendo a pobreza, o desemprego e promovendo o desenvolvimento regional. Cooper et al 1998 argumentam que o papel do governo é crítico na formatação do sistema do turismo uma vez que o Estado aplica vários instrumentos para gerir a direcção do turismo no interesse de todos os stakeholders, influenciando a procura e controlando a oferta turística. Conforme nota Vieira, (1997), uma das principais preocupações dos poderes públicos nacionais e locais visa a procura do equilíbrio entre as ‘virtualidades do turismo e os seus efeitos negativos’. São as duas faces da mesma moeda.

Assim tem de haver uma abordagem holística para a complexidade das políticas nacionais em relação a um sector como o turismo que abarca várias indústrias. Tendo em conta a complexidade do sector, releve-se a necessidade das políticas públicas em todos os níveis de tomada de decisões para garantir o turismo sustentável (Farsari, Butler & Szivas, 2011).

Se o Estado está presente em situações normais, a sua presença reforça-se em momentos difíceis e de crise. Pode-se assistir a um incremento das ações do Estado, conforme vários autores que abordaram diversas situações de crise, como [Ritchie, Molinar & Frechtling \(2010\)](#) que analisaram o impacto da crise financeira de 2008-2009 sobre a performance global do turismo.

Para concluir em relação aos PEID, [Sharpley & Ussi \(2012\)](#) observam que pouca atenção tem sido dada ao papel do Estado nos PEID enquanto agente na liderança do turismo e, que a deficiente governação constitui uma barreira para estimular o desenvolvimento do sector.

3.4. Funções e áreas de intervenção do sector público

A generalidade dos autores como [Lickorish, Jefferson, Bodlender, & Jenkins \(1994\)](#), [Cooper et al \(1998\)](#), [Goeldner et al \(2002\)](#), [Puppim de Oliveira \(2003\)](#), [Costa et al. \(2004\)](#), [Firmino \(2007\)](#), [Matias \(2007\)](#) e [Hall \(2008\)](#) defendem que os poderes públicos devem intervir no setor do turismo e, por isso, teorizaram sobre as funções e as áreas de intervenção dos poderes públicos (governo central e local).

[Goeldner et al \(2002, p.294\)](#) destacam o papel especial das políticas públicas como fator determinante da competitividade dos destinos turísticos, sobretudo através do planeamento estratégico ao nível governamental no quadro do contexto em que os destinos turísticos sofrem o impacto de duas forças: ‘a concorrência crescente de outros destinos existentes ou emergentes’ e a ‘pressão para se manter a integridade económica das regiões turísticas’.

[Costa et al. \(2004\)](#) relevam o protagonismo do Estado na atividade turística tendo em conta o carácter transversal e a fragmentação da indústria e, por ser o turismo uma atividade geradora de emprego, de receitas cambiais e do desenvolvimento regional. Ainda, [Firmino \(2007\)](#) faz notar que o sistema turístico apresenta falhas e que o destino turístico não terá sustentabilidade se os diversos protagonistas não estiverem bem organizados num sistema coerente. Por isso, refere o papel e as funções dos poderes público na regulação do sistema. Sobretudo nos destinos turísticos dos PEID em que existem várias fraquezas institucionais e organizacionais.

[Hall \(2008\)](#) elenca diversas funções e áreas de intervenção do Estado visando a melhoria da competitividade da oferta turística e a gestão dos impactos do turismo, destacando cinco

áreas de intervenção: coordenação, planificação, legislação, empreendedorismo, o papel social e a protecção dos interesses.

Na mesma linha, [Lickorish, Jefferson, Bodlender & Jenkins, \(1994\)](#) apresentam um quadro sobre o papel e funções do Estado abarcando a concepção e implementação das estratégias, regulação, inspeção e protecção do consumidor assim como a política fiscal, investimentos em infraestruturas e a criação de condições para que o setor privado possa operar com sucesso. O Governo pode ainda, através da política de incentivos influenciar o fluxo do turismo, por exemplo, através da legislação, políticas de visas e controle da aviação civil.

Por sua vez e, com base na experiência brasileira, [Puppim de Oliveira \(2003\)](#) destaca o papel do governo não só na construção das capacidades institucionais e no investimento em projectos ambientais, mas também no controle do desenvolvimento dos fluxos turísticos e na criação de áreas protegidas. [Matias \(2007\)](#) enfatiza a questão dos bens públicos e externalidades no turismo e advoga a o protagonismos do papel dos poderes públicos para garantir e melhorar o livre funcionamento do mercado. Mais recentemente, com a popularidade do conceito de desenvolvimento sustentável, a questão da protecção ambiental vem ganhando relevo. [Firmino \(2007\)](#) ressalta o problema das externalidades negativas sobre o meio ambiente que podem afectar o bem estar das comunidades e até contribuir para a destruição da atratividade do destino.

Apesar das teorias que recomendam menos governo, [Hall & Jenkins \(2004\)](#) defendem que as deficiências do mercado exigem a intervenção do Estado no turismo em áreas específicas, designadamente, nas seguintes principais funções essenciais do Estado em relação ao turismo:

- planificação
- gestão
- Legislação
- regulação
- Investimento em infraestruturas
- Segurança

3.5. Concepção, implementação e controle da agenda das políticas públicas do turismo

Normalmente, conforme a literatura, a formação e implementação das políticas públicas do turismo obedece ao ciclo que inclui a formação da agenda, o processo de decisão, a implementação e, por fim, a monitorização.

Numa primeira fase ocorre a formação da agenda das políticas públicas que consiste na definição dos objectivos e das prioridades assumidos pelo governo. Segue-se o processo de decisão que tem em conta um conjunto de princípios e valores. A terceira fase refere-se à implementação das políticas pelos departamentos públicos e depende das condições políticas e socioeconómicas, opinião pública, posição dos grupos de pressão, organizações privadas e partidos da oposição. Por fim, a fase de avaliação e monitorização no sentido de se analisar os impactos das políticas públicas.

A gestão pública depende do sistema do governo: se for federal como nos EUA, o governo federal não intervém nas questões locais; se for um pequeno estado - como Cabo Verde - compete ao governo central e às autarquias locais conceber e implementar as políticas com impactos locais.

É importante a descentralização da acção do Estado em países menos desenvolvidos tendo em conta a excessiva centralização dos poderes de decisão e os deficientes resultados em termos da produtividade da burocracia pública.

A avaliação das políticas é um importante direito democrático: o controle sobre as ações do governo. Tendo em conta a dinâmica do turismo, as políticas devem ser avaliadas e monitoradas sistematicamente. O processo de avaliação visa analisar as informações sobre a concepção, implementação e resultados das políticas e programas. [Hall & Jenkin \(1999, apud Hogwood & Gunn, 1984\)](#) elenca um conjunto de fatores que afetam a avaliação e monitorização das políticas públicas:

- A clareza e a especificidade dos objectivos e das políticas do turismo
- As prioridades governamentais
- Mudanças que ocorrem no governo
- As tendências demográficas

- Mudanças nas necessidades e expectativas na indústria
- Reação dos grupos de interesse (aceitação ou oposição)
- Influências dos líderes da comunidade, mass media e outras formas de mudança
- Mudanças na comunidade ou necessidades do visitante.

Por outro lado - na linha de Elliott (1997) - o turismo apresenta-se como uma realidade complexa e repleta de interdependências. Na realidade, não existe uma linha demarcadora muito definida entre os princípios e a práticas, política e poder, formulação e implementação, setor público e setor privado, formal e informal. A acção dos poderes públicos ocorre a vários níveis (nacional e regional) e envolve uma diversidade de organizações públicas. No setor privado, existem os grandes grupos internacionais e as pequenas empresas. Todas essas organizações estão inter-relacionadas e são interdependentes numa teia complexa.

Para esse autor, as políticas públicas do turismo são concebidas e implementadas pelos poderes públicos - o sistema político, o sistema administrativo e os gestores públicos - (who); obedecem a alguns princípios e regras (how) num quadro de processos democráticos e administrativos, visando um conjunto de resultados (what) como aumento do número e gastos dos visitantes, satisfação da experiência do visitante, melhoria das infraestruturas, benefícios para a comunidade, designadamente ao nível do emprego e qualidade de vida.

A questão dos princípios é relevante e tem a ver com as justificações e a legitimidade para o uso do poder por parte do Estado. É que os cidadãos esperam que esses princípios sejam cumpridos. Por outro lado, e segundo o consenso da literatura, a indústria turística não sobrevive por si só sem a presença do governo que fornece a estabilidade política, a segurança e o quadro legal e, fornece os serviços públicos tendo em conta apenas o interesse geral. É que, normalmente os privados são norteados por outras prioridades e princípios visando a maximização do lucro e os interesses particulares.

3.6. Planeamento do destino turístico

O planeamento do destino, em relação ao qual os poderes públicos desempenham um papel crucial, corresponde a uma componente determinante para a competitividade e sucesso do destino turístico. Veja-se que os itens relativos ao planeamento constituem um fator de competitividade de todos os modelos de competitividade estudados.

Existem questões relevantes que devem ser abordadas para o sucesso futuro do destino. Aliás, já Drucker (1954) - um dos primeiros a se preocupar com questões da estratégia empresarial - na sua obra “*The Practice of Management*” estabelece que a gestão visa responder duas questões essenciais: Qual é o negócio atual e qual poderá ser o negócio no futuro? Aplicando esse princípio à gestão do destino turístico, importa sempre abordar como é que se pretende desenvolver o negócio do turismo. A planificação pretende ocupar-se da questão da relação entre a situação actual e a da futura do destino turístico.

A melhor forma do planeamento do turismo, sobretudo em pequenas ilhas, e na linha de vários autores como Liburd (2011) e Tribe (2011), implica o ‘*approach*’ já abordado do turismo sustentável em que estão presentes considerações da perspectivas do sistema, desenvolvimento de longo prazo e envolvimento dos *stakeholders*.

A questão do planeamento ganha relevância na mudança de perspectiva de curto para longo prazo porquanto tem-se de adotar uma perspectiva estratégica para com o mercado e para com o destino nas diversas fases do ciclo de vida. Para se atingirem os efeitos benéficos, o turismo deve ser objeto de planeamento adequado para minimizar os efeitos negativos e contribuir para a criação de condições para que a comunidade possa atingir os seus objetivos de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida.

Reconhece-se que o planeamento é um processo complexo tendo em conta a própria complexidade do fenómeno turístico em que participam vários actores e organizações integradas num sistema tendo em conta a fraqueza institucional que caracteriza os pequenos países. Assim, nem sempre é possível uma coordenação e harmonização de todos os elementos do sistema. O planeamento assume-se assim como uma ferramenta para potenciar o desenvolvimento do turismo e sua implementação exige uma estrutura eficaz e eficiente na tomada de decisões integradas e coordenadas.

A generalidade de autores propõe modelos que se enquadram no clássico *framework* estratégico que inclui análise, definição de objetivos e metas, formulação da estratégica, estruturas, implementação e seguimento/avaliação, conforme o Quadro 3.1.

Quadro 3.1. - Modelo consensual do planeamento estratégico para destinos turísticos

Análise da situação	A primeira fase visa fazer uma avaliação da situação actual do destino nas mais diversas perspectivas. Faz-se uma avaliação interna do destino e externa da envolvente. Procura-se também conhecer a posição estratégica do destino através da análise dos diversos produtos e serviços prestados no destino.
Objectivos e metas	Da análise emergem os chamados fatores críticos de sucesso. A partir desses fatores é que se traçam os objetivos e metas que fornecem a direcção concreta do processo de planeamento.
Formulação das estratégias	Para que as metas sejam alcançadas, o destino deve adotar estratégias concretas visando a construção do mix de produtos e serviços em ordem à satisfação dos visitantes. Nesta fase, deve-se ter em conta a força competitiva do destino e a fase do ciclo de vida em que se encontra.
Marketing, posicionamento e o Mix	Trata-se de uma fase em que são definidas as diferentes operações que se iniciam com a identificação dos mercados alvo, o desenvolvimento e posicionamento dos produtos turísticos por forma a se diferenciar o destino, até ao marketing mix para comunicar esse posicionamento perante os diferentes segmentos.
Implementação e monitoramento	Por fim, a fase final em que são organizadas as estruturas e o quadro institucional para implementar as estratégias e políticas através de programas com ações concretas, timing e responsabilidades. Ao que se segue o processo de montagem de um sistema de controle e monitoramento por forma a se avaliar o grau de implementação e os desvios e medidas correctivas.

Fonte: autor Adaptado de Health and Wall (1992) apud Cooper (1998)

Tribe (2011) também apresenta um modelo de planificação estratégica para o destino turístico em que defende uma visão de longo prazo e uma perspectiva holística e integrada dos planos em que cada uma das etapas do *Framework do Processo Estratégia para o Turismo* corresponde às seguintes componentes:

- Propósito da Estratégia
- Análise Estratégica
- Escolha Estratégica
- Implementação Estratégica

Geralmente, sobretudo nos destinos de países pobres, a fase mais complicada concerne à implementação das políticas. Para Cooper et al. (1998), as falhas ocorrem em virtude de alguns situações como: indefinição de linhas de responsabilidade dos diversos *stakeholders* com interesses dispares, falta de comprometimento político ao nível nacional e local, conflitos entre actores no destino, falta de harmonia entre a componente estratégica de longo prazo e a tática de curto prazo e inadequada análise da situação.

Como existe uma fragmentação de actividades empresariais com as suas estratégias comerciais de curto prazo visando o lucro, podem ocorrer situações de divergência com o setor público que aborda o turismo numa perspectiva mais ampla e integrada de longo prazo. Assim, segundo Dwyer & Edwards (2011) o processo de planificação deve ser multidimensional e integrado e baseado nos princípios e valores do turismo sustentável, como:

- Responsabilidade da proteção dos recursos naturais
- Cometimento e liderança dos poderes públicos
- Cooperação entre os stakeholders.

A cooperação é importante porquanto os stakeholders possuem valores, necessidades e aspirações diferentes. Daí a necessidade de a planificação incorporar todo esse mosaico de interesses divergentes.

O desenvolvimento do turismo não pode ocorrer com medidas de improviso e de curto prazo. Mas sim, segundo Mazaro & Varzin, (2008), a grande virtude do enfoque de uma planificação estratégica reside no marco genérico que permite a coordenação das distintas intervenções e papéis dos poderes públicos e privados potenciando uma análise integrada da gestão do destino através de um conjunto de fatores suscetíveis de melhorar a performance do destino.

Por outro lado, conforme Quadro 3.1, releva-se a fase de monitorização e seguimento das políticas, projectos e ações implementadas pelas diversas estruturas públicas por forma a assegurar uma gestão de todas as componentes do destino turístico. Além de bem planeadas, as políticas devem ser organizadas e implementadas de forma adequada e serem objecto de seguimento e avaliação para que o processo estratégico possa incorporar as medidas correctivas. Essa avaliação tem de ser realizada tendo em conta um conjunto de padrões com critérios e indicadores definidos enquadrados nos princípios de Elliot (1997).

Em suma, para vários autores, o planeamento turístico enquanto processo dinâmico, flexível evoluiu, ao longo dos anos, no sentido de um enfoque mais amplo de harmonização das necessidades de todos os stakeholders para que todos possam beneficiar dessa atividade. Por isso, o planeamento do destino precisa de combinar as inovações de gestão e de tecnologias visando sempre a satisfação dos *stakeholders* (Buhalis et al, 2011).

3.7. Conclusão do capítulo e a especificidade dos PEID

Ficou claro que todos os governos de uma forma mais directa ou indirecta desenvolvem políticas públicas para aumentar os impactos positivos do turismo e reduzir os efeitos negativos que se fazem sentir ao nível ao nível social e ambiental. Esta necessidade da intervenção públicas faz-se sentir com mais acuidade nos PEID, por diversas razões. A principal razão tem a ver com o facto dessas regiões dependerem do turismo enquanto atividade económica principal.

Veja-se que o turismo ocupa um lugar de relevo nos PEID, como por exemplo, da Costa Oriental da África como Maurícias e Seychelles, das Caraíbas como República Dominicana, Jamaica, Trinidad e Tobago e alguns países insulares na Ásia e Pacífico. Cabo Verde também marca presença nesta lista enquanto país dependente das actividades turísticas.

A intervenção pública é também necessária porquanto esses países são dominados por grandes grupos privados turísticos internacionais que procuram a maximização dos lucros de curto prazo podendo em determinados casos não se preocupar com as questões sustentabilidade a longo prazo. Acresce-se um conjunto de constrangimentos que afectam esses países que nem sempre possuem capacidade institucional para fazer cumprir os princípios apresentados por Elliott (1997). Essa deficiência institucional e outras falhas organizativas podem impedir os poderes públicos de prosseguir o bem comum. Por causa da corrupção e o imediatismo o interesse particular pode sobrepor-se ao interesse geral. Nem sempre os poderes públicos são eficazes e eficientes no sentido de adotarem as melhores políticas que tragam melhores resultados e impactos positivos a médio e longo prazos.

Um problema que afeta os países pobres insulares tem a ver com as deficiências ao nível de *'accountability'*, isto é, da responsabilização pelas consequências das políticas implementadas. Normalmente, os *'media'*, o poder judicial e os grupos de pressão não possuem força institucional para obrigar os poderes públicos a prestarem contas e a se responsabilizar pelas políticas implementadas. Ainda destacam-se as vulnerabilidades dos países insulares na perspetiva das mudanças climáticas e os efeitos negativos no ecossistema marítimo e a necessidade de respostas dos poderes públicas através da planificação e regulamentação (Belle & Bramwell, 2005).

No que concerne aos problemas que possam ocorrer da relação entre turistas e comunidades locais, sobretudo nos territórios pequenos como as ilhas, os governos devem desenvolver políticas para controlar esses efeitos do turismo e reduzir as eventuais fricções. Por isso é que, normalmente, os complexos hoteleiros são construídos longe de zonas densamente povoadas. Essa medida é válida para regiões com elevados fluxos turísticos e pouca população como os destinos insulares.

Existem países, como por exemplo as Ilhas Maurícias e Seychelles, que limitam fluxo internacional do turismo com políticas de atração de apenas segmentos de turismo de alto rendimento. As elevadas receitas compensam o fluxo menor de turistas e podem compensar as receitas geradas pelo turismo de massas de baixo rendimento. Mas o turismo para o segmento de alta renda exige um ambiente altamente qualificado com equipamentos e serviços de elevado *standard*, o que muitas vezes não é possível em países pobres.

O setor público visa a harmonização de todos os interesses díspares por forma a assegurar a competitividade e sustentabilidade do destino turístico através de uma visão de longo prazo. Se os agentes privados não suportam as externalidades negativas, compete ao Estado a função de assumir e corrigir os excessos. Através das políticas públicas, como por exemplo, a regulação e outras medidas, o problema das externalidades é abordado para assegurar o desenvolvimento sustentável. Todavia, os governos desses países, muitas vezes, não conseguem estabelecer um quadro regulatório que possa potenciar uma melhor distribuição mais justa e equitativa dos resultados do turismo para a comunidade porquanto esses países são dependentes do investimento externo e dos grandes *'resorts all inclusive'* com grandes vazões na economia e com salários muito baixos para os trabalhadores locais não qualificados (Mitchell & Li, 2016)

Miller, Rathouse, Scarles, Holmes, & Tribe (2010) defendem uma atenção especial do Estado em relação à sensibilização dos públicos por forma a potenciar a mudança do padrão de comportamento em relação ao turismo sustentável porquanto na sequência de um estudo empírico realizado, chegou-se à conclusão que, por exemplo, o público em UK ainda possui níveis baixos de consciencialização sobre o turismo sustentável.

Os instrumentos adotados pelo governo em ordem ao turismo sustentável ocorrem dentro de um quadro ético. Concretamente, em relação às regiões insulares, os governos são chamados - no quadro do já abordado Programa de Acção de Desenvolvimento Sustentável nos PEID -

Barbados 2004 - a adotarem um planeamento integrado através de medidas para proteger a integridade cultural e ambiental, promover o ecoturismo e o turismo cultural bem como avaliar os impactos económicos, sociais e ecológicos.

Por outro lado, a *Estratégia das Maurícias (2005)* sugere que os governos dos Estados Insulares, em parceria com os grupos privados devem integrar os planos de desenvolvimento do turismo sustentável nas suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, promovendo iniciativas baseadas no desenvolvimento das comunidades, na protecção da cultura, tradições e na conservação e gestão dos recursos naturais. Deve também ser encorajado o uso de fontes de energias renováveis no turismo, nos transportes e noutras actividades.

Wilkinson (1989) argumenta que o financiamento do turismo nos microestados tem de ser bem planeado. Em virtude de problemas de financiamento por parte do setor privado, compete ao Estado desses países a realização importantes investimentos em infraestruturas diversas. O Estado, por falta de recursos, é obrigado a endividar-se para realizar essas obras de infraestrutura. Por outro lado, as deficiências de governação dos PEID atingem, inclusive, questões de gestão financeira, designadamente, o excessivo endividamento dos PEID que já ultrapassou os 60% estabelecidos pelo FMI e que, em alguns casos, atingem níveis elevados, como é o caso da Jamaica (142%) e Guyana (179%), o que implica um círculo vicioso de vários desses países, designadamente, os das Caraíbas, que pedem emprestado para pagar as dívidas.

Concluindo, a literatura e as Organizações Internacionais defendem um forte engajamento dos poderes públicos com adequadas políticas públicas e uma forte liderança na criação de um quadro de participação e de parceria entre o governo, setor privado e comunidade. Assim os PEID precisam de ter estruturas de governança e gestão do destino turístico adequadas para se abordarem os desafios e as oportunidades do turismo sustentável abarcando os aspetos da rentabilidade económica, a satisfação dos turistas e o bem estar da comunidade através do incremento dos efeitos multiplicadores para aumentar os impactos positivos e mitigar as externalidades negativas ao nível ambiental, recursos naturais e social.

CAPÍTULO 4. - COMPETITIVIDADE DO TURISMO

4.1. Introdução

O escopo deste capítulo visa analisar as questões relevantes da competitividade que possam sustentar o desenvolvimento dos destinos turísticos. Essa análise reveste-se de uma grande importância neste contexto em que a concorrência de vários destinos turísticos está cada vez mais feroz e os visitantes mais exigentes. É fundamental que as organizações, sejam empresas e regiões ou países, invistam permanentemente para que possam melhorar a sua competitividade. Tendo em conta a importância económica, quase todos os países estão a investir para aumentar a sua capacidade de atrair mais fluxos turísticos num contexto complexo interdependente em que a indústria do turismo e os governos enfrentam os desafios resultantes das transformações que vêm ocorrendo (Gooroochurn & Sugiyarto, 2005).

A competitividade transformou-se num conceito muito popular nas últimas décadas sendo que milhares de artigos e livros publicados abordam seu significado, relevância e formas de medição. Tem sido objeto de debates a vários níveis, sejam académicos através de disciplinas como economia, gestão e ciência política, ou ao nível dos governos e organizações internacionais.

Tendo em conta a dinâmica global da indústria turística, Chin, Haddock-Fraser & Hampton, (2017) consideram essencial a análise da competitividade do destino turístico visando o aumento da performance e melhoria da gestão do destino no quadro da sustentabilidade. A efectividade das políticas públicas para a competitividade do destino turístico depende da performance do poderes públicos, que por sinal, nos pequenos estados pobres, podem apresentar várias fraquezas institucionais e de liderança pública ao nível nacional, regional e local (Barbosa et al, 2010).

Apresenta-se de seguida uma revisão da literatura sobre o conceito de competitividade do destino turístico relevando a síntese dos paradigmas da vantagem comparativa e o *framework* da vantagem competitiva. Outro tópico de destaque concerne à medição da competitividade dos destinos turísticos, com base nos fatores que integram os diversos modelos de competitividade. Serão abordados vários modelos de competitividade aplicados ao turismo.

4.2. Competitividade na perspectiva económica e de gestão

A competitividade representa a capacidade das organizações para obterem resultados e posições de sucesso num determinado mercado e durante um período de tempo. Esses resultados são obtidos em virtude de um conjunto de vantagens que a organização possui em relação aos concorrentes.

Segundo Miki, Gandara & Muñoz, (2012), competitividade refere-se a dois níveis: ao nível micro, sobre a capacidade de uma empresa dentro de um determinado mercado ou setor em aumentar vendas e quotas de mercado e, assim, obter resultados financeiros e, ao nível macro, concernente à capacidade de um país ou região ter sucesso comercial ao conseguir vencer a concorrência internacional.

Como a competitividade, ao nível micro, diz respeito à capacidade das empresas em desempenhar as suas atividades satisfazendo as necessidades dos clientes, as empresas que não são competitivas correm o risco de desaparecer do mercado. Por sua vez, a competitividade de uma região ou de um país dependem da competitividade das empresas e dos diversos setores de atividade dessa região ou país.

Apesar da concorrência entre as diversas indústrias de um destino que prestam os serviços turísticos como transporte, alojamento e outros, a concorrência entre as empresas está dependente da escolha do destino por parte do turista. Primeiro, o turista escolhe o destino e, depois, as empresas como as companhias aéreas, os hotéis, restaurantes, etc.

A abordagem da competitividade não tem sido consensual. Baños & Jiménez, (2012) revelam a complexidade do conceito de competitividade e o seu elevado grau de subjetividade que abarca vários atributos e escopos.

Uma das principais definições vem de Scott & Lodge (1985, p. 3) ao conceituar a competitividade nacional como a habilidade que um país tem de criar, produzir e distribuir produtos e serviços no mercado internacional e, ao mesmo tempo, obter retornos. A noção de competitividade significa não só a capacidade de produzir bens e serviços, mas também que a riqueza gerada possa aumentar a longo prazo. Krugman (1996) argumenta que a competição entre as nações (*close system*) é diferente da competição entre empresas (*open system*).

Quadro 4.1. - Quadro de definições de competitividade de Croes (2011)

1. Porter

“O único conceito significativo de competitividade ao nível nacional é a produtividade. O principal objetivo de uma nação é produzir um padrão de vida alto e crescente para seus cidadãos. A capacidade de fazer isso depende da produtividade com o trabalho e o capital de uma nação.”

2. Krugman

“Competitividade é a nossa capacidade de produzir bens e serviços que atendam ao teste da concorrência internacional, enquanto nossos cidadãos desfrutam de um padrão de vida que é ao mesmo tempo crescente e sustentável.”

3. Buhalis

“...O esforço e a obtenção de rentabilidade a longo prazo, acima da média da indústria em particular em que operam, bem como acima de oportunidades alternativas de investimento em outras indústrias.”

4. Ritchie e Crouch (

“(...) a capacidade de aumentar os gastos com turismo, atrair cada vez mais visitantes, proporcionando-lhes experiências satisfatórias e memoráveis e fazê-lo de maneira lucrativa, melhorando o bem-estar dos residentes de destino e preservando o capital natural do destino para as gerações futuras .”

.”

5. Dwyer et al.

“...O objetivo final da competitividade é manter e aumentar a renda real de seus cidadãos, geralmente refletida no padrão de vida do país ... seu objetivo final é aumentar o padrão de vida de uma nação em condições de mercado livres e justas.”

6. Hong

“...A posição competitiva (com altos lucros e crescimento constante) da indústria do turismo de uma nação em relação ao mercado global das indústrias de turismo de outras nações, sejam países desenvolvidos ou em desenvolvimento, o que aumenta a renda e o padrão reais de viver de seus cidadãos.”

7. Enright & Newton

“ A capacidade da nação de produzir produtos e serviços que atinjam o *standard* do mercado enquanto simultaneamente mantem ou aumenta os rendimentos dos cidadãos’

Fonte: Extraído de Croes (2011)

Conforme o Quadro 4.1, das definições de competitividade em geral e do turismo em particular, destacam-se dimensões que tem a ver com a produtividade através da melhor alocação dos recursos, rentabilidade, melhoria da atractividade e desempenho no mercado com novas ofertas e produtos suscetíveis de proporcionar novas experiências visando atrair cada vez mais visitantes.

4.2.1. Da vantagem comparativa para a vantagem competitiva

As questões de competitividade têm sido abordadas desde os economistas clássicos como Adam Smith e David Ricardo até aos contemporâneos como M. Porter.

A abordagem seminal da competitividade remonta ao clássico Adam Smith (1876) em cuja obra prima ‘A Riqueza das Nações’ introduziu o conceito de vantagem absoluta relevando a importância do baixo custo de produção no quadro de um mercado livre, que de forma eficiente, permite a utilização dos recursos para satisfazer as necessidades do consumidor. Essa é a condição que permitiria que um determinado país apostasse num produto em que fosse capaz de produzir com custos mais baixos. Para Adam Smith a noção de riqueza é criada pela divisão do trabalho e especialização. Mais tarde, David Ricardo introduziu o conceito de vantagem comparativa que determina a posição de um determinado país no quadro do comércio internacional. Mais recentemente, Com M. Porter começa-se a falar da competitividade das nações com base na produtividade dos fatores em prol do desenvolvimento económico de regiões e países. Ocorre a emergência de um novo paradigma de abordagem da competitividade que passa a ser vista numa perspetiva de gestão e no quadro da globalização.

Hong (2008, p.8) apresenta um quadro sintético da evolução do conceito de competitividade, desde Adam Smith e David Ricardo até aos dias de hoje sintetizando as duas grandes tendências de interpretação da competitividade: Teoria da Vantagem Comparativa Ricardiana e a Teoria da Vantagem Competitiva de Porter. A abordagem Ricardiana é vista numa perspetiva da economia e no quadro da internacionalização e focaliza nos recursos enquanto o *framework* de Porter enquadra-se numa perspetiva de gestão e no quadro da globalização, centrando-se na alocação de fatores de sucesso.

4.2.2 . Vantagem comparativa

A Teoria da Vantagem Comparativa iniciada por David Ricardo foi objeto de alterações e pode, conforme o Quadro 4.2, subdividir-se em vantagens comparativas exógenas baseadas nos recursos naturais e vantagem comparativa endógena baseada em mudanças tecnológicas. Entre os principais teóricos da primeira abordagem, Hong (2008) destaca o próprio David Ricardo (1817) e autores como Heckscher (1919) - Ohlin (1933) Leontief (1953) Linder (1961) Vernon (1966).

Quadro 4.2. - Síntese das teorias das vantagens comparativas

<p>Os principais autores da teoria da vantagem comparativa endógena</p>	<ul style="list-style-type: none"> • David Ricardo foi o primeiro autor a abordar o conceito de vantagem comparativa • Heckscher (1919) -Ohlin (1933) apresentam a nova abordagem - a chamada teoria Hecheker – Olhin- em que a vantagem comparativa resulta dos fatores de preços, isto é, nos custos de produção. • Leontief (1953) realizou um estudo empírico à teoria de Herscheker e Olhim chegando a uma conclusão diferente conhecida por paradoxo de Leontief • Staffan Linder (1961) apresentou a teoria da similaridade do país para explicar o comércio internacional entre países com características semelhantes tendo concluído que países com semelhanças em termos de rendimentos possuem semelhantes hábitos de consumo. • Raymond Vernon (1966) apresentou o modelo do ciclo de vida do produto que explica as mudanças que vão ocorrendo em termos de vantagens comparativas de um país para outro.
<p>Os principais autores da teoria da vantagem comparativa exógena</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dixit e Stiglits (1977) Krugman (1979) Lancaster (1980) - defendiam a economia de escala via investimento em capital físico. • Arrow (1962) Lucas (1988) e Yang (1994) - defendiam o investimento em capital humano para a acumulação do conhecimento; para Yang a acumulação do capital humano erige-se como outro importante approach da competitividade pela especialização do processo. • Arrow (1962) relevou a acumulação eficiente do conhecimento como o motor do crescimento económico. • Lucas (1988) defendia que o capital humano pode-se desenvolver através do processo de learning by doing (experiência). • Yang e Zhang (2000) abordam a questão da eficiência da transação que potencia melhorias da especialização do trabalho. • Romer (1990) e Freeman (1994) defendiam a especialização dos processos pela inovação tecnológica que potencia o incentivo para a acumulação do capital. • Schumpeter (1912) destacou a importância da inovação sobre a mudança tecnológica e seu impacto nos ciclos do crescimento económico. • Pavitt (1980) defendeu que a acumulação de ‘know how’, ‘skill’ e capacidade inovadora estava na base da diferença que existe entre países no quadro do comercio internacional e performance da produtividade. • Thurow (1994) defendia que as causas do sucesso ou do insucesso da economia de um país depende essencialmente de fatores domésticos e que a produtividade é determinada por investimentos domésticos em instalações e equipamento, R&D, tecnologia, infraestrutura, qualidade da gestão privada e da administração pública.

	<ul style="list-style-type: none">• Krugman (1979) desenvolveu um modelo de equilíbrio geral segundo o qual o comércio é potenciado mais pela economia de escala do que pela dotação de recursos naturais.• Lancaster (1980) argumentava que os países deveriam especializar em produtos com economia de escala em vez de produtos baseados no modelo de H-O.
--	--

Fonte: Hong (2008)

A teoria da vantagem comparativa iniciada Por David Ricardo explica que um país deve especializar-se em atividades em que possui vantagens dadas pelas condições e pela dotação diferenciada de fatores de produção. O que vem em decorrência do que já havia sido defendido por Adam Smith sobre a necessidade de se produzir com baixos custos e da liberdade do mercado.

Esta abordagem da teoria clássica do comércio internacional foi desenvolvida mais tarde pelos neoclássicos Eli Heckscher (1919) e Bertil Ohlin (1933): a chamada teoria Heckscher – Ohlin com uma nova abordagem da questão da vantagem comparativa em termos de fatores de preços. Os autores suecos apresentaram uma nova concepção do comércio internacional em que a vantagem comparativa está nos custos da produção. Assim, na linha de David Ricardo, uma região ou país deve especializar-se nos produtos ou serviços que produz em abundância e menos custos e importar outros produtos com maiores custos de produção. Todavia, essa teoria foi contrariada mais tarde por Wassily Leontief (1953) que tendo aplicado num estudo empírico à teoria de H-O, chegou a uma conclusão diferente, que foi batizada como paradoxo de Leontief.

Por sua vez, numa outra perspectiva Vellas & Becherel (1995) destacam quatro teorias sobre vantagem comparativa no quadro do paradigma neoclássico: além da já referida teoria de Heckscher Ohlin, refere a de igualização do preço de fatores, teorema de Stolper-Samuelson e teorema de Tybczynski

4.2.3. Vantagem competitiva – O modelo de diamante de Porter

Como já foi referido, enquanto o conceito de vantagem comparativa se insere no âmbito do comércio internacional, a vantagem competitiva enquadra-se na teoria da gestão e da globalização em que a concorrência é mais entre países e regiões. O conceito ganha forma a partir dos anos 80, com a publicação da obra ‘*Competitive Strategy*’ de Porter (1980) que inaugura um novo paradigma para a abordagem da competitividade das empresas com a introdução do conceito de Vantagem Competitiva. Mais tarde, Porter (1990) desenvolve as suas teorias e amplia o conceito para a competitividade entre regiões e nações no livro ‘*The Competitive Advantage of Nations*’

O autor reconhece a importância das teorias baseadas na vantagem comparativa para o comércio internacional, mas argumenta que essas teorias já não conseguem explicar o sucesso das nações em termos de competitividade. Para Porter (1990), as teorias do comércio ficam apenas pelos fatores de produção. Podem conter algumas verdades, mas não são suficientes para explicar a posição competitiva das nações. As mudanças ao nível da concorrência internacional, com a proliferação das multinacionais que não só exportam, mas também se instalam em outros países tornaram obsoletas as explicações apresentadas antes sobre o porquê e para onde é que as nações exportam.

No livro ‘*The competitive Advantage of Nations*’, o autor argumenta que a competitividade não pode ser explicada satisfatoriamente por uma série de teorias muitas vezes conflitantes entre si. Trata-se de um fenómeno macroeconómico que não depende apenas de abundantes recursos naturais e mão de obra barata. Porter coloca o foco central nas vantagens competitivas determinadas pela melhor alocação dos recursos.

Sinteticamente, o modelo de Porter, conhecido como o ‘*Diamante de Porter*’ pretende responder a seguinte questão: ‘*Why does a nation achieve international success in a particular industry?*’ (Porter, 1998, p.71). A resposta está nos quatro grandes atributos que são os determinantes da competitividade das nações, explicitado na Figura. 4.1.

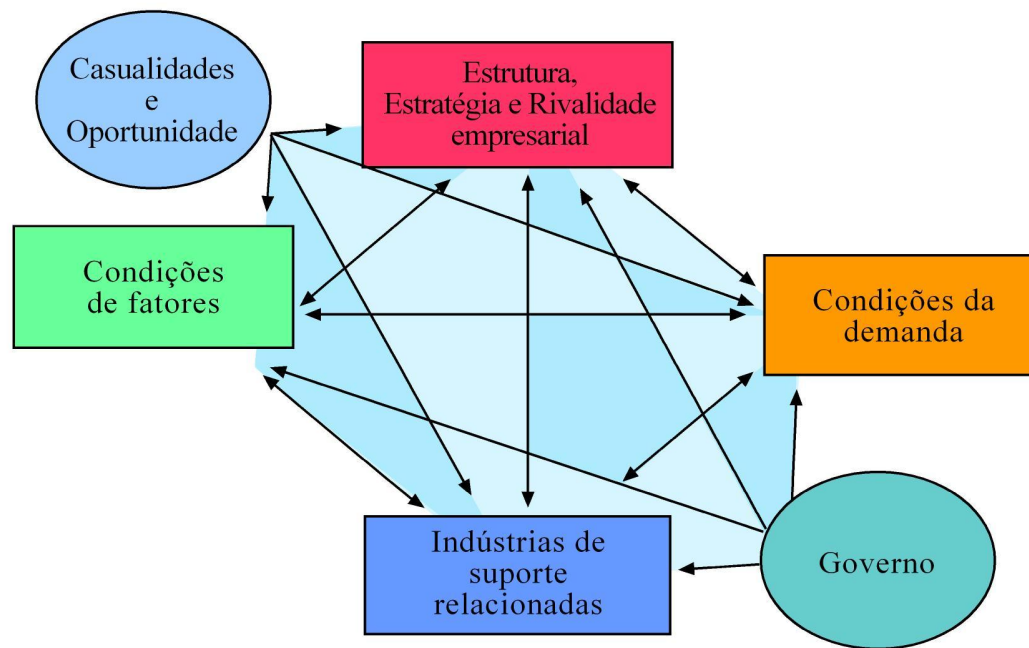


Figura 4.1. - Modelo de Porter

Fonte: Extraída de Porter (1998)

- (i) Condições de fatores - refere-se à posição do país em termos dos fatores de produção que são os *inputs* necessários em qualquer indústria, como a mão de obra qualificada, recursos naturais, capital e infra estruturas.
- (ii) Condições de procura – este fator relaciona-se com as necessidades e exigências da procura interna e à forma como os clientes pressionam as empresas a inovarem mais depressa a fim de obterem vantagem competitiva em comparação com os concorrentes estrangeiros.
- (iii) Indústrias de suporte e relacionadas – tem a ver com as indústrias com as quais uma determinada indústria pode partilhar actividades no quadro da cadeia de valor ou que produzem produtos ou serviços complementares. A presença de indústrias relacionadas de sucesso internacional podem fornecer oportunidades em termos de fluxo de informações, de intercâmbio em termos tecnológico e, mesmo, de negócios.

(iv) Estratégias das empresas, estrutura e rivalidade – concerne o contexto no qual as empresas são criadas, organizadas e geridas bem como o ambiente da concorrência doméstica e que desempenha um papel importante no processo de inovação e do sucesso internacional.

Este modelo é complementado com mais duas variáveis. A primeira refere-se aos ‘*chance events*’ ou eventos de acaso, que são eventos que ocorrem fora do controle das empresas ou das nações, como por exemplo, puras invenções, inovações em tecnologias básicas, guerras, desenvolvimentos de políticas externas e grandes mudanças na procura dos mercados internacionais (Porter, 1998, p.73).

A outra variável para completar a Figura 4.1 concerne ao governo cujas políticas podem potenciar ou impedir o desenvolvimento de vantagens competitivas. É que as políticas governamentais podem influenciar positiva ou negativamente os determinantes da competitividade. Por isso, a regulação pode afectar as condições de procura interna; os investimentos em educação podem causar mudanças nas condições de fatores e os investimentos governamentais podem estimular as indústrias relacionadas e de suporte.

Esses atributos em si e em sistema potenciam a criação de um contexto no qual as empresas de um determinado país podem desenvolver e competir. Como argumenta o autor, as nações são capazes de ter sucesso nas indústrias onde o diamante (o sistema dos determinantes) é mais favorável. O diamante funciona como um sistema em que os efeitos de um influenciam os outros elementos.

Como se pode ver, este *framework* analítico de competitividade reconhece e absorve os aspetos positivos das teorias de vantagens comparativas. Aliás, a importância dos fatores de produção é reconhecida pelo atributo ‘*Condições de Fatores*’ que inclui o conjunto de fatores de produção como os recursos naturais, humanos e as infraestruturas.

A influência de Porter nas áreas académicas, empresariais e de políticas públicas, designadamente no turismo tem sido enorme, apesar de algumas críticas. A sua notoriedade foi enorme tendo em conta os impactos que a sua teoria teve em vários domínios de análise da competitividade, inclusive do turismo. Porter foi até comparado a Adam Smith do séc. XX por ter sido o pioneiro da nova teoria da competitividade.

Em suma, a literatura sobre o tema da competitividade dos destinos turísticos, é unânime em concluir que o fundamento da teoria da competitividade como é conhecida hoje oscila essencialmente entre a teoria Ricardiana da Vantagem Comparativa e o Framework de Porter. Para Croes & Kubickova, M (2013), a primeira implica que a competição resulta em ganhos para todos enquanto que para a teoria de gestão, a competição entre países resulta em ‘*zero sum game*’. O ganho de uns é a perda de outros para Krugman (1994) que considera que a competição entre países é diferente da competição entre empresas. O comércio pode implicar a geração de mais riqueza e concorrência pode ocasionar protecionismo e guerra, o que o autor considera como “*obsessão perigosa*”.

Na perspetiva de Smit (2010), as duas teorias, - a económica e a de gestão - são conciliáveis porquanto concebem o mercado internacional como uma fonte de vantagens em que os ganhos resultam da especialização resultante da disponibilidade de recursos, economia de escala e de externalidades económicas. Segundo Baños & Jiménez (2012), o modelo de Porter tem sido amplamente utilizado no campo do turismo.

4.3. A competitividade dos destinos turísticos

Feita a abordagem geral do conceito de competitividade e sua evolução, importa centrar-se no domínio do destino turístico sobre o qual tem havido um crescente interesse. Hall (2008) considera que a competitividade dos destinos turísticos é um dos temas mais importantes dos estudos do turismo.

Numa perspetiva de concorrência internacional e tendo em conta os efeitos da globalização, as questões de competitividade dos destinos revestem-se de uma grande importância para a indústria e para os poderes públicos. Os destinos turísticos têm de assegurar *standards* elevados de prestação de serviços aos visitantes cada vez mais exigentes num quadro de uma concorrência de outros destinos consolidados ou emergentes. Daí a necessidade de os destinos turísticos conhecerem e melhorarem a sua posição competitiva.

No caso do turismo, existem algumas especificidades porquanto o produto turístico possui uma dimensão intangível em que a experiência e a emoção ocupam um lugar de relevo. Como o turista se desloca para um determinado lugar para consumir uma diversidade de produtos/serviços, o seu consumo acaba por consubstanciar-se na experiência desse destino. Por isso, numa

perspetiva ampla, a análise da competitividade deve centrar-se no próprio destino turístico. Aliás as definições da competitividade do destino, têm em conta essas especificidades, conforme o Quadro 4.1.

Refira-se, por exemplo, [Ritchie & Crouch \(1993\)](#) que definem competitividade de um destino turístico como a capacidade que um país ou região tem para criar e sustentar um valor económico acrescentado em relação aos seus concorrentes. Para [Dwyer & Kim \(2003\)](#) a competitividade de um destino é a habilidade do destino de conhecer as necessidades e os desejos dos turistas e fornecer melhores serviços a esses visitantes do que os concorrentes. Para esses autores a competitividade está relacionada com a habilidade de oferta de produtos e serviços melhores do que aqueles oferecidos por outros destinos turísticos nos aspetos que o turista aprecia e valoriza.

Nesta perspetiva, quanto mais satisfeitos forem os visitantes maiores serão os níveis de competitividade. O destino turístico terá maior capacidade para atrair mais visitantes e aumentar os gastos. O preço, que era considerado como um dos mais importantes elemento da competitividade dos destinos, vai ficando em plano secundário porquanto cada vez ganham mais relevância outras variáveis não preço na determinação da competitividade tanto das empresas turísticas como do destino. Vários destinos mais caros obtêm maiores receitas e, por isso, o fornecimento de serviços de alta qualidade nas ilhas pode permitir aos destinos serem mais competitivos ([Croes, 2011](#)).

A competitividade do turismo é um conceito multidimensional com vários atributos e, ao mesmo tempo, relativo e comparativo ([Salinas 2019; Goffi & Cucculelli, 2019](#)). Para [Dwyer & Kim \(2003\)](#), tendo em conta esse carácter multidimensional, a competitividade dos destinos turísticos deve ser analisada em quatro perspetivas:

- (i) Perspetiva da vantagem comparativa e/ou preço,
- (ii) Perspetiva da estratégia e gestão,
- (iii) Perspetiva histórica e sociocultural e
- (iv) Desenvolvimento de indicadores de medição da competitividade.

Tendo em conta os princípios da sustentabilidade já abordados, o destaque vai para a síntese da definição de competitividade do destino turístico apresentada por Ritchie & Croug (2003), que é a mais adequada para a presente investigação num PEID porquanto inclui:

- A capacidade de satisfação dos turistas pelo fornecimento de ofertas e produtos e experiências memoráveis, a atração de mais visitantes bem como o aumento das receitas
- Melhoria do bem estar da população do destino turístico
- A sustentabilidade ambiental e a preservação dos recursos naturais

4.4. A Síntese entre as vantagens comparativas e competitivas aplicadas aos destinos turísticos

Os diversos modelos de análise da competitividade dos destinos turísticos acolhem as duas componentes de vantagens comparativas e competitivas. Alguns modelos colocam a tónica maior na perspectiva do comércio internacional, outros na teoria da vantagem competitiva. Como qualquer outro produto, conforme Vieira (1997), o turismo faz parte do comércio internacional uma vez que o produtos e serviços relacionados com o turismo tem impacto sobre os pagamentos internacionais como exportação e importação. Um gasto de um turista num destino corresponde a uma exportação. Croes & Kubickova (2013) argumenta que, embora não se possa excluir as vantagens comparativas e desprezar os recursos, a agregação do valor pode ser decisiva no sucesso do destino turístico porquanto essa agregação de valor é que potencia uma maior eficiência e produtividade.

Nessa linha de síntese, a Figura 4.2 apresenta os passos que conduzem à melhoria de performance e sucesso do destino explicitando que a competitividade do destino turístico abarca os ativos (naturais e recursos criados) numa perspectiva de vantagens comparativas e o processo da transformação dessas vantagens em resultados económicos para o destino turístico (vantagem competitiva).

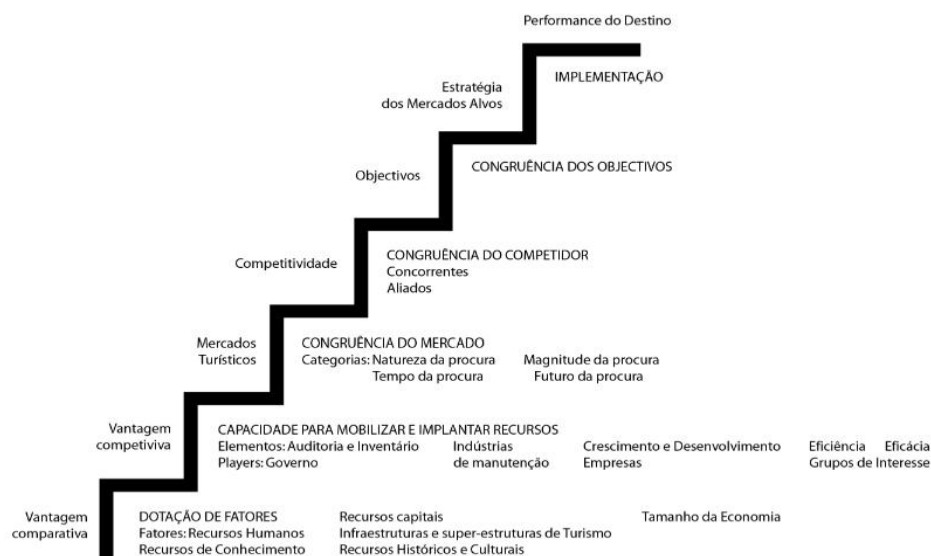


Figura 4.2. - Passos para o sucesso do destino turístico
 Fonte: Extraído de Ritchie & Crouch (2003, pág. 29)

Conforme o Quadro 4.3., os resultados da avaliação do trabalho empírico de Hong mostram que os indicadores referentes às vantagens comparativas exógenas contribuem em 49,18% para a competitividade do destino e as vantagens comparativas endógenas em 10,62%. As vantagens competitivas representam 12,7% e gestão do turismo 12,01%. Por fim, as condições ambientais globais representam 6,03% e os fatores do ambiente interno 4,89%.

Quadro 4.3. - Peso das diferentes vantagens comparativas e competitivas sobre a competitividade no turismo

Vantagens	Peso em %
Vantagens Comparativas Exógenas	49,18
Recursos Naturais	29,85%
Recursos Culturais E Herdados	46,87%
Recursos De Capital	23,28%
Vantagem Comparativa Endógena	10,62%
Recursos Humanos	66,63%,
Recursos de Conhecimento	20,01%
A Inovação Tecnológica	13,46%.
Vantagens Competitivas	12,70%
Investimentos em Infraestruturas	38,48%,
Estratégia Para 'Market Ties'	8,84%,
Manutenção Dos Recursos	6,27%
Monitorização da Alocação Dos Recursos	4,73%;
Crescimento E Desenvolvimento	17,08%;
A Eficácia das Performance Operacional	14,95%
'Facilitating Resources Created'	9,65%.
Condições Ambientais Globais	6,03%
Fatores de Ambiente Interno	4,89%

Fonte: Hong (2008)

Outro exemplo apresentado por Crouch (2011), referente a uma pesquisa com um painel de especialistas entre gestores do destino e investigadores do turismo, indica que, da análise de um total de 6 sub-fatores, os itens do “*Core Resources and Attractors*” possuem um peso maior na determinação da competitividade dos destinos turísticos, ao que se segue os do *Supporting Factors and Resources (Infrastructure and Accessibility)*.

Autores como Buhalis (2000) destacam os factores do marketing e posicionamento dos mercados do destino turístico que visam a atração de mais visitantes. Mihalic (2000) e Cucculelli & Goffi (2016) relevam que as variáveis relativas à sustentabilidade ambiental possuem um peso maior do que as outras. Numa perspetiva mais consensual Salinas, Azevedo, Martin, & Martin, (2019) argumentam que para se melhorar a competitividade do destino turístico, o foco deve estar nas políticas para promover o sector através da facilitação dos fluxos internacionais de visitantes. Para isso, deve-se melhorar as acessibilidades e infraestruturas aeroportuárias; valorizar os recursos naturais e culturais e preservação ambiental; desenvolver as TIC's assim como as infraestruturas de alojamento e serviços assim como a facilidade e flexibilidade de entrada de visitantes.

Em fim, o peso dos indicadores, sejam obtidos subjetivamente (por exemplo pelos especialistas) ou objetivamente (análises estatísticas) é de grande relevância para a aferição da competitividade. As pesquisas concluem que há indicadores que possuem um peso maior do que os outros. O problema é que diferentes pesquisas destacam diferentes indicadores, o que torna mais complexa a análise. Segundo Evans, (2016), de acordo com ‘*resource based view*’ (RBV) a forma como os recursos são alocados e combinados é crítica para o sucesso do destino turístico.

Todavia, deve-se ter em conta que a competitividade depende das condições do ciclo de vida do destino. Assim, os fatores considerados determinantes para competitividade podem sofrer variações conforme a evolução das fases dos destinos (Hassan, 2000; Buhalis, 2000 & Croes, 2011).

Deste modo, como foi abordado no capítulo anterior, a gestão do turismo tem a ver com o relevante papel do governo na criação e desenvolvimento do ambiente que potencia a indústria e as empresas a desenvolverem a vantagem competitiva. O governo tem um papel na melhoria das vantagens comparativas e competitivas dos destinos através do fornecimento de protecção

dos ambiente e dos recursos naturais, de serviços públicos de suporte e redução dos custos de transação.

4.5. A medição da competitividade dos destinos turísticos

O debate à volta da medição da competitividade do turismo tem merecido uma grande atenção no mundo académico, mas não unanimidade. Como indica [Ritchie & Crouch \(2003\)](#) a noção de competitividade é ‘imprevisível’ pelas dificuldades da definição ou medição da competitividade de um destino em virtude de uma diversidade enorme de modelos.

[Miki & Muñoz \(2012\)](#) consideram que os estudos sobre competitividade de destinos turísticos constituem um campo académico incipiente com enfoques teóricos e metodológicos díspares indicando que a maior parte dos estudos sobre competitividade do turismo acontecem na Europa e por universidades europeias ao que se segue, com grande distância, a América do Norte. A África e América Latina são os espaços onde ocorrem menos estudos sobre o assunto. Mais de 60% dos estudos sobre competitividade não fazem comparações com outros destinos turísticos.

Esses autores indicam que, entre 2000 a 2010, as principais teorias e modelos usados nas investigações internacionais sobre competitividade do turismo foram o modelo de Porter (28%) e o modelo de [Crouch & Ritchie \(1993\)](#), [Ritchie & Crouch \(2003 e 2006\)](#) (25%). Seguem-se o modelo de [Dwyer & Kim \(2003\)](#), o modelo teórico do ciclo de vida do destino de [Butler \(1980\)](#), o modelo de Resource-based view de [Barney \(1991 e 2001\)](#) e Modelo do Monitor de competitividade do TTCI (Tourism and Transport Competitive Index) do Fórum Económico Mundial.

A revisão da literatura indica uma lista de teorias e autores que conceberam modelos diferentes para medir os níveis de competitividade do destino. Não existe consenso em relação ao modelo porquanto a competitividade é um conceito multidimensional e multifacetado com atributos e pesos que variam de destino para destino conforme a fase do ciclo de vida e níveis de desenvolvimento. Ao que se acresce um outro problema que reside no facto do produto turístico consistir em experiências e emoções (intangíveis) que são dimensões subjetivas e difíceis de mediação.

De entre os métodos de avaliação da competitividade, destacam-se os seguintes:

- Análise do Custo-Benefício
- Análise com base nos recursos e
- Os *rankings* com base em atributos e indicadores.

4.5.1. Síntese dos principais modelos de medição de competitividade do turismo

Opta-se pelo método dos *rankings* com base em atributos e indicadores em virtude de ser o mais popular e o mais utilizado pelos diferentes modelos de medição de competitividade. A competitividade mede-se por atributos e indicadores porque não é possível medi-la diretamente.

Tendo em conta essa multiplicidade de variáveis, atributos e indicadores, vê-se claramente que a medição da competitividade de um destino é um processo muito complexo e difícil que exige a recolha de uma multiplicidade de informações e a especificidade do produto turístico que inclui elementos intangíveis e emoções. Por isso, é que os métodos de análise como análise de custo benefício ou análise com bases em recursos são insuficientes.

Croes & Kubickova (2013) explicam que os procedimentos para a análise da competitividade do destino obedecem a três etapas:

- estimação do nível da competitividade
- seleção dos indicadores de performance
- formulação dos índices de competitividade do turismo.

Todavia, Mazanec, Wober, & Zins (2007) observam que os sistemas de medição da competitividade de destino não podem ser muito fiáveis em virtude das dificuldades da comparação dos dados entre regiões diferentes, e que por isso, os resultados práticos são limitados. Apenas servem para se conhecer potenciais forças e debilidades dos destinos turísticos. Por isso, para conferir maior credibilidade, a seleção dos indicadores deve cumprir determinados critérios como por exemplo, consistência, transparência, simplicidade e aplicabilidade e tem de permitir comparação com outros destinos.

Cada modelo inclui números diferenciados de atributos e indicadores. Por exemplo, o modelo de Ritchie e Crough abarca 36 atributos e 250 fatores; o de Dwyer & Kim (2003) abarca 83 indicadores; o de Enright & Newton (2004) com 52 variáveis; o de Gooroochurn & Sugiyarto (2005) inclui 54 itens, o modelo Hong (2008) apresenta 68 itens.

Apresenta-se de seguida uma descrição muito sintética de alguns modelos de competitividade do destino turístico. Os modelos de TTCI e de Ritchie & Crough serão apresentados com mais pormenor na secção seguinte.

4.5.1.1. Modelo de Dwyer & Kim (2003)

Os autores apresentam um modelo para a avaliação da competitividade de destinos turísticos - contendo diversas variáveis inicialmente identificadas por Crouch & Ritchie (1999) – baseado num sistema que abarca 83 indicadores objectivos e subjetivos, conforme a Figura 4.3 com destaque para os seguintes elementos:

Recursos

- Recursos originais (naturais) e herdados (patrimónios culturais)
- Recursos criados (como infraestruturas turísticas)
- Recursos de suporte (acessibilidades, infraestruturas gerais, qualidade dos serviços e as relações com o mercado)

Gestão do destino

- Governo (sector público, políticas do governo ao nível de planeamento, gestão, quadro regulatório e institucional, gestão dos recursos)
 - Indústria (as empresas privadas do turismo)
 - Condições situacionais (envolvente externa ao nível político, social, económico, social, demográfico, ambiental, cultural etc..., segurança, localização, preço)
- Factores da procura (procura, perceção do destino e preferências dos visitantes).

O modelo defende a concepção de que a competitividade não é um fim em si mesmo, mas uma condição, uma fase intermédia para a prosperidade socioeconómica e o bem estar da população.

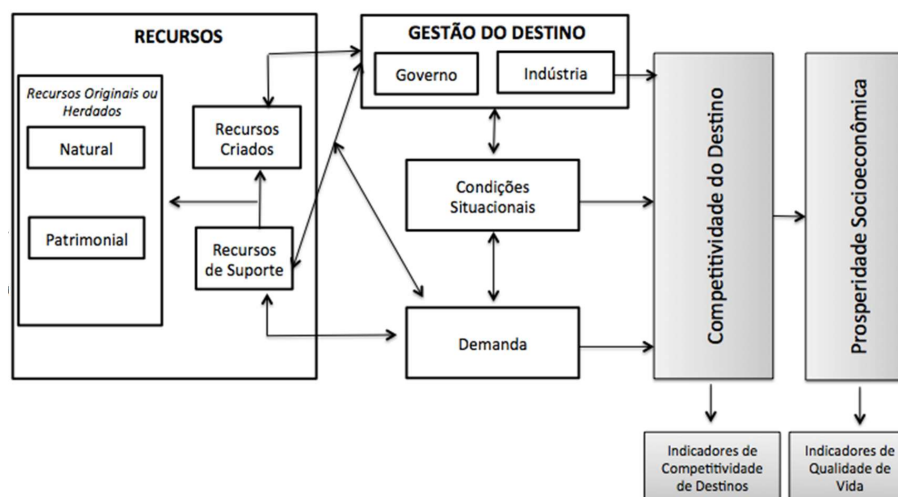


Figura 4.3. - Modelo de Dwyer & Kim

Fonte: Dwyer e Kim (2003)

Este modelo, que foi aplicado na Coreia e Austrália, permite a comparação entre países e entre sectores da indústria turística e potencia a identificação dos pontos fortes e fracos do destino de utilidade para as empresas e pelo sector público.

4.5.1.2. Modelo de Enright & Newton (2004)

Trata-se do primeiro estudo empírico para a avaliação da competitividade do destino turístico, realizado em Hong Kong. Inspirado no modelo de Crouch & Ritchie (1999), consiste numa pesquisa quantitativa com base em 52 variáveis, sendo 14 relativas a factores do turismo e outros 37 referentes a factores da envolvente económica. Concretamente, no quadro de um inquérito, uma amostra de inquiridos responde a um questionário pré-estabelecidos relativo aos 52 itens, através de escalas de Likert de cinco pontos, numa perspectiva comparativa de Hong Kong com destinos concorrentes. Para os autores o peso maior da explicação da competitividade encontra-se nos indicadores referentes à atratividade, imagem e planeamento.

4.5.1.3. Modelo de Gooroochurn & Sugiyarto (2005)

O modelo visa a medição de um conjunto de diversos índices de competitividade, pela via da análise quantitativa de dados de entidades internacionais, por forma a permitir a geração de um *ranking* de países em termos de hierarquização de competitividade. Conforme a Figura 4.4, o modelo - que foi aplicado em parceria com **World Travel and Tourism Council (WTTC)** para a criação de um monitor de competitividade para organizar um *ranking* de competitividade de países - apresenta sinteticamente 8 atributos (desenvolvimento humano, preço, infraestruturas, ambiente, tecnologias, recursos humanos, abertura e desenvolvimento social) que abarcam 54 itens.

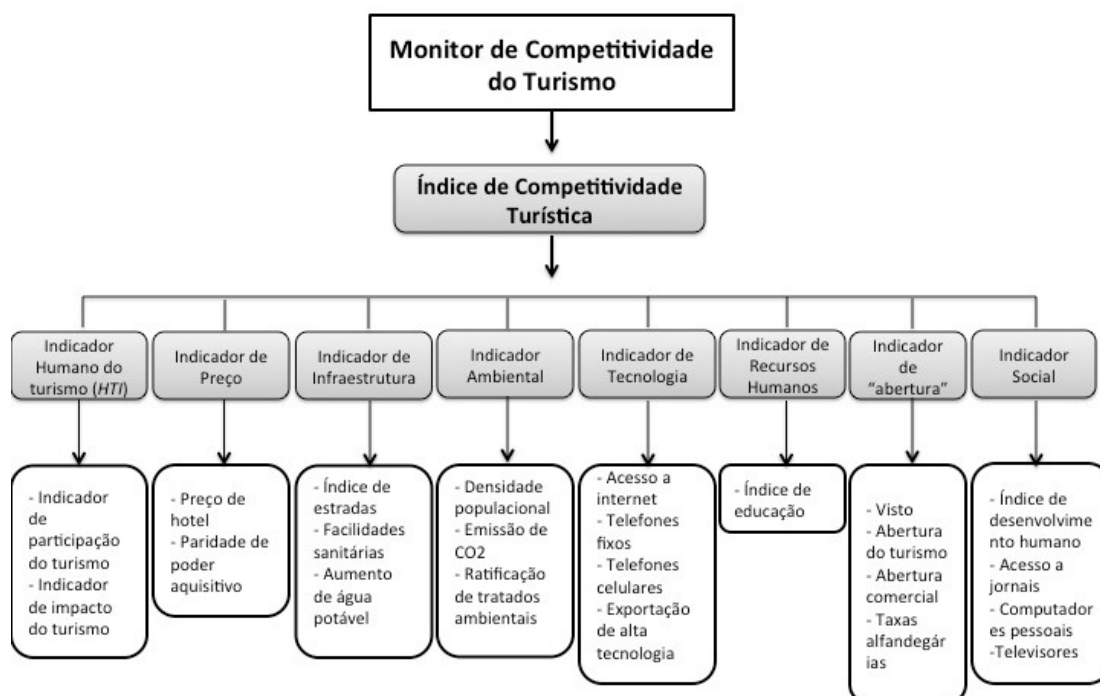


Figura 4.4. - Modelo de Gooroochurn & Sugiyarto

Fonte: Gooroochurn & Sugiyarto (2005)

4.5.1.4. Modelo de Mazanec, Wöber & Zins (2007)

Esse modelo, conforme a Figura 4.5, consiste em 8 pilares (abarcando 25 factores) referentes ao preço, abertura, património e cultura, infraestruturas, estruturas de comunicação competitiva social, preservação ambiental e educação. Esse conjunto de pilares é que potencia a procura e o fluxo de visitantes.

Da aplicação do modelo numa amostra de 169 países, os autores concluíram que nem todos os indicadores são impactantes na competitividade do turismo. Os indicadores que mais impacto exercem sobre a competitividade referem-se ao património natural e cultural, competitividade social e educação. Não se confirmaram os efeitos de determinados factores como preço, infraestruturas e preservação ambiental.

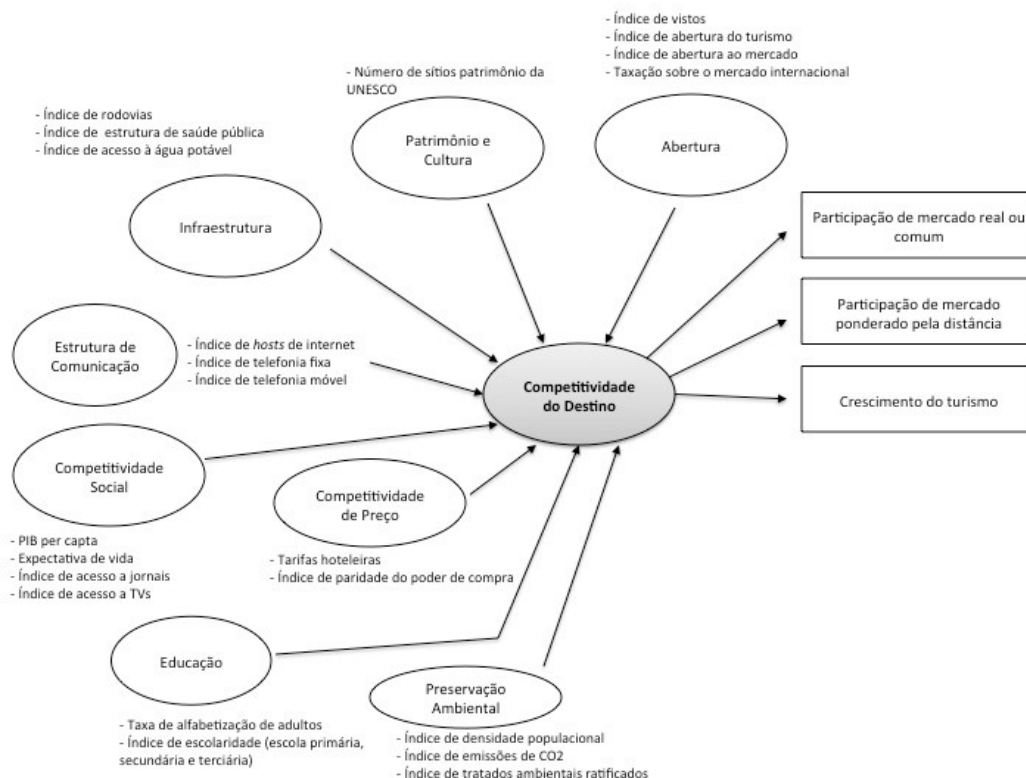


Figura 4.5. - Modelo de Mazanec et al

Fonte: Mazanec et al (2007)

4.5.1.5. Modelo de Cvelbar et al (2016)

Segundo este modelo, que abarca seis factores e 44 indicadores, a competitividade do destino turístico resulta da acção de diversos factores constantes da Figura 4.6, quais sejam: factores turísticos (como recursos, gestão do destino, infraestruturas turísticas) e factores da envolvente económica (como macro ambiente, infraestruturas gerais e ambiente de negócio). As informações e os 55 indicadores são extraídos de fontes de entidades internacionais como o Fórum Económico Mundial, Organização Mundial do Turismo, World Travel and Tourism Council, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, International Living, Future Brand e

Lonely Planet referentes a dados anuais de 139 países para o período de 2007 a 2011. A conclusão é de que o impacto dos factores é variável sendo que os que exercem mais efeito sobre a competitividade do turismo concernem aos factores gerais como o microambiente, o ambiente de negócios e a infraestrutura geral. Segundo os autores, o principal factor em relação aos países em desenvolvimento no qual os PEID se integram, é a infraestrutura turística sendo limitados os impactos referentes aos indicadores como gestão do destino. Inspirado em Dwyer & Kim (2003), este modelo considera que a competitividade do destino é uma fase intermédia para a prosperidade sócio económica e bem estar dos residentes.

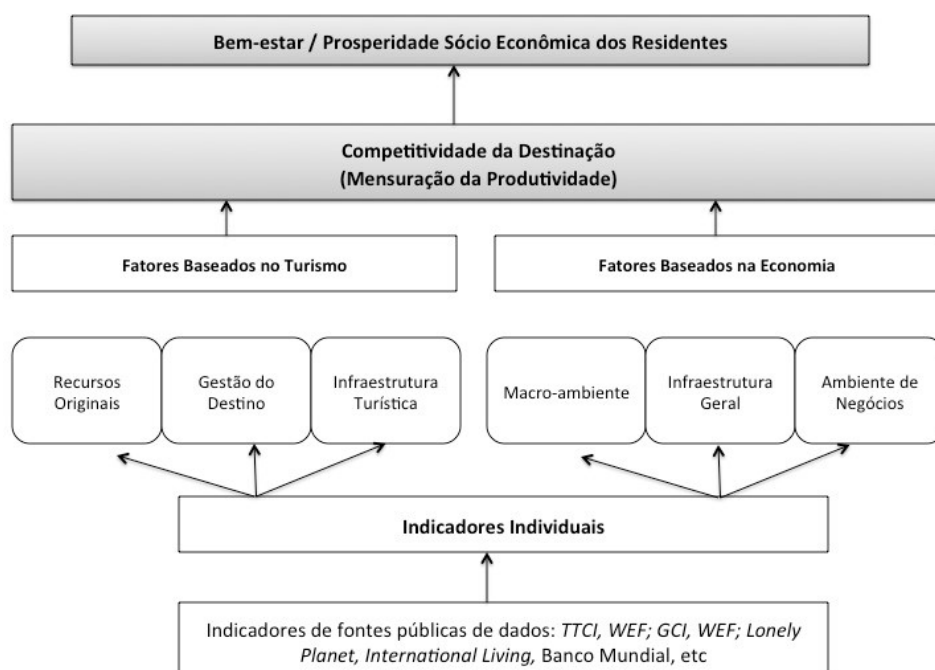


Figura 4.6. - Modelo de Cvelbar et al (2016)

Fonte: Cvelbar et al (2016)

4.5.1.6. Modelo de Heath (2003)

Segundo o modelo de Heath (2003), a competitividade de um destino compara-se a uma casa com quatro componentes:

- A primeira dimensão Fundação (Foundation) que corresponde aos factores chaves da competitividade e incluem cultura, história, clima, ambiente de negócios, segurança, acessibilidades e comunicações, equipamentos e serviços para os turistas.

- A dimensão Cimento (Cement) que potencia a conexão entre as diferentes dimensões, como a transparência dos canais de comunicação, ambiente de relação e cooperação entre os stakeholders, informações, planeamento etc...
- A dimensão Paredes (Building Blocks) corresponde ao desenvolvimento do destino turístico no quadro das estratégias e gestão de políticas globais e de marketing.
- Por fim, a última dimensão a componente Cobertura (Roof) que representa a visão estratégica partilhada por todos e a coordenação do desenvolvimento do destino.

Uma referência ligeira para outros modelos como o de Hassan (2000) que propõe um modelo para a avaliação da competitividade de destinos turísticos com foco na sustentabilidade. Para o autor, a ligação entre competitividade de destinos turísticos e a sustentabilidade é lógica, uma vez que destinos turísticos dependem da unicidade de seus ambientes para serem atrativos. Por fim, existem vários outros modelos que foram desenhados para a medição da competitividade de destinos sendo que merecem ser referidos os de Poon (1993) e de Esser, Wolfgang, Messer & Meyer-Stammer (1994)

Apresenta-se de seguida uma descrição mais pormenorizada dos modelos de TTCI e de Ritchie & Crouch (2003).

4.5.2. Travel and tourism competitiveness Index (TTCI)

Tendo em conta a sua importância e utilização ao nível internacional, uma referência especial à medição sistemática da competitividade do turismo que se iniciou com o monitor da competitividade do *Travel & Tourism Competitiveness Index (TTCI)* em 2011 com o objetivo de analisar os indicadores de competitividade do setor de viagens e turismo. Desde então, a *World Economic Fórum*, vem publicando o *ranking da Travel & Tourism Competitiveness Index - TTCI - (WEF, 2019)*.

O TTCI constitui um instrumento válido para a avaliação dos níveis de competitividade de 140 países no setor de viagens e turismo e do *benchmarking* entre os diversos países, subdividido em 4 pilares (i) Ambiente facilitador (*Enabling Environment*); (ii) Políticas e condições

facilitadores para transporte e turismo (*Transport and Tourism Policy and Enabling Conditions*); (iii) Infraestruturas (*Infrastructure*) e (iv) Recursos naturais e culturais (*Natural and Cultural Resources*) que abarcam 14 pilares e 90 indicadores, conforme o Quadro 4.4.

Quadro 4.4. - Pilares e sub índices de competitividade do turismo

A – Ambiente e Factores facilitadores (Enabling Factors)	Ambiente de negócios
	Segurança
	Saúde e higiene
	Recursos humanos e mercado de trabalho
	TIC's
B – Políticas e condições facilitadoras de viagens e turismo	Priorização de viagens e turismo
	Abertura Internacional
	Competitividade de preço
	Sustentabilidade ambiental
C -Infraestruturas	Infraestruturas de transportes terrestres e marítimos
	Infraestruturas de transportes aéreos
	Infraestruturas de serviços turísticos
D – Recursos Naturais e culturais	Recursos naturais
	Recursos culturais e sector de viagens (Business Travel)

Fonte: Extraído da WEF (2019) TTCI (2018)

4.5.3. Modelo de medição de competitividade de Ritchie & Crough

Uma listagem de fatores de vantagens comparativas e competitivas não é suficiente para a análise da competitividade de um destino. É necessário um quadro de relações entre eles, um sistema de fatores. Assim, Ritchie & Crouch (2003) consideram que, tendo em conta a diversidade de perspetivas sobre competitividade, é necessário um *framework* que possa apresentar uma organização coerente dessas várias perspetivas uma vez que a competitividade é o resultado de um sistema de componentes, um conjunto organizado de variáveis que abarcam vários elementos do sistema do turismo e da envolvente externa.

Os conceitos de vantagem comparativa e competitiva constituem a base teórica para o modelo de competitividade do destino na perspetiva desses autores. Conforme a Figura 4.7., o modelo abarca 36 tributos e cerca de 250 fatores, que são classificados em principais e secundários conforme o seu peso, resumidos de seguinte forma:

- Recursos básicos e atracções – abarcam os elementos primários do destino e que motivam o movimento de visitantes. Sem eles não há destino turístico. São os mais importantes e básicos recursos de um destino e que incluem fatores como a fisiocracia e clima, cultura e história, ‘*market ties*’, *mix* de atividades, eventos especiais (desportivos, culturais) entretenimento e superestrutura turística (alojamento, restauração, transporte).

- Recursos e fatores de suporte – complementam os recursos básicos e atracções fornecendo as bases para o desenvolvimento da indústria turística. Como é o caso das infraestruturas gerais (aeroportos, estradas, que permitem o acesso ao destino turístico); sistema de saneamento, fornecimento de água e energia, serviços de saúde, sistema educativo e de formação, serviços públicos diversos etc.

- Políticas e planificação do destino referem-se às estratégias e políticas visando a análise competitiva, a organização e o posicionamento do destino para a consecução da visão, dos objectivos e metas em ordem à melhoria da performance e competitividade do destino. As políticas estratégias incluem também um sistema de monitoramento do impacto das implementações das políticas e dos resultados obtidos e das eventuais medidas correctivas.

- gestão do destino – abarca um conjunto de actividades visando a implementação das políticas e estratégias de planificação que podem contribuir para melhorar o ‘*appeal*’ dos recursos básicos e atracções, a qualidade dos recursos e fatores de suporte para permitir a adaptação do destino aos constrangimentos e oportunidades. Essas actividades incluem a organização dos recursos, marketing do destino, sistema de qualidade, informação e investigação e gestão das crises.

- E por fim, os chamados ‘*qualifying e amplifying factors*’ que podem exercer uma influência decisiva sobre o potencial da competitividade do destino. Entre esses fatores, uma referência para a localização do destino, a segurança, o conhecimento e imagem do destino, custos/valor do destino e capacidade de carga. Um destino longe do mercado emissor possui desvantagens sobre um outro mais perto. A percepção de falta de segurança inibe as pessoas de visitarem determinado lugar. O grau de conhecimento e a imagem do destino pode ampliar (imagem positiva) ou reduzir (imagem negativa) a competitividade do destino. Os custos do

destino influenciam de forma significativa a competitividade. A capacidade de carga pode restringir o desenvolvimento de um determinado destino se a procura pode colocar em causa a sustentabilidade.

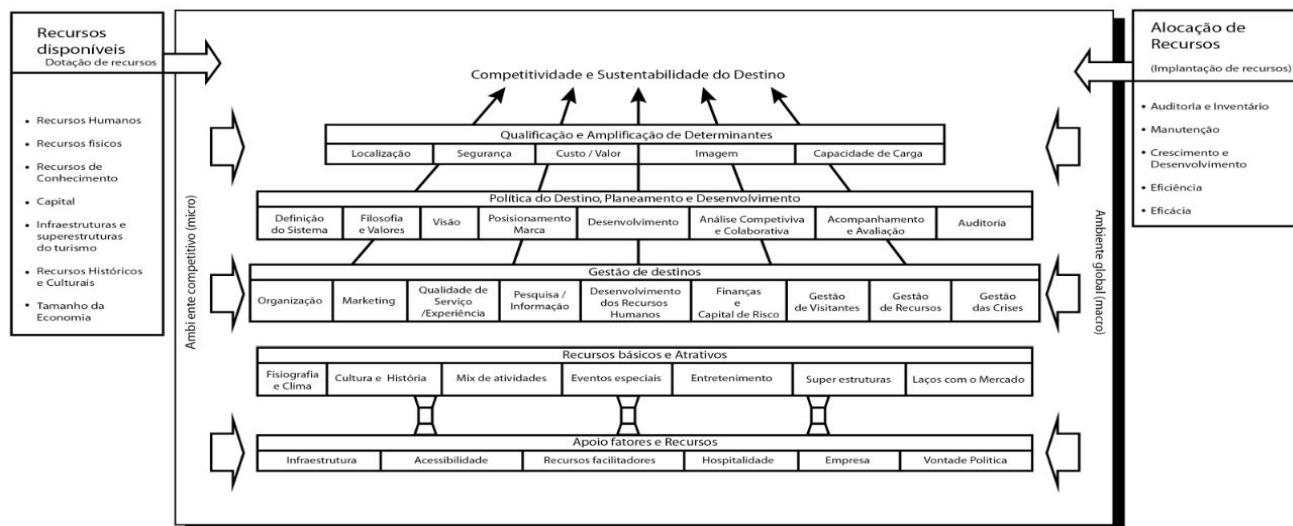


Figura 4.7. . Modelo de Ritchie & Crough (2003)

Fonte: Ritchie & Crough (2003, p.62)

O modelo, que foi inicialmente apresentado em 1993 no Congresso da Organização Mundial do Turismo (UNWTO) em Bariloche e, mais tarde, melhorado no estudo *Competitive Destination (2003)* tem sido objeto de ampla aceitação no mundo académico e serviu de base para vários estudos empíricos relativos à análise e avaliação da competitividade de diversos destinos turísticos. Apesar de algumas referências críticas, trata-se do modelo de medição de competitividade com maiores níveis de popularidade.

Conforme a generalidade dos autores, como, Mazanec et al (2007); Mazaro & Varzin (2008); Croes (2011); Miki et al (2012); Abreu-Novais et al (2016); Salinas et al (2019), este modelo é o mais completo e que mais influencias exerceu sobre literatura do turismo e pesquisas empíricas. Segundo Croes (2011) é o mais abrangente modelo de competitividade desenhado a partir das teoria do diamante da competitividade de Porter com uma clara distinção entre as vantagens comparativas e competitivas. Para Baños & Jiménez (2012), trata-se do primeiro modelo explicativo da competitividade dos destinos turísticos e que vem sendo melhorado no decurso dos anos com destaque para a inclusão da componente de sustentabilidade. Mazanec at

al (2007) considera-o como sendo o mais completo dos modelos. Miki et al (2012) que fizeram uma revisão dos diversos modelos de competitividade de turismo, referem, que nos últimos anos, Ritchie & Crouch são os autores que mais estudos fizeram sobre métodos de medição da competitividade do turismo. Dwyer & Kim (2003) fazem uma referência positiva considerando este modelo como o mais detalhado trabalho de pesquisas no domínio da competitividade dos destinos turísticos. Por sua vez, Hong (2008) reconhece que se trata de um modelo factível, mas indica que existem algumas dimensões que podem ser melhoradas em situações específicas, como por exemplo, a ordem de importância dos fatores bem como os efeitos e interação entre a vantagem comparativa, vantagem competitiva e a competitividade do destino turístico.

Apesar do modelo apresentar um salto na medição da competitividade e de ter potenciado uma diversidade de pesquisas que contribuem para enriquecer a literatura da competitividade do turismo, apontam-se algumas limitações na aplicação empírica como sejam, a dificuldade de medir indicadores, a ordem de importância de cada indicador e deficiente informação sobre o impacto dos indicadores (Abreu-Novais et al (2016).

Para Cvelbar et al (2016), as análises sobre as determinantes da competitividade dependem do estágio de desenvolvimento do destino turístico isto é, os indicadores possuem relevância diferentes conforme os estágios dos destinos turísticos ou países desenvolvidos ou em desenvolvimento

Todavia, para Sette, Santos, & Uvinha (2017) e Mendolo & Volo (2017), apesar do grande interesse despertado na última década e da utilidade dos indicadores, até o presente momento, não há consenso sobre a definição do conceito de competitividade e existem algumas críticas sobre esses métodos que visam avaliar e monitorar esse fenómeno multidimensional que é o turismo. Para os autores, mesmo o modelo de Ritchie & Crough é alvo de críticas.

Resumindo, conforme Miki et al (2012), a competitividade é um conceito que tem evoluído abarcando novos fundamentos como a sustentabilidade ambiental e social, a satisfação dos residentes e a prosperidade económica da comunidade e com enfoques diferentes.

Nenhum destino é considerado competitivo se os impactos do turismo são se fizerem sentir ao nível da comunidade e da qualidade de vida das populações. Uma condição essencial concerne ao impacto da atividade turística para o bem-estar e qualidade de vida dos residentes (Mazaro & Varzin, 2008)

Conclui-se afirmando que, para o presente trabalho, é o mais adequado modelo porquanto parte dos atributos e fatores do modelo de Ritchie & Crouch dependem dos poderes públicos sendo que alguns dependem exclusivamente. O setor público intervém directamente nos mais variados aspetos da competitividade do destino turístico fazendo parte do chamado micro envolvente enquanto um stakeholder importante juntamente com a indústria, a comunidade e os turistas. Ao mesmo tempo, desempenhando um papel relevante na análise das tendências da macro envolvente (questões políticas, económicas, sociais). Por outro lado, compete ao Estado e seus organismos um papel relevante em investimentos em vários dos elementos, atributos e fatores de competitividade.

PARTE II – DESTINO TURÍSTICO CABO VERDE

CAPÍTULO 5. CABO VERDE – UM PEQUENO ESTADO INSULAR Á PROCURA DO MELHOR MODELO DE DESENVOLVIMENTO BASEADO NO TURISMO

Foi abordado, na Parte I – Revisão da literatura-, o sistema do destino turístico e o lugar das políticas públicas do turismo, destacando-se o papel e funções do Estado assim como o lugar de relevo do setor público no quadro dos *stakeholders* do turismo.

A revisão da literatura nos elucidou sobre a especificidade dessa intervenção dos poderes públicos em destinos turísticos de regiões pobres e insulares bem como as questões mais relevantes da competitividade dos destinos turísticos, como as perspectivas de vantagem comparativa e competitiva e a medição dos níveis de competitividade através de indicadores ou fatores.

Na parte II, apresenta-se a descrição e evolução do destino turístico Cabo Verde.

Concretamente, no presente capítulo são abordados os aspetos relevantes da evolução geral da economia de Cabo Verde por forma a melhor enquadrar as políticas públicas específicas do turismo. Não se pode avaliar o papel e o impacto das políticas públicas sobre o turismo sem ter em conta o enquadramento geral da economia cabo verdiana e que afeta diretamente o setor do turismo.

5.1. Sinopse de Cabo Verde

O arquipélago de Cabo Verde é formado por 10 ilhas e 8 ilhéus localizado na Costa Ocidental da África a 500 Km do Senegal. Dista 2.890 Km da antiga metrópole Portugal e 2.600 km em relação ao Brasil (Natal). Possui uma superfície terrestre de 4.033 Km² de terra e uma zona económica marítima exclusiva de 700.000 km².

Descoberto pelos portugueses em 1462, o arquipélago resulta da miscigenação entre os europeus (portugueses) e as diversas tribos africanas obrigadas a vir às Ilhas de Cabo Verde no âmbito do tráfico de escravos que alimentava a mão de obra das grandes plantações do continente Americano. Como Açores e Madeira, Cabo Verde fazia parte das regiões insulares de Portugal até 1975, ocasião em que emergiu do império português como nação independente.

Segundo a previsão do Censo, a população actual é de 544.000. Cerca de 85% está concentrada em quatro ilhas: Santiago (56,2%) São Vicente (15,3%) Santo Antão (7,1%) e Sal (7%). Santiago é a ilha maior com 55,7% da população albergando a capital Cidade da Praia com 25,6% da população. Em segundo lugar vem a cidade de Mindelo situada na Ilha de São Vicente (INE, 2010).

Cerca de 66% da população cabo-verdiana vive em áreas urbanas. Em 1970 a percentagem era de 10,9%. Até ao início dos anos 90, Cabo Verde era um país rural. Desde então registou-se a transferência da população do campo para a cidade. No ano 2000 a população urbana (53,7%) ultrapassou a população rural. O êxodo para as cidades resultou das secas frequentes e a procura de empregos no setor dos serviços, designadamente, o turismo. Cabo Verde é o segundo país mais urbanizado na África (INE, 2018).

Estima-se que a diáspora cabo verdiana tenha entre 750 mil a um milhão de pessoas, sendo que uma parte emigrou antes de 1975 (ano da independência). Registou-se um importante fluxo de saídas a partir dos anos 80. Nos últimos 30 anos, mais de 100 mil cabo-verdianos, que representa um quinto da população atual, emigraram para o exterior. A maioria teve como destino Portugal, França e Estados Unidos (Banco Mundial, 2018).

Cabo Verde apresenta as características de um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID), isto é, um micro estado pobre sem recursos naturais, mercado interno limitado

e não integrado, fragmentado geograficamente, sem economias de escala e com grande desequilíbrio entre importações e exportações. Tem uma economia vulnerável aos choques externos, não consegue competir com países de rendimento baixo na base exportação de recursos naturais e também não consegue competir com países no mesmo ranking de rendimento médio ou economias inovadoras (Banco Mundial, 2018).

A economia é de subsistência dependente do setor de serviços, (dominada pela indústria do turismo) que é responsável por cerca de 70% das atividades económicas e 65% da participação da força de trabalho. O comércio, hotelaria e restauração são responsáveis por cerca de 23% dos postos de trabalho, seguido pela administração pública e serviços públicos (19% por cento). O setor primário representa 8% do PIB. A agricultura é pouco produtiva em razão de uma orografia com escassez de terreno arável e de um clima tropical seco e quase desértico com chuvas irregulares e longos períodos de seca. O país não consegue produzir mais do 20% das necessidades agrícolas da população tendo de importar mais de 80% dos alimentos. A pesca - considerada um dos maiores recursos naturais disponíveis em Cabo Verde – vem reduzindo a sua participação no PIB e a percentagem relativa de emprego passando de cerca de 7% da força laboral no início dos anos 90 para 5% em 2000 e 3% em 2018. O setor industrial (16% do PIB) encontra-se subdesenvolvido em razão de vários constrangimentos relacionados com a insularidade, custos logísticos, exiguidade do mercado, deficiência no abastecimento de energia elétrica, entre outros. As exportações de Cabo Verde estão limitadas a um número muito reduzido de produtos, cobrindo apenas cerca de 5% das importações (INE, 2019).

Cabo Verde - enquanto uma economia aberta ao mundo para expandir as suas relações com vários países - tem melhorado os laços com a Europa, particularmente com Portugal. O escudo cabo-verdiano está indexado ao Euro no quadro do acordo de parceria especial com Portugal e, depois, com a União Europeia. Cabo Verde também faz parte da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). As relações comerciais com continente representam apenas 9% das exportações de Cabo Verde e 3% de importações.

Conforme o Quadro 5.1., as ilhas com um maior peso na estrutura económica do país são Santiago, São Vicente e Sal, com 52,1%, 14,8% e 14,7%, respetivamente. As ilhas do Fogo, Maio e Brava são as que apresentaram o menor PIB per capita de Cabo Verde. Em termos de PIB per capita, as ilhas turísticas do Sal e Boavista ocupam lugares cimeiros (INE, 2018).

Quadro 5.1. - População e PIB por ilhas

Ilha	População	PIBmilhões E ECV)	% PIB/ P CV.	PIB Per capita (ECV)
Santo Antão	38.750	9.439,9	5,7%	236.453
São Vicente	83.468	24.611,5	14,8%	300.400
São Nicolau	12.182	2.992,0	1,8%	242.455
Sal	38.246	24.307,6	14,7%	689.219
Boavista	17.708	7.549,1	4,6%	485,980
Santiago	305.778	83.311,8	52,1%	289.619
Maió	7.215	1.471,3	0,9%	209.168
Fogo	35.213	7.933,9	4,8%	222.739
Brava	5.521	1.154,8	0,7%	206.622

Fonte: INE (2018)

Todavia, comparado com os países da África Subsaariana, Cabo Verde tem tido performances até elogiadas a nível internacional em virtude da estabilidade política e social, (com paz social sem conflitos e sem grandes atropelos aos direitos do homem) e da evolução dos principais indicadores de desenvolvimento humano em níveis superiores à média do continente africano. Por isso, é considerado *‘uma estória de sucesso’* no contexto do continente africano pelo Banco Africano de Desenvolvimento (2012) que fez publicar dois documentos: o primeiro intitulado *‘Cape Verde: A Success Story’* e o segundo *‘Cape Verde: The Road Ahead’*. O primeiro relatório indica que Cabo Verde é um caso de sucesso em África porquanto conseguiu, em menos de duas décadas, transitar de um país considerado inviável em 1975, classificado na categoria dos Países Menos Avançados (PMA) para o nível de um País de Desenvolvimento Médio, por ser uma das economias de crescimento mais rápido no continente.

Quadro 5.2. - Síntese da evolução dos principais indicadores socioeconómicos de Cabo Verde

- Duplicação da população: que passou de 270.999 habitantes em 1970 para 295.703 em 1980; 341.491 em 1990; 434.625 em 2000; 491.683 em 2010; 524.833 em 2015 e 543 767 em 2018.
- O PIB per capita cresceu de 17 vezes: de 175 Euros (190 USD) em 1975 para 3.082 Euros em 2018.
- A remessa dos emigrantes cresceu de 103 milhões de ECV - Escudo Cabo-verdiano (934.113 Euros) em 1974-75 para 3.135 milhões de ECV (28.431.505 Euros) em 1990, 4.773 milhões de ECV (43.286.627 Euros) em 2000 e 19.195 milhões de ECV (174.080.623 Euros) em 2018.
- Aumento de esperança de vida de 55,3 anos em 1970 para 73 anos em 2018. Em 40 anos, as mulheres viram um ganho de 23,8 anos de vida e os homens de 17,4 anos (1970-2015). (OBS. É a mais alta da África depois das Maurícias)
- Aumento do rácio de médicos e enfermeiros por 10.000 habitantes, passando de 4,72 médicos e 1,07 enfermeiros em 1975, para 6,01 e 11,6 em 2013 e em 7,7 médicos e 13 enfermeiros em 2017. (OBS. O rácio internacional é de 14 médicos e 29 enfermeiros por cada 10.000 habitantes).
- Redução das taxas de mortalidade infantil de 105,2 por mil habitantes em 1975 para 62,9 em 1980, para 42 em 1990, 26,2 em 2000 e 22,9 em 2010 e para 20,3 em 2014. Em 2018 é de 15,8. (OBS. O número de mortalidade na África subsaariana é 15 vezes maior do que na Europa)
- Redução da incidência da pobreza que passou de 56,8% em 2001 para 45,4% em 2007 e 35,2% em 2015 (179.909 pessoas sendo que 54.395 pessoas representando cerca de 10,6% da população, vivem em extrema pobreza)
- Redução da taxa de fecundidade (número médio de filhos por mulher) de 7 em 1980 para 5,5 em 1990; 4 em 2000; 2,6 em 2010 e 2,5 em 2018.
- Aumento da taxa de alfabetização de 39,3% em 1970 para 47,4% em 1980; 62,8% em 1990; 74,8% em 2000; 82,8% em 2010 e para 87% em 2017.
- O acesso a água canalizada passou de 10% em 1975 para 64% em 2013 e 70,3% em 2018
- O acesso a instalação sanitária com sanitas/retretes passou de 12,2% em 1980 para 24,4% em 1990; 39,2% em 2000, para 63,6% em 2010 e 71,2% em 2013. Em 2018 é de 82,8%.
- Acesso a rede de esgoto passou de 12,5% em 1980 para 66% em 2010; 71,5% em 2013 e 82,9% em 2018.
- Acesso a eletricidade como principal fonte de iluminação passou de 14,5% da população em 1980 para 24,9% em 1990; 49,2% em 2000; 79,9% em 2013 e em 89,4% em 2018.
- Em 2018, 81,8% % dos agregados familiares possuem televisão; 70,1% das famílias têm acesso a internet no alojamento; 37%, dos agregados familiares com posse de, pelo menos, um computador (desktop, laptop ou tablet/ipad); 70,4% das pessoas com 10 anos ou mais possuem, pelo menos, um telemóvel.
- Relativamente à posse de bens de conforto e de utilidade doméstica, observa-se que em 2018, 83,3% dos agregados familiares possuem fogão a gás ou elétrico; 71,9%), possuem frigorífico; 66,6%) possuem ferro de engomar, 60,3%) possuem camping gás e 14,1% um automóvel.

Fonte: Dados extraídos do INE (2015, 2018, 2019) e Banco Mundial (2018)

Apresenta-se de seguida a evolução da economia cabo verdiana e o protagonismo crescente do setor do turismo.

5.2. Síntese das fases da economia de Cabo Verde e o lugar do turismo

Analisa-se de seguida a evolução da economia cabo verdiana bem como a posição do setor do turismo. Existe um consenso em como a evolução da economia de CV coincide com os dois grandes momentos importantes do ciclo político, que por sinal, correspondem a paradigmas de desenvolvimento económico diferentes. A primeira fase que vai da independência em 1975 a 1991, corresponde a um ciclo de economia planificada durante o período do partido único. A segunda fase que se inicia com o advento da democracia e liberdade em 1991, data em que ocorreu a abertura política e a instalação da democracia e do multipartidarismo, correspondendo ao novo ciclo da implantação da economia de mercado.

5.2.1.O período da planificação central (1975 – 1991)

O primeiro período de Cabo Verde enquanto país soberano inicia-se com a independência em 1975. Tendo em conta a ideologia de matriz comunista e a forma como o PAIGC conquistou o poder– na sequência da luta armada contra o então governo colonial- instalou-se, desde o início, um regime de partido único. A ideologia de influência marxista que dominava o PAIGC na ocasião determinou que se instalasse um regime ditatorial com uma economia planificada. Assim, o modelo de desenvolvimento era baseado num sistema económico em que o Estado era o principal operador. Exceptuando o pequeno comércio e a agricultura, grande parte dos setores económicos e empresariais estavam nas mãos do Estado.

Nesse período foram criadas as empresas públicas nos mais diversos domínios como alimentar, telecomunicações, construção civil, agricultura e indústria de transformação, serviços financeiros (bancos e seguros). Construiu-se assim uma economia de empresas públicas que praticamente era financiada pelo tesouro em virtude das deficiências de gestão e rentabilidade negativa.

Além da construção de uma estrutura empresarial estatizada, fez-se uma grande aposta na educação. Centenas de jovens foram estudar em universidades estrangeiras, com destaque Portugal, Rússia e Cuba.

Os principais documentos oficiais desse período são o I Plano Nacional de Desenvolvimento 1982-1985 (1982) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento 1986-1990 (1986) que

apresentam o modelo rentista da economia planificada em que o financiamento da economia dependia sobretudo da ajuda externa e das remessas dos emigrantes. Veja-se, por exemplo, que em 1975 as remessas dos emigrantes correspondiam a 300 USD (278 Euros) por habitante enquanto o PIB per capita era de 190 USD (175 Euros) .

Por ocasião do **Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1982)**, Cabo Verde tinha uma população activa de 91.000 habitantes sendo que 29.000 tinham emprego permanente, 36.000 empregos temporários e 26.000 estavam desempregadas. Houve um enfoque na agricultura visando a resolução dos problemas de segurança alimentar, sendo de destacar a chamada reforma agrária que, por sinal, causou grande descontentamento junto da população rural. Os indicadores de saúde melhoraram, mas em níveis insuficientes em virtude de falta de água e saneamento básico. De 1976 a 1981 foram investidos 7 milhões de contos cabo-verdianos (65 milhões de Euros) sendo que o desenvolvimento rural, os transportes e comunicações representam mais de 50% dos investimentos.

Cinco anos mais tarde, aprovou-se o **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1986)** com previsão de 22 milhões de contos cabo-verdianos (200 Milhões de Euros) dedicados ao desenvolvimento rural, indústria, transporte e comunicações com 20% cada, designadamente para a construção da Cabnave, (estaleiro naval), Porto da Praia, ampliação do aeroporto do Sal, expansão da rede de telecomunicações, entre outros.

Tendo em conta a fraqueza da estrutura fiscal, em que mais de 50% das receitas resultantes do imposto de importação, a economia era financiada basicamente pela ajuda pública ao desenvolvimento, remessas dos emigrantes e empréstimos concessionais. A Estrutura do PIB era marcada pela fraqueza do setor produtivo e predomínio dos serviços, principalmente comércio

As orientações políticas emitidas no **I Plano Nacional de Desenvolvimento (1982)** visavam a chamada '*reconstrução nacional*' no quadro da denominada '*democracia nacional revolucionária*':

Quadro 5.3. - Síntese das orientações estratégicas do I Plano Nacional de Desenvolvimento

- Eliminação das sequelas da dominação colonial
- Organização do aparelho do estado
- Mobilização da população para as tarefas de reconstrução nacional
- Edificação de uma economia independente (aposta na agricultura)
- Aposta na educação e formação
- Desenvolvimento de relações de cooperação com outros povos

Fonte: extraído do I Plano Nacional de Desenvolvimento (1982)

O turismo não merecia qualquer relevo nesse paradigma económico. Um documento publicado em 1980 intitulado ‘*Republica de Cabo Verde - 5 anos de independência 1975-1980*’ pela Comissão Nacional do V Aniversário da Independência Nacional (1980, p.77) foi claro em apresentar a posição do governo em como o turismo não era uma prioridade:

‘A hospitalidade do homem cabo-verdiano, as belezas naturais do país, o encanto das praias e a amenidade do clima, reúne por si, as condições por excelência para o desenvolvimento do turismo. Estas condições parecem mesmo vocacionar Cabo Verde para esse fim. Todavia, o turismo é um setor que exige uma extrema acuidade de análise e ponderação na elaboração de uma política nacional (p.77)’.

Dois anos mais tarde, no I Plano Nacional de Desenvolvimento (1982, p.70) sobre o turismo, pode ler-se o seguinte:

‘O turismo internacional, que á partida, a nossa posição geográfica oferece excelentes condições, mas a fragilidade do nosso ecossistema, a fraqueza da nossa economia constitui limitações que justificam uma certa prudência quanto ao seu ritmo de crescimento’ (p.70)

No final dos anos 80, em 1987, apesar dos constrangimentos ideológicos, o Estado de Cabo Verde construiu com capitais públicos três unidades hoteleiras: Hotel Belo Horizonte no Sal, Hotel Praia Mar, na Praia, e Hotel Xaguate, no Fogo. No total, Cabo Verde passou a dispor de 26 estabelecimentos hoteleiros com 980 camas para alojamento dos técnicos cooperantes, comerciantes e delegações governamentais que se deslocavam ao país e ao pessoal das companhias áreas que escalavam o aeroporto do Sal. Não havia, pois, uma aposta clara no turismo enquanto uma indústria capaz de atrair grandes fluxos de visitantes internacionais.

Desde cedo esse modelo de economia planificada começou a mostrar fraquezas. No final dos anos 80 deu-se uma redução drástica do crescimento do PIB. Perante a estagnação da economia, em 1988, o governo tentou alguma abertura com a chamada ‘*política de extroversão económica*’.

Na sequência do colapso do sistema socialista, consubstanciada na ‘*Perestroika*’ e na queda do muro de Berlim e, associado a fatores internos (estagnação do crescimento económico, aumento da inflação, *deficits* das empresas do setor do Estado e emergência de elites a exigirem a democracia), Cabo Verde foi obrigado a adotar o regime democrático e a economia de mercado a partir do dia 13 de Janeiro 1991.

5.2.2. A fase da democracia e da economia de mercado iniciada em 1991

A segunda fase, que coincide com o advento da II república, corresponde à construção de uma economia de mercado e um Estado regulador e facilitador fora da esfera produtiva. O marco mais relevante com impacto político, económico e social, foi a adoção de uma nova Constituição da República que estabelece um novo regime político de democracia parlamentar e um modelo de economia privada baseado nos seguintes elementos:

- Programa de privatizações e desinvestimento do Estado,
- A liberalização das importações acabando com os plafonds de importação,
- Liberalização da economia, dando liberdade de investimento em qualquer setor de atividade
- Reforma do sistema financeiro com a separação do Banco Central e banco comercial que originou o BCV (Banco de Cabo Verde enquanto banco central) e o BCA (banco cabo-verdiano do atlântico) enquanto banco comercial que veio a ser privatizado.
- Programa de Investimento Direto Estrangeiro.
- Aposta no setor do turismo e na indústria ligeira como os setores bases de economia.
- Despartidirização e desburocratização da administração pública.
- Instituição do poder autárquico eleito directamente pelas populações.

A política de implantação de um novo paradigma económico com a liberalização económica e inserção dinâmica da economia mundial está bem espelhada nos principais documentos oficiais como O III Plano Nacional de Desenvolvimento (1992-1995) e o IV Plano Nacional de

Desenvolvimento (1997-2000) e um conjunto de legislação sobre as privatizações, investimento externos e programa de incentivos ao turismo.

Do ponto de vista económico, o primeiro desafio era o desinvestimento do Estado no setor empresarial, isto é, as privatizações das empresas públicas sendo que algumas delas se encontravam numa situação difícil. O panorama do setor empresarial público na ocasião abarcava 50 empresas públicas com 6.000 trabalhadores e que representava 25% do PIB. Os prejuízos eram na ordem dos 600 mil contos cabo-verdiano (5,6 milhões de Euros) por ano (Gabinete de Privatizações, 2003).

Foi implementado o ‘Projecto de Privatização e Regulação Institucional’ para privatizar essas empresas públicas. As linhas básicas da privatização em Cabo Verde constantes da lei nº 47/IV/92 de 6 de julho de 1992 (1992) estabelecia os objectivos essenciais bem como o processo e os requisitos prévios para os processos de privatização.

Quadro 5.4. - Objectivos das privatizações

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Aumento da eficiência e competitividade da economia• Redução da presença do Estado na produção de bens e serviços• Desenvolvimento do setor privado• Fomento e capacidade empresarial do país• Participação dos trabalhadores, emigrantes e pequenos acionistas nacionais no capital das empresas objeto de privatizações |
|---|

Fonte: Extraída da lei nº 47/IV/92 de 6 de julho de 1992

As privatizações formalmente iniciaram-se com a lei das privatizações em 1992. Em poucos anos, os principais setores empresariais estavam privatizados com a excepção da TACV- a companhia aérea de bandeira. Entretanto a Electra – empresa de eletricidade e águas que tinha sido privatizada foi mais tarde nacionalizada na sequência de desentendimentos entre o parceiro estratégico EDP e o governo de Cabo Verde.

No quadro das privatizações e políticas de atracção do investimento externo, Cabo Verde pretendia transformar o panorama da economia dominada por empresas estatais e uma economia dominada pelo setor primário (agricultura de subsistência e pesca artesanal de baixa produtividade) por uma economia de serviços dominada pelo turismo – o qual foi eleito o principal setor da economia cabo-verdiana.

Foi produzida uma nova legislação para atrair o investimento externo e desenvolver o turismo. Foram criadas as estruturas institucionais de gestão e promoção do turismo como o INATUR que depois veio a chamar -se PROMEX e mais tarde Cabo Verde-Investimentos. Traçou-se como objectivo a inserção dinâmica da economia cabo verdiana na economia global.

Importa relevar a publicação da *Lei n93/IV/93 (1993)* que definia que nenhum setor de atividade estava vedado à iniciativa privada, o que consagrava, de forma concludente, a economia de mercado em Cabo Verde ao estabelecer que os privados poderiam entrar em qualquer atividade económica.

Como resultado, em 1994 o PIB per capita era dos mais elevados na sub-região africana. O PIB que nos finais dos anos 80 crescia em média a 2% ao ano passou a crescer a 4,3%. Em 1996 os investimentos privados ultrapassaram os investimentos públicos. Em apenas uma década ocorreu uma grande transformação em Cabo Verde: instalou-se um novo modelo de economia denominada *economia de circulação* que visava a integração dinâmica de Cabo Verde na economia mundial como a única forma para romper com o ciclo de uma economia fechada e potenciar o desenvolvimento económico. Em resultado disso começaram a chegar os primeiros investidores externos e uma nova perspetiva abriu-se para o turismo.

Tanto no III Plano nacional de Desenvolvimento (1992-1995) como no IV Plano de Desenvolvimento (1997-2000), o turismo mereceu um lugar de destaque, como motor da economia. Reconheceu-se o papel do turismo na estratégia de desenvolvimento como uma atividade que deveria ser desenvolvida para o assegurar o equilíbrio da balança comercial e gerar empregos. Passou a ser considerado o setor prioritário e alvo de um conjunto de políticas públicas:

'(...) As ilhas do Sal, Santiago e São Vicente deverão constituir os três polos principais de desenvolvimento do turismo, as quais estarão associadas, respetivamente às ilhas da Boavista e São Nicolau, Maio, Fogo e Brava e Santo Antão' (IV Plano de Desenvolvimento, p.70).

Os privados, sejam investidores estrangeiros, nacionais ou emigrantes são chamados a investirem no turismo cabendo ao Estado 'um papel de enquadramento, orientação, apoio e

disciplina do setor, podendo quando tal se mostrar necessário e desejável, participar quer isoladamente, quer em associação com nacionais ou com empresas estrangeiras' (IV Plano de desenvolvimento, p.71).

5.2.3. A agenda de transformação (2000-2016)

Os princípios da economia de mercado estabelecidos em 1991 foram continuados a partir de 2000. Em 2001 foram publicadas 'As Grandes Opções do Plano 2002-2005 e V Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005' assim como o VI Plano Nacional de Desenvolvimento 2006-2011 em que o conceito de inserção dinâmica na economia foi substituído pela denominada *Agenda da Transformação* com vista a continuar a transformar Cabo Verde numa economia orientada para serviços com foco no turismo através da atração do investimento externo. Organizou-se também em 2002 o I Fórum de Transformação (2002) e foram publicados outros documentos estratégico como o GPRS 2008-2011 que explicitaram as principais propostas do governo para promover o desenvolvimento económico no quadro da chamada *Agenda da Transformação* visando o crescimento económico, aumento da competitividade e melhoria da qualidade de vida das populações.

Quadro 5.5. - As componentes da agenda de transformação

- Boa governação visando a melhoria das capacidades institucionais e o ambiente de negócios.
- Programa das infraestruturas para unificar o mercado interno com investimentos em aeroportos, portos, estradas, energia e água...
- Desenvolvimento dos recursos humanos para que melhorar as competências dos cabo-verdianos
- Desenvolvimento de clusters do mar, do ar e das TIC
- Parceria estratégica com instituições bilaterais e bilaterais.

Fonte: Adaptada das Grandes Opções do Plano (2001) e I Fórum de Transformação (2002)

No quadro das políticas da *Agenda de Transformação*, o governo, anunciou em 2002 um conjunto de ideias sobre os clusters. Por exemplo, o chamado Cluster do Mar que pretendia transformar Cabo Verde numa economia marítima no atlântico médio abarcando um conjunto de iniciativas, conforme o Quadro 5.6.

Quadro 5.6. - As componentes do cluster do mar

- Construção do centro regional de pescas (transshipment de peixes, processamento e marketing e reparação naval;
- Construção do Centro de Transshipment com o porto de águas profundas e o reabastecimento;
- Construção do Centro de Negócios de Mindelo (Zona Industrial, logística de transporte e registo de companhias marítimas)
- Desenvolvimento de um setor turístico de alto valor acrescentado ligado ao mar que inclui turismo cultural, cruzeiros, aventuras e desporto, eventos e conferências
- Construção de um centro tecnológico e de conhecimento do mar que inclui aquacultura, sea farming e investigação farmacêutica e de energia e um parque tecnológico.
- Segurança marítima

Fonte: I Fórum de Transformação

O *Cluster do Ar* visava transformar Cabo Verde num *hub* aéreo para transportes aéreos na região incluindo passageiros e cargas. O *Cluster das TIC* pretendia tornar Cabo Verde num *Cyber Island* e de fornecimento de serviços de *'business outsourcing'*, desenvolvimento de softwares e governação eletrónica.

O programa de Governo da VIII Legislatura 2011-2016 continuava os pressupostos do programa anterior visando a implementação da *Agenda de Transformação* num contexto de crescimento do turismo em média 10% ao ano. A agenda governamental destacava 'o turismo de valor acrescentado fortemente enraizado na nossa cultura, as finanças e as economias criativas enquanto os cluster a serem criados incluem o do mar, o do aero negócio e o das TIC...' (Programa de Governo 2011-2016, p.27).

Esse conjunto de objectivos visava o alargamento da base económica, sendo o turismo o setor de eleição a par de outros domínios relacionados com os clusters já referidos. Em relação ao turismo, o programa faz referência a dois desafios:

'O primeiro sobre a transição do turismo de massas para o turismo de valor acrescentado e segundo sobre o aumento da sua contribuição para a economia nacional. Nesse sentido, será importante que o turismo tenha uma ligação muito maior com a economia nacional e assegure uma participação cabo-verdiana mais alargada no setor' (Programa do governo 2011-2016, p.31).

5.2.4. Avaliação da agenda de transformação (2000-2016)

Várias entidades nacionais e internacionais fizeram referências críticas aos escassos resultados da *Agenda de Transformação* durante os 15 anos, de 2000 a 2016. Um estudo do African Development Bank intitulado *Cape Verde: The Road Ahead (2012)* considerava que ‘alguns elementos-chaves desse plano de transformação são não factíveis’ e por isso sugeria ‘um estreitamento do foco e uma abordagem mais em termos de cadeia de valor do que de cluster’.

O mesmo documento reconhecia a importância de programas de investimento em infraestruturas, capital humano, ambiente de negócios, recursos humanos, entre outros, anunciados pelo governo. Todavia argumentava que a componente financeira não era realística e que o governo não soube apresentar e defender essa agenda, o que implicou perdas de oportunidades. Concluiu afirmando que o governo tinha uma visão de futuro e uma agenda de transformação, mas não tinha planos operacionais concretos para conceber e implementar essas estratégias e medidas de política.

Os objectivos referentes aos clusters não saíram do papel. Por ocasião do *II Fórum de Transformação – Cabo Verde 2030 (Governo de Cabo Verde, 2014)* chegou-se à conclusão de que desde o anúncio dos clusters, poucas iniciativas tinham sido realizadas para a concretização desses objectivos apresentados havia mais de uma década e que Cabo Verde estava a perder oportunidades.

Com investimentos públicos em infraestruturas, os programas de apoio a empresas públicas, a dívida pública atingiu níveis preocupantes, na ordem dos 126% do PIB em 2017, fazendo de Cabo Verde o país mais endividado da Região da África Subsaariana (*Banco Mundial, 2019*). Por outro lado, Cabo Verde não conseguiu implementar políticas concretas para reduzir os níveis de desemprego que atingiam 15% da população activa e afectando 40% da população jovem (*INE, 2018*).

Pelo que se conclui, Cabo Verde estava numa encruzilhada, porquanto a política económica implementada de 2000 a 2016 não trouxe benefícios concretos em termos de crescimento da economia, com taxas fracas de 1,4% nos últimos anos (2011 – 2016).

O contexto apresentava-se difícil, tendo em conta que já se esgotaram as oportunidades do investimento público em virtude da elevada dívida pública e de um conjunto de constrangimentos que estavam a bloquear o desenvolvimento de Cabo Verde, conforme o Quadro 5.7.

Quadro 5.7. - Factores que afectam o clima de investimentos em Cabo Verde

- Instabilidade macro e insustentabilidade financeira com elevada dívida pública (do Estado e de empresas públicas), vulnerabilidade económica, baixa diversificação económica prejudicada pelo fraco clima de negócios.
- Desvantagens comparativas resultante da insularidade, fragmentação do mercado e micro escala
- Fraco desempenho do setor público: reformas realizadas de forma incompleta e não integradas normas e procedimentos antiquados com barreiras administrativas e outros custos de transação, falta de coordenação e capacidade técnica limitada e deficiência de recursos que obriga o país a competir através da inovação, qualidade e eficiência.
- Fraca resistência a choques externos e baixa resiliência do país e das famílias a choques externos
- O mercado laboral muito pouco flexível que necessita de reformas. O código do trabalho não está em sintonia com a competitividade e atractividade em relação ao investimento nacional e estrangeiro. Os despedimentos são difíceis, o salário não está ligado à performance e à produtividade. O Código Laboral não incentiva a contratação de trabalhadores a tempo inteiro.
- O setor privado é fraco, desorganizado e frágil sendo que 80% são micro e pequenas empresas.
- Capital humano inadequado, incompatibilidade entre as necessidades de educação e competências do mercado de trabalho e elevadas taxas de abandono escolar.
- Fraca conectividade e transporte inter-ilhas ineficiente (irregular e caro) e custos de energia elevado e fragilidade no sector das TICs

Fonte: elaboração do autor com base em dados do BAD (2012) e banco mundial (2018)

Em 2016, conforme BAD (2016), Cabo Verde estava numa encruzilhada. Depois de obter resultados positivos em termos de desenvolvimento dos indicadores sociais com impactos na melhoria da qualidade de vida das pessoas, o modelo de reciclagem da ajuda externa estava esgotado e o país não estava a conseguir implementar as melhores estratégias para se dar o salto qualitativo.

5.3. Economia Cabo-verdiana numa encruzilhada: à procura do melhor modelo de desenvolvimento

Na linha do que foi referido anteriormente, esgotado o modelo da reciclagem dos fluxos externos, Cabo Verde encontrava-se numa encruzilhada porquanto os pressupostos que orientaram o desenvolvimento durante as primeiras décadas após a independência não eram suficientes para potenciar um crescimento robusto da economia .

Assim, o país encontrava-se à procura do melhor modelo e as melhores estratégias para potenciar o ritmo de desenvolvimento económico e social num contexto de redução drástica das ajudas externas em virtude da promoção de Cabo Verde ao nível dos países de rendimento médio e da elevada dívida pública. Na ocasião, as grandes questões que se colocavam eram as seguintes:

- Qual é o melhor modelo de economia para Cabo Verde?
- Cabo Verde, um país insular, pobre em recursos e com baixa capacidade produtiva, é viável sem a ajuda externa?
- Quais são os setores de atividade que podem potenciar a sustentabilidade do país?
- Quais são os constrangimentos a serem removidos e as forças a serem exploradas e que estratégias e programas devem ser concebidos e implementados?

No seu livro ‘O Turismo sustentável como fator de desenvolvimento das pequenas economias insulares: O caso de Cabo Verde’ resultante da tese de doutoramento, [Ferreira, Eduardo \(2008\)](#) analisou o caso de Cabo Verde no quadro de uma pequena economia insular com diversas vulnerabilidade e apontou a necessidade da opção das melhores estratégias económicas, adequadas às características do país. Defendeu que era necessário romper com o círculo vicioso de não desenvolvimento provocado pela forma como funciona uma pequena economia insular financiada por fluxos externos, designadamente remessas dos emigrantes e ajuda pública.

O autor afirma que ‘Em Cabo Verde se reproduz um modelo de desenvolvimento muito dependente das fontes externa de financiamento (...), isto é, uma economia do tipo MIRAB (emigração, remessas, ajuda e burocracia)’. Acrescentou ainda que:

‘a experiência histórica mostra que as opções orientadas para a substituição das importações e a promoção da industrialização falharam totalmente em virtude dos constrangimentos da pequena dimensão. A solução está na abertura e a integração plena na economia mundial (...) os constrangimentos ligados à pequena dimensão não permitem sustentar uma dinâmica interna de desenvolvimento económico (...) ‘pensar o

desenvolvimento da economia insular de fora para dentro, ou seja, é necessário compreender a partir de uma leitura globalizada sobre a forma que essas funções se articulam com a criação de uma dinâmica interna’ (Ferreira, 2008, p.11, 12 e 317)

O autor defendeu que o turismo era o principal setor que poderia permitir a Cabo Verde desempenhar essa função importante na economia mundial, fornecendo um destino turístico capaz de aproveitar as potencialidades da procura turística internacional. Concluiu que o grande desafio de Cabo Verde seria encontrar um modelo de funcionamento com opções e planos que pudessem potenciar um maior dinamismo económico e ‘possa superar as principais vulnerabilidades, resolvendo os conflitos entre a dimensão do mercado interno e a dimensão ótima da produção’. É nesta base que o turismo apareceu como a hipótese mais credível para potenciar uma especialização internacional de Cabo Verde.

Quadro 5.8. - Quadro de alternativas extrovertidas

A promoção da exportação de produtos primários não pode ser implementada em CV tendo em conta as condições climáticas e pouca disponibilidade de solo arável
Em relação ao funcionamento MIRAB em que algumas dimensões podem ser aproveitadas, existe o problema da redução drástica dos fluxos externos
A estratégia mais adequada implica as opções que orientem a economia para o mercado externo e para as exportações e que superem os constrangimentos estruturais.
Os produtos turísticos são os que possuem vantagens comparativas no mercado internacional. O mercado, isto é, os visitantes, é que se deslocam a Cabo Verde para consumir os produtos turísticos e produzir uma série de impactos noutros setores da economia.

Fonte: Ferreira (2008)

Na mesma linha Livramento, José Luís (2013) no seu livro ‘Modelo de Desenvolvimento de Cabo Verde’ que resultou da sua tese de doutoramento em economia, notou que a realidade fala por si e que a única opção para um país pequeno e insular como Cabo Verde não é outra coisa senão economia orientada para o serviço, isto é que Cabo Verde seja um exportador líquido de serviços e um importador líquido de bens sem descurar a sustentabilidade da balança comercial. O país já não podia desenvolver-se com o paradigma baseado nas rendas, ajuda pública e remessas dos emigrantes. Por isso, defendeu que Cabo Verde necessariamente tinha de transitar de uma economia rendeira para uma economia sustentável baseada num conjunto de eixos estratégicos - conforme o Quadro 5.9.

O turismo constitui o núcleo central do modelo económico proposto. Para **Livramento (2013)** não se deve falar do setor do turismo, mas sim do desenvolvimento da constelação do turismo que deve integrar outros setores como a agricultura, pescas, cultura, desportos náuticos, imobiliária, entre outros.

Quadro 5.9. - Eixos estratégicos da economia sustentável de Cabo Verde

- Capitalização da posição geográfica
- O Posicionamento de Cabo Verde como economia exportadora líquida de serviços e importadora líquida de bens, sem descurar a balança de pagamentos
- Construção de uma base produtiva, concentrando investimentos públicos, com ímpeto modernizador e de expansão, na agricultura, mar, indústrias ligeiras de exportação e em atividades de suporte estratégico
- Saída da periferia regional, erigindo-se como território de utilidade funcional junto da CEDEAO para a rede de países ribeirinhos
- Integração da economia nacional com base em clusters regionais das ilhas.

Fonte: Livramento (2013)

Em suma, para concluir, outros estudos académicos e documentos oficiais apontam que a aposta no turismo é o principal caminho para que Cabo Verde possa sair desta encruzilhada e potenciar maiores níveis de crescimento económico. O problema é que Cabo Verde não se preparou para este novo paradigma porquanto não melhorou as condições iniciais desfavoráveis que tem a ver com as vulnerabilidades de um país arquipelágico. Não tem havido resultados concretos para reduzir os vários constrangimentos estruturais que afectam negativamente a economia cabo-verdiana, designadamente, ao nível de produção e custos de factores, transportes e ligação inter ilhas, burocracia e ambiente de negócios, entre outros.

CAPÍTULO 6. O TURISMO EM CABO VERDE – A EVOLUÇÃO DA OFERTA E PROCURA

Após a síntese da evolução da economia de Cabo Verde e dos modelos de desenvolvimento, importa centrar-se no sector do turismo através da apresentação da evolução do turismo com dados sobre a procura e oferta.

6.1. Os principais marcos da evolução do destino turístico de Cabo Verde

Os primórdios do destino turístico Cabo Verde coincidem com o protagonismo do aeroporto internacional do Sal que permitiu a ligação da ilha e o país com o resto do mundo.

O primeiro marco para o turismo ocorreu em 1967 quando a família belga *Vynkier* - á procura de um lugar com sol, praia e tranquilidade - construiu uma pequena pousada na praia de Santa Maria. Com o aumento do tráfego do aeroporto do Sal nos anos 80, sobretudo em virtude dos voos da South África Airlines e da companhia russa Aeroflot, a pousada Morabeza foi crescendo para corresponder ao aumento da procura e transformar-se, mais tarde, num hotel de referência na Ilha.

Apesar do clima de sol durante todo o ano e vários quilómetros de praia não explorada, o turismo internacional no período de 1975 - 1990 era restrito principalmente a cooperantes e membros da diáspora que regressavam para visitar familiares - um fluxo regular de 20.000 a 30.000 por ano.

Todavia, o ponto de viragem e o despertar para o turismo internacional na Ilha do Sal aconteceu a partir de 1991, com a adoção pelo governo de um novo paradigma económico de governação em que o turismo internacional ocupava um lugar de relevo.

Para além da revisão do quadro legal, criação de zonas turísticas especiais e a instituição do novo modelo de economia privada, o maior marco para a nova era do turismo no Sal e em Cabo Verde foi a entrada em funcionamento do Hotel Djad D'Sal pertencente ao Grupo Stefanina que correspondeu ao arranque dos primeiros voos charter da Europa (Itália) para Cabo Verde, isto é, dedicado apenas ao turismo internacional. A partir de então, entrou-se numa curva

ascendente do turismo em termos de construção de hotéis e de imobiliária com entrada de investidores europeus (portugueses, italianos, ingleses, espanhóis e franceses).

Outro marco de relevo do turismo em Cabo Verde ocorreu em 2004 com o estabelecimento do Grupo RIU - um dos grandes players mundiais- e mais tarde em 2008, a abertura da ilha da Boavista para o turismo internacional na sequência da construção do aeroporto internacional. A operacionalização do aeroporto internacional da Praia e de Mindelo constituem outros marcos importantes na abertura das ilhas de Santiago e São Vicente ao turismo internacional.

Na secção seguinte são apresentados os dados sobre a evolução da oferta, procura e impactos do turismo.

6.2. Oferta Turística

A evolução da oferta turística é ascendente. O Quadro 6.1. indica que a capacidade de alojamento em termos de camas mais que quadruplicou entre 2001 e 2019, passando de 4.628 para 21.059. A taxa média anual da taxa de ocupação em Cabo Verde é 55% sendo que a média é maior na ilha da Boavista com 80% e Sal com 61%.

Quadro 6.1. - Evolução dos meios de alojamento

Ano	Nº de estabelecimentos	Nº de quartos	Nº de camas	Nº de pessoal ao serviço
2000	88	2.391	4.475	1.845
2005	132	4.406	8.278	3.199
2010	178	5.891	11.397	4.058
2015	226	10.626	18.055	6.426
2017	275	12.463	20.421	8.825
2018	284	13.187	21.046	9.417
2019	284	13.092	21.059	9.050

Fonte INE (2020). Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro 2019

Segundo o Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro 2019, realizado pelo INE (2020), em 2019, funcionaram 284 estabelecimentos hoteleiros com uma capacidade de alojamento de 13.092 quartos com um decréscimo de -0,7% e 21.059 camas traduzindo-se em acréscimos de 0,1% respetivamente, ao ano anterior.

Sal e Boa Vista continuam a ser as ilhas com maior capacidade de oferta em camas com um peso de 45% seguido da Boavista com 30,4%. As duas ilhas do Sal e Boavista detêm 73,4% dos quartos e camas. Os hotéis representam 76,9% dos quartos. Seguem-se, as pensões com 7,1%, e hotéis-apartamentos, com 5,7% e os aldeamentos turísticos com 5,4%. Como já foi referido as capacidades de alojamento no que concerne a hotéis concentram-se essencialmente nas ilhas do Sal e Boavista seguido de Santiago e São Vicente.

Apesar do incremento crescente da oferta turística, persistem vários constrangimentos que afectam o destino, conforme se pode ver no Quadro 6.2.

Quadro 6.2. - Constrangimento da oferta turística

- Capacidade de alojamento concentrada sobretudo Ilhas do Sal e Boavista.
- Produtos turísticos deficientemente trabalhados na perspectiva do marketing.
- Deficiente articulação entre os players no que concerne à promoção do destino Cabo Verde.

Fonte: Banco Mundial. “Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde: Terá chegado o momento de abandonar o modelo all-inclusive? (2018).

6.3. Os atractivos, as potencialidades e os produtos turísticos das diversas ilhas de Cabo Verde

O destino turístico Cabo Verde é um arquipélago de origem vulcânica constituído por 10 ilhas sendo que nove são habitadas, excepto a ilha de Santa Luzia que nunca foi habitada. Disponibiliza assim uma diversidade de vários elementos da oferta turística, conforme as potencialidades de cada uma das ilhas. Todavia, até ao presente momento, o único produto capaz de atrair importantes fluxos turísticos é o turismo de sol e praia que se faz nas Ilhas do Sal e Boavista. As potencialidades turísticas das ilhas montanhosas não estão a ser devidamente potenciadas tendo em conta o número reduzido de visitantes.

Por isso é que quando se fala do destino turístico Cabo Verde, deve-se considerar sobretudo as Ilhas do Sal e Boavista que representam 73,4%, dos quartos disponíveis e onde estão localizados os grupos turísticos internacionais. Apresenta-se um quadro sintético dos principais segmentos e das potencialidades turísticas de cada uma das ilhas de Cabo Verde.

- ***Turismo de sol e praia***

O principal elemento da oferta turística de Cabo Verde consiste num turismo de sol e praia existente nas ilhas do Sal, Boavista e do Maio.

A ilha do **Sal** com 216 Km² é a uma das regiões mais turística de Cabo Verde onde o turismo deu os seus primeiros passos e atraiu os primeiros investidores em virtude da existência do aeroporto internacional que foi, durante décadas, a única porta de entrada e de saída de Cabo Verde e da praia de Santa Maria.

A região envolvente de Santa Maria é a que alberga o maior número de unidades hoteleiras em virtude de extensas praias de areia branca. O Sal possui ainda uma outra grande maravilha que são as salinas de Pedra de Lume, lugar de visita obrigatória por parte dos turistas por ser uma cratera vulcânica que produz sal e onde se pratica o turismo de saúde em virtude das virtualidades das águas salgadas. Tendo em conta a fragilidade do ecossistema da ilha, existem 11 áreas protegidas. Uma das grandes atrações dos turistas é a observação das tartarugas marinhas, uma espécie em vias de extinção, e os tubarões.

Na ilha está a maior parte dos hotéis em Cabo Verde. Por isso, também o maior número de camas disponíveis e de fluxo de visitantes.

Boavista com 620 Km² é a terceira ilha do arquipélago em superfície e detentora da maior orla marítima de areias brancas albergando a maior praia de Cabo Verde – a praia de Santa Mônica - com 16 km de extensão. A ilha conheceu um incremento do turismo internacional a partir de 2008 com a construção do aeroporto internacional e a instalação de alguns *resorts* de grupos internacionais. É considerada a Ilha com maior capacidade de carga para o turismo em virtude da superfície, recursos naturais como praias e áreas protegidas. Detém 14 áreas protegidas que podem complementar a oferta turística à base de turismo de sol e praia e dos desportos náuticos. A gestão do turismo nesta ilha bem como na do Maio está a cargo da Sociedade de Desenvolvimento do Turismo nas Ilhas da Boavista e maio – SDTIBM criada em 2005 e com sede na Boavista.

Ainda no grupo das Ilhas com potencialidades para o turismo de sol e praia, uma referência para a Ilha do **Maio**, com uma superfície de 269 Km², que, à maneira do Sal e Boavista, é uma

ilha plana dotada de extensas praias de areia branca e rica em áreas protegida. Até ao presente momento, o potencial turístico desta ilha ainda não está a ser explorado para o turismo internacional em virtude dos constrangimentos em termos de acesso porquanto a Ilha possui apenas um aeródromo que recebe dois voos semanais vindos da Ilha de Santiago. Todavia, são visíveis os recursos para o turismo balnear, desportos náuticos e turismo de natureza. Está prevista a construção de um aeroporto internacional, o que, decerto, vai potenciar a atração de investidores e visitantes internacionais.

- ***Turismo ecológico e cultural***

A ilha do **Fogo** (476 Km²) deve o seu nome ao imponente vulcão que ascende a 3.000 metros de altitude. Aliás, o formato da Ilha em forma de cone encimado pelo ativo vulcão representa um atrativo suscetível de gerar fluxos de turistas. O vulcão tem como base uma cratera de aproximadamente 8 km² de diâmetros e que foi praticamente enchida de lavas na última erupção vulcânica no final do ano de 2014. Os atrativos do Fogo não ficam apenas pela componente de orografia. A cidade de São Filipe, com a sua arquitetura *sui generis* como os seus sobrados coloniais e diversidade de praças, encanta os visitantes. Assim, a ilha oferece condições ideais para o turismo de natureza (vulcões e paisagens) turismo histórico e cultural e ainda a gastronomia dos produtos típicos e biológicos como o vinho, os licores, o queixo e o café.

Em razão de *deficit* de ligações aéreas e de deficiente promoção, os fluxos turísticos para a ilha do Fogo ainda são reduzidos.

Brava - situa-se a poucas milhas da Ilha do Vulcão. Com uma superfície de 67 Km² encontra-se isolada do resto do arquipélago em virtude da inexistência de um aeroporto. As ligações fazem-se apenas pela via marítima. Assim os encantos desta Ilha de orografia irregular, com um clima ameno e coberta de flores, enfim todo esse potencial para o turismo de natureza, fica á espera de dias melhores. Apenas é visitada pelos emigrantes que vivem nos Estados Unidos, emigração essa iniciada nos tempos antigos da pesca da baleia.

Santiago - ilha com maior superfície (991 Km²) e população e, onde se localiza a cidade da Praia, a capital do país - foi a primeira ilha a ser povoada pelos portugueses e, por isso, alberga a Cidade Velha – património da humanidade e importante atrativo turístico – a primeira cidade europeia nos trópicos que desempenhou um papel relevante no comércio de escravos.

Também é nesta Ilha que se localiza a Colônia Penal do Tarrafal para onde os presos políticos portugueses eram enviados para cumprir as suas penas. Estes são dois elementos da componente do turismo histórico e cultural da Ilha.

Santiago, à maneira das outras ilhas de ortografia irregular, oferece condições para o turismo de natureza e rural, sendo que o Parque da Serra da Malagueta com as suas espécies endêmicas é o principal atrativo. A ilha possui também condições para a o turismo balnear por dispor de praias em vários pontos da ilha, designadamente na Cidade da Praia, Concelho de São Domingos (São Francisco e Praia Baixo) e no Tarrafal.

Santo Antão, com uma área de 779 Km², com paisagens belas e desconcertantes consistindo em altos picos e vales profundos de que destacam os vales da Ribeira de Paúl, da Ribeira da Torre e da Garça, possui importantes Áreas Protegidas como o parque natural da Cova/Ribeira da Torre e Paul, e Moroços, apresentando assim um grande potencial para o ecoturismo, turismo rural, turismo de montanha e de aventura.

São Nicolau com 388 Km², à maneira da Ilha de Santo Antão, possui uma orografia irregular com montanhas e vales destacando-se o parque natural do Monte Gordo – recentemente eleito como uma das 7 maravilhas de Cabo Verde. A oferta turística inclui os produtos para o turismo balnear, ecológico bem como de turismo de saúde em virtude das areias quentes e negras nas praias do Tarrafal.

São Vicente com 227 Km² ergue-se próximo da montanhosa Ilha de Santo Antão. Em virtude da baía do Porto Grande onde funcionou durante séculos um entreposto nas rotas marítimas internacionais, a ilha se transformou no centro cosmopolita que é hoje. Por esta razão oferece uma variedade de produtos turísticos, que vão do turismo cultural e histórico até ao turismo de balnear e dos desportos náuticos.

Destaque-se alguns produtos turísticos especiais, como o carnaval, o festival da baía das gatas, e o festival do teatro denominado Mindelact. Recentemente foi construído um aeroporto internacional para dinamizar o desenvolvimento do turismo. Vários projetos de construção de *resort*, previstos para a Ilha foram suspensos em virtude da crise iniciada em 2007/2008, estão à espera de dias melhores.

Por fim, **Santa Luzia**, desabitada, com os seus ilhéus Branco e Raso com uma superfície de 35 Km², foi transformada numa reserva natural em virtude da riqueza em espécies endémicas. Possui potencialidades para o turismo de ecológico, observação de espécies endémicas e desportos náuticos.

Em síntese, as ilhas que mais contribuem para a oferta turística são as ilhas do Sal, e da Boavista. Seguem-se as Ilhas Santiago e São Vicente. As outras ocupam um lugar marginal em resultado de dificuldades de acesso em termos de ligações aéreas, custos de viagens internas, tempo gastos nas viagens, insuficiência de infraestruturas turísticas, e a pouca promoção das suas potencialidades.

Uma referência para a cultura cabo verdiana - resultante da miscigenação das culturas europeias e africanas – que apresenta um grande interesse para os turistas e, por isso, constitui-se com um importante segmento da oferta turística, sendo o destaque para os monumentos históricos, designadamente a cidade velha (património da humanidade) e sobretudo a riqueza e diversidade da música, como a morna (também património imaterial pela UNESCO) .

O turismo de cruzeiros possui um grande potencial tendo em conta a localização de Cabo Verde na encruzilhada dos três continentes Europa, África e Américas. Com a melhoria das infraestruturas físicas, pode-se potenciar nas ilhas um melhor protagonismo em três circuitos de turismo de cruzeiros, quais sejam, circuito da Macaronésia, circuito eixo Europa América do Sul e circuito África Ocidental.

Em virtude de razões históricas e naturais, como por exemplo, a baía do porto grande, a Ilha de São Vicente está em condições de desenvolver o turismo de cruzeiros. A vizinha ilha de Santo Antão também vai beneficiar da dinâmica em São Vicente. A ilha de Santiago, mais concretamente a cidade da Praia, bem como as outras ilhas possuem boas condições para o turismo de cruzeiros. Assim, Cabo Verde poderá desempenhar um papel importante no turismo de cruzeiros no Atlântico Médio.

Por fim, o turismo dos desportos náuticos em relação ao qual as diversas ilhas apresentam grandes potencialidades para nichos de mercados para atividades ligadas ao mar como pesca desportiva, yachting e vela, jet ski, mergulho, surfing e kite surfing, jogos diversos de praia.

No documento *Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico 2004-2015 (2004)* identificam-se 93 espaços geográficos com interesse turístico: 54 são praias localizadas principalmente nas ilhas de Boa Vista, Maio e Sal e 18 são itinerários pitorescos com maior incidência nas ilhas do Fogo, Santo Antão, São Nicolau e Santiago. Bem como 21 são áreas protegidas.

Em termos de paisagens de interesse podem-se referir os espaços de interesse cultural como a cidade da Ribeira Grande (antiga Cidade Velha, que foi a primeira cidade cabo-verdiana), a Catedral e Forte da Cidade Velha construídos no séc. XVI, a Colonia Penal do Tarrafal, parques naturais com destaque para o parque do vulcão do Fogo, Serra Malagueta na ilha de Santiago, Monte Gordo em São Nicolau e Parque de Cova, Paúl e Ribeira da Torre em Santo Antão e a ilha de Santa Luzia como uma reserva natural.

No que concerne a eventos culturais, o destaque vai para os festivais de música de Baía das Gatas e o Carnaval em São Vicente, Carnaval em São Nicolau, Festival de Gamboa na Cidade da Praia, Festival de Santa Maria no Sal e Festival da Praia da Cruz em Boavista, as Festas de 1 de Maio no Fogo e Festas de São João na Brava e Santo Antão.

Em suma, os produtos turísticos podem ser resumidos em seis segmentados, conforme o Quadro 6.3.

Quadro 6.3. - Produtos turísticos de Cabo Verde

- O turismo de sol e praia que abarca as ilhas do Sal, Boavista e Maio bem como quase todas as ilhas de Cabo Verde.
- O turismo rural e de natureza nas ilhas montanhosas de Santiago, Santo Antão, Fogo e São Nicolau.
- O turismo urbano, cultural e de eventos sobretudo nas cidades da Praia e Mindelo.
- Turismo de circuito nas ilhas montanhosas de Santiago, Santo Antão, Fogo e São Nicolau.
- O turismo náutico e de desporto ligado ao mar (yachting e vela, jet ski, mergulho, surfing e kite surfing, jogos diversos de praia) com potencial em quase todas as ilhas.
- O turismo de cruzeiros em ascensão e com potencial de crescimento porquanto Cabo Verde recebe menos de 3% do tráfego do turismo de cruzeiro no circuito da Macaronésia; oportunidade para se integrar nos circuitos da Macaronésia, eixo Europa América do Sul e o circuito África Ocidental. (As ilhas de São Vicente com o Porto Grande de Mindelo é a ilha com melhor potencial para este tipo de turismo. A ilha de Santiago surge como o segundo ponto mais visitado pelos cruzeiros. Há potencialidade para as outras ilhas também receberem barcos cruzeiros de menor porte.)

Fonte: PEDS – Turismo - (2019)

Pelo exposto, pode-se concluir que Cabo Verde e as suas ilhas apresentam atrativos naturais que, aliado ao sol durante todo o ano, à estabilidade social, à posição privilegiada na encruzilhada dos continentes a poucas horas da Europa, tem todas as condições para se transformar

num importante destino turístico no Atlântico médio, à maneira do que acontece com as outras regiões da macaronésia como Canárias e Madeira.

6.4. Procura turística

A procura turística vem crescendo nos últimos 19 anos, a uma taxa média de mais de 8% ao ano. Conforme o Quadro 6.4, no período de 2000 a 2019 – excetuando as quedas na procura ocorrida em 2002 (-6%) 2009 (-1%) e 2014 (-2%) face a períodos anteriores, o número de turistas quadruplicou passando de 145 mil em 2000 para 819.318 mil em 2019 enquanto as dormidas anuais aumentaram de 806 mil para cerca de 5,1, milhões.

Em 2019, Cabo Verde recebeu cerca de 819.318 hóspedes, (acréscimo de 7% face ao ano de 2018). As dormidas cresceram num ritmo um pouco superior em 7,4%. Os hotéis, com uma taxa de 86,9%, são os estabelecimentos mais procurados. A uma grande distância surgem as residenciais, as pensões e os aldeamentos turísticos, com cerca de 3,8%, 3,3% e 3,0%, respetivamente. Igualmente, quanto às dormidas, os hotéis representam 91,1%. Os outros estabelecimentos como aldeamentos turísticos 3,2% e as residenciais 2,0%. Os hotéis são também os estabelecimentos com maior taxa de ocupação com uma percentagem 64% das camas.

Quadro 6.4. - Evolução do número de visitantes e de dormidas

Ano	Hóspedes	Dormidas
2000	145.076	684.733
2005	233.548	935.505
2015	569.387	3.7 milhões
2016	644.429	4.09 milhões
2017	717.000	4,6 milhões
2018	765.969	4.9 milhões
2019	819.318	5.1 milhões

Fonte: INE (2019) Estatísticas do Turismo – Movimentação de Hóspedes - ano 2018

Conforme o Quadro 6.5., a ilha do Sal é a mais procurada pelos turistas, representando cerca de 45,5% das entradas nos estabelecimentos hoteleiros. Em segundo lugar, surge a ilha da Boa Vista, com 29,4%. Segue-se a ilha de Santiago com 11,7%. O mesmo em relação às dormidas: Sal com 51,9%, Boa Vista com 38,0% e Santiago, com 4,8%. A taxa de ocupação-

cama é de 55%, sendo as ilhas da Boa Vista com 78% e do Sal com 62% com as maiores taxas de ocupação.

Ocorre uma concentração de turistas nas ilhas do Sal e Boavista responsáveis por receber 549.825, cerca de 76,7% do total de turistas. Em terceiro lugar surge a Ilha de Santiago com 11,2% do total. As demais ilhas contam com menos de 10% do total de turistas.

Quadro 6.5. - Distribuição da procura turística por ilhas

Ilha	Nº de turistas
Sal	379.086
Boavista	206.236
Santiago	85.830
São Vicente	47.017
Santo Antão	31.206
Fogo	12.051
São Nicolau	1.721
Maio	1.424
Brava	1.125

Fonte INE (2019) Estatísticas do Turismo – Movimentação de Hóspedes- 2018

A Europa é o principal continente emissor de turistas para Cabo Verde. Conforme o Quadro 6.6., o Reino Unido continua a ser o principal emissor de turistas para Cabo Verde com 24% do total das entradas. Os turistas do Reino Unido permanecem mais tempo, com uma estadia Média de 8,3 noites. Em segundo lugar surge a Alemanha com 11,3%, a França com 10,4%, Países Baixos e Portugal com 9,8%.

Quadro 6.6. - Principais mercados emissores de turistas

Reino Unido	24%
Alemanha	11,3%
França	10,4%
Holanda	9,8%
Portugal	9,8%

Fonte: INE (2020) Estatísticas do Turismo – Movimentação de Hóspedes – 2019

Os dados do Inquérito aos Gastos e Satisfação dos Turistas do INE (2018) indicam que, em termos de segmentação dos turistas, a maioria dos turistas são de trabalhadores (83,7%) seguido

de aposentados (12,2%) estudantes (2,1%) e desempregados (1,4%). Em termos de rendimentos, 27,4% possuem renda anual familiar de 60 mil euros ou mais, seguido por aqueles com rendimento entre 48 mil e 60 mil (19,4%) e entre 36 mil a 48 mil (18,3%). A internet é o principal canal para a obtenção de informações pelos turistas. Os dados indicam que 47% dos visitantes obtêm informações sobre Cabo Verde através da Internet; 29,8% através das agências de viagem e operadores turísticos, e por fim, 19% dos turistas obtiveram informações através de amigos.

A maior parte dos turistas, - 81,0% - viajou com pacote turístico, sendo que 75,8% optou pelo sistema *all inclusive*. Apenas 18% dos turistas organizaram sua viagem por conta própria, ou seja, sem a intermediação de um agente de viagens. O tempo de permanência médio da estadia é de 6,4 dias. O tempo de permanência é maior nas ilhas Boa Vista e Sal. É que os visitantes dessas ilhas optam mais pelo sistema *all inclusive*. Nas restantes ilhas, as estadias foram de menos de 3 dias: Santo Antão (2,9 dias) São Vicente (2,8 dias) Fogo (2,7 dias) e Santiago (2,6 dias).

6.4.1. Os Fluxos Internacionais de turistas

O Destino Turístico Cabo Verde beneficiou do contexto internacional muito favorável devido ao facto das viagens e o turismo estarem numa linha ascendente crescendo em todos os indicadores.

Segundo o *World Tourism Barometer 2019* (UNWTO, 2020), o fluxo internacional de turistas cresceu 4% em 2019, tendo alcançado 1,5 milhões; sendo que a região da África Subsaariana cresceu 4%. O turismo estava a crescer pelo 10º ano consecutivo após a grande depressão de 2008. O número de visitantes internacionais que cruzaram fronteiras subiu de 1,25 bilhão em 2016 para 1,3 bilhão em 2017, 1,4 bilhão em 2018 e 1,5 milhão de visitantes internacionais em 2019.

A Europa, que continua a ser a região no topo com 742 milhões de entradas; Ásia e Pacífico, com 348 milhões; Américas, com 220 milhões; África com 71 milhões e Médio Oriente, com 63 milhões de visitantes. Todas os continentes registaram crescimento em número de visitantes: Crescimento de 8% no Oriente Médio e 5% na Ásia pacífico, 4% na Europa e África e 2% nas Américas. Nota-se que a França é o país que mais turistas recebe enquanto os Estados Unidos é o que obtém mais receitas. Há vários países como Austrália e Japão que estão no top dos destinos em termos de receitas, mas não constam do das chegadas.

Por outro lado, os dados da UNWTO (2019) indicam que as viagens e turismo contribuíram com 1,7 trilhão de USD em 2018 sendo 1,5 trilhão para os destinos (turismo) e 256 milhões de USD para as viagens, correspondendo a 7% das exportações e 29% das exportações dos serviços..

O setor de viagens e turismo emerge assim como um grande enquanto gerador de empregos com cerca 319 milhões de empregos representando 1 em cada 10 empregos criados. O mercado de turismo de lazer é responsável por 78,5% do total de receita enquanto o turismo de negócios, 21,5% em 2018.

Segundo a mesma fonte, O turismo (1,586 trilião de USD) apresentava-se como terceiro setor económico mundial ficando atrás da indústria química (1,99 trilião de USD) e Combustíveis (1.96 trilião de USD) e à frente da indústria automóvel (1,470 trilião de USD) e produtos alimentares (1,460 trilião de USD (UNWTO, 2019)

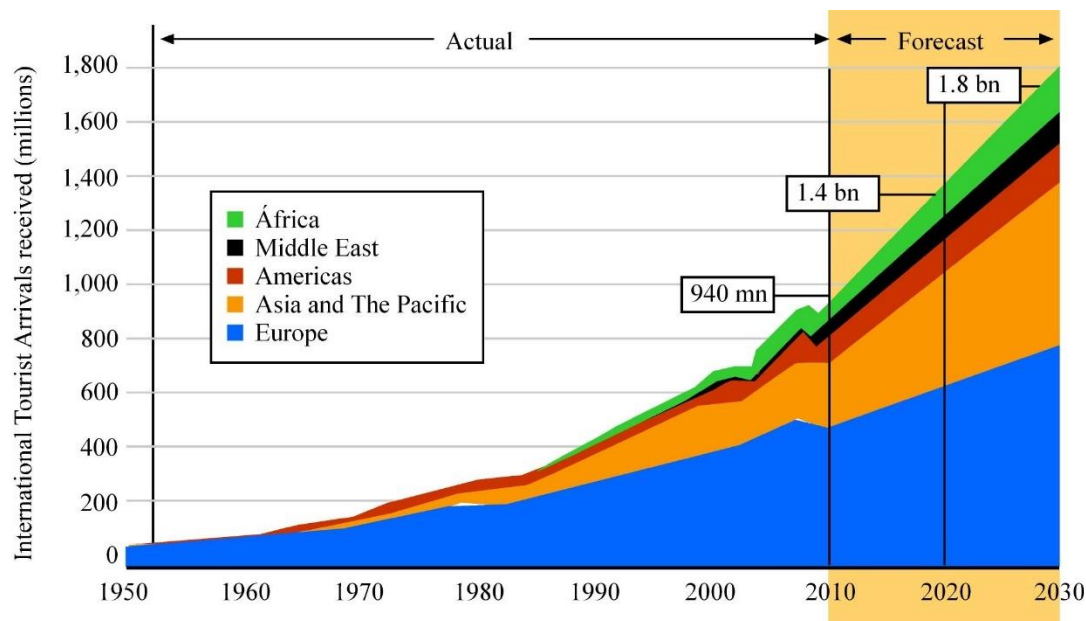


Figura 6.1.- Evolução e perspectivas da procura turística

Fonte: Extraído UNWTO (2019)

Apesar de todas as alterações que vão ocorrendo no turismo, a procura continua em direção a determinados atrativos turísticos como o mar, o sol, a neve, as montanhas, a natureza e os grandes centros culturais (grandes cidades).

Do ponto de vista dos pequenos países insulares na fase de crescimento do turismo, é importante monitorizar a evolução do turismo *outbound*, isto é, dos mercados emissores, responsável pelos gastos do turismo em termos de partidas. A Europa continua a ser região com maior taxa de partida, com 48% do total, seguido de Ásia e Pacífico com 26% e Américas com 17%, Médio Oriente com 3%, África com 3% do total dos gastos do turismo (e não especificado, com 3%). Uma atenção tem de ser dada ao top 10 dos principais países emissores e gastos no turismo *outbound*.

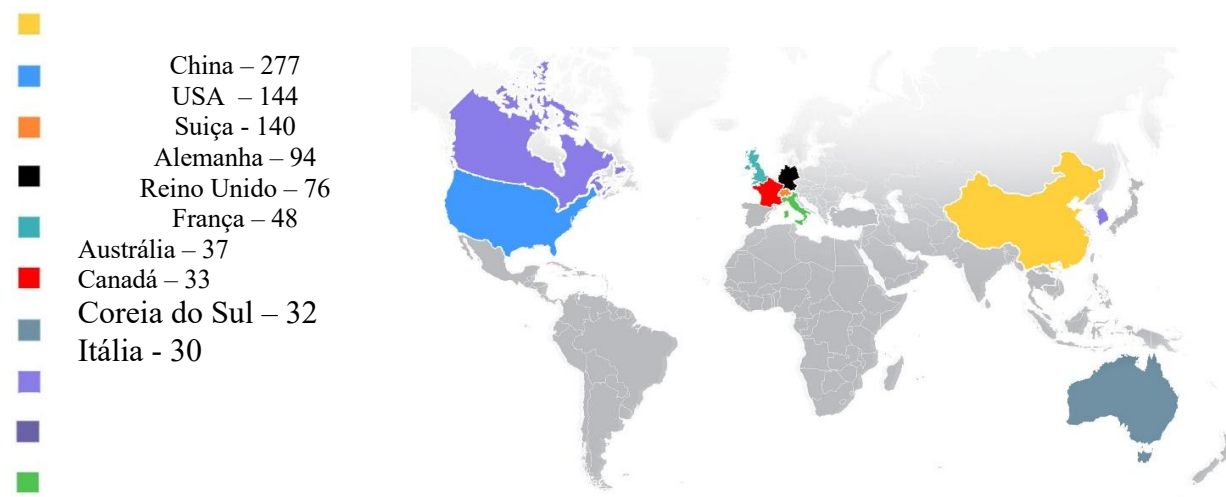


Figura 6.2.- Top 10 do turismo Outbound (milhões de USD)
Fonte: extraído de UNWTO (2019)

Assiste-se a uma grande concentração do turismo, tanto do ponto de vista da origem como dos destinos. A maior parte das partidas e das chegadas ocorrem na Europa e na América do Norte. Todavia está-se a assistir à planetarização do turismo com o surgimento de novos espaços emissores e recetores do turismo sem, contudo, pôr em causa a supremacia da Europa e da América do Norte. Os chamados países emergentes como a China, a Rússia e a Índia, estão a crescer como importantes mercados turísticos, tanto emissores como recetores. Assim, a geografia do turismo também está a sofrer alterações. Se antes as viagens eram dirigidas essencialmente do Norte da Europa para o Sul da Europa e das Américas para Europa, atualmente o turismo reparte-se por todas as direções. Os pequenos estados insulares enquanto destinos turísticos estão a ser alvo de uma procura crescente.

Como já foi referido, as ilhas são o segundo maior destino turístico após as cidades históricas. As taxas médias de crescimento do número de visitantes são muito superiores à média mundial. A contribuição do turismo no PIB de alguns países insulares pode ultrapassar os 50%, o que demonstra a relevância da atividade turística nas regiões insulares (WEF, 2019). Conforme o quadro 6.7., pode-se constatar a dinâmica de crescimento de um grupo de referência dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) das Caraíbas e da Região da África Subsaariana.

Quadro 6.7 - Quadro de chegadas e receitas

	Visitantes				Receitas.		
	2010	2017	2018	%	2010	2017	2018
<i>Cabo Verde</i>	336	668	710	6,3%	278	431	466
<i>Maurícias</i>	935	1.342	1.399	4,3%	1,282	1,748	1,887
<i>Seychelles</i>	175	350	362	0,5%	343	483	564
<i>Rep. Dominicana</i>	4.125	6.188	6.569	6%	4,162	7,184	7,561
<i>Jamaica</i>	1.922	2.353	2.473	5,1%	2,001	2,809	3,099
<i>Trinidad e Tobago</i>	388	395	375	- 4,9%	450	453	???
<i>Haiti</i>	255	467	N	- 4,9%	383	459	???

Fonte: Com base nas informações da UNWTO (2019)

Pela análise do quadro, é visível a evolução positiva da procura turística nessas ilhas. Aliás, a estratégia desses destinos insulares emergentes está a basear-se no conhecimento das regiões emissoras de turismo e numa gestão dos destinos em termos de marketing e comercialização com recursos ao *online*, em especial os *social media*, com utilização de plataformas de relacionamento, captação e fidelização de clientes, como o *Trip advisor*, o *Facebook* e o *Twitter*, que estão a influenciar fortemente os comportamentos do consumidor-turista (Péres & Rita, 2017)

Assim, esses destinos que pretendem aumentar a procura turística, atrair mais clientes, devem focalizar – na linha de Peres & Rita, (2017) - na fase de escolha do destino visando estimular o imaginário e também maximizar a experiência turística para além de outras abordagens corretas sobre os fatores que determinam a procura turística, ao nível do macro e micro ambiente da indústria do turismo. Daí o optimismo por parte da Organização Mundial do Turismo e dos diversos destinos turísticos insulares sobre as boas perspectivas para o aumento da procura turística nos próximos anos.

PARTE III – AS PESQUISAS EMPÍRICAS

CAPÍTULO 7. METODOLOGIA DAS PESQUISAS EMPÍRICAS

Após a revisão da literatura e a apresentação do destino turístico Cabo Verde nos capítulos anteriores, no presente capítulo são escolhidas as mais adequadas metodologias para as pesquisas empíricas. Inicia-se, pois, por acompanhar o debate à volta dos paradigmas de investigação, da ontologia e epistemologia bem como das diversas abordagens metodológicas, técnicas, procedimentos das pesquisas, através de um plano que tem em conta os objectivos e questões de investigação bem como da revisão de literatura e da adoção do modelo conceptual.

7.1. Paradigmas e metodologias das pesquisas em gestão e turismo

O que impregna cientificidade a um trabalho de investigação não é bem o objecto, mas sim o paradigma e a metodologia subjacentes. Uma vez que se trata de uma tese na disciplina de gestão aplica-se a metodologia no âmbito das ciências sociais e aos itens próprios de uma pesquisa tendo em conta os paradigmas vigentes e de todo o enquadramento epistemológico das investigações em gestão (Teixeira, Rosa, & António, 2007).

A gestão, enquanto disciplina das ciências sociais, aplica os métodos e estratégias dessas ciências, isto é, uma diversidade de opções de abordagens metodológicas. No quadro das investigações, em qualquer área científica, emergem um conjunto de questões que estão na base das pesquisas. Assim, toda a pesquisa tem de ter um paradigma de suporte enquadrado num contexto filosófico por forma a que o investigador possa compreender as dimensões de uma investigação em termos de ontologia, epistemologia ou de paradigmas.

O conceito de paradigma - introduzido por Tomas Kuhn - corresponde a uma visão do mundo através de um conjunto de assunções, valores e crenças sobre a natureza da realidade e do conhecimento que orientam as ações do investigador. O paradigma é, ao mesmo tempo, uma ferramenta conceptual e prática visando a resolução de problemas de investigação. Cada paradigma está relacionado com determinadas perspectivas ontológicas, epistemológicas e metodológicas.

Aliás, ao longo de décadas, tem-se assistido a um grande debate. Conforme o consenso da literatura e de autores como Onwuegbuzie & Leech (2005), Gelo, Braakmann, & Benetka, (2008) e Gray (2017), toda a investigação parte de um pressuposto básico ontológico sobre o modo como o sujeito, o investigador vê a realidade, que é objeto de estudo.

As abordagens das pesquisas têm diferentes bases e pressupostos filosóficos referentes à natureza da realidade que pode ser objecto de conhecimento – ontologia - ou da forma como o sujeito conhece o objecto – epistemologia - ou dos princípios que inspiram e orientam a pesquisa científica – metodologias- e dos instrumentos de implementação da pesquisa - como os métodos e técnicas de investigação (Gelo et al, 2008). Aliás, o debate intenso ao nível da ontologia e epistemologia também faz-se sentir a um nível mais baixo das metodologias.

Na linha do contexto ontológico, são desenhadas as várias propostas de paradigmas de investigação que aplicam uma diversidade de epistemologias e metodologias. É a ontologia - sobre o que se pode conhecer - que determina a epistemologia - sobre a forma como o ‘eu’ adquire o conhecimento desse objeto – que visa como saber aquilo que se pode conhecer. A epistemologia, por sua vez determina as abordagens metodológicas.

Gephart (2004) mostra a grande relevância da relação entre a teoria e as metodologias porquanto os investigadores utilizam métodos consistentes com os paradigmas. O autor argumenta que nas pesquisas no domínio de gestão são utilizadas três perspetivas: o positivismo e pós positivismo na linha da ontologia realista; o interpretativíssimo enquadrado no relativismo e o ‘*critical pós-modernismo*’ na linha do realismo histórico. Por sua vez, Gray (2017) apresenta a seguinte terminologia com algumas diferenças: o objetivismo, o construtivismo e o subjetivismo.

Segundo a síntese de vários autores como Gephart (2004) e Gray (2017), a corrente epistemológica do positivismo ou pós positivismo defende que o mundo social é externo e existe independentemente do investigador e, que, por isso, tem de ser estudado pela observação como acontece com as ciências naturais. O Pós- positivismo, que é mais recente, difere do positivismo porque entende que a realidade pode ser conhecida apenas probabilisticamente e, que por isso, a verificação não é possível, mas sim apenas falsificação.

O interpretativismo rejeita o paradigma anterior porquanto o mundo social é diferente do mundo natural e, por isso, requer métodos diferentes. O mundo social pode ser investigado.

Por sua vez o pós-modernismo defende que o 'eu' do sujeito impõe-se sobre a realidade do objecto. A construção da realidade resulta dos valores sociais, políticos e económicos.

Quadro 7.1.- Construção social da realidade

Tradição	Positivismo e pospositivismo	Pesquisa Interpretativa	Pós-modernismo crítico
Assunção sobre a realidade	Realismo: Realidade objectiva que pode ser compreendida pelo espelho da ciência: definitiva/probalística	Relativismo: Realidades intersubjetivas composta por significados subjetivos e objectivos: representado por conceito de actores.	Realismo histórico: Realidade material/simbólica resultante de valores
Objectivos	Descoberta da verdade	Descreve significados e compreensões	Descoberta de interesses escondidos e de contradições críticas. Transformação e emancipação
Tarefas	Realiza explanações e controle de variáveis: Verificação de hipóteses	Produz descrição do significados e definições de situações: compreender a realidade	Desenvolve insights estrutural ou histórico que revelam as contradições e permite a emancipação e espaço para vozes silenciadas
Unidades de análises	Variáveis	Ações verbais e não verbais	Contradições, incidentes críticos. Sinais e símbolos
Métodos	Compara os factos com hipóteses ou proposições	compreende significados, divergências sistémicas dos significados	Compreende a evolução histórica dos significados, praticas materiais, contradições e desigualdades

Fonte. Extraído de Gephard (2004, p.456). baseado em Gephard (1999), Guba & Lincoln (1999) e Lincoln & Guba (2000)

A corrente epistemológica do positivismo está associada aos métodos quantitativos, à dedução e à retórica formal focada na precisão e replicabilidade baseada na objetividade. Ao passo que a corrente do interpretativismo ou constructivismo corresponde aos métodos qualitativos e à retórica informal em que o investigador tem em conta a visão do participante e desenvolve significados subjetivos do fenómeno.

No contexto da metodologia quantitativa, resultante da corrente realismo/positivismo, os puristas quantitativos – segundo Johnson, Burke & Onwuegbuzie, Anthony (2004, p.14) - acreditam que a observação social deve ser tratada de forma similar à de um cientista em relação

aos fenómenos físicos; e que as ciências sociais devem ser objetivas estando o sujeito separado do objeto de conhecimento.

Os resultados da investigação são independentes do sujeito investigador e, por isso, podem ser generalizados e replicados em diferentes populações. Os métodos quantitativos referem-se às técnicas associadas com a recolha, análise, interpretação e apresentação de informação numérica. As perguntas de investigação tomam a forma de hipóteses que são predições do investigador baseado em teorias, racional ou em prévias pesquisas sobre as relações do fenómeno social antes de se conduzir a pesquisa (Teddie & Tashakkory, 2009, p.5)'.

No que concerne à perspectiva qualitativa - segundo Denzin & Lincoln (2006), -os defensores ou teóricos dessa categoria de métodos revelam o valor das perspectivas qualitativas no quadro das investigações em ciências sociais em como o sujeito que conhece não pode ser separado do objeto conhecido. Os puristas dos métodos qualitativos - conforme Lincoln & Guba (2000) também chamados os construtivistas e interpretativistas rejeitam o positivismo e defendem a superioridade do constructivismo, relativismo, humanismo, hermenêutica e às vezes, o pós-modernismo nas investigações em ciências sociais.

Segundo Teddie & Tashakkory (2009, pág. 6), os métodos qualitativos definem-se como

'...Técnicas associadas com a recolha, análise e interpretação de informação narrativa porquanto as respostas às questões de investigação são narrativas e a análise de dados é temática (...) utilizando uma variedade de técnicas indutivas e interativas incluindo estratégias de categorias e de contextualização.'

As análises qualitativas são análises temáticas porque as estratégias resultam em temas. São utilizadas técnicas de recolha e análise de dados textuais visando a obtenção dos resultados da pesquisa, através da indução, e num processo de interação entre o sujeito e o objecto de estudo (significados dos participantes). Trata-se de uma metodologia adequada para estudar processos dinâmicos e fenómenos complexos.

Quadro 7.2. - Atributos das metodologias

Metodologia Quantitativa	Metodologia qualitativa
<ul style="list-style-type: none"> • Nonométrica • Extensiva • Generalizante • Explicação • Predição • Generalização • Dedução • Theory-driven • Teste de hipóteses (Hypothesis-testing) • Orientado para a confirmação (Confirmatory) • Experimental • Experimental (True Experiment) • Quase- experimental • Não experimental • Correlacional • Correlacional- comparativo • Correlacional-causal-comparativo • Ex-post-facto • Validade interna • Validade causal • Generabilidade • Validade externa 	<ul style="list-style-type: none"> • Ideográfico • Intensivo • Individualizante • Compreensão • Interpretação • Contextualização • Indução • Data-driven • Geração de hipóteses (Hypothesis generating) • Orientado para descobertas (Discovery-oriented) • Naturalístico • Caso estudo (narrativa) • Análise de discurso • Análise de conversação (Conversation analysis) • Focus Group • Grounded theory • Etnográfico • Validade Interna • Validade descritiva • Validade interpretativa • Validade explanatória • Generabilidade • Transferabilidade

Extraída de Gelo et al (2008, pág. 7)

Todavia, esse encadeamento e a dicotomia entre ontologias, epistemologias e metodologias, embora predominante, não tem de ser uma regra fixa. A literatura apresenta diferentes encadeamentos e, assim, uma multiplicidade de metodologias. Casos de estudos que partem de uma epistemologia positivista e aplicam metodologias qualitativas ou casos de pesquisas que partem de uma epistemologia interpretativista e que aplicam metodologias quantitativas. Ou ainda casos de métodos mistos no mesmo estudo.

7.2 Perspetiva do pragmatismo e métodos mistos

Já foram abordados os paradigmas positivistas e as perspetivas quantitativas em que o investigador procura o conhecimento objectivo nas evidências empíricas e no *'hypothesis testing'*,

bem como o paradigma construtivista para o qual o conhecimento é relativo por que a realidade é complexa e são utilizadas as perspetivas qualitativas.

Importa uma referência especial ao paradigma do pragmatismo que suporta a adoção de uma posição alternativa de métodos mistos por se posicionar no meio desses dualismos, como por exemplo, entre o objetivismo e subjetivismo, realismo e relativismo, positivismo e interpretativismo e entre as metodologias quantitativas e qualitativas.

A perspetiva é prática com o foco na resolução de problemas de investigação (Johnson & Onwuegbuzie, 2004). Acrescentam os autores citando James (1995:1907) em como a verdade não pode ser *'stagnant'* e que *'devemos estar prontos amanhã para chamar de falsidade.'* Ou seja, o conhecimento está em mudança ao longo do tempo. O processo de aquisição do conhecimento é contínuo e não pode depender exclusivamente de dois polos opostos da objetividade e subjetividade. Ao rejeitar a dicotomia filosófica tradicional, o pragmatismo procura abraçar as duas perspetivas antagónicas. No caso das metodologias de pesquisa, procura a síntese entre as abordagens quantitativas e o raciocínio dedutivo e retórica formal e qualitativas e o raciocínio indutivo e retórica informal.

Com a utilização dos múltiplos métodos nas ciências sociais, assiste-se ao enriquecimento recente da literatura com um número cada vez maior de autores que defendem esse novo posicionamento metodológico. Aliás, autores como Johnson & Onwuegbuzie (2004), Biesta (2010), Johnson & Gray (2010), Gray (2014) defendem que o pragmatismo pode fornecer uma base filosófica para o método misto. Todavia, Gray (2014) argumenta que o pragmatismo não implica um determinado método, mas sim orienta a pesquisa na perspetiva dos objectivos e questões de investigação, isto é, investiga os fenómenos com o melhor método possível. Por isso, adota uma concepção eclética que pode potenciar o uso de uma diversidade de metodologias para a realização do trabalho empírico em ciências sociais relevando os aspetos práticos do pragmatismo e não as questões filosóficas. Defende o pragmatismo como o paradigma para as pesquisas sociais.

Importa referir que, segundo Morgan (2014), o pragmatismo defende que nós somos livres de acreditarmos aquilo que queremos, mas que algumas crenças são mais apropriadas do que outras para a obtenção dos nossos objectivos e necessidades de investigação. Assim, defende

que o melhor método, seja ele qual for, é aquele que melhor sirva os objectivos e questões de investigação.

Assim Johnson & Onwuegbuzie (2004, p.14) revelam que, a aplicação de várias metodologias, no quadro do pragmatismo, pluralismo, ecletismo metodológico pode resultar numa pesquisa mais rica. Posicionam o método misto como complemento das tradicionais pesquisas quantitativas e qualitativas e apresentam o pragmatismo como ‘oferecendo o parceiro filosófico atraente para pesquisas com o método misto’

O método misto reconhece que ambos os métodos quantitativos e qualitativos são importantes e válidos. Onwuegbuzie & Leech (2005) releva a importância dessa metodologia e dos investigadores pragmáticos e defendem a passagem de ‘*uni-investigadores*’ (investigadores que se cingem exclusivamente a uma pesquisa quantitativa ou qualitativa) para ‘*bi-investigadores*’ (que usam ambos os métodos), numa abordagem de métodos mistos, os quais designam por “*investigadores pragmáticos*”.

Para Gelo et al. (2008, p.15), a realização de investigações integradas e orientadas para a prática constitui a melhor forma de ultrapassar este debate e o primeiro passo para ‘superar a limitação relacionada com a aplicação única da abordagem quantitativa e qualitativa’. Shannon-Baker (2015) aborda as várias perspectivas discutidas no quadro do método misto como ‘*o pragmatism, transformative-emancipation, dialectics, and critical realism*’ afirmando que os métodos mistos potenciam diferentes perspectivas e resultados permitindo ao investigador obter as vantagens de cada um dos métodos.

Em suma, o método misto – conforme Johnson & Onwuegbuzie (2004, pág. 14) - ‘é formalmente definido aqui como a classe de pesquisa em que a pesquisa combina métodos ou técnicas quantitativas e qualitativas em um único estudo’. Na visão de Teddie & Tashakkory (2009), com um terceiro movimento metodológico, ocorre a declaração de independência dos métodos mistos em relação às perspectivas quantitativas e qualitativas. Essa nova metodologia advoga o uso de qualquer ferramenta metodológica requerida para a resposta das questões de investigação, questões essas que orientam as pesquisas e são respondidas por informações apresentadas nas formas numéricas ou narrativas.

A recolha e análise das informações no quadro dos métodos mistos envolvem a integração de técnicas de análise estatísticas e temáticos bem como outras técnicas próprias dos métodos mistos como conversão ou transformação.

Segundo Creswell (2010), a popularidade observada pela utilização da pesquisa mista nas últimas décadas pode ser atribuída, dentre outros fatores, a possibilidade de utilização dos pontos fortes da pesquisa qualitativa e da pesquisa quantitativa, permitindo ampliar o conhecimento resultante dos resultados dos estudos.

Deste modo, a orientação filosófica mais próxima dos métodos mistos é sem dúvida o pragmatismo, pragmatismo entendido como *'a deconstructive paradigm that debunks concepts such as truth and reality and focus on what works as the truth regarding the investigation questions.'* (Teddie & Tashakkory, 2009, p. 7).

Quadro 7.3. - Caracterização do método misto

Pontos Fortes

-
- Palavras, figuras e narrativas podem ser adicionadas aos números
- Números podem ser utilizados para conferir mais precisão às palavras, figuras e narrativas.
- Permite responder a um maior número de questões de investigação porque o investigador não está confinado a único método.
- O investigador pode utilizar as vantagens de um método adicional para ultrapassar as fraquezas do outro método podendo utilizar os dois métodos numa mesma investigação
- Pode-se acrescentar informações e detalhes que poderiam ter perdido com a aplicação de um único método.
- Pode ser utilizado para aumentar a generalidade (generalizability) dos resultados. Métodos quantitativos e qualitativos utilizados juntos produzem mais conhecimentos práticos e teóricos necessários.

Pontos Fracos

-
- Pode ser mais difícil para um único investigador realizar pesquisas quantitativas e qualitativas, especialmente se ocorrerem ao mesmo tempo; poderia exigir uma equipa
- O Investigador tem de aprender as técnicas dos dois métodos e saber utilizá-los numa mesma pesquisa.
- Os puristas metodológicos argumentam que se se deve utilizar apenas um único método.
- Mais dispendioso e consome mais tempo.
- Alguns detalhes dos métodos mistos ficam por esclarecer pelos investigadores das metodologias (Por exemplo, o problema de misturar paradigmas, como analisar dados quantitativos qualitativamente, como interpretar os resultados conflitantes.
-

Fonte: Extraído de Burke Johnson, R. & Anthony J. Onwuegbuzie (2004)

Por isso, pode-se concluir que a perspetiva pragmática é a melhor que suporta a utilização do método mistos porquanto a maior parte dos investigadores que aplicam os métodos mistos

preferem as vantagens da sua praticidade do que a da base filosófica (Vibha & Christine, 2019).

7.3 Opção pelo método misto

Após a síntese geral da discussão dos paradigmas e metodologias de investigação, centra-se na selecção dos métodos mistos como metodologia para o presente trabalho. Ficou claro que não há rigidez quanto ao encadeamento dos paradigmas e as metodologias e que, por isso, a utilização de múltiplos métodos apresenta-se como uma terceira alternativa metodológica em ciências sociais.

No que concerne aos estudos na área da gestão do turismo são utilizados vários paradigmas e metodologias. Como Simão (2008) refere, a maior parte dos artigos sobre a gestão do turismo publicados nas revistas *Tourism Management e Journal of Travel and Tourism Marketing* aplicam predominantemente os métodos quantitativos enquanto os estudos qualitativos estão centrados na investigação social e cultural que inclui as percepções, os impactos ambientais e sociais e são publicados nas revistas *Annals of Tourism Research e Tourism Studies*.

A melhor metodologia a utilizar para a realização de uma pesquisa no âmbito de um doutoramento em gestão deve - na linha de Trochim (2007) e Creswell (2010), implicar uma combinação consciente dos métodos quantitativos e qualitativos, aproveitando-se das vantagens de cada um desses métodos. Grande parte das investigações no turismo consiste em pesquisas empíricas com a utilização de métodos qualitativos ou quantitativos ou ambos ao mesmo tempo que melhor possam servir os objectivos e questões de investigação Mehmetoglu (2004).

Para Creswell, J. (2010), os métodos mistos podem assumir três classificações:

- Métodos sequenciais, onde o pesquisador opta por iniciar sua pesquisa utilizando um dos métodos (qualitativo ou quantitativo) e, com base nos resultados obtidos, aplica-se o outro método (qualitativo ou quantitativo) em seguida;
- Métodos simultâneos, onde o pesquisador utiliza de forma simultânea os métodos qualitativo e quantitativo, coletando os dados ao mesmo tempo e posteriormente integrando as informações obtidas para interpretação e análise dos resultados;

- Métodos transformativos, onde o pesquisador utiliza uma perspectiva teórica que engloba dados qualitativos e quantitativos que direcionam o estudo, podendo existir um método de coleta de dados sequencial ou simultâneo.

No caso da presente investigação – na linha dos argumentos de autores como Gray (2017) - uma das razões para a aplicação dos múltiplos métodos é porque há diferentes questões de investigação que podem não ser respondidas por um mesmo método e a recolha e análise de dados pode ter diferentes fontes e origens.

Assim, a investigação pretende - conforme Creswell (2010), Creswell & Clark (2007) - aplicar a *'sequential design'* em que diferentes métodos podem ser aplicados em sequência e com amostras diferentes e *'triangulation design'* que visa obter informações diferentes e complementares sobre o mesmo fenómeno.

Do ponto de vista dos dados a serem recolhidos, optou-se pela recolha de dados primários e secundários através de análise documental, inquérito e entrevistas e análise temática e estatística. Através dessa multiplicidade de métodos e técnicas, assegura-se uma investigação empírica suscetível de responder adequadamente os objectivos e questões de investigação.

7.4. Resenha de pesquisas junto dos stakeholders para se avaliar a competitividade do turismo

Para se analisar o papel e o impacto das políticas públicas sobre a competitividade do destino turístico Cabo Verde, são utilizadas diversas metodologias e técnicas de recolha e análise de informação secundária bem como de informação primária a partir da opinião e perceção dos *stakeholders* do sector privado do turismo.

Assim, a análise documental e a opinião dos especialistas e dos *stakeholder* do sector privado apresentam-se como as mais adequadas formas de se analisar os impactos sobre a competitividade do destino turístico. Essa avaliação faz-se tendo em conta um conjunto de indicadores extraídos do modelo de competitividade seleccionado. Aliás, vários estudos empíricos já realizados baseiam-se na opinião e perceção dos stakeholders sobre atributos e fatores de competitividade.

Apresenta-se, de seguida, uma lista de pesquisas empíricas realizadas para medir os níveis de competitividade dos destinos turísticos através da opinião e percepção dos residentes, do setor privado e dos turistas sobre itens de competitividade com a utilização dos métodos similares ao do presente estudo.

Quadro 7.4. - Síntese de alguns estudos sobre a avaliação dos stakeholders sobre o turismo

<ul style="list-style-type: none"> ● Meng (2008) - no quadro da tese intitulada ‘An Examination of Destination Competitiveness from the Tourists’ Perspective: The Relationship between Quality of Tourism Experience and Perceived Destination Competitiveness’ - analisou a competitividade do turismo com base nas percepções dos turistas.
<ul style="list-style-type: none"> ● O estudo de Kozak & Rimmington (1999) fez uso de métodos quantitativos (hard data) e qualitativos (soft data) para analisar a competitividade dos destinos turísticos.
<ul style="list-style-type: none"> ● Cracolici & Nijkamp (2009) analisaram a atratividade dos destinos turísticos tendo em conta a análise das opiniões e percepções dos turistas através de questionários e modelos estatísticos.
<p>Bishnu Sharma et al (2008) desenvolveram um modelo estrutural com base em vários itens de uma escala de medidas aplicada a uma amostra probabilística para descrever a percepção do impacto do turismo sobre os residentes de três regiões de turismo de sol e praia em Queensland (Austrália).</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● Lepp (2007) realizou uma pesquisa quantitativa para avaliar a atitude dos residentes numa pequena vila em Bigodi Uganda em relação ao turismo, atitude essa considerada positiva tendo em conta a percepção dos residentes de que o turismo contribui para o desenvolvimento da comunidade, potencia o desenvolvimento da agricultura e gera rendimentos.
<ul style="list-style-type: none"> ● Kitnuntaviwat & Tang (2008) apresentaram um estudo com base no modelo estrutural para analisar a atitude dos residentes em relação ao desenvolvimento do turismo e a interface da comunidade com as estratégias de sustentabilidade do destino.
<ul style="list-style-type: none"> ● Ching-Yaw Chens et al (2008) fizeram publicar um estudo intitulado ‘Evaluating the Competitiveness of the Tourism Industry in Cambodia: Self-assessment from Professionals’ visando avaliar a competitividade da indústria do turismo em Cambodia com um inquérito aos especialistas e empreendimentos do setor privado utilizando itens de modelo de competitividade. A pesquisa com base num inquérito para ouvir a opinião de uma amostra sobre um conjunto de questões referentes aos fatores de competitividade do modelo de Ritchie e Crouch (2003). Os dados foram obtidos através de Tabelas com Médias e Desvio Padrão de cada resposta referente a cada fator de competitividade visando a avaliação da competitividade do turismo em Camboja.
<ul style="list-style-type: none"> ● Patrizia, Cappocchi, & Zenga, (2018) fizeram uma avaliação da implementação do ‘European Tourism Indicator System for Sustainable Destinations in Italy’. Relevam a importância da mediação dos níveis de sustentabilidade que emerge como um grande objectivo no processo de decisão relacionado com o turismo.
<ul style="list-style-type: none"> ● Wondirad & Ewnetu (2019) analisaram a participação da comunidade ‘on the spotlight in tourism academia’ como ferramenta para potenciar o desenvolvimento de sustentabilidade do turismo porquanto, apesar da literatura, às vezes o destino falha ao não operacionalizar adequadamente a participação da comunidade
<p><i>Em relação a Estados ou regiões insulares, embora não abundem pesquisas para avaliação do turismo com base em inquéritos aos stakeholders (empresários, turistas e residentes), podem-se destacar algumas pesquisas, quais sejam:</i></p>
<ul style="list-style-type: none"> ● Moniz (2006) - no quadro da tese de doutoramento sobre ‘Sustentabilidade do Turismo em Ilhas de Pequena Dimensão: O caso dos Açores’ - realizou uma pesquisa em que na parte empírica, aplicou-se um inquérito para a recolha de opiniões e percepções dos stakeholders setor privado, comunidades e turistas e análise estatística descritiva e multivariada para se analisar os resultados no que concerne à sustentabilidade do destino Açores.

- Prabha (2011) - no artigo com o título de ‘Resident’s Attitudes Toward Perceived Tourism Benefits’ - realizou uma pesquisa utilizando a recolha de informação por inquérito ‘face to face’ para avaliar a atitude dos residentes em relação aos benefícios percebidos do turismo nas ilhas Maurícias. O resultado mostrou que os residentes apoiam o desenvolvimento do turismo relevando os impactos sócio económicos positivos e ao mesmo tempo consideram que os impactos ambientais possuem uma influencia negativa sobre o futuro do crescimento do turismo

- Nunkoo & Ramkissoon (2010) consideram que a maior parte dos estudos sobre a atitude dos residentes ocorrem no contexto de países desenvolvidos enquanto existem poucas investigações nos PEID. Por isso, utilizando uma amostra de 230 residentes para analisar a atitude dos residentes em relação ao turismo em Port Louis, capital das Ilhas Maurícias tendo concluído que apesar de atitudes favoráveis os residentes não são homogéneos quanto às percepções em relação ao turismo.

- Taño, Garau-Vadell & J Armas (2014)) realizaram um estudo comparativo da percepção dos residentes em relação ao impacto do turismo nas ilhas de Tenerife e Mayorca no arquipélago das Canárias. O resultado, obtido, através de 1100 inquéritos mostrou que existem similaridade nas percepções dos residentes das duas ilhas.

- Ribeiro, Oom do Valle, & Silva (2013) realizaram um estudo para analisar as atitude e percepções dos residentes sobre o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde. Através de uma sondagem baseada em 492 questionários, os resultados indicam que os residentes, em geral, estão satisfeitos e optimistas sobre o desenvolvimento futuro turismo em Cabo Verde.

- Sandra Maria Sánchez Canizares et al (2014) analisaram as percepções e atitudes dos residentes no emergente destino Cabo Verde através de uma sondagem na ilha de São Vicente. Os resultados indicam que a comunidade local está satisfeita com as oportunidades económicas do turismo e efeitos positivos em termos de infraestruturas e melhoria da qualidade da hospitalidade.

Fonte: Elaboração do autor

7.5. Pesquisas empíricas

Apresenta-se, de seguida, uma síntese das técnicas e procedimentos para a recolha e análise das informações obtidas através das três pesquisa: a primeira é qualitativa utilizando as técnicas de análise documental, a segunda quantitativa através de inquéritos e análise estatística e a última qualitativa com recursos a entrevistas, ou seja, com métodos de recolha e análise diferentes, mas sobre os mesmos tópicos.

7.5.1. Pesquisa I - Análise documental

A primeira pesquisa consiste num estudo qualitativo com base em *desk review* e análise documental que serve de base e complementa a pesquisa quantitativa. A análise documental é uma técnica que cada vez ganha relevância em investigações nos domínios das ciências sociais, designadamente, no caso da presente pesquisa que se enquadra no campo da pesquisa exploratória (Hair Jr. et al., 2005) com recursos a dados secundários através da recolha e análise de informações já publicadas e disponíveis.

O grande problema relativo a esta técnica tem a ver com o controle da credibilidade e qualidade da informação recolhida nos documentos. Segundo Quivy & Campenhoudt (1992), as informações obtidas através dessas fontes secundárias têm de ser objeto de controle para assegurar a credibilidade, a qualidade e outros requisitos como o rigor, a validade e a confiabilidade da pesquisa. Assim, as fontes e as informações têm de ser confiáveis e relevantes. Igualmente para assegurar a qualidade da informação, recorre-se ao cruzamento das fontes de informações.

Importa apresentar, em primeiro lugar, uma síntese da estratégia da pesquisa através de mais detalhes sobre os objectivos e questões, a amostra de documentos, bem como as técnicas para a recolha, o tratamento e análise das informações recolhidas.

7.5.1.1. Objectivos e questões da pesquisa documental

Nesta primeira pesquisa, apresentam-se a descrição, informações e interpretações de um conjunto de medidas e políticas públicas mais relevantes e que demonstrem o essencial das decisões tomadas e/ou implementadas pelo governo no decurso dos anos com impacto na competitividade do destino turístico Cabo Verde.

Visando a descrição das principais medidas, iniciativas e políticas públicas bem como as respostas às questões da investigação, optou-se por avançar com esta pesquisa qualitativa com base em documentos. O objetivo visa, assim, a obtenção de informações, interpretações e contribuições que nos possam auxiliar na compreensão do fenómeno do turismo em Cabo Verde. Procura-se, assim, obter essas informações a partir de documentos chamados a ajudar nos a responder às seguintes questões da pesquisa constantes das questões de investigação, designadamente:

Quais são os impactos das seguintes medidas e políticas públicas?

- Planeamento, gestão e monitoramento; quadro regulatório e institucional, relação entre os poderes públicos e sector privado.
- Marketing e promoção do destino
- Infraestruturas

- Educação e formação
- Segurança
- Saúde
- Sustentabilidade do turismo
- Impactos sobre a comunidade

7.5.1.2. Técnicas para a recolha e análise das informações

Definidos os objectivos e as questões para esta pesquisa, apresenta-se a lista dos documentos através dos quais se fez a recolha e análise das informações, que, por sinal, fornecem *inputs* relevantes que podem auxiliar na formulação da parte principal da pesquisa empírica que consiste no inquérito juntos dos empreendimentos turísticos.

Assim, fez-se a recolha e análise dos dados secundários para a pesquisa documental da presente investigação metodologias qualitativas que, conforme [Ritchie e Crouch \(2003\)](#) abarcam itens como:

- Síntese das principais políticas públicas ao nível das áreas de intervenção do Estado, como legislação, planeamento, gestão do destino, marketing e promoção, sustentabilidade ambiental, infraestruturas, segurança
- Estatísticas sobre fluxo turístico, procura turística, oferta turística e impactos económicos do turismo;
- Legislações, relatórios e documentos publicados pelos organismos públicos.

Concretizando ainda mais, são considerados outros documentos como os programas de governo, planos de desenvolvimento, legislação referente a medidas de políticas no âmbito institucional, relatórios sobre as políticas implementadas pelo governo bem como documentos e atas relacionadas com o turismo, artigos científicos sobre o turismo em Cabo Verde, entre outros. Igualmente importante são os documentos oficiais e estudos sobre a evolução da economia Cabo Verde e do turismo por forma a que se possa analisar o lugar do turismo no quadro da evolução do desenvolvimento económico do país bem como os resultados em termos de oferta, procura e impactos económicos sobre o emprego e geração de receitas para o estado e as externalidades para a comunidade.

Esses documentos selecionados foram objeto de controle para assegurar credibilidade, qualidade e capacidade de fornecer informações relevantes. Assim, foram eliminados os que já se encontravam desatualizados tendo em conta o ano da sua publicação ou a pouca relevância das informações. Para além do conjunto de legislação, medidas, iniciativas e decisões do governo desde 1991, foram selecionados os seguintes documentos constantes do Quadro 7.5.

Quadro 7.5 - Lista dos principais documentos e estudos sobre o turismo em Cabo Verde

Autor	Título	Ano de publicação
Jeremias Furtado	Instituciones y Percepciones Institucionales como Antecedentes del Empreendimento em Economias em Desarrollo: Uma Aplicación al Sector Turístico.	2011
Alberto Josefá Barbosa	Modelo para a Gestão Turística Integrada do Produto turístico Global: Uma contribuição para o desenvolvimento de Santo Antão	2001
Brigida Rocha Brito et al	Turismo em Meio Insular: Potencialidades, constrangimentos e impactos	2007
Eduardo Sarmento Ferreira	O Turismo Sustentável como Factor de Desenvolvimento em Pequenas Economias: O caso de Cabo Verde. Lisboa. Edições Lusófonas	(2008.
Liza Helena Lima	Áreas protegidas e/ou zonas de desenvolvimento turístico em Cabo Verde? O caso da Boavista. Tese de mestrado no departamento de ambiente e ordenamento: Universidade de Aveiro.	2008
Cabo Verde Investimento	Plano de Negócio 2013-2018	2013
José Maria Coelho Carvalho	Preparação da III Conferencia Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento	2013
Alector Ribeiro et al.	Residents' Attitudes towards Tourism Development in Cape Verde Islands	2013
José Luís Livramento	Cabo Verde - de uma economia de Renda para um modelo de economia sustentável	2013
Santos, Edson & Campo, Lorena	Destination branding: A reflective analysis of Brand Cape Verde: Place Branding and Public Diplomacy	2014
Canizares et al	Local residents' attitudes towards the impact of tourism development in Cape Verde	2014).
Ribeiro e Canizares	The positivity of local perceptions of tourism, and its potential to benefit the development of the Archipelago	2014
Bernardo, Edgar	Planeamento Turístico e Impactos Percepcionados na Ilha da Boa Vista.	2015
J Mitchel e S Li	Estimating the local benefit from tourism in SIDS - The Case of Cape Verde.	2016
Polícia Nacional	Dados Estatísticos da evolução Criminalidade em Cabo Verde	2019
INE	Estatísticas do Turismo – Movimentação de Hóspedes	2019
INE	Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro 2018	2019
World Economic Fórum	Travel & Tourism Competitivity Index 2018	2019
INE	Estatísticas do Turismo – Movimentação de Hóspedes	2020

UNWTO	World Tourism Barometer 2018	2019
PANA I	I Plano de Acção Nacional para o Ambiente 1994-2004	1994
PANA II	II Plano de Acção Nacional para o Ambiente 2004-	2014
Governo de Cabo Verde	I Fórum Nacional de Transformação	2002
Governo de Cabo Verde	II Fórum de Transformação- Cabo Verde 2030	
Governo de Cabo Verde	As Grandes Opções do Plano: Uma Agenda Estratégica (2002-2005).	2001
Governo de Cabo Verde	GPRS 2008-2011	2008
Governo de Cabo Verde	Documento de Estratégia de Crescimentos e Redução da Pobreza III (2012 – 2016) (DECRP III).	2012
Governo de Cabo Verde	O programa de Governo da VIII Legislatura 2011-2016	2011
Governo de Cabo Verde	Estudo sobre a cadeia de valor do turismo em Cabo Verde.	2012
Governo de Cabo Verde	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021 (PEDS).	2017
Governo de Cabo Verde	Grandes Opções do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo (PEDS-TURISMO).	2019
Governo de Cabo Verde	Pro-poor Tourism Linkages in Cape Verde.	2012
Ministério das Finanças de Cabo Verde	Estudo de Avaliação Ambiental e Social Estratégica do setor do Turismo em Cabo Verde. Praia, Unidade Especial de Projectos.	2018
Direcção Geral do Turismo	Plano Estratégico do desenvolvimento do turismo 2010-2013	2010
Direcção Geral do Turismo	Plano de Marketing do turismo de Cabo Verde 2010-2013	2010
Governo de Cabo Verde	Master Plan do Desenvolvimento do Turismo da Ilha do Sal	2019
World Bank	Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde: Terá chegado o momento de abandonar o modelo all-inclusive	2013
World Bank	Establishing a Tourism Ministry, Board, or Institute? Selecting an Institutional Arrangement to Promote Tourism Growth in Cabo Verde	2014
World Bank	Cabo Verde - Systematic Country Diagnostic : Adjusting the Development Model to Revive Growth and Strengthen Social Inclusion.	2018
World Bank	Cabo Verde - Country Partnership Framework for the Period	2019
World Bank	Establishing a Tourism Ministry, Board, or Institute? Selecting an Institutional Arrangement to Promote Tourism Growth in Cabo Verde	2014).
Tomas Lopez-Guzman, et al	The all-inclusive tourism system in Cape Verde islands: The tourists' perspective	2016).
Banco Mundial	República De Cabo Verde: Analisando a Eficiência da Despesa Pública para Reduzir a Dívida e melhorar o Desempenho dos Sectores da Saúde e Educação: Revisão das Despesas Públicas	2019

Fonte: Elaboração do autor

Em suma, procura-se obter informações visando, por um lado a descrição de um quadro das medidas e políticas mais relevantes e, por outro lado, a síntese de opiniões e interpretações

sobre elas. Apenas se pretende a análise e interpretação dos textos e não generalizações ou avaliações em termos numéricos ou de percentagem.

7.5.1. 2. Pesquisa II Inquérito aos empreendimentos turísticos

A segunda pesquisa, quantitativa e objectiva, realiza-se através da utilização de um questionário junto dos empreendimentos do sector turísticos respeitando os procedimentos e os princípios das perspectivas quantitativas porquanto o objectivo visa a objetividade e generalização dos resultados.

O inquérito por questionário corresponde a uma das mais utilizadas técnicas da metodologia quantitativa nas ciências sociais, designadamente no domínio da gestão e do turismo, sendo uma das técnicas objetivas mais utilizada para se conhecer a opinião e percepções dos *stakeholders* do turismo.

O inquérito consiste na apresentação à uma amostra de inquiridos de um conjunto de questões sobre um fenómeno ou uma situação por forma a obter informações sobre suas opiniões, atitude ou percepções. Tendo em conta o grande número de inquiridos e o tratamento quantitativo e objetivo das informações, ‘as perguntas constantes do questionário têm de ser pré-codificadas por forma a que os inquiridos possam responder obrigatoriamente as suas respostas entre as que lhes são formalmente propostas’ Quivy e Canpernhouldt (2008, pág. 32).

Os questionários podem ser de administração directa quando as questões são completadas pelo inquiridor a partir das respostas do entrevistado ou indirecta quando é o inquirido que preenche o questionário. Assim os formulários dos questionários são entregues em mão aos entrevistados com todas as explicações e procedimentos de como preencher.

O inquérito por questionário corresponde a uma boa escolha para a pesquisa porquanto é utilizado para se conhecer os comportamentos, opiniões, percepções ou valores de uma população, ou a análise de um fenómeno social quando é necessário inquirir um grande número de pessoas que têm de ser representativas dessa população. Esse método tem a vantagem de permitir a quantificação e simplificação de uma grande quantidade de dados e efetuar várias análises estatísticas sempre garantindo a representatividade e validade das informações.

Os dados particulares recolhidos serão tratados estatisticamente permitindo estabelecer relações e correlações entre si e comparar as diferentes respostas. Essa abordagem implica a aplicação das técnicas de amostragem, técnicas de redação e codificação, incluindo as escalas, gestão da rede dos inquiridos bem como a utilização de programas de análise estatística dos dados através de softwares como o SPSS. Algumas questões e preocupações ficam resolvidas quando o trabalho de recolha dos dados via inquérito é realizado por uma empresa credível e especializada em sondagens, como é o caso.

Foi apresentada, na secção anterior, uma lista de estudos realizados em que se utilizou o inquérito para se ouvir diretamente os empresários da indústria do turismo. Aliás, a realização de pesquisas com base em opiniões e perceções dos *stakeholders* – sector privado, comunidade e os próprios turistas – é das formas mais utilizadas para a medição da competitividade de destinos turísticos.

Importa, antes de mais, uma ligeira referencia aos objectivos e questões do inquérito, universo do estudo e amostragem como a metodologia para recolha e tratamento dos dados do inquérito.

7.5.2. 1. Objectivos e questões do inquérito

O inquérito tem como objectivo a apresentação dos resultados da avaliação dos empreendimentos turístico sobre os seguintes itens de políticas públicas já seleccionadas:

- Quadro regulatório & institucional, a planificação, gestão e monitoramento do destino turístico;
- Marketing e promoção do destino turístico
- Qualidade das infraestruturas desenvolvidas resultantes do investimento público
- Segurança (*security* e *safety*) no destino.
- Sustentabilidade ambiental e social do destino

Assim como a avaliação dos empresários sobre itens como:

- Destino turístico em geral e expectativas futuras;

- satisfação dos turistas e
- comparação com destinos similares

Esses objectivos da pesquisa foram extraídas do modelo adotado (já descrito no Capítulo 5) a partir do quadro conceptual de Ritchie e Crouch (2003) constante da obra ‘The Competitive Destination: a Sustainable Tourism Perspective’. O modelo permite a realização do ‘*destination audit*’, isto é, a avaliação do destino, no sentido de analisar o que está bem ou mal e, identificar problemas e aspetos que precisam de ser melhorados. (Ritchie e Crouch, 2003).

Do conjunto de cinco elementos, 36 atributos e 250 fatores do modelo, seleciona-se apenas um conjunto de 40 itens ou fatores concernentes às políticas públicas e que também servem de base para as questões da pesquisa junto do setor privado no Sal e Boavista, as duas ilhas mais turísticas de Cabo Verde. Assim, as principais questões desta pesquisa (resultantes das questões da investigação) constantes do questionário são:

- Qual é a avaliação geral sobre competitividade e expectativa do turismo em Cabo Verde?
- Qual é a avaliação das políticas sobre os itens relacionados com o quadro institucional e regulatório, planeamento, gestão e monitorização do destino do destino?
- Qual é a avaliação da relação entre o sector público e privado?
- Qual é a avaliação das políticas relativas ao marketing e promoção do destino?
- Qual é a avaliação das Infraestruturas?
- Qual é a avaliação de alguns fatores facilitadores como facilidade e custo do visto de entrada e atitude dos agentes da polícia de fronteira?
Qual é a avaliação das políticas de desenvolvimento dos recursos humanos?
- Qual é a avaliação das políticas de segurança e saúde (safety/security)?
- Qual é a avaliação da posição competitiva de Cabo Verde em relação aos destinos concorrentes quanto ao preço e ao posicionamento?
- Qual é a avaliação sobre a sustentabilidade ambiental e social do destino?

OBS. VER QUESTIONÁRIO DO INQUÉRITO EM ANEXO A

7.5.2. 2. Técnicas para a recolha, tratamento e análise dos dados

A recolha dos dados foi feita através de um inquérito cara a cara no terreno com questionário estruturado (perguntas pré-definidas) juntos das empresas turísticas nas ilhas do Sal e Boavista. Este trabalho foi realizado por uma empresa profissional de sondagem denominada *AfroSondagem* que, para o efeito, contratou um conjunto de inquiridores que abordaram os empresários na Ilha do Sal de 12 a 16 de Outubro de 2018 e da Boavista de 16 a 20 de 2018. Para assegurar a qualidade do questionário, foram feitos os pré-testes necessários. Nessa fase preparatória, os pré-testes foram aplicados a um grupo de 10 empresários que responderam o questionário. Como não foram registados dificuldades por parte dos empresários tendo em conta a clareza das questões, não houve qualquer alteração no conteúdo do questionário.

A análise dos dados foi feita através da análise estatística com suporte do programa SPSS. A análise descritiva consistiu na obtenção das Médias e Desvio Padrão para cada questão. As respostas foram dadas numa grelha com base na escala de Likert de cinco pontos sendo que: 1 corresponde a *'muito mau'*, 2 a *'mau'*, 3 corresponde ao *'neutro (razoável)'*, 4 corresponde a *'bom'* e, por fim, 5 corresponde a *'excelente'*, a pontuação máxima. Avaliação considera-se positiva a partir da média de 3 pontos. Foram aplicados os *testes t* para as duas amostras independentes e a ANOVA para efeitos de verificação de diferenças significativas da opinião das empresas inquiridas tendo em conta a ilha, dimensão dos estabelecimentos, origem da empresa (nacional/estrangeiro) e personalidade jurídica.

7.5.2. 3. Universo/amostra – caracterização dos empreendimentos

Optou-se por concentrar a pesquisa nessas duas ilhas tendo em conta o seu peso no todo nacional em termos de número de visitantes e de quartos/camas disponíveis. Conforme dados do INE (2019), as ilhas do Sal e Boavista, em 2018, receberam 549.825 visitantes estrangeiros do total nacional de 765.969 correspondendo a 76,7%. O Sal com 379.086 (49,5%) e Boavista com 206.236 (26,9%). Em termos de oferta, as ilhas do Sal e Boavista são responsáveis por 73,4% da oferta total de quartos, sendo o Sal com 45,7% (6.027 quartos) e ilha Boa Vista com 27,7% (3.649 quartos). Em termos de camas, as duas ilhas contam com 76,4% sendo o Sal com 44,7% e a Boa Vista com 31,7%. Mesmo em termos da taxa de ocupação, as duas ilhas estão melhor posicionadas. Com uma taxa média de ocupação de 55% sendo a Boavista com uma taxa de 80% e o Sal com 61%.

Todavia, em termos do número de estabelecimento, o Sal e Boavista, com 122 estabelecimentos, representam menos de 50% do total nacional de 284 estabelecimentos, embora recebam 73,3% dos turistas. É que os grandes empreendimentos como, por exemplo, os resorts localizam-se apenas no Sal e Boavista.

O universo do estudo refere-se ao conjunto dos estabelecimentos turísticos em operação nas ilhas do Sal e Boavista. Tendo em conta o número reduzido do número de estabelecimentos, achou-se por bem incluí-los a todos como participantes da pesquisa para que fosse possível entrevistar o maior número possível. Assim, pode-se dizer que a amostra dos estabelecimentos do Sal e Boavista coincide com o universo.

A amostra ou o universo, abrangendo 122 estabelecimentos, subdivide-se em 59% (72) na Ilha do Sal e 41% (50) na ilha da Boavista. Todos esses 122 empreendimentos contactados responderam positivamente, não se tendo registado não respostas. Esse número de estabelecimentos confere todas as garantias de replicação

Observa-se que, no processo do tratamento dos dados, não foram encontrados elementos ou circunstâncias que pudessem enviesar a pesquisa. Em primeiro lugar não foram detetados *outliers*. Por outro lado, na sequência da aplicação de *testes t* para as duas amostras independentes e a *ANOVA* para efeitos de verificação de diferenças significativas da opinião das empresas inquiridas tendo em conta a ilha, dimensão dos estabelecimentos, origem da empresa (nacional/estrangeiro) e personalidade jurídica, os resultados, ao nível de significância de 5%, indicam que não há diferenças significativas de opinião em função destas variáveis.

Caracterização da amostra/universo dos empreendimentos

Apresenta-se a caracterização da amostra/universo através de figuras resultantes do *output* do tratamento dos dados realizado no software SPSS

A Figura 7.1. apresenta a distribuição dos empreendimentos turísticos inquiridos sendo que 72 (59%) na Ilha do Sal (72) e 41% (50) em Boavista.

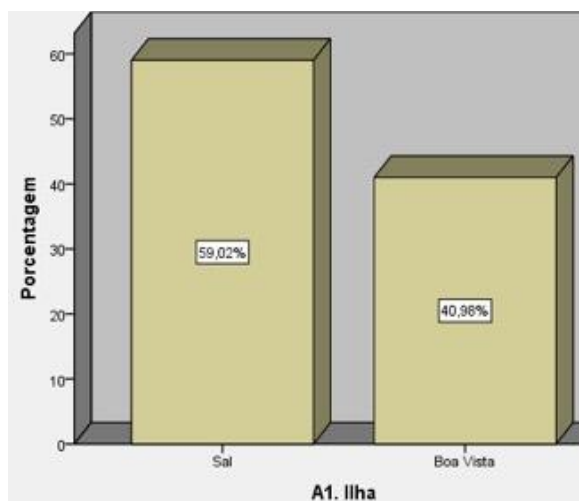


Figura 7.1. - Distribuição dos empreendimentos por ilhas

No que concerne à origem dos empreendimentos, das 122 Unidades inquiridas 90 (73,8%) correspondem a empresas nacionais e 32 unidades (26,2%) são de proprietários estrangeiros.

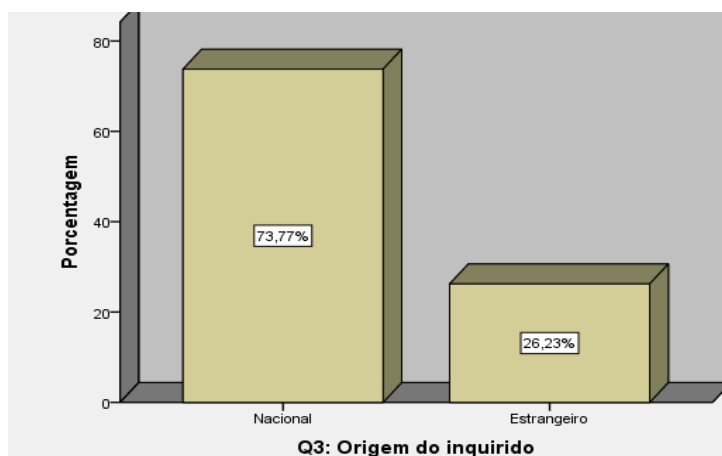


Figura 7.2. - Distribuição dos empreendimentos tendo em conta a origem dos investidores

Quanto à dimensão dos empreendimentos, nota-se que a maior parte, 57 unidades (46,7%) são microempresas, 36 (29,5%) pequenas empresas, 15 (12,3%) Médias empresas e 14 (11,5%) grandes empresas.

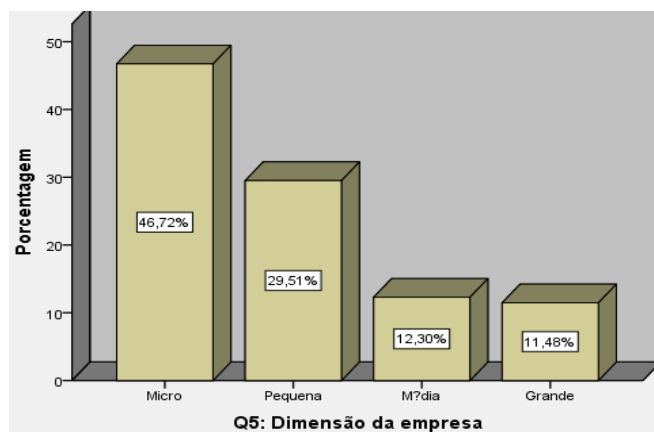


Figura 7.3. - Distribuição dos empreendimentos tendo em conta a dimensão

A Figura 7.4. indica que, quanto ao tipo de empreendimento, o principal segmento são os restaurantes, bares e clubes noturnos correspondendo a 80 unidades e 65,6% da amostra. Seguem-se os operadores de turismo e agências de viagens – 10 – 8,5%; residencial e pensão 12 (9,8%); pequenos hotéis 11 (9%) e por fim os resort/grandes hotéis com 9 unidades correspondendo a 7,4%.

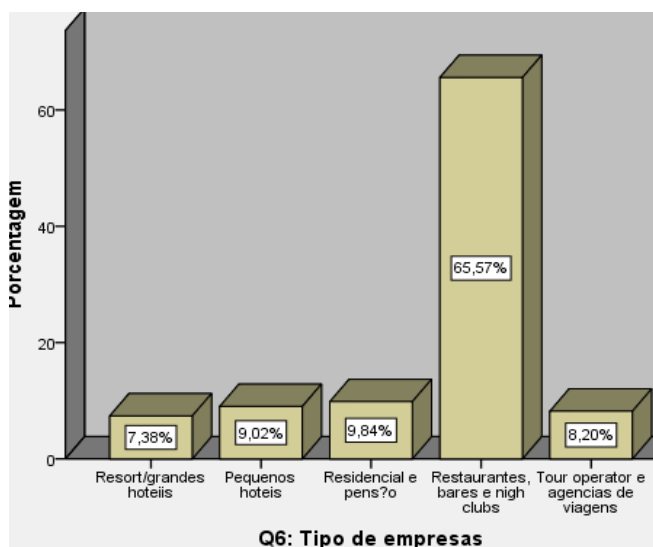


Figura 7.4.- Distribuição dos tipos de empreendimentos

Quanto à Personalidade jurídica, as 122 empresas inquiridas dividem-se em Sociedades Anónimas, com 4 unidades (3,3%) Sociedade por Quotas, com 22 unidades (18%) e Sociedade Unipessoal com 95 unidades (77,9%).

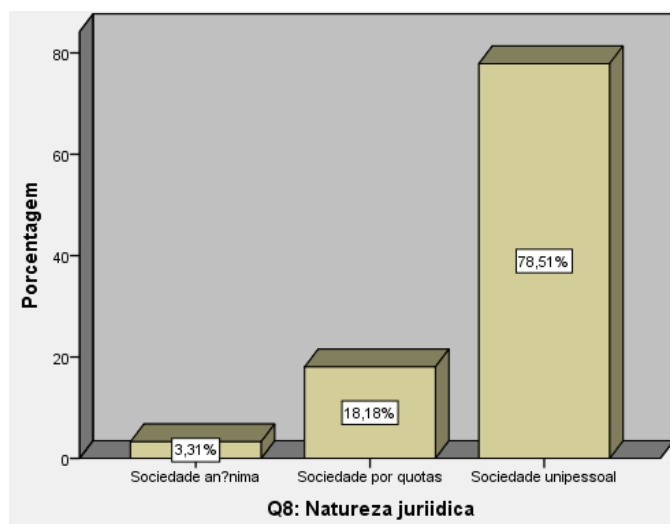


Figura 7.5.- Distribuição dos empreendimentos tendo em conta a personalidade jurídica

O Quadro 7.6 apresenta a segmentação dos empreendimentos quanto ao número de trabalhadores. Em primeiro lugar temos 84 unidades (68,9%) com 1 a 5 trabalhadores; 17 unidades (13,9%) com 6 a 10 trabalhadores; 10 unidades (8,2%) com 11 a 20 trabalhadores; 3 unidades 2,5% com 21 a 50 trabalhadores e por fim, 8 unidades (6,6%) com mais de 50 trabalhadores.

Quadro 7.6 - Distribuição dos empreendimentos tendo em conta o número de trabalhadores

Nº de Trabalhadores	Nº de Unidades	% das unidades
1-5	84	68,9%
6-10	17	13,9%
10-20	10	8,2%
21-50	3	2,5%
Mais de 50 trabalhadores	8	6,6%

7.5.3. Pesquisa III – Entrevista ao painel de especialistas

Para concluir, e visando o aprofundamento dos resultados da pesquisa documental e do inquérito, realizou-se uma pesquisa qualitativa com base em entrevistas de profundidade junto de um painel de 20 especialistas com conhecimento do sector do turismo. A razão da escolha dessa amostra é porque, conforme Gelo et al (2008, p. 11) *'data has to be collected in order to allow an in-depth understanding of the participant's perspective'*.

A entrevista inclui um conjunto de questões abertas em relação ao conjunto de *itens*, por sinal, os mesmos utilizados nas outras pesquisas porquanto o que se pretende é a emergência de informações, opiniões e percepções qualificadas por parte do painel de especialistas. Apresenta-se uma síntese da estratégia de investigação através de mais detalhes sobre os objetivos da pesquisa, as técnicas para a recolha, o tratamento e análise das informações recolhidas.

7.5.3. 1. Objectivos e questões da pesquisa

Numa perspetiva complementar, realiza-se a pesquisa qualitativa através da aplicação de entrevistas de profundidades junto de um painel com uma amostra de 20 especialistas. Essa pesquisa tem como objectivos a recolha e análise de opiniões e percepções do painel de especialistas sobre as questões referentes ao conjunto de itens relativos às políticas públicas sobre o turismo, questões essas já apresentadas. Como resultado, podem emergir contribuições que nos ajudem a complementar as pesquisas anteriores, a fortalecer as respostas às questões de investigação assim como ter mais informações e interpretações e ideias no quadro da formulação das recomendações da investigação.

Para se ouvir as opiniões das personalidades do painel utilizam-se as técnicas e os procedimentos de uma entrevista de profundidade por ser a melhor técnica que potencia a geração de ideias sobre um conjunto de itens pré-estabelecidos constantes do questionário. Assim, o entrevistado tem a liberdade para se exprimir as suas ideias, embora no quadro da baliza desses itens pré-estabelecidos. As questões, necessariamente, se enquadram nos objectivos e questões da investigação referentes aos factores de competitividade relacionados com as políticas públicas, conforme Quadro 7.7.

Quadro 7.7. – Temas para a entrevista

- Planeamento, Gestão do turismo, monitoramento, quadro regulatório e institucional, burocracia, performance das entidades públicas.
- Marketing e promoção do destino
- Infraestruturas
- Educação e formação
- Saúde
- Segurança do destino
- Sustentabilidade do turismo
- Avaliação Geral do turismo e expectativas quanto ao futuro
- Satisfação dos turistas
- Recomendações aos poderes públicos

7.5.3.2. Amostra, técnicas de recolha (entrevista).

As entrevistas de profundidade não exigem a participação de uma amostra grande, mas sim um número reduzido de participantes. 20 entrevistados correspondem a um número mais do que suficiente tendo em conta o ponto de saturação nesse tipo de pesquisa. Ao contrário do inquérito, não se pretende generalizar as opiniões dos inquiridos. Isso é, a amostra não tem de ser probabilística.

Para Cohen et al. (2013), a entrevista estandardizada possibilita uma maior comparabilidade das respostas, já que os respondentes respondem as mesmas perguntas reduzindo os efeitos e a influência do entrevistador quando são feitas várias entrevistas. Facilita a organização e análise dos dados obtidos. Para a estruturação das perguntas, foi estabelecido um conjunto de temas que permitiram dar alguma coerência e homogeneidade as diferentes entrevistas concretizadas .

O critério para a amostra implica a selecção de personalidades com formação e experiências no sector público e no sector empresarial do turismo, consultores de grupos turísticos, juristas ligados ao turismo, ambientalistas, professores universitários.

As personalidades foram escolhidas entre pessoas com vários anos de experiência profissional segmentados de seguinte forma:

- Em relação ao sexo
 - 18 entrevistados do sexo masculino (90%) e
 - 2 entrevistadas do sexo feminino (10%)

- Em relação a faixa etária
25% dos entrevistados têm idade entre os 30 a 40 anos
25% entre 40 a 55 anos e
50% mais de 55 anos.
- Em relação a anos de experiência,
20% têm entre 5 a 10 anos de experiência;
20% entre 10 a 15 anos de experiência;
20% dos inquiridos possuem 15-20 anos de experiência ;
20% possuem 20 -30 anos de experiência e
20% de entrevistados com mais de 30 anos de experiência.

Apresenta-se no Quadro 7.8., a lista e caracterização das 20 personalidades integrantes do painel. Em virtude da confidencialidade, os nomes dos entrevistados são representados por letras.

Quadro 7.8.- Caracterização da amostra do painel de especialistas

Entrevistado	Género	Faixa etária	Profissão/Ocupação	Anos de experiência
A	M	Mais de 55 anos	Economista/Câmara Turismo	Mais de 30 anos
B	M	40 a 55 anos	Economista	15 a 20 anos
C	F	40 a 55 anos	Gestora (grupo internacional turístico)	10 a 15 anos
D	M	Mais de 55 anos	Economista e empresário	Mais de 30 anos
E	M	Mais de 55 anos	Gestor e dirigente hoteleiro	15 a 20 anos
F	M	40 a 55 anos	Economista e dirigente hoteleiro	10 a 15 anos
G	M	Mais de 55 anos	Empresário e proprietário de hotel	20 a 30 anos
H	M	Mais de 55 anos	Empresário e proprietário de hotel	Mais de 30 anos
I	F	30 a 40 anos	Jurista de grupos do turismo	5 a 10 anos
J	M	30 a 40 anos	Jurista de grupos do turismo	5 a 10 anos
L	F	30 a 40 anos	Responsável de ONG do ambiente	5 a 10 anos
M	M	Mais de 55 anos	Economista e consultor na área do turismo	Mais de 30 anos
N	M	Mais de 55 anos	Sociólogo e consultor na área de sondagens	20 a 30 anos
O	M	Mais de 55 anos	Professor universitário e consultor na área ambiental junto de grupos turísticos	20 a 30 anos
P	M	Mais de 55 anos	Professor universitário e consultor em comunicação	20 a 30 anos
Q	M	30 a 40 anos	Artista gráfico na área do turismo	5 a 10 anos
R	M	Mais de 55 anos	Jurista e ONG do ambiente	20 a 30 anos
S	M	30 a 40 anos	Consultor na área do turismo. antigo diretor geral do turismo	15 a 20 anos
V	M	50 a 55 anos	Consultor e administrador de sector público	15 a 20 anos
X	M	40 a 55 anos	Professor universitário	10 a 15 anos

Após a constituição da amostra, foi realizado um pré-teste para efeitos da validação do questionário. O questionário foi enviado a cinco entrevistados para responderem as questões e opinar sobre a clareza do questionário e sobre eventuais questões que pudessem ser mal entendidas. Do resultado do pré-teste, não se registaram alterações no conteúdo do questionário. Após esse pré-teste, aprovou-se o questionário definitivo. O qual foi enviado, por e-mail, a todos os elementos do painel.

OBS: Ver anexo B – Questionário para a entrevista com o painel de especialista

Estabelecidos os objetivos da pesquisa, definida a amostra e organizado corpo do questionário após o pré-teste, avançou-se com a realização da pesquisa. Os contatos e o envio dos questionários bem como a receção foi feita por correio eletrónico. O processo decorreu durante os meses de Outubro e Dezembro de 2018.

A pesquisa, obviamente - como ficou claro no capítulo relativo à metodologia - não visa a generalização das respostas nem a percentagem ou número de opiniões positivas ou negativas; mas sim a obtenção de informações e interpretações qualificadas sobre os itens importantes do turismo, a partir das personalidades que, por sinal, foram escolhidas com base em critérios como com formação, experiência e conhecimento do sector.

7.5. Tratamento e análise dos dados

A realização de três pesquisas com métodos diferentes apresenta o problema sobre a dominância de um método em relação a outro bem como a necessidade de harmonização dos diferentes dados recolhidos e analisados. Problema que não se coloca com grande relevância na presente investigação porquanto as pesquisas ocorrem em sequência e em diferentes momentos e com fontes diferentes, embora sobre os mesmos itens. Todavia, pode-se utilizar alguns instrumentos próprios dos métodos mistos que podem permitir a harmonização dessa diversidade de dados e fontes.

No que concerne ao tratamento de dados, no quadro de uma abordagem de métodos mistos, [Onwuegbuzie e Teddlie's \(2003\)](#) apresentam os seguintes instrumentos que podem ser utilizados:

- Simplificação de dados (Data Reduction) - que implica a redução da ‘*dimensionalidade dos dados qualitativos*’ via por exemplo ‘*análise temática exploratória*’ e ‘*dados quantitativos*’ através das ‘*diversas análises estatísticas*’
- Apresentação de dados (Data Display) – refere-se à descrição de dados qualitativos através de matrizes, tabelas, gráficos, diagramas de Venn e dados quantitativos em tabelas e gráficos.
- Transformação de dados (Data Transforming) – fase pode ser seguida pelo estágio de transformação de dados em que os dados quantitativos podem ser convertidos em narrativas e assim analisados qualitativamente e/ou os dados qualitativos convertidos em dados quantitativos, códigos numéricos e analisados quantitativamente
- Correlação de dados (Data Correlation) – em que dados quantitativos podem, ser correlacionados com os ‘*Qualitized data*’ ou de dados qualitativos podem ser correlacionados com os ‘*Quantitize data*’.
- Consolidação de dados (Data Consolidation) - em que os ambos os dados qualitativos e quantitativos são combinados para criar novas ou variáveis consolidadas
- Comparação de dados (Data Comparison) - refere-se à fase de comparação de dados obtidos de origem de fontes qualitativas e quantitativas
- Integração de dados (Data Integration) – corresponde a caracterização do estágio final, no qual os dados quantitativos e qualitativos são integrados.

As fases da aplicação de cada um dos métodos qualitativos e quantitativos na investigação vão na linha de defendida por Creswell et al. (2003) - em que as três pesquisas podem ser realizadas em sequência ou ao mesmo tempo, sendo que no caso presente, ocorrem em sequência: realiza-se em primeiro lugar a pesquisa qualitativa com base em documentos, depois segue-se a pesquisa quantitativa com base no questionário e por fim a pesquisa qualitativa com base em entrevista junto do painel de especialistas.

Releve-se a contribuição da pesquisa documental e a entrevista para complementar a pesquisa por questionário e para enriquecer a organização das conclusões e recomendações da tese. Em suma, assiste-se a uma harmonização das duas metodologias, textos e números, análise temático e análise estatísticas, o objectivo e interpretação subjectiva no quadro da realização de um único estudo (Gray, 2019, Creswell et al 2003).

CAPÍTULO 8 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADO DA PESQUISA DOCUMENTAL SOBRE DESCRIÇÃO E IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Apresentam-se os resultados da pesquisa documental relativa à descrição e impacto das políticas públicas concebidas e implementadas pelo governo, a partir de 1991. Por conveniência, e tendo em conta as questões de investigação e o modelo, a apresentação faz-se conforme os diferentes itens ou factores de competitividade.

O procedimento adotado consiste na descrição sintética das principais medidas de políticas e, depois, na análise de documentos sobre o impacto dessas medidas referentes aos seguintes itens ou factores:

8.1. Planeamento, gestão do destino, quadro regulatório e institucional

A gestão do destino turístico abarca considerações várias sobre planeamento, implementação dos programas e políticas, monitorização assim como a componente institucional (o conjunto de instituições públicas que lidam com o turismo) e a relação institucional entre os *stakeholders*, designadamente entre os poderes públicos e o setor privado.

No que concerne esses itens, desde a assunção do turismo como um setor de eleição, a partir de 1991, ocorreu um incremento da ação legislativas para enquadrar e potenciar a atividade turística. O Quadro 8.1 apresenta as principais leis abarcando vários domínios como organização das estruturas, o ordenamento do território, a promoção e atração do investimento externo.

Quadro 8.1.- Síntese das principais leis com impacto sobre o turismo

- Lei de Bases do Turismo 1991
- Decreto legislativo nº 1/93 que cria o Instituto Nacional do Turismo
- Decreto legislativo nº 2/93 de 1 de Fevereiro que cria as ZDTI
- Lei de Investimento Externo nº 089/IV/93 de 13/12/93
- Lei nº 86/IV/93 – que define as bases do ambiente
- Lei de Infraestrutura do Turismo nº 055/VI/2004
- Lei nº 75/VII/2010 que estabelece o regime jurídico de das Zonas Turísticas Especiais (ZTE)
- Decreto-Lei nº 20/2013 que institui o mecanismo de cobrança e liquidação da Contribuição Turística, criada pelo artigo 15.º Lei 23/VIII/2012, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2013. (2 euros por dia até um máximo de 10 dias)
- Lei No 55/VI/2004 de 10 de Janeiro que define o Estatuto de Utilidade Turística
- Lei no 26/VIII/2013 de 21 de janeiro que define Código de Benefícios Fiscais

Fonte: Elaboração do autor

O primeiro passo para a construção do quadro regulatório foi a publicação da lei de bases do turismo que faz o enquadramento geral da atividade turística. Em consequência, constituíram-se as estruturas para a gestão e promoção do turismo. Uma medida estruturante para o arranque do turismo em Cabo Verde - concernente ao ordenamento do território - foi a criação de Zonas de Desenvolvimento do Turismo Integrado (ZDTI) através do [Decreto legislativo nº 2/93 de 1 de fevereiro](#). Mais tarde, em 2010, foi aprovada a [Lei nº 75/VII/2010](#) que estabelece o regime jurídico de declaração e funcionamento das Zonas Turísticas Especiais (ZTE) em regiões com vocação para o turismo. A criação das ZDTI, e mais tarde ZTE, veio resolver um dos aspetos críticos para a implementação da política do turismo que tinha a ver com a necessidade de espaços dedicados para a edificação das infraestruturas turísticas como os hotéis e *resorts*. Além das ZDTI's foram criadas a ZRPT – que são as zonas de reservas e proteção turísticas para mais tarde poderem vir a ser declaradas ZDTI. No quadro da gestão das ZDTI, foram concebidos mecanismos como, por exemplo, a obrigatoriedade dos Planos de Ordenamento do Território (POT) que orientam os projetos de investimento turísticos e da imobiliária turística.

Uma outra legislação estruturante - [Lei sobre o Investimento Externo \(1993\)](#) e o [Estatuto de Utilidade Turística \(2004\)](#) - definia os critérios de atribuição de benefícios a empreendimentos no processo de construção e durante os 10 primeiros anos de funcionamento, sendo de destacar os seguintes:

- (i) isenção do Imposto Único sobre o Patrimônio nas aquisições de imóveis destinados a construção e instalação de empreendimentos;
- (ii) Isenção de impostos aduaneiros na importação de materiais e equipamentos (materiais de construção civil, equipamentos sanitários, equipamentos elétricos e eletrónicos bem como seus acessórios);
- (iii) Isenção de impostos aduaneiros na importação de mobiliários, veículos de transporte coletivo e misto destinados ao transporte exclusivo de turistas e bagagens, barcos de recreio, pranchas e acessórios, instrumentos e equipamentos destinados à animação desportiva e cultural.
- (iv) Isenção de tributação dos dividendos e lucros durante os 5 anos após o registo do investimento estrangeiro quando os lucros são reinvestidos na mesma atividade económica em Cabo Verde. Após este período o haverá uma taxa única de 10%

(v) Isenção de pagamentos aduaneiros dos bens de capital (e.g. equipamentos de construção e veículos) importados.

A legislação sobre incentivos ao investimento têm sido objeto de alterações que não modificaram de forma significativa o quadro inicial de benefícios.

Em relação à componente institucional, uma das primeiras medidas concerne à criação, em 1993, através do *Decreto lei nº 1/93*, do Instituto Nacional do Turismo - INATUR que passou a ser a entidade pública responsável pela gestão, promoção e fiscalização de toda a atividade turística em Cabo Verde. Esta estrutura foi evoluindo passando a denominar-se PROMEX em 1996, Cabo Verde Investimentos em 2004 e Cabo Verde Trade Invest em 2017.

A estrutura institucional responsável pela gestão do turismo em Cabo Verde compreende um conjunto de entidades públicas ao nível governamental, poder local e entidades privadas. Como se pode ver pela estrutura dessas entidades, conforme o Quadro 8.2, constata-se o primado do governo na gestão do turismo nos mais variados aspetos.

Quadro 8.2. - Estrutura institucional do turismo

- Ministério que tutela o turismo
- Conselho Nacional do Turismo (CNT)
- Direção Geral do Turismo – para a planificação estratégica do turismo, legislação e regulação e fiscalização. (recentemente passou a designar-se Direção geral do turismo e transporte)
- Cabo Verde Investimento – Entidade que faz a gestão e a promoção do destino, a gestão dos ZDTI (à exceção da Boavista e Maio) (recentemente passou a designar-se Cabo Verde Trade Invest)
- SDTIBM entidade que faz a gestão das zonas de desenvolvimento turístico do turismo nas Ilhas da Boavista e Maio.
- Câmaras Municipais
- Operadores privados: Câmara de Turismo, PROMITUR (Associação dos Promotores Imobiliário- turísticos) e APTCV (Associação dos profissionais do turismo em CV).

Fonte: Elaboração própria

No que se refere ao planeamento do turismo, só em 2010 é que foi concebido um plano estratégico para o turismo intitulado ‘*Plano Nacional para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde 2010/2013*’. Esse plano tinha como principais objetivos a definição da visão para o turismo com base nas potencialidades turísticas existentes, os programas de acção e o estabelecimento de mecanismos de monitorização/avaliação. Assim, o documento propunha o desenvolvimento do turismo sustentável e de alto valor acrescentado visando aumentar o nível de competitividade através da aposta na qualidade e na promoção de Cabo Verde como destino

diversificado. O plano equacionava o desenvolvimento do turismo tendo em conta as dimensões de competitividade enumeradas no Quadro 8.3.

Quadro 8.3. - Dimensões da competitividade do turismo segundo o Plano Estratégico

- Dimensão Infraestrutura geral
- Dimensão Infraestrutura Turística
- Dimensão Estrutura Institucional
- Dimensão Sustentabilidade
- Dimensão Monitorização

Fonte: Plano Nacional para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde: 2010-2013

Apresentada a síntese das principais leis e medidas adotados, passa-se para a fase seguinte visando uma análise e interpretações das informações.

A primeira conclusão que se pode tirar é a de que essas medidas contribuíram para o arranque, - o que Butler (2000) denomina de ‘implantação’ - do destino turístico Cabo Verde ao atrair grupos internacionais que começaram a investir em grandes resorts e hotéis nas ilhas do Sal e, mais tarde Boavista, e, assim, iniciar o turismo internacional. A partir de então, ocorreu uma evolução crescente da oferta e da procura turística com impactos económico e sociais, como foi apresentado no capítulo anterior.

Todavia, conforme o Quadro 8.4., as informações dos documentos mais recentes mostram que, passada a fase das medidas estruturantes, a evolução e adaptação das políticas públicas ocorreu num ritmo abaixo da exigência dos privados porquanto são apontados vários constrangimentos que ainda vem afetando o ambiente organizativo do destino turístico.

Quadro 8.4. - Principais constrangimentos institucionais

- O setor público é considerado como relativamente ineficaz e ineficiente
- Normas e procedimentos governamentais antiquados, e a orientação atual para “processos” em vez de “resultados”;
- Deficiente coordenação entre os organismos;
- Conflitos entre o governo e as câmaras municipais (Sal e Boavista)
- Deficiente diálogo público-privado;
- O governo tem sido relativamente fraco na orientação estratégica para o setor do turismo;
- Restrições de capacidade e deficiências na supervisão e fiscalização por parte dos municípios;
- Turismo tem desenvolvido mais por inércia e investimento de grupos internacionais

Fonte: elaboração própria com base em DECRP III (2013) Banco Mundial (2018), PEDS – Turismo - (2019)

Os documentos oficiais, publicados no decursos dos anos, apresentam as mesmas referências críticas sobre a componente institucional e gestão do turismo. Indicam que a estrutura da gestão do turismo em Cabo Verde caracterizava-se por alguma instabilidade em virtude de sistemáticas alterações ocorridas no decurso dos anos. O mesmo ocorre ao nível governamental, com mudanças sistemáticas no titular do ministério e mudanças constantes de nome do próprio ministério. A capacidade do Governo de efetivamente gerir o setor tem sido estrangida por uma falta de continuidade no enquadramento institucional. Por exemplo, desde o ano 2000, o setor do turismo tem ficado sob seis ministérios diferentes tendo dez ministros.

O DECRP III (2013) confirmou as ligações pouco firmes entre o setor público e privado ao destacar a falta de diálogo público-privado como algo particularmente preocupante num contexto onde o destino turístico é dominado por grandes operadores europeus que desejam estabilidade na gestão do turismo. Essa deficiente coordenação estendia-se também a relação entre o governo e as câmaras municipais das Ilhas turísticas em virtude de quezílias político-partidárias. Ao nível local, as Câmaras Municipais tinham grandes limitações em termos de medidas relacionadas com o turismo, designadamente para aprovação e licenciamento dos projetos turísticos. É que, nas Zonas Turísticas Especiais, onde os grandes hotéis e resorts estão localizados, a responsabilidade da gestão era apenas do governo.

O relatório do diagnóstico estratégico do Banco Mundial (2018, p.15) afirmava claramente que *‘o setor público é considerado como relativamente ineficaz e ineficiente e a concretização das reformas é fraca’*.

O diagnóstico constante do PEDS – Turismo - (2019) refere que a gestão institucional do turismo em Cabo Verde é caracterizada:

‘por um quadro legal e regulamentar incompleto, disperso e ultrapassado. Há elementos da legislação que datam dos anos 90 e não estão bem alinhadas com a visão de maior celeridade burocrática e administrativa. A componente de monitorização não se encontra bem organizado e sistematizado. Registam-se algumas ações avulsas e alguns estudos sobre satisfação dos turistas, mas não existe um observatório ou outro mecanismo de turismo para monitorizar e avaliar a evolução da atividade do destino turístico. Não se implementam de forma organizada os mecanismos de qualificação e ins-

peção da cadeia de valor do turismo. Não existe um trabalho sistemático de acompanhamento das tendências do mercado, perfil dos operadores e análise dos destinos similares e concorrentes, (...)

Este documento mais recente apresenta no seu diagnóstico praticamente os mesmos constrangimentos já referidos em documentos oficiais de há mais de uma década atrás. O que pode ser interpretado como um sinal de pouca dinâmica adaptativa das políticas públicas em termos de gestão adequada do destino ao nível do planeamento, monitorização, quadro institucional e regulatório e da relação entre o sector público e privado. As informações extraídas dos vários documentos indicam que o turismo em Cabo Verde nos últimos anos tem se desenvolvido mais por inércia e pelo mérito dos investimentos dos grupos internacionais do que resultante das políticas públicas.

8.2. Marketing do destino

O marketing do destino ocupa-se da marca, posicionamento e da segmentação dos mercados bem como do *mix* de produto, promoção e preço e, da avaliação da satisfação dos visitantes.

O primeiro Plano de Marketing do Turismo em Cabo Verde (2010) fez a apresentação da marca e posicionamento do destino Cabo Verde baseados nos produtos turísticos como o sol/clima, mar, tranquilidade, cultura crioula e produtos complementares como, desportos, história, natureza e gastronomia.

Como cada ilha não pode ser promovida individualmente, elas foram divididas em grupos específicos de acordo com os seus recursos. Assim, o primeiro grupo denominado '*Ilhas do Sol*' abarca Sal, Boavista e Maio com o turismo de sol e mar e desportos náuticos, que é precisamente o turismo com maior expressão em Cabo Verde. O segundo grupo denominado '*Ilhas Essenciais*' inclui as duas mais populosas Ilhas de Santiago e São Vicente tendo principais produtos, os negócios, eventos e cultura. O terceiro grupo '*Senses Island*' inclui as restantes ilhas Fogo, Brava, São Nicolau e Santo Antão e Santa Luzia que oferecem o turismo de natureza, história e cultura.

Foi esse plano de marketing que estabeleceu a marca consubstanciada no logo que mostra as dez ilhas e o slogan: '*Um País, dez Destinos*' e mensagens como '*Alternativa Cabo Verde*',

‘Apaixone-se’. ‘Envolve-se’, ‘Seja Surpreso’, ou ‘dez ingredientes principais para umas férias de sonho’.

Antes da existência deste plano de marketing, foram apresentados vários slogans que de certa forma sintetizam os principais produtos turísticos, como por exemplo *“Um destino de sol e praia”* que foi o primeiro slogan promocional de Cabo Verde, onde se vê claramente o produto turístico principal, a partir do qual se desenvolveu o turismo balnear e de descanso. Outro slogan lançado foi *‘Cabo Verde: Um país de morabeza’*.

Apesar das medidas e políticas concebidas no quadro do marketing, os documentos apontam que a promoção turística do país ainda é fraca em virtude da capacidade institucional limitada em termos de planeamento e promoção do turismo. Dá-se o exemplo da promoção de Cabo Verde que não obedece a um fio condutor e é feita de forma desarticulada. Cada operador (companhia aérea, tour operator ou hotel) faz a promoção do seu produto junto dos seus públicos alvo sem a devida articulada com o chapéu que deveria ser a marca Cabo Verde.

No Diagnóstico do PEDS – Turismo - (2019) afirma-se que os

‘produtos turísticos precisam de uma melhor concepção e apresentação e ser ajustados ao perfil dos segmentos do mercado e os produtos locais devem ser melhor promovidos junto dos mercados e em sintonia com as cinco tendências do mercado emissores, como a segmentação da procura, a especialização dos produtos turísticos, o enriquecimento da oferta com itens como segurança, tranquilidade, qualidade humana e social e dispensa de intermediários em virtude da utilização das tecnologias de informação.’

O relatório Banco Mundial (2018) intitulado *‘Cabo Verde, ajustando o Modelo de Desenvolvimento para Revitalizar o Crescimento e Fortalecer a Inclusão social - Diagnóstico Estratégico do País’*, sublinha que

‘não se trabalhou para um desenvolvimento de um turismo diversificado e inclusivo. A promoção da imagem de Cabo Verde como destino do produto sol e mar afeta negativamente os outros potenciais produtos turísticos, como por exemplo, o ecoturismo, trekking e cultura. Só através da diversificação dos produtos é possível fazer chegar os benefícios do turismo a todas as regiões e ilhas de Cabo Verde e assim reduzir a grande pressão sobre as ilhas planas do Sal e Boavista.’

Recentemente apresentou-se uma nova imagem e slogan para a Marca Cabo Verde – ‘*Cabo Verde Is Something Else!*’, com uma imagem em cores que visa acentuar a vitalidade colorida e cultural do país, destacando os seus principais atributos físicos como o sol, o mar e as praias, mas também a mensagem implícita de que ‘*é algo mais*’. O lema foi mantido em inglês para ser mais universal, e tem como objetivo destacar que o país é *único, singular e especial*, com ‘algo mais’, que cabe ao turista descobrir, por experiência própria. O lema do logotipo ‘Cabo Verde Is Something Else!’ também pretende traduzir a singularidade da cultura cabo-verdiana, assente na cultura do povo, e em valores como a Morna e a Morabeza (bem receber) enquanto ativos da competitividade do destino turístico Cabo Verde.

8.3. Infraestruturas, educação e formação

No que concerne às infraestruturas, que são da responsabilidade do setor público, elas constituem um elemento relevante no contexto da competitividade do destino, designadamente, infraestruturas aeroportuárias, rede de estradas, produção de água e eletricidade e telecomunicações como telemóvel e internet, infraestruturas de saúde e educação formação.

Em termos de acessibilidade, importa destacar alguns eventos que tiveram um grande impacto sobre a oferta e a procura turística, designadamente, a liberalização do espaço aéreo em 2003, que permitiu a realização de voos *charters* diretamente de países emissores de turismo, com destaque para Portugal, Espanha, Reino Unido, Bélgica, Alemanha, Itália, França, República Checa; assim como a abertura de três aeroportos internacionais na Boavista, Santiago e São Vicente bem como de reabilitação de portos e de algumas estradas (asfaltagem), conforme Quadro 8.5.

O acesso dos turistas internacionais às ilhas do Sal, Boavista, Santiago e São Vicente é mais fácil em razão da existência de quatro aeroportos internacionais. O mesmo não ocorre em relação às outras ilhas que não possuem aeroportos internacionais e padecem de grandes problemas em termos de ligações inter ilhas. O número reduzido de aviões e de linhas não consegue proporcionar uma ligação sistemática entre as ilhas do arquipélago ao que se acrescenta os custos elevados dos bilhetes de passagem.

Quadro 8.5. - Principais marcos relativos à infraestrutura

- A inauguração em 2005 do aeroporto internacional da Praia permitindo a ligação da capital com o exterior.
- Inauguração em 2007 do aeroporto da Boavista abrindo esta ilha à procura turística internacional.
- Inauguração do Aeroporto Internacional do Mindelo em 2010.
- Modernização dos Portos de Santiago, São Vicente, Sal, Boavista para permitir a atracagem de navios internacionais e aumentar a capacidade de carga.
- Investimento em centrais de produção de electricidade e água.
- Parques eólicos e solares em Santiago, São Vicente e Sal para reforçar a produção de electricidade.
- Asfaltagem de algumas estradas que ligam as principais localidades de todas as Ilha.
Investimento no sector da educação e formação profissional, com destaque para a criação da Es. cola de Hotelaria e Turismo.

Fonte: Elaboração própria

No que concerne a produção de electricidade e água, registaram-se investimentos em termos de aumento da capacidade instalada das centrais únicas e dessalinizadores em várias Ilhas bem como investimentos realizados em parques eólicos e solares potenciando uma maior participação das energias renováveis que atinge os 21% da produção de electricidade ao nível nacional. Todavia, as ilhas do Sal e da Boavista têm enfrentado grandes problemas em termos de abastecimento de electricidade e água.

No domínio da educação e formação houve avanços em termos de indicadores. Actualmente, a população cabo verdiana está mais escolarizada sendo que 4,1% possui formação média e superior, 35% ensino secundário e 52% ensino básico (INE, 2018). Ocorreu um aumento de escolas e liceus em todas as ilhas bem como de universidades nas ilhas de Santiago e São Vicente. Apesar do incremento no acesso ao ensino básico e secundário, regista-se um aumento das taxas de repetência e de abandono escolar, e a redução dos níveis de desempenho e aprendizagem; no nível secundário, os alunos levam em média 9,5 anos para completar o programa de estudo de 6 anos (Banco Mundial, 2019).

Um evento estruturante para o turismo foi a entrada em funcionamento em 2009 da escola de Hotelaria e Turismo localizada na Cidade da Praia e que vem formando jovens em várias áreas relacionadas com a hotelaria e turismo. Na ilha do Sal, entrou recentemente, em 2017, um polo da escola de hotelaria e turismo. Os dados indicam que quase totalidade dos alunos dessas escolas são absorvidos pelos hotéis e resorts nas ilhas do Sal e Boavista.

Feita a descrição de algumas medidas e realizações, apresenta-se de seguida a avaliação sobre o que foi realizado nesse domínio, conforme o Quadro 8.6. As informações indicam que,

apesar dos investimentos, a qualidade das de infra estruturas existentes - com a excepção das infraestruturas aeroportuárias e o sector da educação/formação - ainda não correspondem às necessidades da indústria turística, porquanto persistem ainda graves constrangimentos que afectam a competitividade do destino turístico Cabo Verde.

O destaque negativo vai para os custos elevados de electricidade e água que oneram as despesas de funcionamento das estruturas hoteleiras reduzindo a competitividade assim como as deficiências ao nível de estradas e das telecomunicações.

Quadro 8.6. - Constrangimentos relativos às infraestruturas

- Preço elevado da água e electricidade.
- Serviços de telecomunicações deficientes e constrangimentos ao nível da Internet
- Deficiência nas infraestruturas rodoviárias.
- Ligação inter-ilhas deficiente, desordenadas e com preços elevados.
- Deficientes infraestruturas rodoviárias
- Deficiente articulação de estratégias marketing entre operadores de transporte e operadores turísticos.

Fonte: Adaptado do PEDS - 2019 (Governo de Cabo Verde, 2019)

9.4. Segurança e saúde (safety & security)

Como foi abordado na revisão bibliográfica, a segurança (safety/security) de um destino turístico constitui um fator crítico para a atratividade e competitividade. Aliás, no quadro do modelo de Ritchie e Crouch (2003) a segurança faz parte dos *'qualifying fator'*, isto é, sem segurança dos visitantes, um destino turístico deixa de ser atrativo. A segurança é medida pelas estatísticas de crimes, roubos, assaltos e homicídios a turistas bem como pela percepção dos visitantes em relação à sua segurança pessoal, isto é, os crimes contra pessoas e contra a propriedade.

Conforme o Quadro 8.7, sobre as estatísticas da evolução da criminalidade, os dados indicam que, na última década registou-se um aumento crescente da criminalidade em Cabo Verde tanto de crimes contra pessoas como de crimes contra propriedades. Nos centros urbanos, o fenómeno da pequena criminalidade com os assaltos (carteiristas) tem aumentado de forma significativa a ponto de contribuir para a alteração do sentimento de tranquilidade em algumas

regiões do país, designadamente nas ilhas turísticas do Sal e Boavista que viram aumentados os casos de criminalidade.

Quadro 8.7. - Estatística da evolução dos indicadores da criminalidade

Ano	Crimes contra pessoas	Crimes contra propriedades	Total
1996	6.385	4.492	10.877
1997	7.441	5.338	12.749
2000	9.219	4.936	14.155
2002	9.549	6.427	15.876
2005	9.550	7.861	17.441
2007	9.854	8.948	18.802
2010	10.571	10.033	20.604
2015	13.298	12.528	25.826
2016	12.316	12.656	24.972
2017	10.626	11.663	22.289
2018	7.966	10.309	18.275

Fonte: Extraído do Jornal Expresso das Ilhas, (2019) e da Polícia Nacional (2019)

Uma análise do quadro da evolução da criminalidade indica que, de 1996 a 2015, a criminalidade mais que duplicou passando de 10.877 casos para o ponto máximo de 25.826. Todavia, os dados indicam que a partir de 2016 essa tendência crescente começou a reduzir. Em 2018, os crimes contra pessoas registaram uma diminuição de 26% (-2.720 ocorrências) quando comparado com o ano anterior. A criminalidade em Cabo Verde diminuiu 18,5% em 2018, comparativamente a 2017.

As informações do Quadro 8.7 indicam que os crimes com maior incidência em 2018 referem-se aos crimes contra o património com um total de 10.309 ocorrências em todo o país sendo que em Santiago ocorrem mais de metade dos delitos 5.703. Em segundo lugar vem a ilha de São Vicente (2.593), Fogo (466), Sal (476), Santo Antão (393), Boa Vista (368), Maio (124), São Nicolau e Brava (93). Destaque-se que as ilha do Sal com 476 ocorrências e Boavista 368.

Ainda segundo o Quadro 8.7, o roubo foi o crime que mais ocorreu, com 4.887 situações registadas. A ilha do Sal com 2.015 ocorrências e Boa Vista com 196 ocupam o terceiro e quarto lugares respetivamente. Santiago com 2.943 e São Vicente com 1.282 são as ilhas com mais ocorrências. Existentes menos casos nas ilhas do Fogo (110) Santo Antão (67) Maio (34) Brava (32) e São Nicolau (8). Quanto aos homicídios, registaram-se 37 casos em 2018, menos um que em 2017. Em Santiago com mais de metade dos crimes, 19. Sal e Boavista tiveram 6 homicídios e 1 casos. Seguem-se Fogo (3) Santo Antão (3) São Vicente e Brava, com dois cada, e São Nicolau e Boavista com uma ocorrência

Apesar das informações indicarem o aumento do sentimento de insegurança, - segundo os documentos - o destino turístico Cabo Verde - mais concretamente as ilhas do Sal e Boavista - é percebido como um destino seguro. É que o aumento de criminalidade que se fez sentir nas ilhas do Sal e Boavista afeta mais a população local e não os turistas.

O mais recente documento, *PEDS – Turismo (2019)*, manifesta grandes preocupações quanto ao item de segurança e elege a criminalidade como um fator determinante da evolução dos cenários futuros do turismo; isto é, caso os níveis de criminalidade não forem estancados, não será possível atingir-se os cenários mais otimistas para o desenvolvimento do turismo em virtude de potenciais danos à imagem internacional do destino Cabo Verde. Por outro lado, essa situação está a ter um efeito dissuadir dos turistas de saírem dos resorts e realizar compras fora dos hotéis, o que implica menos efeito multiplicador sobre a economia local.

A conclusão geral dos documentos é de Cabo Verde é um destino seguro, apesar do aumento de pequena criminalidade, que assusta a comunidade, mas que não têm afectado os turistas. Ficou claro que por causa de uma ou outra ocorrência ter atingido os turistas levanta preocupações junto dos operadores turísticos internacionais.

Por outro lado, **a saúde** é um fator determinante do desenvolvimento sustentável e de grande relevância para suportar o desenvolvimento de um destino turístico. Os investimentos no setor da saúde - particularmente os orientados para a expansão da infraestruturização, aquisição de equipamento e formação de recursos humanos - melhoraram a capacidade nacional de diagnóstico e tratamento. O estado de saúde da população cabo-verdiana caracteriza-se, actualmente, por uma diminuição gradual de doenças transmissíveis e uma tendência crescente de doenças não transmissíveis.

Em termos de infraestruturas, o setor público, conta com 2 hospitais centrais, 03 hospitais regionais, 30 centros de saúde, 05 centros de saúde reprodutiva, 34 postos sanitários e 113 unidades sanitárias de base. Ao que se acrescenta estruturas privadas. Indicadores de saúde como esperança de vida e mortalidade infantil tem melhorado, conforme os dados já apresentados.

Segundo dados do *Banco Mundial (2019)*, Cabo Verde registou nos últimos anos melhorias significativas em vários indicadores de saúde, superando alguns países pares e da região

africana. O índice de desenvolvimento humano de 0.654 coloca Cabo Verde na categoria de desenvolvimento humano médio, logo abaixo dos estados árabes, sendo relevante a contribuição da pontuação do índice de saúde (0,815) em que se destaca a redução da mortalidade geral (com redução de 30% na última década), a expectativa de vida de 73 anos - que é a segunda mais alta do continente Africano, após as Ilhas Maurícias. O relatório indica que os gastos do governo com a saúde favorecem mais os salários e os bens e serviços, secundarizando investimentos nas infraestruturas do setor e nas políticas de prestação de serviços, designadamente em termos de diagnóstico e tratamento de doenças crónicas não transmissíveis (cardiovasculares, câncer, doenças respiratórias crónicas, diabetes) que são responsáveis por cerca de 69% das mortes.

As Ilhas turísticas como o Sal e Boavista não dispõem de infraestruturas de saúde adequadas nem sistemas de saneamento. As respostas em termos de saúde nessas ilhas não servem as necessidades do desenvolvimento do turismo e constituem um grande constrangimento, sobretudo para o segmento da terceira idade. O mais preocupante é a deficiente capacidade de resposta nos casos de emergências

9.5 Sustentabilidade ambiental e social

Segundo a revisão da literatura feita na parte teórica, a sustentabilidade ambiental é das áreas mais críticas para os destinos turísticos dos PEID.

O quadro legislativo das medidas públicas referentes à proteção ambiental e preservação da biodiversidade, foi alvo de várias medidas de políticas sendo de destacar a primeira medida ocorrida em 1993 com a publicação da [Lei de Bases do Ambiente \(1993\)](#). Mais tarde, outra medida estruturante, em 2003 foi a criação de 27 áreas protegidas nas diversas ilhas, destacando-se as zonas de reservas no litoral das ilhas turísticas do Sal e Boavista, parque natural do vulcão do Fogo, de Serra Malagueta em Santiago, Monte Gordo em São Nicolau e o parque natural de Cova, Paul e Ribeira da Torre em Santo Antão. A desabitada ilha de Santa Luzia foi declarada uma reserva natural.

Cerca de 10% da superfície terrestre do país ficou reservada como áreas protegidas. Cabo Verde foi o primeiro país africano a ratificar a Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação (CCD) em 1995, e na sequência, foram ratificados a Convenção das

Nações Unidas sobre a Biodiversidade (CBD) a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CCC), entre outros.

A legislação cabo verdiana exige a realização obrigatória de estudos de impacto ambiental em relação a qualquer projecto turístico suscetível de causar danos ao meio ambiente. Por outro lado, existem várias iniciativas no sentido da preservação das espécies sendo de destacar as campanhas de protecção das tartarugas, uma espécie em extinção.

Feita a descrição sintética dessas medidas públicas, apresenta-se de seguida os vários constrangimento da sustentabilidade ambiental e social em Cabo Verde, conforme o Quadro 4.8. Aliás, como foi explicitado no capítulo sobre PEID, apesar da existência de um quadro regulatório bem como a ratificação das convenções, pode ocorrer também o fosso entre a teoria e a operacionalização dos princípios e valores da sustentabilidade tendo em conta a pressão dos interesses imediatos dos grandes grupos privados.

Uma referência para a forma deficiente como, segundo [Lima \(2008\)](#), se fez a gestão do ordenamento do território e de distribuição de solos, designadamente nas ilhas do Sal e Boavista durante os primeiros anos do desenvolvimento do turismo e da imobiliária turística, que provocaram danos ambientais e paisagísticos irreparáveis nessas ilhas. De igual modo, [Carvalho \(2013\)](#), no Relatório ‘Preparação da III Conferência Internacional sobre PEID’, fez a análise da implementação dos programas de acção de Barbados e Maurícias, tendo concluído que o quadro legal existente é satisfatório, mas a maior parte da legislação não está regulamentada, o que vem dificultando a sua aplicação. Ainda, o autor manifestou preocupação quanto à situação dos resíduos sólidos, designadamente nas ilhas do Sal e Boavista, onde ainda não existe uma solução adequada.

O relatório do [Banco Mundial \(2018\)](#) intitulado ‘Cabo Verde: Ajustando o Modelo de Desenvolvimento para Revitalizar o Crescimento e Fortalecer a Inclusão social - Diagnóstico Estratégico do País’, destacou a preservação insuficiente do capital natural de Cabo Verde— o recurso mais importante para o turismo e o facto de Cabo Verde ser considerado um dos 11 destinos turísticos mais ameaçados do mundo, relativamente à biodiversidade marinha.

No diagnóstico PEDS – Turismo - (2019) levanta-se a questão da sustentabilidade do destino Cabo Verde dominado pelo modelo ‘*all inclusive*’ concentrado sobretudo nas ilhas do Sal e da Boa Vista.

Em relação à sustentabilidade ambiental, apesar da legislação que exige estudos de impacto ambiental para os projetos de investimento, têm surgido preocupações, especialmente por parte de organizações ambientalistas, quanto à eficácia desses estudos. É importante medir e vigiar a capacidade de carga, para salvaguardar o património físico, natural e construído, por forma a garantir a perenidade e sustentabilidade do meio ambiente material e, assim, preservar este legado para gerações futuras.

Quadro 8.8. - Constrangimentos relativos à sustentabilidade social

- Necessidade de uma melhor integração entre os objectivos do desenvolvimento do turismo e os preservação e sustentabilidade ambiental.
- Insuficiência de políticas e mecanismos de respostas aos efeitos sócias negativos gerados pelo turismo.
- Deficiente planificação do turismo com impactos em termos ambientais e sociais.
- Necessidade de uma forte política de promoção cultural associada ao desenvolvimento do turismo.
- Preservação deficiente dos recursos naturais.
- Deficiências ao nível da mitigação climática.
- Aumento dos problemas de habitação com a expansão de casas de lata.
- Aumento crescente da prostituição.
- Aumento do tráfico de droga.

Fonte: elaboração própria com base em Banco Mundial (2018)

Para além da sustentabilidade ambiental, o Quadro 8.8 destaca os constrangimentos quanto à componente da **sustentabilidade social**, a forma como a comunidade é afetada negativamente pelo desenvolvimento do turismo. Os dados existentes indicam que o crescimento dos fluxos migratórios sobretudo para as ilhas do Sal e Boavista estão na base da deterioração do ambiente social. Bernardo (2015) no seu artigo ‘*Planeamento Turístico e Impactos Percecionados na Ilha da Boa Vista*’, apresenta o seguinte quadro de externalidades negativas do turismo em relação à lha da Boavista, mas que também se aplica à ilha do Sal:

- Aumento da criminalidade - como assaltos à mão armada, assaltos a residências, homicídios, venda e consumo de drogas e violência de gangues, que provocam uma “sensação de insegurança”

- Aparecimento e expansão dos bairros de lata, as chamadas barracas, como bairro da 'Farinação' e o bairro da 'Boa Esperança'. (No Sal, os bairros de lata de Alto São João, Alto Santa Cruz e Terra Boa).

- Divisão desigual dos benefícios do turismo entre a comunidade local e estrangeiros. Como os hotéis funcionam no sistema all inclusive, regista-se alguma insatisfação pelas reduzidas oportunidades de negócio aos operadores locais que possuem pequenos negócios ligados ao comércio e serviços.

- Especulação imobiliária, ou seja, o aumento dos preços dos bens imobiliários, como habitações e terrenos. Os melhores terrenos pertencem aos investidores estrangeiros para a construção de infraestruturas hoteleiras e de habitações de férias, como apart-hotéis e condomínios, para venda no mercado Europeu. Por outro lado, com o aumento populacional e a carência de habitações, parte da população local vive em barracas.

- Deficiências em termos de infraestruturas e serviços básicos de rede de saneamento, água canalizada, eletricidade, serviços de saúde etc... Exemplo: o consumo de eletricidade e água de um resort é superior à de todas as povoações da ilha.

- Outras externalidades como 'exploração laboral' 'aumento da corrupção', 'perda de autenticidade da cultura local.

Em suma, em termos de externalidade negativa, existem as preocupações ambientais em relação ao futuro do turismo em Cabo Verde, mas actualmente, as preocupações maiores concernem mais à degradação social (aumento de prostituição, consumo de droga, aumento de criminalidade, problemática das crianças de rua) que ocorre nas ilhas do Sal e Boavista

8.6 Impactos económicos positivos do turismo

Como já foi abordado, a evolução da procura e oferta turística exerce impactos económicos a vários níveis, designadamente, em termos de contribuição para o PIB, geração de empregos, receitas (impostos), efeito multiplicador em outros setores económicos bem como um conjunto de externalidades negativas.

Conforme Quadro 8.9, o número de empregos diretos no setor tem evoluído a uma taxa média de crescimento anual de cerca de 10%, tendo passado de 2.048 em 2001 para 9.417 em 2018. Os empregos ligados ao turismo num total de cerca de 36.000 postos de trabalho representam aproximadamente 10% do total em Cabo Verde. Sendo que os hotéis empregam cerca

de 84,3% do total dos trabalhadores. As pensões e os aldeamentos turísticos empregam 5,6% e 3,4% respetivamente. Os estabelecimentos no Sal empregam 54% do total, Boa Vista, com 24,8% e de Santiago com 8,8%.

Quadro 8.9. - Evolução do emprego no turismo

Ano	Nº de pessoal ao serviço
2000	1.845
2005	3.199
2010	4.058
2015	6.426
2017	8.825
2018	9.417

Fonte: INE (2019) Estatísticas do Turismo – Movimentação de Hóspedes, ano 2018

Refira-se, que 92,5% do pessoal ao serviço da hotelaria é nacional, sendo 59,3% do sexo feminino. 73,2% do pessoal tem contrato a termo, 23,7% contrato permanente e apenas 3,1% não tem contrato. Quanto aos contratos a termo, 36,6% tem contrato de 3 meses, 23,9% de 6 meses e 39,6% de um ano.

Quadro 8.10. - Evolução da contribuição económica do turismo

Ano	Receitas do turismo (em milhões de contos ECV)	Receitas em % do PIB
2000	6.985	9,4%
2004	9.478	10,1%
2005	10.770	11,8%
2006	19.247,	18,3%
2011	27.671	8,7%
2014	32.619	20,9%
2015	30.427	19,2%
2018	42 838	21,9%

Fonte: INE (2019)

Os setores directa ou indirectamente relacionados com o turismo foram alvo de investimento direto estrangeiro contribuindo para uma alteração da estrutura da economia. Os serviços, graças ao turismo, representam cerca de 70% do PIB e 90% das exportações. A contribuição do turismo para o PIB cresceu de 5% em 2000 para níveis superiores a 20% a partir de 2008, tendo atingido 22 % do PIB em 2018. O aumento das receitas provenientes do turismo é um dos principais fatores que levou Cabo Verde a obter o estatuto de País Menos Avançado (PMA) em dezembro de 2007, (Banco Mundial 2018).

Quadro 8.11. - Distribuição dos gastos de um pacote turístico médio por turista

Itens	Euros
• Transporte aéreo	300
• Alojamento	333
• comissões internacionais	165
• Transporte terrestre	20
• Aluguer de motos, mergulhos, tours e souvenir	280
Total	1 098

INE (2018)

As receitas diretas do Estado provenientes do turismo resultam da conjugação de vários impostos e taxas, quais sejam:

- IVA de 15% sobre os serviços do turismo;
- Taxas aduaneiras da importação de produtos consumidos nos hotéis (Média de 46 euros por turista);
- Taxa de visto (25 euros por turista);
- Taxa aeroportuária (15 euros por turista),
- Taxa turística (2 euros por pernoita até ao máximo de 10 dias - Média de 20 euros por turista),
- Taxa de ambiente – taxas aduaneira sobre produtos poluidores como garrafas de plástico e de vidro
- IUR (Imposto Único sobre Rendimento) dos trabalhadores (4% do salário médio de 300 euros).

Quadro 8.12. - Receitas diretas do turismo para o Estado

Item	Total Euros
Iva (15% dos serviços turísticos)	20 000 000
Taxas aduaneiras	35 234 574
visto de turistas	19 149 225
taxa aeroportuária	11 489 535
Taxa turística	15 319 380
taxa do ambiente	9 000 000
IUR trabalhadores	112 968
Total	110 305 682

Fonte INE (2018) e Banco Mundial (2019)

A essas receitas diretas, podem-se acrescentar as indiretas e induzidas, isto é, receitas de outras entidades relacionadas com o turismo.

Com uma contribuição directa na ordem dos 110 milhões de Euros - aproximadamente 25% do total das receitas do Estado (cerca de 460 milhões de Euros em 2016-2017 (Banco Mundial 2019), o turismo é o setor que mais contribui para as receitas do Estado. Ao que se acrescentar a contribuição das actividades indiretas e induzidas pelo turismo. Aliás, conforme (Banco Mundial 2019), o turismo representa, aproximadamente, 22% do PIB de Cabo Verde.

Os dados indicam claramente que o turismo traz impactos positivos ao nível do emprego e receitas para o Estado. Ribeiro et al. (2013) - através da realização de um inquérito a uma amostra de 492 inquiridos para analisar a atitude e percepção dos residentes - chegou à conclusão geral que os residentes estão satisfeitos reconhecendo os impactos positivos mais do que os negativos. Lopez-Guzman, Orgaz-Aguera, Martin, & Ribeiro (2016) mostraram a relação positiva entre o desenvolvimento económico do país e o desenvolvimento do turismo que resultou da construção de *resorts all inclusive*, segundas residências, designadamente nas ilhas do Sal e Boavista financiados por grupos europeus e pela construção de pequenos hotéis em outras ilhas financiados por pequenos investidores.

8-7 Externalidades negativas sobre a comunidade: As vazões e Reduzido impacto dos multiplicadores na economia local

Todavia, para além dos efeitos positivos descritos, importa evidenciar o outro lado da moeda. Na linha da revisão da bibliografia, da posição dos diversos relatórios oficiais, autores como Ribeiro et al 2013, Canizares, Tabales, & García (2014) Santos & Campo (2014), Ribeiro & Canizares (2014), Bernardo (2015), Mitchell & Li (2016) discutem as várias externalidades negativas bem como o reduzido efeito dos outros multiplicadores. Exceptuando os multiplicadores fiscal e de emprego, o impacto dos outros multiplicadores é reduzido.

Os dados indicam que alguns impactos sobre a economia local são reduzidos tendo em conta o baixo valor do multiplicador K em virtude dos seguintes níveis de vazamentos:

A oferta turística concentra-se em um grupo reduzido de resorts e hotéis nas Ilhas do Sal e Boavista no sistema *all inclusive* detidos por estrangeiros assim como os meios de transporte

aéreo e a agenciamento que são dominados por grupos internacionais, com o monopólio do grupo TUI. Conforme o Banco Mundial (2019), as receitas de transporte de avião, alojamento, comissões internacionais, correspondendo a cerca de 80% do volume dos movimentos financeiros, ficam no estrangeiro.

Conforme os dados do INE (2018), 37% dos gastos dos turistas são utilizados para importar produtos alimentares e bebidas fornecidos também por empresas internacionais. Estima-se que os hotéis importem 80% do peixe e dos produtos alimentares. Por causa do subdesenvolvimento da cadeia de valor, são importadas 7.600 toneladas de peixe, frutas e vegetais frescos todos os anos. É um negócio superior a 4 milhões de euros por ano que poderia beneficiar cerca de 780 famílias no setor das pescas e agricultura (Banco Mundial, 2018).

Existe ainda o vazamento resultante da expatriação dos lucros, dos salários dos colaboradores internacionais, dos pagamentos a prestação de serviços a outras empresas internacionais bem como da importação dos materiais de construção e equipamentos de investimento e de consumo.

Por fim, os gastos discricionários dos turistas em bens pessoais e souvenirs, - que poderiam dinamizar a economia local e a indústria da cultura - são reduzidos porque ocorrem, em grande parte, dentro do próprio hotel porquanto a grande maioria dos turistas não saem dos resorts. Um dos principais constrangimentos a uma maior despesa local é de que as áreas fora dos grandes resorts são pouco atrativas para os turistas em virtude de deficientes opções de entretenimento.

Por isso, Santos & Campo (2014), reconhecendo esse quadro de constrangimento, argumentou sobre a necessidade da melhoria da qualidade do destino e da diversificação do turismo em outras ilhas por forma a generalizar os efeitos positivos em todas as regiões e ilhas de Cabo Verde.

Por outro lado, o documento PEDS- Turismo (2019) reconhece que, o crescimento demasiado rápido do turismo nas ilhas do Sal e Boavista vem originando grandes preocupações de ordem social e ambiental, e afirma que o *'presente ritmo de crescimento do turismo está num claro rumo de insustentabilidade'*. Cabo Verde pode comprometer o futuro do turismo se continuar a crescer neste ritmo sem medidas mitigadoras e sem ter em conta a sustentabilidade.

Numa perspetiva de justificar o actual sistema de turismo *all inclusive* que domina as actividades do turismo nas Ilhas do Sal e Boavista, Mitchell & Li (2016, pág. 14) afirma que, para destinos na fase inicial de desenvolvimento, o sistema ‘*all Inclusive*’ é o meio mais efectivo

‘to achieve the rapid growth of tourism to the point that a critical mass is achieved and key infrastructure, like airports, can be justified. All Inclusive can generate rapid economic growth which can significantly reduce poverty through employment, supplier networks and taxation - which benefits residents who do not even meet a tourist.

Por isso, o autor defende que os pequenos estabelecimentos hoteleiros como pensões e residenciais, devem ser vistos não como alternativa ao modelo ‘*all inclusive*’, mas sim um complemento. Explica que para que os pequenos estabelecimentos pudessem ter um impacto maior na economia teriam de ter altas taxas de ocupação, o que, de facto não ocorre.

Assim, pode-se concluir que os impactos do turismo em termos de empregos e receitas para o Estado são positivos mas que os outros multiplicadores não ocorrem nos níveis desejáveis, tendo em conta os constrangimentos como a concentração do turismo em duas Ilhas, falta de diversificação da oferta turística, fraco desenvolvimento do sector privado endógeno ao nível das PME’S e pouca participação de operadores locais na cadeia de valor do turismo dominado pelos grupos internacionais.

8.8. Competitividade de Cabo Verde no contexto dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID)

Conforme a revisão da literatura, a análise da competitividade exige a comparação com outros destinos similares, designadamente, no contexto dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) por forma a se obter informações sobre a posição competitiva do destino turístico Cabo Verde. Porquanto o benchmarking é de grande importância para a melhoria da qualidade dos destinos turísticos (Kozak & Rimmington, 1998).

Observa-se que não é possível fazer comparações com as regiões insulares da macaronésia com realidades muito similares como Canárias, Açores e Madeira porquanto esses arquipélagos são regiões autónomas de Espanha e Portugal.

Os PEID, normalmente, não ficam bem avaliados em termos de competitividade global. O que se pode confirmar através do ranking TTCI 2018 da World Economic Fórum - WEF (2019). Os lugares da primeira parte do quadro são ocupados pelos países mais desenvolvidos economicamente, designadamente os da Europa e da América do Norte. Os PEID, em geral, ocupam a segunda metade do quadro.

Além das informações fornecidas pelo TTCI, vários estudos realizados, como os de *Mahalia Jackson et al (2011)*, apresentaram resultados pouco animadores para as ilhas. Os autores analisaram a competitividade de 18 PEID entre os anos 2000 a 2007 tendo utilizado a técnica da vantagem comparativa revelada. Chegaram à conclusão que os PEID apresentam níveis baixos de competitividade. 18 dos países constantes da amostra apresentam níveis fraco a médio de vantagem comparativa. Os países que apresentam níveis mais baixos são os que não têm em turismo a sua actividade principal. É o caso das Ilhas Holandesas cuja actividade principal é o *transhipment* do petróleo, refinarias e bancos *offshore*, Seicheles (pesca), e Trinidad (energia) e Montserrat (serviços governamentais e sectores de construção). Os Estados com melhores níveis de vantagens comparativas são as Maldivas, República Dominicana, Anguila, ST. Lúcia e Bahamas.

Igualmente, conforme nota *Craigwell (2007)*, a competitividade do turismo nos PEID é um assunto de maior relevância porquanto a competitividade nas ilhas fica abaixo da dos países continentais, daí a necessidade do conhecimento da sua posição competitiva. O autor considera que existem limitações dos poderes públicos no desenho das melhores políticas para aumentar a competitividade. O governo tem de controlar alguns factores por forma a manter os preços dos principais *in puts* relacionados com o turismo como energia e água, melhorar as infraestruturas de base e recursos humanos e, mais criatividade no marketing e promoção para atrair mais visitantes.

Croes (2011) realizou uma pesquisa sobre a competitividade das pequenas ilhas tendo concluído que os destinos mais caros obtêm maiores rendimentos, ou seja a oferta de produtos de alta qualidade pode permitir aos destinos serem mais competitivos. Para o autor, o turismo é a mais importante actividade económica e, que por isso, aumentar os níveis de competitividade traz benefícios a longo prazo .

Cabo Verde enquadra-se na sub-região da África Subsaariana, por sinal, na cauda do *ranking* da TTCI com baixas performances na maior parte dos indicadores de competitividade turística. Ocupa a sexta posição atrás das Maurícias, África do Sul e Seychelles. As Ilhas Maurítius (posição 54) é o país africano melhor posicionado no ranking com pontuações acima da média global e regional em vários indicadores. O Mercado de viagens e turismo da região subsaariana é muito reduzido representando apenas 1.6% do total global de receitas (USD 42.1 bilhões) e 3% (37.4 milhões) de chegadas de turistas (WEC, 2019).

Conforme o Quadro 8.13, ao nível global, Cabo Verde ocupa o lugar 88 entre 140 países, com boas pontuações em indicadores como competitividade preço (34) sustentabilidade ambiental (42) infraestruturas aeroportuárias (46) e muito mal classificado, no fundo do *ranking* (135) em indicadores como Recursos Naturais e Recursos Culturais. Ao nível regional, Cabo Verde é o oitavo país da África Subsaariana e o primeiro da África Ocidental.

Quadro 8.13. - Posição competitiva de Cabo Verde em comparação com alguns pequenos estados insulares

País	Posição
Malta	35
Chipre	44
Maurícia	54
Seicheles	66
África do sul	61
Egipto	65
Marrocos	66
República dominicana	73
Jamaica	76
Trinidad e Tobago	87
Cabo verde	88
Haiti	133

Fonte: WEF (2019)

Conforme os Quadros 8.13 e 8.14, em comparação com um grupo de referencia, Cabo Verde fica no penúltimo lugar apenas à frente do Haiti. No Sub Índice Enabling Environment, Cabo Verde (84) ocupa o terceiro lugar atrás das Ilhas Africanas de Maurícias e Seychelles e muito à frente das ilhas da região das Caraíbas (República Dominicana, Haiti, Jamaica e Trinidad e Tobago). O mesmo em relação ao Sub Índice T&T Policy and Enabling Conditions, Cabo Verde fica em terceira posição atrás de Marrocos e República Dominicana.

No Sub Índice Infraestrutura em geral, o país fica em penúltimo lugar; nota-se que em termos do indicador infraestruturas aéreas, Cabo Verde ocupa o segundo lugar a seguir às Ilhas

Seicheles. Por fim quanto ao Sub Índice Recursos Naturais e Culturais, Cabo Verde fica nos últimos lugares no contexto das ilhas e mesmo ao nível global (135).

Quadro 8.14. - Pontuação de Cabo Verde no quadro dos PEID
Fonte: WEF 2019. TTCI/2018)

Indicadores	Cabo verde	Maurícias	Seychelles	Rep dominicana	Haiti	Jamaica	Trinidad e Tobago
Enabling environment	84	43	61	94	135	87	75
Safety and security	63	17	48	114	137	43	130
Health and hygiene	98	58	68	87	112	92	56
Human resources and labour market	94	56	39	87	124	50	74
Ict readiness	91	62	59	100	138	84	47
B- t&t policy and enabling conditions	63	43	103	46	108	92	135
Prioritization of travel & tourism	69	5	9	7	120	2	107
International openness	75	91	103	69	50	38	63
Price competitive.	34	123	136	100	57	133	56
Environment sustainability	42	71	75	91	140	137	110
Infrastruct.	64	41	30	56	130	51	58
Air transport infrastructure.	46	57	32	66	126	85	110
Ground and port infrastructure.	82	24	35	54	138	25	42
Service infrastruct.	67	39	30	43	115	40	70
Natural and cultural resources	135	117	118	76	137	102	129
Natural resources	128	106	85	68	138	84	131
Cultural resources	136	98	138	86	125	94	11

Por outro lado, o diagnóstico do Banco Mundial (2018) elenca um conjunto de 11 constrangimento com base no *benchmarking* de Cabo Verde em relação aos seus pares nos indicadores-chave de desempenho, segmentados em quatro categorias: deficiências em capital humano, conectividade, desempenho do setor público e falta de resiliência.

O investimento no capital humano é de grande relevância para a melhoria da performance do setor privado, da produtividade, da competitividade e da inovação. A deficiente ligação inter ilhas (ao nível de transportes aéreos e marítimos) dificulta a circulação interna dos turistas prejudicando o arquipélago constituído por 10 ilhas (9 habitadas). Em termos de desenvolvimento de infraestrutura de transportes, Cabo Verde encontra-se num nível abaixo das ilhas africanas de Seychelles e Maurícias. Quanto ao setor público, regista-se uma deficiente capacidade do governo para regular o setor de transportes e investir nas TIC cuja largura de banda disponível

por usuário de Internet é relativamente baixa (cerca de metade do montante disponível para os usuários nas Seicheles ou Maurícias). A gestão deficiente do setor, com perdas de eletricidade na ordem 27 por cento (em 2016) e com os custos elevados de produção de eletricidade e dessalinização da água, está na base dos preços desses serviços serem os mais elevados no contexto do PEID e do continente africano.

Segundo a análise do diagnóstico do [Banco Mundial \(2018\)](#) com base na TTCI, Cabo Verde em comparação com os seus pares PEID - apresenta os seguintes pontos fracos:

- baixa disponibilidade de recursos culturais e condições para viagens de negócio
- baixa disponibilidade de recursos naturais;
- baixas condições existentes de saúde e saneamento;
- insuficientes condições existentes a nível de segurança;
- baixo nível de prontidão para as tecnologias de informação e comunicação; e
- Limitada oferta de produtos e serviços no destino conjugado com a sua baixa qualidade.

Pode-se, deste modo, concluir que Cabo Verde não consegue melhorar de forma significativa a sua posição nesse ranking de competitividade do turismo em comparação com os seus pares.

CAPÍTULO 9 - RESULTADO SOBRE AS PERCEPÇÕES E AVALIAÇÕES DO SETOR PRIVADO

Apresentam-se de seguida os resultados da pesquisa por ordem das questões de investigação. Inicia-se pelas questões gerais e, depois, as questões referentes a cada item de competitividade.

Observa-se que os quadros apresentados dos resultados dos inquéritos da presente pesquisa têm como fonte o output produzido pelo tratamento do dados através do programa SPSS.

9.1 Avaliação geral sobre a competitividade e as expectativas

O Quadro 9.1. apresenta os resultados da avaliação do primeiro grupo de questões sobre avaliação geral, competitividade e expectativas futuras,

Quanto à primeira questão, os empreendimentos foram questionados sobre *a avaliação geral que fazem do destino turístico Cabo Verde*. No questionário foi fornecida uma grelha de respostas com base na escala de *Likert* de cinco pontos, sendo que 1 corresponde a uma avaliação de *'péssima'*, 2 de *'má'*, 3 de *'satisfatório'*, 4 de *'boa'* e 5 de *'excelente'*. O resultado é positivo a partir da avaliação cuja Média seja de 3 pontos.

A resposta da Média foi 3,47 de 5 (Desvio Padrão de 0,794.). Foram aplicados os testes *t* para as duas amostras independentes e a ANOVA para efeitos de verificação de diferenças significativas da opinião das empresas inquiridas tendo em conta a ilha, dimensão dos estabelecimentos, origem da empresa e personalidade jurídica. Os resultados, ao nível de 5%, indicam que não há diferenças significativas de opinião em função destas variáveis. Assim, pode-se concluir que os empreendimentos turísticos fazem uma avaliação geral positiva do destino turístico Cabo Verde.

A avaliação é ligeiramente mais positiva na Ilha da Boavista com 3,5 pontos em comparação com a ilha do Sal que é de 3,44. No Sal, 51,4% dos inquiridos respondem que a avaliação é boa enquanto na Boavista essa avaliação boa atinge 72% dos inquiridos. 12,5% dos empresários do Sal têm opinião que a avaliação é má sendo que na Boavista a percentagem sobre para

18%. Apenas no Sal 2,5% dos inquiridos acham que a avaliação é muito boa (5 pontos). Também apenas 2% na Boavista é que pensam que a avaliação geral é má (1). Quanto ao tamanho das empresas, os dados indicam que as médias empresas (66,7%) as microempresas (70,2%) e as grandes empresas (78,6%) são as mais otimistas e fazem a melhor avaliação boa do destino turístico. Apenas as micro (1,8%) e as grandes (7,1%) é que fazem uma avaliação excelente (ponto 5). 52% das pequenas empresas fazem uma avaliação de razoável (3 pontos) e 33% de boa. Os grandes hotéis e *resorts* fazem a melhor avaliação com 77,8% de boa e 11,1% de excelente e apenas 11,1% de razoável não havendo respostas de má e muito má. 72,7% dos pequenos hotéis avaliam de boa e 9,1% de má e 18,2% de razoável. 66,7% das residenciais e pensões avaliam de boa, 16,7% de razoável e 16,7% de má. 55,5% dos restaurantes atribuem uma pontuação de boa, 27,5% de razoável e 16,3% de má e 1,3% de muito má. Por fim 10% dos operadores turísticos dão uma nota de excelente, 60% de boa, 10% de razoável e 20% de má.

Em relação à origem das empresas, as nacionais, com uma Média de 3,44, têm opiniões praticamente similares à dos estrangeiros, que é de 3,53. 62,2% dos nacionais consideram o destino de bom, 21,1% de razoável, 15,6% de mau e 1,1% de muito mau. 6,3% dos estrangeiros consideram de excelente, 53,1% de bom, 28,1% de razoável e 12,5% de mau.

Este resultado indica que os empresários do turismo fazem uma avaliação geral positiva em relação ao destino turístico Cabo Verde. Não se registaram resultados extremos significativos.

Na segunda questão, perguntou-se a opinião dos empresários sobre qual é a expectativa que têm sobre o futuro do turismo em Cabo Verde. O Quadro 9.1 indica que a resposta sobre as expectativas em relação ao futuro do turismo em Cabo Verde, medida através de uma escala de *Likert* de cinco pontos, obteve uma Média da de 3,57 (Desvio Padrão de 0,802.) Com os resultados dos testes T e a ANOVA, não se registam grandes variação das respostas entre as ilhas, origem, tamanho e personalidade jurídicas das empresas. Do mesmo modo, pode-se concluir que os empresários estão otimistas em relação ao futuro do turismo em Cabo Verde.

A Média da avaliação dos empresários é 3,64 para o Sal e de 3,48 para a Boavista. Enquanto a Média da avaliação dos nacionais é de 3,47, a dos estrangeiros é de 3,88. Significando

que os níveis de optimismo são similares tanto no Sal como em Boa Vista e tanto para as empresas nacionais como estrangeiras. Os resultados permitem concluir que os empreendimentos turísticos possuem uma expectativa positiva em relação ao futuro do turismo em Cabo Verde.

9.2. Avaliação geral sobre o impacto das políticas públicas sobre a competitividade do turismo

Questionou-se a opinião dos empreendimentos turísticos sobre a avaliação geral do impacto das políticas públicas sobre a competitividade do turismo em Cabo Verde. As respostas foram medidas com base na escala de *Likert* de cinco pontos sendo que avaliação 1 corresponde a 'muito mau', 2 a 'mau' 3 a razoável (neutro) 4 a 'bom' e 5 corresponde à melhor pontuação de 'excelente'. Avaliação é positiva a partir da Média de 3 pontos.

O resultado corresponde á uma Média de 2,90 pontos, significando que os empreendimentos turísticos fazem uma avaliação geral ligeiramente negativa quanto ao impacto geral das políticas públicas sobre a competitividade do destino Cabo Verde.

Quadro 9.1. - Avaliação Geral do Turismo

	ITEM	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Q9.7.	Qual é a avaliação geral que faz do destino turístico Cabo Verde	3,47	,794
Q9.8.	Qual é a sua expectativa sobre o futuro do turismo em Cabo Verde	3,57	,802
Q9.9.	Em termos gerais, como avalia o impacto das políticas públicas na competitividade do destino em Cabo Verde	2,90	,957

Fonte: Output dados no programa SPSS

Uma observação para referir que, como não se verificaram divergências de opinião significativas entre as ilhas do Sal e Boavista e os tipos de empreendimentos, serão apresentados apenas os resultados gerais das duas ilhas e de todos os tipos de estabelecimentos.

9.3. Itens sobre quadro institucional & regulatório, planeamento e gestão do destino

Após as avaliações gerais, centra-se nas avaliações de itens particulares.

No que concerne ao grupo de fatores relacionados com quadro regulatório/institucional, planeamento, gestão e monitoramento, a avaliação dos empreendimentos turísticos é ligeiramente positiva.

A avaliação dos empresários sobre o planeamento (a Implementação do Plano Estratégico do Turismo) obteve uma Média de 3,19 (Desvio Padrão de 0,786) significando uma opinião positiva quanto ao planeamento do turismo.

Em relação à organização do setor do turismo e monitorização do destino, o resultado é também positivo com uma Média de 3,14 (DP de 0,836).

O mesmo quanto à avaliação da gestão da qualidade dos recursos turísticos com uma Média 3,02 (DP de 0,931)

Os empresários fazem uma avaliação satisfatória do desempenho do Estado na gestão do destino com uma Média 3,12 e (DP de 1,057) e do quadro regulatório com uma Média de 3,31 (DP de 0,814).

Todavia a avaliação é negativa quanto a itens como articulação do governo com os departamentos públicos com uma Média de 2,89 (DP 1,059).

Quadro 9.2. - Quadro institucional & regulatório, planeamento e monitorização

		MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Q12.1.	Avaliação dos seguintes itens em relação a vontade política das Instituições: Desempenho do Estado em relação ao destino turístico	3,12	1,057
Q12.2.	Ambiente de cooperação entre o governo, os seus departamentos e as câmaras municipais	2,89	1,054
Q12.3.	Quadro regulatório do turismo	3,31	,814
Q12.4.	Nível de atendimento, o tempo de resposta a demandas por parte de empresários do setor na administração pública.	2,83	,951
Q12.5.	Como avalia o trabalho do governo em termos de recolha e tratamento de informações relevantes sobre o turismo	3,13	,900
Q12.6.	Em que medida os resultados das pesquisas são incorporados nos planos e processos de decisão sobre o turismo	3,02	945
Q12.7.	Implementação do plano estratégico do turismo	3,19	,786
Q12.8.	Organização do setor turístico e o monitoramento do destino	3,14	,836
Q12.9.	A entidade pública que analisa e avalia a disponibilidade e qualidade dos recursos, infraestruturas e experiências orientadas para o turismo	3,02	,931

Avaliação do trabalho de recolha e tratamento de informações relevantes sobre o turismo é satisfatória com a uma Média 3,13 (Desvio Padrão 0,900). Avaliação similar em relação aos resultados das pesquisas que são incorporados nos planos e processos de decisão sobre o turismo, com uma Média de 3,02 (Desvio Padrão de 0,945)

Quadro 9.3. - Itens sobre tratamento de informação

		Média	Desvio Padrão
Q13.1.	Uso de sistemas de informação modernos.	3,40	,810
Q13.5.	Uso dos recursos naturais.	2,90	,904
Q13.9	Como avalia o trabalho do governo em termos de recolha e tratamento de informações relevantes sobre o turismo.	3,13	,900

Conforme o Quadro 9.4, a avaliação dos empresários em relação às instituições públicas que lidam diretamente com o setor privado do turismo é positiva com Médias superiores a 3 pontos: sendo que a Média de avaliação do ministério do turismo é de 3,20 (Desvio Padrão de 0,944); da Direção-geral do Turismo é de 3,32 (Desvio Padrão de 0,912); do Ministério do Ambiente é de 3,29 (Desvio Padrão é de 0,949); Sociedade de Desenvolvimento do Turismo para Boa vista e Maio é de 3,46 (Desvio Padrão de 1,158); Cabo Verde investimentos é de 3,39 (Desvio Padrão é 0,941); Da Câmara municipal da respetiva ilha é de 3,30 (Desvio Padrão de 0,976).

Quadro 9.4. - Instituição do turismo

		MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Q14.1.	Avaliação dos seguintes itens em relação a confiança nas Instituições: Ministério que tutela o turismo	3,29	,949
Q14.2.	Ministério do ambiente	3,32	,912
Q14.3	Direção-geral do Turismo	3,46	1,158

No que concerne aos impostos e taxas cobradas bem como aos benefícios fiscais, o Quadro 9.5 apresenta resultados ligeiramente negativa, abaixo da Média de 3. A Média de pontuação dos níveis de impostos e taxas cobradas pelo Estado é de 2,93 pontos (Desvio Padrão de 1,172) A Média dos Incentivos e benefícios fiscais aos investidores nacionais é de 2,84 pontos (Desvio Padrão 1,116) e a Média dos Incentivos e benefícios fiscais aos investidores estrangeiros é de 3,43 (Desvio Padrão de 0,891).

Quadro 9.5. - Impostos e incentivos

		MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Q14.4.	Os níveis de imposto e taxas cobradas pelo Estado	2,93	1,172
Q14.5.	Os Incentivos e benefícios fiscais aos investidores nacionais	2,84	1,116
Q14.6	Os Incentivos e benefícios fiscais aos investidores estrangeiros.	3,43	,891

9.4. Itens sobre a relação entre os sector público e o sector privado

Quanto às questões referentes à relação dos poderes públicos e o setor privado, os empresários fazem uma avaliação cuja Média fica ligeiramente abaixo dos 3 pontos da escala. Ou seja, uma avaliação insatisfatória

- Avaliação da relação entre o poder público e o setor privado do turismo 2,95 (Desvio Padrão 0,986)
- Avaliação da burocracia que prejudica o setor privado do turismo 2,83 (Desvio Padrão de 0,942)
- Nível de atendimento, o tempo de resposta a demandas por parte de empresários do setor na administração pública é de 2,83 (Desvio Padrão 0,951).

Quadro 9.6. - relação do sector público com o sector privado

		MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Q14.7.	Avaliação da relação entre o poder público e o setor privado do turismo	2,95	,986
Q14.8.	Ambiente de cooperação entre o governo, os seus departamentos e as câmaras municipais	2,89	1,054
Q15.1	Nível de atendimento, o tempo de resposta a demandas por parte de empresários do setor na administração pública.	2,83	,951

9.5. - Itens sobre marketing

Neste grupo de questões, elencamos os fatores concernentes ao marketing do destino, isto é, tópicos sobre o plano de marketing, marca, promoção, segmentação e posicionamento bem como produtos e preço. A avaliação é positiva em relação aos seguintes itens:

- Em relação à Implementação do plano de marketing do destino Cabo Verde os empresários fazem uma avaliação positiva com uma Média de 3,25 pontos (Desvio Padrão de 0,877);
- Quanto à Promoção do destino Cabo Verde a avaliação é satisfatória com Média de 3,50 (Desvio Padrão de 0,836);
- No que concerne à marca e o logotipo escolhidos para o destino Cabo Verde', a avaliação por parte dos empresários é positiva, com uma Média de 3,76 pontos (Desvio Padrão de 0,803);
- O mesmo quanto à participação das entidades públicas nas feiras e encontros internacionais de promoção do turismo com uma Média de 3,12 (Desvio Padrão de 1,057).

- Por fim, o item sobre abordagens junto dos mercados emissores de turistas, com uma Média de 3,16 pontos (Desvio Padrão de 0,833), é positivo.

Todavia a avaliação é negativa quanto aos itens como:

- Políticas públicas para melhorar os produtos turísticos, designadamente a gestão dos atrativos/recursos com uma Média de 2,76 (Desvio Padrão de 1,045);
- Estratégia política para reduzir o preço do destino Cabo Verde com uma Média 2,70 pontos (Desvio Padrão de 1,059);
- Política de comunicação do Governo para a promoção do destino Cabo Verde com uma Média de 2,86 pontos (Desvio Padrão de 1,063);
- Política visando o aumento dos gastos dos turistas com uma Média 2,90 (Desvio Padrão de 0,966).

Quadro 9.7. - Marketing do turismo

		MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Q15.2.	Avaliação dos seguintes tópicos: Implementação do plano de marketing do destino Cabo Verde.	3,25	,836
Q15.3.	Promoção do destino Cabo Verde.	3,76	,803
Q15.4	A participação das entidades públicas nas feiras e encontros internacionais de promoção do turismo.	3,12	,833
Q15.5	Abordagens junto dos mercados emissores de turistas.	3,16	,951
Q15.6	Políticas públicas para melhorar os produtos turísticos, designadamente a gestão dos atrativos/recursos	2,76	1,045
Q15.7	Estratégia política para reduzir o preço do destino Cabo Verde	2,70	1,059
Q15.8	Política de comunicação do Governo para a promoção do destino Cabo Verde	2,86	1,063
Q15.9	Avaliação dos seguintes itens em relação ao apoio às estratégias de competitividade: Desenvolvimento de uma forte imagem do destino	3,23	,821
Q16.1	Melhoria dos gastos dos turistas	2,90	,966
Q16.2	Uso dos recursos naturais	2,90	,904
Q16.3	Promoção da responsabilidade Ética perante o ambiente natural	3,09	,872
Q16.4	Aumento do tempo de estadia dos turistas	3,75	,734
Q16.5	Considerações ambientais no marketing do turismo	3,28	,895

9.6. Factores e recursos de suporte

Aborda-se de seguida, a avaliação em relação ao conjunto de itens que se enquadram nos ‘Factores e Recursos de Suporte’, destacando-se os itens sobre infraestruturas e sobre recursos facilitadores.

9.6.1. Itens sobre infraestruturas

No que concerne às infraestruturas, selecionam-se os itens ou fatores sobre a qualidade das estradas, aeroporto, sistema de telecomunicações, fornecimento de eletricidade, água e saneamento. Conforme o Quadro 9.8, a avaliação que os empresários fazem do conjunto dos fatores relacionados com as infraestruturas ficam abaixo do ponto 3 na escala de 5 pontos de Likert.

O Item sobre a qualidade das redes de estradas recebeu uma avaliação com uma Média de 2,39 pontos, abaixo da pontuação 3 da escala (Desvio Padrão de 1,065). Significando uma avaliação negativa sobre esse item. A avaliação é claramente negativa na Ilha da Boavista com uma Média de 1,64 enquanto a dos empresários do Sal é de 2,92 pontos muito próximo da Média de 3 pontos.

Do mesmo modo, a qualidade do sistema de telecomunicações (rede móvel, fixo e internet) obteve uma pontuação Média de 2,96 pontos (Desvio Padrão de 0,974). A avaliação na Boavista com uma Média de 2,06 e no Sal 2,89. Os empresários não estão satisfeitos com os serviços de telecomunicações.

É igualmente negativa a avaliação que os empresários fazem da qualidade de fornecimento de eletricidade, água e saneamento com uma Média 2,66 pontos. (Desvio Padrão de 0,941) . A opinião dos empreendimentos na ilha do Sal é ligeiramente superior com uma Média de 2,79 e na Boavista de 2,48.

A Qualidade das infraestruturas aeroportuárias com 3,61 pontos (Desvio Padrão de 0,828) é o único fator no grupo das infraestruturas que recebe uma avaliação claramente boa. No Sal com uma Média de 3,75 e, na da Boavista (Média de 3,42). Em ambas as ilhas a avaliação das infraestruturas aeroportuárias é satisfatória.

Quadro 9.8. - Avaliação dos itens relativos às infraestruturas

		MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Q10.1.	Qualidade de rede de estradas nesta ilha	2,39	1,065
Q10.2.	Da qualidade de equipamentos e infraestruturas adequadas no aeroporto para receber os turistas	3,61	,828
Q10.3.	Da qualidade do sistema de telecomunicações (rede móvel, fixo e internet)	2,96	,974
Q10.4.	Da qualidade de fornecimento de eletricidade, água e saneamento.	2,66	,941
Q11.1.	Avaliação dos seguintes itens: Formação de trabalhadores para o setor turístico	3,43	,760

No que concerne ao desenvolvimento dos recursos humanos, o setor privado do turismo apresenta uma avaliação positiva com Média superior a 3,43 pontos (de 5 na escala de Likert). O mesmo quanto à educação e formação de trabalhadores, cuja a Média é de 3,43 pontos (Desvio Padrão de 0,760)

9.6.2 – Itens sobre recursos facilitadores

No Quadro 9.9, são apresentados os resultados da avaliação dos empresários sobre as questões incluídas nos grupo dos recursos facilitadores. Os dados indicam que a avaliação dos empresários sobre o item ‘facilidade e custos do visto de entrada de turistas no país’ tem uma Média de 3,36 pontos (Desvio Padrão de 0,901) e a ‘atitude dos agentes da polícia de fronteira’ uma Média de 3,40 pontos (Desvio Padrão de 0,810). Os resultados são similares tanto no Sal como na Boavista. No Sal, uma avaliação de 3,36 e na Boavista de 3,46 para os custos de entrada e 3,43 e 3,26 respetivamente para atitude da polícia de fronteira, o que significa que os empresários estão satisfeitos em relação a esses itens.

Quadro 9.9. -Avaliação dos recursos facilitadores

		MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Q11.2.	Facilidade e custos do visto de entrada de turistas no país	3,40	,810
Q11.3.	Atitude dos agentes da polícia de fronteira	3,61	,828

9.7 – Itens sobre sustentabilidade ambiental e social

O setor privado do turismo foi questionado sobre vários itens concernentes à sustentabilidade ambiental e social do turismo nas ilhas do Sal e Boavista. As respostas enquadradas na escala de Likert de 1 a 5 indicam as seguintes Médias das avaliações.

Em relação à sustentabilidade ambiental, no geral, a Média das respostas é 2,95 (Desvio Padrão de 0,842), muito próximo da Média dos 3 pontos.

A avaliação que se faz das políticas de sustentabilidade ambiental implementadas pelo Governo é de 2,80 (Desvio Padrão de 0,976); a Média da avaliação das medidas que evitem impactos ambientais negativos por parte de comportamento dos turistas é de 2,99. (Desvio Padrão de 0,958); Quanto ao desenvolvimento do projeto do Governo que cria áreas protegidas e parques Naturais, a Média de pontuação é de 2,95 (Desvio Padrão é de 0,952).

No que concerne à avaliação dos impactos sociais negativos do turismo na ilha (tráfico de droga, prostituição, abuso do álcool, assalto, vandalismo, etc.) a Média é de 2,11 (Desvio Padrão de 0,916) significando uma avaliação negativa.

A Média da avaliação em relação ao item estética das ruas, saneamento e iluminação pública é de 2,66 pontos (Desvio Padrão de 1,125); quanto ao ordenamento do território e urbanização, a Média da avaliação é de 2,9 (Desvio Padrão de 0,931).

A Média da avaliação referente à capacidade de carga do destino, isto é, como avalia a percepção do destino estar superlotado ou não, é de 3,24 (Desvio Padrão de 0,900) significando uma avaliação satisfatória. O mesmo em relação à Média de avaliação do setor privado em relação ao nível de tolerância dos residentes em relação aos turistas que é de 3,41 (Desvio Padrão de 0,870).

Pode-se concluir que os operadores privados fazem uma avaliação ligeiramente negativa (embora próxima dos 3 pontos) em relação à sustentabilidade ambiental. Em relação à sustentabilidade social, a avaliação é também insatisfatória. A avaliação é apenas positiva quanto a itens como capacidade de carga e níveis de tolerância dos residentes em relação aos turistas.

Quadro 9.10. - itens sobre sustentabilidade

	Itens sobre sustentabilidade	Média	Desvio Padrão
Q15.2	Avaliação em relação a sustentabilidade ambiental e social do destino: Impacto ambiental sobre os recursos naturais	2,95	,842
Q15.3	Políticas de sustentabilidade ambiental implementadas pelo Governo	2,99	,952
Q15.4	Medidas que evitem impactos ambientais negativos por parte de comportamento dos turistas	2,99	,958
Q15.5	Desenvolvimento do projeto do Governo que cria áreas Protegidas e Parques Naturais	2,95	,952
Q15.6	Capacidade de carga do destino, isto é, como avalia a perceção do destino estar superlotado ou não	3,24	,900
Q15.7	Como avalia os impactos sociais negativos do turismo aqui a ilha (tráfico de droga, prostituição, abuso do álcool, assalto, vandalismo, etc.)	2,11	,916
Q15.8	Nível de tolerância dos residentes em relação aos turistas	3,41	,870
Q15.9	Ordenamento do território e urbanização	2,98	,931
Q16	Estética das ruas, saneamento e iluminação pública	2,66	1,125

9.8 - Itens sobre Segurança e saúde (Safety & security)

A segurança do destino (*safety/security*) refere-se à tranquilidade física das pessoas e seus bens bem como acesso à saúde, sobretudo, nos casos de emergência. Trata-se um ‘qualifying fator’ na terminologia de Ritchie e Crouch (2003). O Quadro 9.11 indica que a Média da avaliação relativa à segurança no sentido de segurança física de pessoas e património é 2,80 pontos, inferior a 3 pontos na escala de Likert.

Por outro lado, a Média da avaliação dos empresários do turismo sobre qualidade de acesso aos cuidados de saúde em caso de emergência é de 2,04. (Desvio Padrão de 0,876). A situação é menos pior no Sal com 2,36 do que na Ilha da Boavista (1,5).

Os resultados indicam que a opinião dos empresários sobre o item da *safety/security* é negativa. Ou seja, os empresários do turismo estão insatisfeitos com as políticas públicas em relação a segurança e á saúde.

Quadro 9.11. - itens sobre security & safety

	Item	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Q16.1.	Da qualidade de acesso aos cuidados de saúde em caso de emergência	2,04	,876
Q16.2.	Segurança no destino tendo em conta as estatísticas dos assaltos e a perceção de segurança	2,80	1,001

9.9 – Comparação com destinos similares e concorrentes

No que concerne ao posicionamento do destino em comparação com destinos concorrentes, foram selecionados dois itens sobre o posicionamento e o preço em comparação com destinos concorrentes.

Concretamente, a Média de avaliação do setor privado em relação ao preço do destino Cabo Verde em comparação com os destinos concorrentes é de 3,12 (Desvio Padrão de 0,914) significando uma perceção satisfatória. Todavia, quanto ao posicionamento do destino face aos destinos concorrentes, a avaliação é negativa com uma Média de 2,54, (Desvio Padrão de 1,014). Assim, os empreendimentos fazem uma avaliação positiva em relação ao preço e negativa em relação ao posicionamento do destino face aos concorrentes.

Quadro 9.12. - Benchmarking com destinos similares

	Item sobre a avaliação em comparação com destinos concorrentes	Média	Desvio Padrão
Q16.3.	O preço no destino/ilhas	3,12	,914
Q16.4.	O posicionamento do destino face aos destinos concorrentes	2,54	1,014

9.10 - Satisfação dos turistas

A satisfação dos turistas constitui - juntamente com o bem estar da comunidade e rentabilidade económica - um dos elementos da competitividade de um destino turístico. O resultado da Média das respostas é 3,56 pontos (Desvio Padrão de 0,705) significando que o setor privado tem a perceção de que o nível de satisfação geral dos turísticas em relação ao destino Cabo Verde é satisfatório.

Quadro 9.13. - satisfação dos turistas

	Item	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Q16.4.	Nível de satisfação dos turistas aqui na ilha	3,56	,705

CAPÍTULO 10 – RESULTADO DA SÍNTESE DAS OPINIÕES E PERCEPÇÕES DO PAINEL DE ESPECIALISTAS

Do conjunto das respostas emitidas no quadro das entrevistas ao painel de 20 especialistas, fez-se, através da análise temática, uma selecção e apresentação de uma síntese de opiniões e percepções. Não importa o número ou a percentagem de opiniões positivas ou negativas. Mas apenas a relevância e a qualidade da opinião. Por isso, será normal a selecção de mais tópicos concernentes a problemas e constrangimentos do que a elogios ou referências positivas.

Por uma questão de confidencialidade, os nomes das personalidades foram substituídos por letras. Assim serão feitas as citações das opiniões mais relevantes com a indicação, das letras correspondentes às personalidades, no fim da citação

Por uma questão de organização, os resultados são apresentados por ordem dos itens e questões de políticas públicas.

10.1. Análise do quadro regulatório & institucional , planeamento, gestão e monitoramento do destino

Do conjunto das opiniões e percepções apresentadas, apresenta-se a síntese de algumas opiniões consideradas relevantes.

Apesar do trabalho realizado, sobretudo na fase inicial, são apontadas, actualmente, várias falhas institucionais e a performance das entidades públicas, como Cabo Verde Investimento, Direcção Geral do Turismo, que possuem fraco desempenho em virtude de deficiências técnicas e de orientação política. Em termos práticos, nota-se uma grande deficiência em termos de gestão do destino e de política de regulação e fiscalização das actividades turísticas.

A gestão do turismo é realizada por uma multiplicidade de instituições públicas que, não dialogando entre si, muitas vezes concorrem entre si, á procura de protagonismos provocando sobreposição de competências. Nota-se uma desresponsabilização das instituições no tratamento de dossiers apresentados pelos investidores privados. Conforme um elemento do painel: *‘Muitas vezes esses empreendedores estão expostos a uma dinâmica de ping pong entre essas diversas instituições públicas, o que faz alongar os processos em curso’ (A).*

Na mesma linha, destaque-se a opinião de uma outra personalidade do painel:

‘Se olharmos para os resultados, globalmente as entidades públicas relacionadas com o turismo (como a DGT, a DG do Ambiente, etc...) poderiam estar já num outro patamar. As fragilidades a nível de formulação de políticas públicas, regulação, certificação, fiscalização, exercício de poder sancionatório parecem corroborar esta avaliação. Mesmo a nível de resultados e impacto concreto, se olharmos para os desequilíbrios territoriais e sociais (como na ilha do Sal e na Boavista), de rendimento e outros, podemos facilmente concluir que as entidades públicas relacionadas com o setor do turismo não terão cumprido eficazmente a sua missão ao longo dos sucessivos governos’ (B).

Existe a ideia de que, apesar do esforço de simplificar os procedimentos; *mas a impressão que se tem é que falta um sentido global, uma abordagem sistémica dos processos e procedimentos’.* (B)

No que concerne ao planeamento e monitorização, o problema não concerne à elaboração dos instrumentos de planeamento como os planos estratégicos, mas sim quanto à ausência de foco e disciplina na sua implementação e monitoramento.

‘Apesar de ter existido um Plano Estratégico do Turismo, este não foi assumido estrategicamente com coerência, foco e disciplina em torno de princípios e opções de políticas claramente definidas’(...) Nenhum Governo até agora geriu efetivamente o turismo como um negócio. o turismo vem acontecendo apenas, passivamente, sem um sentido estratégico – e disciplinado’.(H)

Existe a opinião de que os planos traçam linhas de orientação muito genéricas não havendo a standardização de procedimentos, o que faz com que a administração pública tenha pesos e medidas diferentes para diferentes empreendedores *‘o que pode colocar em risco o princípio da transparência permitindo que interesses particulares possam sobrepor-se a interesses gerais.’* (L).

No que concerne ao monitoramento, pode-se concluir que não existem mecanismo de acompanhamento dos planos ou de qualquer medida ou política pública. Nem existe um organismo como um observatório para acompanhar essas medidas do sector do turismo.:

‘Salvo o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo INE (tanto a nível de estatísticas do setor quanto a nível de Conta Satélite do Turismo), o monitoramento do setor precisa ser ainda melhorado, para incorporar vários aspetos importantes do turismo como por exemplo, o market intelligence (monitoramento de mercados emissores e de concorrentes). São monitorizados os fluxos e outros indicadores, mas, por exemplo, a monitorização de implementação de planos e seus impactos é extremamente deficiente ou inexistente.’(M)

Quanto ao Quadro Regulatório & Institucional, das respostas dadas, pode-se sintetizar que o quadro institucional tem sido, no decurso dos anos, volátil com excessos de mudanças ao nível do nome de ministérios, de entidades técnicas e mesmo ao nível de substituição de ministros, situação que não tem permitido a consolidação institucional do ministério e das diversas direções gerais ou institutos.

O actual quadro regulatório e institucional está incompleto, desatualizado e instável. *‘Existem legislações importantes que não foram atualizadas e outras que não foram regulamentadas. Existem várias deficiências ao nível da regulação e fiscalização de actividades críticas’(A).*

Releve-se a opinião segundo a qual *‘existe uma excessiva ministerialização das decisões técnicas (O Sr Ministro é que decide) fragilizando e não permitindo a consolidação das direções gerais e institutos ligados ao turismo’ (B).*

10.2. Análise da relação entre os poderes públicos e sector privado

O destino turístico Cabo Verde, apesar do crescimento verificado na última década, não tem funcionado como um sistema em virtude do deficiente ambiente de diálogo entre o sector público e privado bem como da excessiva burocracia que perturbam o andamento dos processos e dossiês dos empresários do turismo, sejam nacionais ou internacionais. As relações entre os empresários e administração pública não são estandardizadas em procedimentos, o que provoca incertezas e subjetivismos. Este relacionamento deficiente tem prejudicado a gestão do destino turístico a vários níveis.

Por outro lado, foi referido que existe uma dualidade de critério da relação do Estado com os grupos internacionais e os privados nacionais.

‘A relação entre o Estado e os privados tem sido marcada por duas tendências:

- a primeira, um desequilíbrio da posição negocial do Estado nas suas relações com os grandes investidores externos (facto que, aliás, o próprio Banco Mundial já chamou a atenção), o que não tem permitido uma gestão pró-ativa das políticas, e dos processos de decisão, dos mecanismos de seguimento e avaliação e do exercício de poder sancionatório;*
- segunda, um desequilíbrio da posição negocial do setor privado nacional nas suas relações com o Estado – muito por conta, também, das fragilidades do próprio tecido empresarial nacional e das suas entidades de representação. Este duplo desequilíbrio afeta os processos de decisão (quanto ao sentido e celeridade), a natureza das contrapartidas negociadas, a previsão/gestão das externalidades negativas do turismo, o grau de participação do setor privado no setor do turismo, o grau de internalização dos benefícios do turismo, o efeito multiplicador do turismo na economia local, etc’ (M).*

10.3. Análise do marketing e promoção do destino

Conforme a síntese das respostas, foram elaborados planos de marketing/ promoção e realizadas várias iniciativas pelos privados e pelo governo, como por exemplo, a participação em feiras internacionais e outras ações promocionais. O problema coloca-se ao nível da implementação do plano em termos de posicionamento, segmentação dos turistas e da realização de ações isoladas sem um fio condutor.

‘O Estado de Cabo Verde nunca implementou uma estratégia de marketing do destino, com uma segmentação tecnicamente sustentada, um posicionamento claro e assumido por todos, uma política de marketing coerente e disciplinado. Este, quando realizado, foi por parte de operadores privados que, naturalmente, priorizam o posicionamento e o marketing-mix que convém aos seus negócios. Há claramente um vazio a nível de promoção institucional do destino, uma falta de visão, de pensamento estratégico, de disciplina e coerência entre a segmentação, o posicionamento, o marketing-mix definido e as macro e micro decisões relativas ao setor (...). As decisões supostamente para promoverem o destino Cabo Verde, são muitas vezes incoerentes/inconsistentes,

sem um fio condutor claramente percebido por todos os atores relevantes, ineficientes e ineficazes quanto à relação entre recursos e resultados (P).

10.4. Análise das Infraestruturas aeroportuárias, estradas, telecomunicações, água, electricidade, e educação/formação.

Segundo a síntese das respostas dos entrevistados, pode-se concluir que o destino turístico Cabo Verde, (particularmente, as ilhas do Sal e Boavista) está bem em termos das infraestruturas aeroportuárias, em razão do bom funcionamento dos quatro aeroportos internacionais. Os constrangimentos e as deficiências colocam-se quanto aos outros itens, como água e electricidade, telecomunicações e estradas.

Apesar de investimentos e da aposta nas energias renováveis ainda persistem grandes constrangimentos ao nível de produção de água e electricidade ao nível nacional e das duas ilhas. *‘Mas o problema maior concerne aos custos elevados da venda de electricidade e água tanto para o consumo das famílias como para a indústria hoteleira’ (H).* Os preços elevados dessas comodidades contribuem para afetar negativamente a competitividade da indústria porque representam um peso importante nas estruturas de custos dos empreendimentos turísticos.

Apesar de investimentos realizados em asfaltagem de estradas em várias ilhas, o problema que se coloca ao nível nacional e, com mais acuidade ainda na Ilha da Boavista, tem a ver com as carências em termos de infraestruturas rodoviárias. No Sal, o problema coloca-se mais ao nível da manutenção das estradas. De todo o modo, tendo em conta a orografia das ilhas e a dispersão das localidades, persistem vários constrangimentos ao nível das infraestruturas rodoviárias.

Quanto à educação e formação, a situação evoluiu positivamente com impacto na melhoria da qualificação e formação profissional dos cabo-verdianos para o turismo. Segundo um entrevistado do painel *‘começa a ser satisfatório tendo em conta os esforços na formação para o turismo’ (...)* *A escola de hotelaria e turismo tem fornecido jovens para os empregos na hotelaria’ (X).* O problema concerne mais à deficiência de mão de obra qualificada para postos de direcção, que por sinal, são ocupados por colaboradores internacionais.

10.5. Análise da Segurança e saúde (safety and security) do destino

Sintetizando as opiniões dos entrevistados, Cabo Verde é um destino turístico seguro tendo em conta a estabilidade política e social e, pelo facto dos turistas não serem vítimas de atos de criminalidade, mesmo da pequena criminalidade contra pessoas e património. Todavia, regista-se um incremento preocupante de casos ao nível da pequena criminalidade por parte de jovens delinquentes. Esse problema tem causado receios aos operadores turísticos.

‘A segurança (ou perceção de segurança) é um recurso extremamente importante para o marketing do destino. Até agora, apesar de uma ou outra ocorrência que muitas vezes acaba por ter uma perceção desproporcional, não penso que este tenha sido ou seja um problema crítico. Cabo Verde é percebido como um país seguro’(N).

Apenas um entrevistado do painel levantou a questão sobre o risco da possibilidade de Cabo Verde servir de palco de violência importada (atos de terrorismo contra cidadãos de outros países no território nacional). *Este é um cenário, a meu ver, bastante preocupante e que deve exigir uma atenção especial por parte das autoridades (S).*

Em relação à Saúde, constata-se a deficiente capacidade de prestação de serviços médicos para a população, no geral e, também para os turistas. Cabo Verde, designadamente, as ilhas do Sal e Boavista, não estão preparadas para corresponder aos desafios de turismo ao nível sanitário e, mais concretamente, em termos de emergências médicas que é relevante para o turismo, sobretudo no que concerne ao segmento da terceira idade.

‘Tendo em conta o nível de desenvolvimento de Cabo Verde, as capacidades de prestação de serviços de saúde deixam muito a desejar, sobretudo ao nível das emergências, em virtude das deficiências em infraestruturas hospitalares, equipamentos bem como de grande deficiência em termos de recursos humanos, designadamente de especialistas’(G).

10.6. Análise da Sustentabilidade ambiental e social e as externalidades negativas sobre as comunidades

Os especialistas do painel reconhecem que existe um quadro de protecção ambiental que se faz ao nível das Áreas Protegidas que ocupam 10% do território nacional, designadamente, as zonas costeiras das ilhas turísticas. Por outro lado, são realizadas diversas iniciativas para a preservação das espécies em extinção, sendo de destacar, por exemplo, a campanha de protecção das tartarugas marinhas. Os projectos de investimento no turismo são objecto de estudos de impacto ambiental para efeitos de aprovação.

Todavia, através da opinião do painel, pode-se concluir que se regista também em Cabo Verde esse tal fosso entre a teoria e a prática da sustentabilidade porquanto nem sempre são respeitadas as determinações legais. É verdade que os investimentos nas zonas costeiras necessariamente causam os seus impactos negativos no ambiente. Por isso, alerta-se para a necessidade de uma maior atenção às ilhas do Sal e Boavista alvo de grandes investimentos em termos de construção de resorts e hotéis, sob pena de prejudicar o ciclo de desenvolvimento do destino turístico.

Por outro lado, o painel destaca a deficiência das medidas de política dos poderes públicos em relação à sustentabilidade social. Como consequência, registou-se uma proliferação de bairros de lata onde centenas de trabalhadores do turismo nas ilhas do Sal e Boavista vivem. Ao que se acrescentam os problemas relacionados com o aumento da criminalidade, da prostituição, do tráfico e consumo de drogas e de crianças na rua.

No que concerne aos impactos do turismo, existem dois lados da moeda. No sentido positivo destaca-se o aumento das receitas para o Estado, a geração de empregos, rendimentos para as famílias e a redução da pobreza. As opiniões são unânimes em como o impacto do turismo é bastante reduzido em outras áreas tendo em conta vários constrangimentos que impedem a comunidade de tirar mais vantagens das oportunidades resultantes do turismo, conforme a opinião de um elemento do painel:

‘O turismo baseado em praias e concentrado nas ilhas do Sal e Boavista, operada essencialmente por grandes players mundiais do turismo, que pagam baixos salários e detém total poder de barganha é um sinal de que o país não está a trilhar uma linha

sustentável para o desenvolvimento do destino pelo que esta situação não pode ser ignorada”(...) O Turismo não pode ser visto como um fim em si. Mas sim um instrumento ao servir do bem estar da população cabo-verdiana’(F).

Em relação à diversificação da oferta turística, um integrante do painel tem a seguinte opinião:

‘Os decisores políticos e empresários devem trabalhar para desbloquear o desenvolvimento do turismo fora do eixo Sal e Boavista, para podermos, efetivamente, caminhar para a diversificação do turismo para as ilhas mais populosas e que oferecem outras condições para o turismo de natureza ou baseada em ativos culturais (...) Apesar dos discursos, a realidade é que não existe o turismo fora do all inclusive e nem estratégias específicas para o desenvolvimento do turismo em ilhas como a Fogo, Santo Antão, Santiago, São Vicente, Brava e São Nicolau’(B).

10.7. Análise do nível de satisfação dos turistas

A percepção geral dos entrevistados do painel vai no sentido de que os turistas estão satisfeitos com as suas experiências de férias em Cabo Verde. Aliás, o crescimento dos investimentos na oferta e da procura internacional é um sinal da satisfação dos visitantes. Um elemento do painel pensa que há a *‘sensação genérica que é satisfatória, apesar das deficiências do destino como falta de ócio e algumas vulnerabilidades na saúde e segurança’ (F).*

CAPÍTULO 11 – DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

11.1 – Introdução

Neste capítulo, apresenta-se a síntese da discussão dos achados das três pesquisas empíricas, sendo de destacar os pontos de convergência e divergência entre elas e, sua relação com a revisão da literatura. Importa, pois concluir se o destino turístico Cabo Verde está no bom caminho ou não, e o que é que os poderes públicos têm feito corretamente, ou não.

Os resultados das pesquisas empíricas estão na linha do corpo de conhecimento da revisão da literatura quanto a :

- importância do funcionamento de um destino como um sistema em que todos os elementos devem estar em harmonia;
- especificidade das ilhas de reduzida dimensão, fracas institucionalmente e vulneráveis do ponto de vista ambiental e social;
- papel de liderança do sector público, especialmente nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, que deve ser mais forte para incrementar os benefícios e mitigar os impactos negativos e as externalidades negativas sobre a comunidade
- acertada escolha do modelo de competitividade base das questões das pesquisas.

Pode-se afirmar que se denota um alinhamento entre os resultados da revisão bibliográfica com as pesquisas empíricas.

O modelo escolhido, o de Ritchie e Crouch (2003) mostrou-se como o mais adequado para medir a competitividade de um destino turístico porquanto grande parte dos indicadores de competitividade concernem ao sector público.

A escolha da metodologia - incluindo as técnicas de recolha & análise de informação secundária e primária, a partir da opinião e percepção dos empresários do turismo - é o mais recomendado pela literatura e pela prática empírica de diversos estudos similares realizados em vários destinos turístico. Aliás, foram elencados os diversos estudos de avaliação da competitividade com base nas avaliações, opiniões e percepções dos diversos *stakeholders*.

Na parte III, apresentaram-se os resultados das três pesquisas empíricas. Denota-se uma convergência em todos os itens da pesquisa documental e a opiniões do painel de especialistas entrevistados. Igualmente, regista-se uma convergência geral na maior parte do itens entre essas pesquisas qualitativas e o inquérito quantitativo. Em alguns itens, pode-se registar algumas ligeiras divergências. Isto é, quando se aprofundam questões particulares, ocorrem ainda mais algumas divergências. O que nos permite dizer que as pesquisas qualitativas complementam o inquérito. Enquanto o inquérito apresenta a avaliação quantitativa e objectiva referente à opinião dos entrevistados, as pesquisas qualitativas trazem opiniões, interpretações e explicações sobre o como e o porquê.

Ficou demonstrado, tanto na revisão da literatura como nas pesquisas empíricas, que a consecução dos objectivos da competitividade requer um conjunto de passos, abarcando os ativos - naturais e recursos criados (vantagens comparativas) e o processo da transformação dessas vantagens em resultados económicos para o destino turístico (vantagem competitiva). Assim, os atractivos naturais, por si só, não conseguem potenciar o incremento da competitividade turística de forma sustentável. São necessárias outras condições como os investimentos privados na indústria e a acção de liderança do Estado que visam defender o bem comum numa perspectiva de curto, médio e longo prazo, conforme as determinações do desenvolvimento sustentável.

Com efeito, os recursos naturais constituem o ponto de partida, a base para a competitividade do turismo. Sem eles não há turismo, não há fluxos de visitantes. Aliás, o que está na base do arranque do turismo em Cabo Verde são, precisamente, os atractivos naturais, designadamente, a geografia insular, o clima e as extensas praias de areia branca, entre outros. Todavia, para se melhorar a competitividade do destino, essas condições naturais devem ser complementadas com investimentos nos factores que se enquadram nas vantagens competitivas e que são de grande importância para se alavancar a competitividade do destino nas Ilhas.

Apresenta-se assim, com mais pormenor os principais achados e resultados das pesquisas.

11.2. Discussão de resultados

No que concerne ao papel do sector público, importa referir que, no quadro da investigação, as políticas públicas foram abordadas em duas perspetivas. Na parte da revisão da literatura, abordou-se a componente prescritiva sobre o que é que o Estado deve fazer e porquê e, na perspetiva descritiva, sobre o que é que o Estado já fez ou não, em termos de políticas concretas implementadas nos domínios já abordados, como ocorreu nas pesquisas empíricas.

Uma vez que o tema da tese se refere às políticas públicas, o resultado das pesquisas reconheceu o protagonismo do setor público na gestão do destino visando a harmonização dos interesses dos *stakeholders*. Consequentemente, o Estado desenvolve políticas públicas para aumentar os impactos positivos do turismo e reduzir os efeitos negativos que se fazem sentir ao nível ao nível ambiental, económico e social na comunidade; ao mesmo tempo que garante a melhoria do ambiente de negócios para os privados e satisfação do visitante.

Regista-se uma convergência dos resultados da revisão da literatura com as pesquisas empíricas porquanto ficou clara a relevância do papel do setor público em Cabo Verde. A literatura e as Organizações Internacionais defendem o protagonismo dos poderes públicos com adequadas políticas públicas bem como uma forte liderança na criação de um ambiente de participação e de parceria entre o governo, setor privado e comunidade e investimentos em infraestruturas básicas de suporte ao turismo.

Ficou clara a necessidade de uma presença do Estado na gestão do destino turístico, sendo que essa presença tem de ser mais forte, sobretudo nas regiões insulares, para se assegurar a sustentabilidade ambiental e social; o empoderamento da comunidade residente e do sector empresarial endógeno que tem de participar nas oportunidades resultantes da cadeia de valor; a redução da pobreza e proteção das camadas mais vulneráveis. Aliás, autores como [Dwyer & Kim \(2003\)](#) e [Ritchie & Crough \(2003\)](#) destacam a prosperidade da comunidade e o bem estar das populações como base para a competitividade.

Essa intervenção pública é também necessária porquanto o turismo em Cabo Verde é dominado por grandes grupos privados turísticos internacionais que podem procurar a maximização dos lucros de curto prazo não se preocupando com as questões de sustentabilidade. Trata-

se de um arquipélago de ilhas que apresentam várias fragilidades e vulnerabilidades ao nível ambiental e social.

Em relação ao modelo de competitividade mais adequado, foi passada em revista os modelos mais conhecidos, mas escolheu-se o modelo de [Ritchie & Crouch \(2003\)](#) porquanto a maior parte dos atributos e fatores dependem dos poderes públicos, sendo que alguns dependem exclusivamente. O setor público intervém directamente nos mais variados aspetos da competitividade do destino turístico fazendo parte do chamado micro envolvente enquanto um *stakeholder* importante juntamente com a indústria, a comunidade e os turistas. Ao mesmo tempo desempenhando um papel relevante na análise das tendências da macro envolvente (questões políticas, económicas, sociais) e na realização de investimentos em vários itens como as infraestruturas de suporte.

Os resultados das pesquisas empíricas indicam claramente que o poder público tanto nacional como o local em Cabo Verde desempenhou um papel importante no arranque e evolução do turismo. Apesar do dinamismo inicial, a componente institucional não acompanhou de forma adequada a dinâmica do investimento privado e nem acautelou alguns interesses das comunidades permitindo o incremento de externalidades negativas, designadamente ao nível social

Após a discussão das questões gerais em relação às quais denota-se uma convergência de análise entre a revisão da literatura e das pesquisas empíricas, importa pormenorizar os itens ou factores de competitividade abordados no decurso da investigação como a planificação, quadro regulatório, marketing do destino, infraestruturas, segurança, saúde e comparação com destinos similares.

Em relação ao **quadro institucional e regulatório, planeamento, gestão e monitoramento** da competitividade do destino turístico Cabo Verde, os resultados indicam que os poderes públicos investiram no quadro institucional e regulatório e na planificação do destino bem como na gestão e seguimento das medidas. Todos os itens no quadro desses factores obtiveram, no quadro do inquérito, uma avaliação Média superior a 3 pontos, designadamente, quanto ao desempenho do Estado em relação ao destino turístico (Média de 3,12), quadro regulatório (3,31), plano estratégico (3,19), organização do setor turístico e o monitoramento do destino (3,14), instituições ligadas ao turismo (Média superior a 3).

Com efeito, foram elaborados vários documentos de planificação e organização sendo de destacar o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo; foram publicadas um conjunto de legislação para organizar o quadro institucional e regulatório, designadamente, a criação de estruturas de gestão do turismo, criação de zonas especiais para o desenvolvimento de superestruturas turísticas como resorts e hotéis e um pacote de incentivos, entre outros.

Apesar da convergência dos resultados que avaliam positivamente essas medidas de políticas públicas, são apontadas, nas pesquisas qualitativas, várias críticas à atuação dos poderes públicos que não continuaram a investir, como deveria ser, nesses itens no decurso dos últimos anos e, que, essas falhas e constrangimentos afetaram a gestão do destino Cabo Verde, a vários níveis. De entre essas falhas, uma referência para a deficiente capacidade institucional e do quadro regulatório incompleto e desatualizado que precisa ser revisto, fraco desempenho das instituições ligadas ao turismo, deficiente política de regulação e fiscalização das actividades turísticas, falta de foco e disciplina na implementação e monitorização dos planos, entre outras.

Ficou assente que ao nível da planificação, o problema não está no planeamento do turismo ou na elaboração do plano, mas sim na falta de foco na sua implementação bem como na monitorização de resultados e na adoção célere de medidas corretivas. Quanto ao sistema de monitoramento, fez-se uma referência positiva ao trabalho do Instituto Nacional de Estatística na produção de dados estatísticos sobre o turismo e uma crítica sobre a ausência de um observatório para acompanhar a implementação dos planos, a evolução dos mercados emissores e a evolução da oferta, procura e impactos do turismo.

Ou seja, as entidades públicas, conforme a opinião de um elemento do painel de especialistas *‘não têm cumprido eficazmente a sua missão e que nenhum Governo até agora geriu efetivamente o turismo como um negócio’* e que *‘turismo vem acontecendo apenas, passivamente, sem um sentido estratégico e disciplinado’*

Por outro lado, uma referência para a posição insatisfatória de Cabo Verde no ranking CTTI na posição 84, na segunda metade do quadro quanto ao pilar de Enabling Environment (ambiente regulatório, ambiente de negócios, eficiência da resolução dos conflitos).

- Concernente à **relação entre os poderes públicos e o sector privado**, da investigação

emergiu a constatação de que, no quadro de uma gestão competitiva, o destino turístico deve funcionar como um sistema integrado que harmonize os interesses de todos os *stakeholders* do destino..

Assim, o desenvolvimento do destino deve contemplar as expectativas e necessidades desses *stakeholders*, designadamente, do bem estar das comunidades, da acção do sector público na planificação e criação do ambiente de negócio, da infraestruturas de suporte para potenciar a lucratividade e o desenvolvimento da indústria privada que visa satisfazer o ator principal do turismo, que é o visitante.

A presente investigação - na linha do que observa Brito et al (2010) - teve em conta esta visão sistemática do turismo enquanto um todo coerente e organizado, sendo necessária uma relação entre os poderes públicos e as empresas do turismo como elemento essencial numa gestão eficiente de um destino turístico. Ou seja, que esses dois sectores devem trabalhar em articulação como um sistema integrado.

Todavia, os resultados das três pesquisas empíricas apontam claramente que, no destino turístico Cabo Verde, não existe um bom ambiente de diálogo e concertação entre o sector público e privado, em virtude de problemas como excessiva burocracia, subjetivismos, procedimentos não estandardizados, alguma insegurança jurídica. Assim, o destino Cabo Verde não tem funcionado como um sistema.

Concretamente, no quadro do inquérito, os itens - como avaliação da relação entre o poder público e o setor privado do turismo com uma Média de 2,95 e o nível de atendimento, o tempo de resposta a demandas dos empresários por parte do setor na administração pública com uma Média de 2,83 pontos - recebem uma avaliação insatisfatória, por sinal, em sintonia com as pesquisas qualitativas.

- **Quanto ao item do marketing e promoção** - que ocupa um lugar de relevo na gestão do destino e um papel importante na atracção de visitantes num contexto de concorrência cada vez mais intensa - os resultados das pesquisas são coincidentes e satisfatórios na maior parte dos itens, designadamente na planificação, imagem, marca e na promoção do destino. As pes-

quisas reconhecem o trabalho positivo nesse domínio em que foram elaborados planos, iniciativas e ações promocionais e avaliações negativas em relação à gestão dos atractivos/recursos turístico, gastos dos turistas na comunidade e estratégia para a redução o preço do destino.

Por outro lado, as pesquisas qualitativas notam que há uma focalização da promoção do turismo de sol e praia - por sinal, onde existe uma procura crescente- e a secundarização de outros produtos turístico. Razão pela qual aponta-se que o marketing realizado tem beneficiado apenas as ilhas turísticas do Sal e Boavista. Como Cabo Verde é apenas vendido como um destino de sol e praia e, não como um destino diversificado, outros potenciais produtos nas restantes ilhas de Cabo Verde ficam prejudicados.

No ranking da CTTI, Cabo Verde está na posição 69 quanto *Prioritization of Travel & Tourism* que concerne à prioridade que o governo atribui ao turismo nos itens marketing, branding e promoção.

- **A qualidade das infraestruturas** desempenha um papel de suporte na melhoria da acessibilidade e atractividade do destino porquanto sem acessibilidades não pode haver movimentação de fluxos de visitante.

Segundo a síntese das pesquisas, pode-se concluir que o destino turístico Cabo Verde (e, particularmente, no Sal e Boavista) está bem em termos das infraestruturas aeroportuárias tendo em conta o funcionamento satisfatório de quatro aeroportos internacionais. Todavia, os constrangimentos e as deficiências colocam-se em relação aos outros itens como rede de estradas, electricidade e telecomunicações. Veja-se, que por exemplo, no inquérito, a Média de avaliação da qualidade de infraestruturas aeroportuárias é positiva ao passo os valores são negativos para os outros itens.

Observa-se que a posição das pesquisas coincide com o ranking CTTI. Com efeito Cabo Verde está muito bem posicionado em termos de infraestruturas aeroportuárias (posição 46- 1ª parte do quadro) e em 82º lugar em termos de qualidade das infra estruturas terrestres e eficiência dos transportes terrestres, e 91º em termos de TIC (internet mobile network e telefone) e de fornecimento de electricidade.

Cabo Verde tem quatro aeroportos internacionais, sendo que, dois deles estão certificados pelos Estados Unidos da América. A situação é diferente em relação a outros itens sobre infra-estruturas como estradas, electricidade e água e telecomunicações é insatisfatória. As ilhas turísticas, sobretudo a ilha de Boavista, carecem de mais estradas com qualidade para facilitar a circulação dos residentes e visitantes. As telecomunicações, como internet, ainda não possuem bandas suficientemente largas para satisfazer, por exemplo, as necessidades dos utentes internacionais, como é o caso dos turistas europeus. Há um grande *deficit* de produção e o fornecimento de electricidade e água com custos elevados. O preço excessivo da electricidade e da água é dos mais elevados ao nível mundial, o que faz aumentar os custos operacionais e, assim reduzir competitividade.

No que concerne à alguns fatores facilitadores como facilidade de entrada, custo do visto e atitude dos agentes da polícia de fronteira, regista-se uma convergência entre a parte teórica e os resultados das pesquisas tendo em conta a importância da acessibilidade de visitantes. Em Cabo Verde, entrar e sair nas fronteiras é um processo normal não se registrando grandes incómodos. O preço do visto, na ordem dos 25 Euros, e normalmente pago no quadro do pacote turístico, não representa qualquer constrangimento para os visitantes. Uma vez que a maior parte dos turistas viajam em grupo no quadro de pacotes turísticos e geridos por operadores turísticos internacionais, não se registam atrasos nas fronteiras dos aeroportos. Igualmente, os outros serviços na fronteiras funcionam normalmente.

OBS: Importa informar que o governo de Cabo Verde já decidiu isentar de vistos a cidadãos da União Europeia, US, Canadá, Brasil e Rússia, entre outros países. Os visitantes da Costa África pertencentes à CEDEAO também são isentos. Essa circunstância pode melhorar ainda mais o ambiente à entrada nas fronteiras.

- **Em relação à educação e formação**, item de grande importância no quadro de prestação de um serviço de qualidade aos visitantes, as pesquisas empíricas reconhecem que a política dos recursos humanos relacionados com o turismo tem sido positiva. Os empresários e os especialistas percebem os recursos humanos na perspectiva do pessoal que trabalha, sobretudo, na hotelaria, que não precisa de altas qualificações. As posições mais baixas, que por sinal, não exigem elevadas qualificações, como empregados de mesa, ajudantes de cozinha e segurança são ocupados por nacionais. Enquanto os cargos de gestão são desempenhados por profissionais internacionais

De facto, registaram-se investimentos importantes, sendo que a principal medida foi a criação da escola de hotelaria e turismo que tem contribuído para a formação dos jovens que são empregados nas estruturas hoteleiras que vão sendo construídas.

Numa perspetiva mais vasta, a qualidade da mão de obra em Cabo Verde é deficiente conforme, o ranking da TTCI, no qual o país ocupa a posição 94 (abaixo da metade do quadro) em termos de educação, formação e mercado de trabalho. O que significa uma grande divergência entre a componente teórica e as pesquisas empíricas.

- O modelo de competitividade elege a **segurança (security and safety)**, enquanto segurança dos bens e das pessoas e segurança sanitária como um *'qualifying factor'* por determinarem o sucesso ou insucesso de um destino turístico.

A avaliação do inquérito é insatisfatória porquanto, nos últimos 20 anos, a criminalidade em Cabo Verde tem crescido de forma significativa sem que as autoridades policiais ou judiciais apresentem políticas para a estancar. Cabo Verde está a correr o risco de deixar de ser aquele país totalmente tranquilo em virtude do surto de pequenos crimes de assaltos cometidos por grupos de jovens delinquentes. Embora a maior parte dos crimes ocorram nas ilhas de Santiago e de São Vicente, os empresários do Sal e Boavista temem que a situação de segurança possa piorar.

Todavia, divergentemente, segundo as pesquisas qualitativas, Cabo Verde é considerado um destino seguro porquanto, normalmente os turistas não são vítimas desses casos de assaltos que mais afectam a comunidade.

Nota-se, assim uma divergência de resultados entre as pesquisas qualitativas e o inquérito. Enquanto as pesquisas qualitativas consideram Cabo Verde como um destino seguro apesar de algumas preocupações, a Média do resultado do inquérito indica uma avaliação negativa.

É crescente a preocupação com o aumento de casos ao nível da pequena criminalidade por parte de jovens delinquentes em todas as ilhas de Cabo Verde, incluindo as ilhas turísticas do Sal e Boavista. Esse problema tem causado receios aos operadores turísticos porquanto a percepção da segurança constitui um recurso importante para o marketing do destino.

Quanto ao **sector saúde**, apesar de investimentos realizados e a melhoria dos principais indicadores como a mortalidade infantil e a esperança de vida, registam-se deficiências ao nível de infraestruturas, equipamentos e especialistas. As pesquisas referem as grandes deficiências quanto à capacidade de prestação de saúde em situações de emergência, o que é de grande relevância para o turismo, sobretudo para o segmento da terceira idade. No caso das ilhas do Sal e Boavista, constata-se a deficiente capacidade de prestação de serviços médicos para a população, no geral e, também para os turistas. O sistema não está preparado para corresponder aos desafios de turismo ao nível sanitário e, mais concretamente, em termos de emergências médicas .

- No quadro da análise dos impactos do turismo nas ilhas, as considerações de **sustentabilidade ambientais e sociais** são de grande importância tendo em conta as fragilidades e vulnerabilidades. Ficou claro na revisão de literatura e nas pesquisas que não se pode incrementar a competitividade a longo prazo de um destino sem uma aposta forte na sustentabilidade. Aliás, as políticas públicas, necessariamente, têm de incluir essas considerações porquanto é imperativo assegurar o desenvolvimento económico social de longo prazo e preservar o ambiente e o equilíbrio social.

O turismo sustentável e competitivo numa perspetiva holística, como ficou claro na revisão da literatura, tem de abarcar considerações várias como a viabilidade económica da indústria, ambiental, a prosperidade e o bem estar da comunidade nível e a satisfação dos visitantes. São questões de uma importância vital porquanto fazem parte do chamado triângulo da sustentabilidade que constitui uma grande prioridade na gestão do destino turístico, dado que sem sustentabilidade não se pode falar de competitividade, a longo prazo, de um destino turístico.

A prosperidade da comunidade constitui um elemento central na competitividade do destino, conforme a revisão da literatura. Os resultados empíricos chamaram a atenção para vários constrangimentos que tem de ser resolvidos sob pena de se colocar em risco o futuro o turismo, sobretudo nas ilhas do Sal e Boavista. Existe em Cabo Verde o fosso entre a teoria e a operacionalização dos princípios da sustentabilidade.

Em relação à sustentabilidade ambiental, o inquérito apresenta uma avaliação insatisfatória em convergência com as pesquisas qualitativas. Entretanto, divergentemente, Cabo Verde é positivamente avaliado no ranking global, ocupando a posição 42 (1ª parte do quadro) no indicador *Environmental Sustainability do ranking da CTTI*

No que concerne mais concretamente à sustentabilidade social, há uma convergência das três pesquisas em como as opiniões são insatisfatórias. Destaque-se, por exemplo, que a Média no inquérito é de 2,11. Apesar do incremento da oferta, procura e dos impactos económicos em termos de geração de empregos e receitas, as políticas públicas não conseguiram reduzir os problemas sociais na comunidade local como tráfego de droga, prostituição, crianças na rua, aumento de casas de lata etc...

- Quanto ao item dos **impactos positivos e externalidades negativas** sobre a comunidade local, constata-se o incremento constante do fluxo de visitantes, da oferta e impactos económicos ao nível de receitas para o estado e geração de empregos para os jovens e também em termos de redução dos níveis de pobreza. Os dados são claros quanto à evolução positiva do turismo na ordem de 8% ao ano, superior à Média mundial, bem como o impacto económico do turismo no PIB que, de 5 % do PIB em 2000 passou para 22% em 2018.

As actividades turísticas, através dos diferentes tipos de multiplicadores, contribuem para aumentar os níveis de empregos e rendimentos, receitas governamentais e produção local. Todos os destinos turísticos devem ser organizados por forma a se aumentar o efeito dos multiplicadores para que os investimentos e gastos do turismo tenham um maior impacto na comunidade. Ou seja que, os abordados efeitos directos, indirectos e induzidos do turismo se expandam por todos os sectores da economia.

Todavia, infelizmente, nas regiões insulares pobres o valor do multiplicador é muito baixo tendo em conta dos níveis altos de vazamentos. De igual modo, as pesquisas mostraram que, em Cabo Verde, o efeito multiplicador do turismo é reduzido sobre a comunidade porquanto, os pequenos empresários não participam em níveis aceitáveis no fornecimento aos hotéis em termos de produtos agrícolas, pesqueiros, artesanato, shopping, entre outros, e que ocorre uma grande vazão pelo facto dos produtos consumidos nos hotéis serem importados.

Pode-se dizer, considerando a revisão da literatura sobre os diferentes multiplicadores, que apenas o multiplicador do impacto sobre o emprego e o multiplicador de receitas para o governo é que apresentam resultados positivos. O multiplicador de rendimentos e o de vendas deixam muito a desejar porquanto os pequenos operadores locais não participam na cadeia de valor de forma satisfatória e não tiram proveito desejado da actividade turística. Em contraste, por exemplo, nas Maurícias 90% dos produtos consumidos são produzidos localmente. Não foram tomadas medidas de políticas públicas para apoiar os pequenos operadores endógenos a se posicionarem e tirar partido das oportunidades de negócios resultantes da cadeia de valor do turismo.

Por outro lado, como foi referido, os poderes públicos não apresentam medidas de política para debelar algumas externalidades sociais negativas nas ilhas turísticas do Sal e Boavista como o crescimento das casas de lata sem saneamento, aumento da prostituição, crianças na rua, etc... Em termos culturais, para além da música (no Sal e Boavista onde já existem dezenas de músicos profissionais que tiram o seu sustento do turismo), regista-se a ausência de uma política de promoção e de apoio aos artistas locais nos outros campos da indústria criativa como artesanato. Um país que recebe centenas de milhares de turistas por ano, não consegue oferecer ao turista um *'souvenir'* *"made in Cabo Verde"*, negócio esse que é dominado por vendedores ambulantes vindos do Senegal.

- Refira-se a importância de se analisar a **posição competitiva de Cabo Verde no contexto dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID)** porquanto a competitividade é um conceito relativo e comparativo pelo que os indicadores de competitividade de um destino turístico devem ser mensurados e analisados também numa perspectiva comparativa em relação aos outros destinos concorrentes, conforme determina a concorrência internacional.

As estatísticas indicam que o turismo é o sector de actividade económico que mais tem crescido no mundo e em todos os continentes. Em virtude dos seus impactos económicos, todos os países estão a desenvolver estratégias para atrair mais fluxos de visitantes. De entre os concorrentes, destacam-se as ilhas que, ao fim e ao cabo, concorrem entre si e que, por isso, também intensificaram os investimentos para incrementar os fluxos turísticos. Assim não se pode deixar de fazer a comparação os níveis de competitividade de Cabo Verde com destinos similares.

Os resultados do inquérito indicam uma avaliação positiva referente ao item *‘comparação com destinos concorrentes: o preço no destino/ilha’* e negativo quanto ao item sobre *‘O posicionamento do destino face aos destinos concorrentes’*. Por outro lado, esses resultados convergem com o ranking de CTTI em que Cabo Verde ocupa o lugar 34^a ao nível global e 1^o lugar no contexto dos PEID quanto ao preço do destino comparado com os concorrente.

Em termos gerais e considerando o quadro comparativo de Cabo Verde em relação a um grupo das regiões insulares, pode-se concluir que o país não consegue melhorar de forma significativa a sua posição nesse ranking de competitividade do turismo. Continua abaixo da segunda metade do quadro global, ocupando a sexta posição no contexto da região da África Subsaariana e no penúltimo lugar, apenas à frente do Haiti, no contexto das pequenas ilhas.

- No que concerne à **satisfação dos turistas** e, uma vez que a presente investigação não abarcou os visitantes, as opiniões dos entrevistados e as informações de outros estudos disponíveis indicam que o nível de satisfação dos turistas é satisfatório. Segundo o inquérito, a Média da avaliação ao item *‘nível de satisfação dos turistas’* é 3,56. As perceções das pesquisas qualitativas bem como artigos científicos publicados que incluíram inquéritos aos turistas apontam para uma avaliação positiva do destino por parte dos turistas. Por exemplo, os resultados das pesquisas empíricas de Lopez-Guzman, Tomas et al (2016) indicam *‘un elevado nivel de satisfacción’* dos turistas devido principalmente, *‘por las playas, la hospitalidad y el clima.’*

- Por fim, uma referência final à **avaliação geral do turismo em Cabo Verde**. O presente estudo comprova que o turismo, de facto, emerge como o setor líder que pode potenciar o processo da transição de uma economia dependente de ajuda externa e remessa dos emigrantes para uma economia baseada no investimento privado tendo o turismo como principal actividade suscetível de contribuir para a inserção dinâmica de Cabo Verde na economia mundial.

Os resultados da investigação reconhecem a evolução positiva do destino Cabo Verde. Mas, as pesquisas qualitativas, ao aprofundarem as análises, detetaram diversos pontos fracos focalizando mais nos diversos aspetos que deveriam ter merecido uma maior atenção dos poderes públicos. Na linha da revisão da literatura, pode-se argumentar que, nos últimos anos, ocorreu o fosso entre o dever ser, o papel que o Estado deveria desempenhar (conclusões da revisão bibliográfica) e o que foi feito, a realidade do destino Cabo Verde apresentada no quadro da pesquisa empírica.

Constatou-se, assim, que, na fase inicial do processo de desenvolvimento do turismo, o governo adotou uma série de medidas estruturantes que fez com que o turismo internacional arrancasse em Cabo Verde através da atração de investidores internacionais, o que provocou uma crescente procura de visitantes. Porém, no decurso dos anos, não se fez o acompanhamento e monitorização adequados. Veja-se que várias dessas medidas necessárias nem acarretam elevados custos financeiros, mas sim custos de organização como o quadro regulatório, capacidade institucional e criação de um ambiente propício de relação com o sector privado.

Assim, persistem alguns problemas que não foram objecto de medidas e soluções, designadamente, deficiente relação entre governo e câmaras municipais das ilhas turísticas, instabilidade institucional e regulatório, ambiente deficiente de relação entre o público e o sector privado do turismo, pouca atenção a questões relevantes como por exemplo em setores como saúde, saneamento, segurança, infraestruturas como água e electricidade, decisões erradas em termos de gestão dos recursos naturais, como a venda de grandes quantidades de terrenos a grupos sem capacidade financeira etc... Bem como pouco empenho dos poderes públicos na amenização das externalidades negativas ao nível social – quais sejam os problemas de habitação, migração, criminalidade, consumo de droga etc. que afeta a comunidade.

Os resultados apresentados afiguram-se como alerta para um conjunto de constrangimentos e pontos fracos ao nível dos poderes públicos que devem ser abordados e resolvidos para que Cabo Verde possa continuar nesse estágio ascendente e evitar entrar na estagnação ou no declínio.

Importa sublinhar como síntese, a seguinte opinião retirada da pesquisa qualitativa junto ao painel de especialistas :

‘É percepção, quase unânime, que ao longo desta última década poder-se-ia estar numa posição superior em termos de competitividade turística. Essa realidade por muitos almejada dependeria de uma escolha acertada das prioridades de ações a desenvolver, designadamente, na qualificação e diversificação do produto turístico nacional, na definição de uma estratégia coerente de promoção do destino e na aposta de uma política de inclusão económica e social’

Por isso, é que emerge a constatação de que o incremento da procura e oferta do turismo nos últimos anos deve-se mais aos atrativos naturais e dinâmica privada do que das políticas públicas e, que Cabo Verde poderia estar numa situação melhor do que a actual no que concerne ao desenvolvimento do turismo. Isto é, conforme (Barbosa et al, 2010), os poderes públicos em Cabo Verde, apesar de concepção de várias medidas estruturantes, apresentaram várias fraquezas institucionais e de liderança ao nível nacional e local que afetaram os níveis adequados de competitividade.

11.3. – Descobertas da investigação

Veja-se de seguida como é que foram respondidas as questões de investigação, questões sobre as quais girou toda a revisão de literatura e as pesquisas, para que se possa concluir sobre a comparação entre o dever ser (dado através da teoria e do modelo de competitividade) e a realidade dos factos e a perceção do setor privado e especialistas do turismo

Pormenorizando e, por uma questão organizativa, apresentam-se os resultados das respostas às questões de investigação destacando as avaliações e opiniões positivas e as negativas ou insatisfatórias.

- *Questão 1 Qual o papel do setor público (enquanto elemento do sistema) na competitividade do turismo?*

O ponto de partida radica na questão do papel e os impactos das políticas públicas e da acção do sector público no sentido de melhorar a competitividade do destino turístico e, concretamente de Cabo Verde. Todas as pesquisas reconhecem o papel relevante do sector público. A questão foi respondida positivamente porquanto regista-se uma convergência de todas as pesquisas sobre a grande relevância do papel do setor público enquanto elemento de liderança do sistema turístico para a competitividade dos destinos turísticos.

- *Questão 2 - Qual é avaliação geral do destino turístico Cabo Verde?*

Em relação avaliação geral que se faz do destino turístico, as três pesquisas apontam para evolução geral positiva do turismo em Cabo Verde tendo em conta o crescimento significativo

da oferta e da procura e os impactos positivos ao nível da geração de receitas para o governo e empregos para a comunidade. De igual modo, existe optimismo e uma expectativa positiva quanto ao futuro do turismo. Recorde-se que, no quadro do inquérito, a média da avaliação geral do destino é de 3,47 e a expectativa futura de 3,57. Assim, pode-se concluir que existe uma avaliação geral positiva bem como uma expectativa positiva e optimismo sobre o futuro do turismo em Cabo Verde. Pelo que, a Questão 2 foi respondida de forma positiva.

- *Questão 3 – Qual é a avaliação geral do impacto das políticas públicas sobre a competitividade do destino Cabo Verde?*

No que concerne a esta questão de avaliação geral, a pontuação do inquérito tem uma média de 2,90, ligeiramente negativa. Os resultados das pesquisas qualitativas também reconhecem várias deficiências ao nível da atuação dos poderes públicos, após a fase inicial do arranque do turismo. Prevalece a opinião de que os poderes públicos não acompanharam da forma mais adequada a evolução do turismo, o que afectou alguns itens de competitividade. Regista-se o fosso entre o dever ser, o papel que o Estado deveria desempenhar (conclusões da revisão bibliográfica) e o que foi feito, a realidade do destino Cabo Verde apresentada no quadro da pesquisa empírica. Em suma, a avaliação geral das políticas públicas é ligeiramente insatisfatória pelo que a Questão 3 foi respondida negativamente.

Quando se faz a análise por factores ou itens de políticas, as avaliações variam de positivas e negativas conforme a análise da política em concreto, como se pode ver de seguida.

- *Questão 4 - Qual a avaliação do impacto das políticas públicas referentes ao planeamento, gestão e monitoramento da competitividade do destino turístico Cabo Verde?*

Quanto a essa questão, os empreendimentos privados, através do inquérito fazem uma avaliação positiva com Média de 3,12 para a avaliação do desempenho do Estado em relação ao destino turístico e de 3,19 para a implementação do plano estratégico. O resultado das pesquisas pesquisa qualitativas confirmam essa avaliação, mas indicam que o problema não está no planeamento do turismo mas sim na falta de foco e disciplina na sua implementação bem como na monitorização de resultados. Em suma, a Questão 4 foi respondida positivamente, embora com várias críticas no quadro das pesquisas qualitativas.

- *Questão 5- Qual é a avaliação do impacto das políticas públicas na construção do quadro regulatório e institucional do destino e, se este quadro satisfaz os requisitos de competitividade em Cabo Verde?*

A avaliação, no quadro do inquérito, é satisfatória para todos os itens: com uma Média de 3,31 pontos em relação ao quadro regulatório, 3,14 para organização do setor turístico e o monitoramento do destino, média superior a 3 para as instituições ligadas ao turismo. As pesquisas qualitativas apontam para um resultado geral positivo, mas assinalam um conjunto de problemas e constrangimentos que afectam o destino Cabo Verde nos últimos anos, em termos de deficiências ao nível da capacidade institucional e do quadro regulatório que se apresenta incompleto e desatualizado. Em síntese, a Questão 5 foi respondida positivamente, apesar dos vários constrangimentos e críticas.

- *Questão 6 - Como tem sido a relação entre os poderes públicos e os empresários do turismo. Será que o destino turístico Cabo Verde está a funcionar como um sistema?*

Convergingo todas as pesquisas, a avaliação é negativa. Segundo o inquérito, a pontuação Média é inferior a 3: a avaliação da relação entre o poder público e o setor privado do turismo com uma Média de 2,95 pontos; Nível de atendimento, o tempo de resposta a demandas por parte de empresários do setor na administração pública com uma Média de 2,83 pontos. O resultado do inquérito apresenta uma posição insatisfatória em todos os itens.

As interpretações das outras pesquisas vão no sentido de que não existe um bom ambiente de diálogo e concertação entre o sector público e privado sobre itens de alta importância para a gestão do turismo e, que por isso, o destino Cabo Verde não tem funcionado como um sistema. Pelo que, a Questão 6 foi respondida negativamente

- *Questão 7 - Qual é a avaliação do impacto das políticas públicas referentes ao marketing e promoção do destino Cabo Verde?*

O marketing do turismo abarca vários itens. O inquérito apresentou avaliação satisfatórias para a maior parte dos itens relevantes com pontuação Média superior a 3 pontos: O item Implementação do plano de marketing do destino Cabo Verde com uma Média de 3,25 pontos; Promoção do destino Cabo Verde com Média de 3,50; marca e o logotipo escolhidos para o

destino Cabo com uma Média de 3,76 pontos; a participação das entidades públicas nas feiras e encontros internacionais de promoção do turismo com uma Média de 3,12; as abordagens junto dos mercados emissores de turistas com Média de 3,16 pontos. As pesquisas qualitativas confirmam essa avaliação satisfatória. Em suma, conclui-se que a Questão 7 foi respondida positivamente.

- *Questão 8 -Qual é a avaliação do impacto das políticas públicas referentes a fatores como a qualidade das infraestruturas*

Esta questão, que abarca vários itens, foi respondida de forma diferenciada.

Em relação qualidade das infraestruturas, a avaliação é considerada positiva por todas pesquisas apenas quanto à qualidade das infraestruturas aeroportuárias bem como em relação aos fatores facilitadores como facilidade de entrada, custo do visto e atitude dos agentes da polícia de fronteira. A pontuação do Inquérito quanto á qualidade das infraestruturas aeroportuárias tem uma Média de 3,61.

Em relação a outros itens a avaliação é insatisfatória. O item sobre a qualidade das redes de estradas com uma Média de 2,39 pontos; a ‘qualidade do sistema de telecomunicações (rede móvel, fixo e internet)’ com uma pontuação Média de 2,96 e qualidade de fornecimento de eletricidade, água e saneamento com uma Média 2,66 pontos. As pesquisas qualitativas confirmam essa avaliação.

Assim, a Questão 8 foi respondida negativamente (excepção às infraestruturas aeroportuárias e factores facilitadores ligados aos aeroportos)

- *Questão 9 – Qual é a avaliação sobre o impacto das políticas públicas referentes aos fatores como a educação e formação?*

A avaliação das políticas de desenvolvimento dos recursos humanos ao nível do inquérito é positiva com uma Média de 3,43 pontos para o item *Formação de trabalhadores para o turismo*. Os empresários entendem que a política de recursos humanos relacionados com o turismo satisfaz. Essa posição corresponde com a interpretação das outras pesquisas qualitativas. Os recursos humanos são percebidos numa perspectiva do pessoal que trabalha, sobretudo, na

hotelaria, que não precisa de altas qualificações. Em suma, a Questão 9 foi respondida positivamente

Questão 10 - Qual é a avaliação sobre o impacto das políticas públicas referentes aos factores como segurança e saúde (safety & security)

Em relação à segurança, a avaliação do inquérito é negativa sendo que a Média da avaliação relativa à segurança no sentido de segurança física de pessoas e património é 2,80 pontos. Este resultado está em sintonia com a evolução dos dados da criminalidade contra pessoas e propriedades. Divergentemente, as pesquisas qualitativas observam que a pequena criminalidade afeta a população local e não os turistas. Apesar de algumas divergência entre o inquérito e as entrevistas, avaliação da questão foi respondida negativamente.

Quanto ao sector saúde, a avaliação de todas as pesquisas é convergentemente negativa tendo em conta as deficiências ao nível de infraestruturas, equipamentos e especialistas bem como às deficiências quanto à capacidade de prestação de saúde em situações de emergência. No quadro do inquérito, a Média da pontuação sobre qualidade de acesso aos cuidados de saúde em caso de emergência é de 2,04. Em suma, a Questão 10 foi respondida negativamente

Questão 11 Qual é a avaliação sobre o impacto das políticas públicas referentes aos factores de sustentabilidade ambiental e social sobre a competitividade do destino em Cabo Verde?

Existe uma convergência de todas as pesquisas empíricas sobre avaliação insatisfatória em relação a vários itens referentes à sustentabilidade ambiental e social. Conforme o inquérito, a Média de pontuação em relação à sustentabilidade ambiental é 2,95; políticas de sustentabilidade ambiental implementadas pelo Governo com uma Média 2,80 ; Medidas que evitem impactos ambientais negativos por parte de comportamento dos turistas é de 2,99; Desenvolvimento do projeto do Governo que cria áreas Protegidas e Parques Naturais, a Média de pontuação é de 2,95; estética das ruas, saneamento e iluminação pública com uma Média 2,66 pontos e ordenamento do território e urbanização com uma a Média 2,9. No que concerne à avaliação dos impactos sociais negativos do turismo na ilha (tráfico de droga, prostituição, abuso do álcool, assalto, vandalismo, etc.) a Média é de 2,11.

Assim, a Questão 11 foi respondida negativamente.

- *Questão 12 - Qual é avaliação da evolução da oferta, procura e seus impactos positivos e externalidades negativas sobre a comunidade local?*

Regista-se uma convergência de avaliação positiva entre as pesquisas e os dados estatísticos sobre o incremento significativo da oferta, procura e dos impactos económicos em termos de geração de empregos e receitas para o Estado.

Todavia, em relação às externalidades negativas sobre a comunidade, denota-se uma grande insatisfação pelo facto de que a comunidade local não participa na cadeia de valor de forma satisfatória e não tira proveito desejado da actividade turística tendo em conta o reduzido efeito multiplicador. Por outro lado, constata-se que os poderes públicos não apresentam medidas de política para debelar algumas externalidades sociais negativas do turismo, como crescimento das casas de lata nas ilhas do Sal e Boavista, aumento da prostituição, aumento de crianças na rua, entre outros. Pelo que a Questão 12 foi avaliada positivamente quanto aos impactos económicos e negativamente em relação às externalidades sobre a comunidade.

- *Questão 13 Qual é a posição competitiva de Cabo Verde no contexto dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID)?*

A avaliação do inquérito é positiva quanto ao item preço do destino/ilha em comparação com destinos concorrentes com uma Média de 3,12 pontos e negativa quanto ao posicionamento do destino face aos destinos similares com uma Média de 2.54.

Todavia, se tivermos em conta o quadro comparativo dos CTTI em relação a um grupo das regiões insulares, Cabo Verde está posicionado na segunda metade do quadro global, no sexto lugar no contexto da região da África Subsaariana e no penúltimo lugar no contexto das pequenas ilhas (apenas à frente do Haiti), pode-se concluir que a Questão 13 foi respondida negativamente, com excepção da componente preço destino ilha.

CAPÍTULO 12 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Após a discussão dos resultados, faz-se o sumário sintético das conclusões do estudo bem como o quadro das recomendações para as políticas públicas, sendo de destacar as contribuições e implicações teóricas e praticas ao nível de gestão do destino turístico. Assim como uma síntese de limitações da investigação, sugestões e pistas para futuras investigações.

12.1. Conclusões

O destino turístico Cabo Verde, no quadro do Ciclo de Vida do Destino de Butler (1980) está na fase inicial, mais concretamente no chamado estágio de *'desenvolvimento'* após ter passado as fases de *'exploração'* e *'implantação'*. Durante esse período inicial, o peso das vantagens comparativas com base nos atractivos e clima foi decisivo. Na sequência da análise das funções e os níveis da intervenção dos poderes públicos em termos de medidas de políticas concebidas e implementadas no decurso desses anos e visando a melhoria da performance competitiva na fase actual de desenvolvimento, a intervenção do estado e a qualidade das políticas públicas ganham cada vez mais relevo.

Na sequência do desenvolvimento das pesquisas, acabou-se por fazer a descrição do processo da criação e desenvolvimento do destino turístico de Cabo Verde, que sempre apresentou um grande potencial de recursos turístico e boa localização geográfica na encruzilhada dos continentes, mas que infelizmente não eram devidamente explorados.

A investigação apresentou essa situação anterior de não aposta do turismo bem como eleição do turismo como sector principal do desenvolvimento, a partir da mudança do paradigma político e económico ocorrida em 1991 na sequência das primeiras eleições livres em Cabo Verde. A partir de então, Cabo Verde, quebrou a corrente de opressão política e económica, e deu o salto natural, abrindo-se ao mundo, iniciando-se assim essa aventura da construção de um destino turístico.

É que anos 70 e 80, o turismo internacional era formalmente declarado como não prioritário, com consequências negativas para o bem estar da população cabo verdiana, na ocasião, rural e que dependia das ajudas externas, da remessa dos emigrantes e dos sectores da agricultura e pescas.

Foi, assim, reconhecida a contribuição das políticas públicas no arranque e no aumento dos fluxos turísticos na sequência de mudanças ocorridas ao nível político e institucional. De entre as medidas impactantes já referidas, o destaque vai para a aprovação do quadro regulatório e legal, a criação zonas específicas para o desenvolvimento do turismo e pela melhoria das acessibilidades através da abertura dos aeroportos internacionais da Praia, Boavista e São Vicente. Os poderes públicos jogam um papel relevante na organização do destino turístico para que possa funcionar como um sistema harmonioso e assim satisfazer os interesses do sector privado e trazer prosperidade à comunidade. Nas ilhas, os elementos de sustentabilidade são determinantes para a competitividade.

Ficou claro também que, na fase inicial, o Estado adotou um conjunto de medidas que potenciou o arranque do turismo. Porém, após essa fase, os poderes públicos não acompanharam as exigências da dinâmica da procura internacional, dos investimentos privados, e das preocupações de sustentabilidade social da comunidade, prejudicando os níveis de competitividade ao destino turístico, podendo perigar a evolução crescente do turismo.

O Estado não reorganizou o destino turístico em termos de atualização do quadro regulatório e institucional; não desenvolveu um ambiente propício de relação com outros stakeholders, designadamente com o sector privado; não investiu adequadamente em determinadas infraestruturas de suporte ao turismo; não contribuiu para a melhorar os níveis de segurança e de saúde, designadamente em situações de emergência e não cuidou adequadamente da sustentabilidade social e das externalidades negativas sobre a comunidade. Não apoiou o sector nacional para se beneficiar adequadamente das oportunidades da cadeia de valor do turismo nem adotou políticas para diversificação da oferta visando beneficiar todas as ilhas de Cabo Verde.

O Estado, essencialmente, se beneficiou das receitas do turismo para o orçamento geral, para a redução dos desequilíbrios da balança de pagamentos e das reservas de divisas e da geração do emprego semiqualficado para os jovens.

O resultado final da investigação forneceu informações e conhecimentos sobre estratégias públicas em relação ao turismo em Cabo Verde: o que foi feito bem, o que foi feito mal, o que deveria ter sido feito e o que poderá ser feito em relação a uma oferta turística competitiva. Isto é, desta investigação resultou a emersão de um conjunto de pontos fortes bem como de pontos

fracos que exigem a intervenção dos poderes públicos e que são relevantes para a melhoria da competitividade do turismo. Aliás, determinados investimentos chaves num país insular e pobre como Cabo Verde competem ao setor público. Não se pode deixar o desenvolvimento do turismo apenas nas mãos dos operadores turísticos privados, sejam nacionais ou internacionais.

No âmbito de um ambiente de oferta turística mais global em que várias regiões apresentam serviços turísticos similares com base nos produtos *'sol e mar'*, as decisões dos poderes públicos em Cabo Verde, a partir de agora, devem passar a ser estratégicas com um enfoque a médio e longo prazo por forma a que o país possa se constituir como um destino turístico mais competitivo, distinto e atrativo.

Pode-se também concluir que esta tese pode trazer contribuições teóricas para o contexto dos PEID (Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento). Trata-se, pois, de um estudo doutoral sobre o turismo num país onde existe um número reduzido de investigações. À maneira do que ocorre nos PEID onde não abundam estudos sobre a competitividade do turismo. Por isso, a presente investigação não só contribui para enriquecer a literatura sobre turismo em Cabo Verde, mas também no contexto dos PEID.

Deve-se referir que várias dessas conclusões referentes ao destino Cabo Verde podem ser válidas e aplicadas do ponto de vista teórico para os PEID tendo em conta as características comuns, designadamente, a pequenez do território, as vulnerabilidades em razão da insularidade, a fragilidades económicas e ecológicas, a fraca capacidade para diversificação económica, recursos limitados, da necessidade de importar quase tudo, como alimentos, combustível e material de construção.

Por outro lado, existe uma grande dependência da economia em relação ao turismo, sendo que, em regiões insulares, o turismo é a principal actividade económica. Normalmente, essas ilhas são dominadas por grandes grupos privados turísticos internacionais que procuram a maximização dos lucros de curto prazo, podendo, em determinados casos, não se preocupar com as questões sustentabilidade a longo prazo. Aliás, o que vem na linha dos argumentos de que se priorizam as necessidades imediatas e se descaram questões de sustentabilidade a longo prazo.

Os governos desses países, muitas vezes, não conseguem estabelecer um quadro regulatório e institucional que possa potenciar uma distribuição mais justa e equitativa dos resultados do turismo para a comunidade porquanto esses países são dependentes do turismo de massas dos *'resorts all inclusive'* com grandes vazões na economia e com salários muito baixos para os trabalhadores locais não qualificados (Mitchell & Li, 2016).

A literatura e as pesquisas empíricas defendem o protagonismo da liderança dos poderes públicos dos PEID na realização de adequadas políticas públicas, num quadro de participação e de parceria entre o governo, setor privado e comunidade. Trata-se da melhor forma de abordagem dos desafios e as oportunidades do turismo sustentável abarcando os aspetos da rentabilidade económica, a satisfação dos turistas e o bem estar da comunidade.

Ficou assente que o turismo nas regiões insulares não pode ser visto como uma panaceia que resolve os problemas económicos sem se considerar os impactos negativos ao nível ambiental e social, as externalidades sobre a comunidade e os interesses dos diversos stakeholders.

Importa, por isso, a diversificação do turismo nos PEID porquanto, normalmente são espaços que apresentam produtos mais relacionadas com sol, praias e cenários. Não são explorados adequadamente vários outros elementos básicos para atração de grandes fluxos com impactos em termos de contribuições diretas, indiretas e induzidas na economia desses países contribuindo para a melhoria do nível de vida das populações e redução dos níveis de pobreza que costumam ser elevados nos PEID, como aliás, ocorre com Cabo Verde. Se não fosse o turismo, os PEID continuariam a depender da agricultura e da pesca e das remessas dos emigrantes para as ilhas com diásporas, como Cabo Verde.

Os governos dos Estados Insulares, numa perspectiva de sistema, em parceria com os grupos privados devem integrar os planos de desenvolvimento do turismo sustentável nas suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, promovendo iniciativas baseadas no desenvolvimento das comunidades, na protecção da cultura, tradições e na conservação e gestão dos recursos naturais.

Assim, na linha de Craigwell (2007), a competitividade do turismo nos PEID é um assunto de maior relevância porquanto a competitividade nas ilhas fica abaixo da dos países continentais, daí a necessidade do conhecimento da sua posição competitiva.

Do ponto de vista da contribuição em termos práticos, apresenta-se, de seguida, um quadro de recomendações que podem ser aproveitados pelos poderes públicos visando a melhoria da competitividade do destino

Pelo exposto, pode-se concluir da relevância académica e prática para Cabo Verde e PEID a abordagem feita sobre do tema das políticas públicas e competitividade do destino.

12.2. Limitações do Estudo

Todavia, a investigação apresenta limitações, sendo de destacar que apenas foram entrevistados os empresários do setor privado e um painel de especialistas. Na revisão de literatura foi apresentado o quadro dos *stakeholders* do turismo que inclui os poderes públicos, o sector privado, a comunidade, ONG's, e os turistas. Não foram ouvidos os turistas cuja satisfação é elemento decisivo de competitividade. São pistas para futuras investigações.

Veja-se que a procura da melhoria da competitividade não é um problema apenas do sector público. As empresas jogam um papel decisivo nesse contexto porquanto, como se viu, uma região é competitiva se as empresas forem também competitivas. Aliás, a competitividade refere-se às empresas e às indústrias. Nesse estudo, apenas abordamos os itens referentes ao sector publico na criação de um ambiente para as empresas laborarem. Os factores referentes às empresas não foram abordados. Pistas para futuras investigações.

Outros *stakeholders* também desempenham um papel na melhoria da competitividade do destino turístico. Releve-se a importância da comunidade que também joga um papel importante e que tem de ser ouvida nos processos de gestão de um destino. E como ficou reconhecido na revisão da literatura a prosperidade da comunidade constitui uma condição essencial para a competitividade. Infelizmente, a comunidade ficou fora do presente estudo. Pista para próximas investigações.

Por outro lado, as questões de investigação cingiram apenas a um pequeno número de factores. Vários factores importantes ficaram de fora desta investigação, o que significa mais pistas para futuras investigações para se abordar mais factores de competitividade.

Enfim, trata-se de um tema muito vasto que ainda precisa de mais estudos para ser melhor analisado e compreendido. De seguida, apresentam-se algumas recomendações práticas que podem ser aproveitadas pelos poderes públicos para melhorar alguns itens de competitividade.

12.3. Recomendações para políticas públicas

Da discussão de resultados e das conclusões, apresenta-se, de forma sintética, um conjunto de recomendações teóricas e práticas visando a melhoria das políticas públicas e o reforço da performance dos poderes públicos por forma a conferir maior competitividade ao destino turístico Cabo Verde.

- A primeira recomendação é a de que os poderes públicos devem reestruturar o quadro organizativo do turismo em Cabo Verde para funcionar como um sistema em que todos os stakeholders, designadamente o sector público e o sector privado possam desempenhar o seu papel num quadro regulatório e institucional organizado, planeado, claro, previsível e transparente. Ao mesmo tempo satisfazer os interesses dos outros *stakeholders*, isto é: para que os visitantes tenham uma boa experiência turística e que as comunidades usufruam dos benefícios do turismo e com reduzidas externalidades negativas.

- O reforço da governança do sector por parte do Estado (Governo e Municípios) através de um *'pacto de regime'* das principais forças políticas no sentido de se acordar uma visão, um posicionamento e um quadro legal e institucional robusto, estável, que ultrapassasse os ciclos governativos, conferindo maior confiança a todos os stakeholders do setor.

- Adoção de um quadro de políticas reformistas para potenciar as oportunidades da envolvente externa e as capacidades internas visando a melhoria da competitividade do destino do turismo.

- Foco nos fatores internos de alta importância para incrementar níveis de competitividade como planificação e gestão do destino, quadro institucional, promoção da marca Cabo Verde, infraestruturas, segurança, saúde, competências e atitudes, eficiência e qualidade.

- Reforço da cooperação e diálogo entre o setor público e privado visando a resolução do problema de *déficit* de articulação existente, da excessiva burocracia, a desmotivação da máquina administrativa por forma a que o destino possa funcionar como um sistema.

- Criação de uma estrutura capaz de colmatar a brecha institucional por forma a que a articulação do turismo seja eficaz e eficiente, ou seja a criação de uma ONT (Organização Nacional do Turismo) integrada por representantes do Estado e dos privados no quadro do diálogo público-privado. Bem como a dinamização efetiva do CNT (Conselho Nacional do Turismo) que existe, mas não funciona de forma efetiva.

Pode-se seguir o exemplo das Ilhas Maurícias onde foi criada a Agência de Promoção do Turismo das Maurícias que é uma entidade integrada por cinco membros do setor privado e três representantes do setor público na dependência do Ministro do Turismo. Ou das Ilhas Seychelles onde funciona o Conselho de Turismo das Seicheles integrado por três membros do setor público e quatro do setor privado responsável pela gestão do turismo.

- Adopção de políticas de marketing e de promoção integradas e eficazes incluindo a marca Cabo Verde e diversos produtos bem construídos para que se possa atrair visitantes de vários mercados emissores e satisfazer as necessidades, preferências e expectativas de todos os segmentos de público turístico.

- Reforço da qualidade das infraestruturas de telecomunicações e das TICs, a qualidade das estradas bem da redução do preço de água e electricidade.

- Reforço da capacidade de resposta do sistema de saúde para melhorar a prestação da saúde, sobretudo quanto a situações de emergência, através de investimentos nas infraestruturas, equipamentos e recrutamento de especialistas nacionais e internacionais por forma a corresponder à procura turística no geral e, ao segmento da terceira idade, em particular

- Urgente tomada de posição para melhorar os níveis de segurança dos cidadãos que estão a ser ameaçados por pequenos grupos de jovens *'delinquentes'* perante a incapacidade do Estado seja ao nível judicial ou policial. Situação que vem deteriorando ao longo dos anos, apesar de ligeira redução nos últimos anos.

- Reforço da abordagem do desenvolvimento sustentável do turismo. O turismo não deve ser visto como um fim em si; mas sim, como um meio para criar riqueza e emprego em ordem à melhoria das condições de vida dos cabo-verdianos. Assim, as políticas públicas devem ser orientados no sentido de se maximizar o impacto líquido do turismo numa perspetiva de longo prazo, sustentável e inclusiva.

- O desenvolvimento do turismo tem de estar em sintonia os princípios de sustentabilidade abarcando a prosperidade económica do destino, o bem estar da comunidade, a satisfação dos visitantes, a preservação da natureza e dos recursos naturais e a integridade cultural.

- Diversificação dos produtos turísticos para reduzir a dependência do turismo *all inclusive* dos *resorts* (turismo de massas) que ocorre nas ilhas do Sal e Boavista, e expandir a atividade turística a todas as ilhas e regiões de Cabo Verde visando aumentar impactos do turismo nos setores de agricultura, pescas e indústrias criativas. Bem como aposta no desenvolvimento de novos segmentos como turismo de natureza, de circuito, cruzeiro e de eventos/negócios...

- Promoção de Cabo Verde junto de outros mercados emissores para reduzir a dependência de um único operador como a TUI que representa 70% dos fluxos turísticos provenientes de 5 países da Europa.

- Redução do problema da sazonalidade porquanto cerca de 60% do fluxo decorre entre os meses de Outubro e Abril durante a chamada época alta. No outro período do ano, chamada época baixa, as taxas de ocupação dos hotéis descem abaixo dos 50%.

- Adopção de programas de apoio e incentivo para empoderar o setor privado nacional na cadeia de valor do turismo. Para isso, devem ser criadas oportunidades para que o privado nacional possa complementar o modelo *'all inclusive'*, que é principalmente liderado pelo investimento estrangeiro.

- Reforço do sistema de qualidade da oferta e dos produtos turísticos visando atrair segmentos de alta renda

- Reforço e diversificação da origem do Investimento Direto Estrangeiro (IDE)

- Reforço da posição competitiva de Cabo Verde no contexto dos PEID

- Por fim, exortar os poderes públicos para as exigências e desafios que se colocam a Cabo Verde nesta fase importante do estágio de desenvolvimento do turismo por forma a evitar os factores que possam afectar negativamente o ciclo de vida do destino Cabo Verde. Ou seja, o destino turístico Cabo Verde deve continuar no ciclo de crescimento.

-

FONTES

Decreto legislativo nº 1/93 que cria o Instituto Nacional do Turismo (INATUR). (1993). *Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional.*

Decreto legislativo nº 1/93 que cria o Instituto Nacional do Turismo (INATUR). (1993). *Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional.*

Decreto legislativo nº 2/93 de 1 de Fevereiro que cria as Zonas de Desenvolvimento do Turismo Integrado (ZDTI). (1993). *Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional*

Lei de Investimento Externo n 089/IV/93 de 13/12/93. (1993). Praia: Imprensa Nacional

Lei de Investimento Externo n 089/IV/93 de 13/12/93. (1993). *Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional*

Lei de Investimento Externo nº 089/IV/93 de 13/12/93. (1993). *Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional*

Lei nº 47/IV/92 de 6 de julho que define o quadro geral das privatizações e da participação pública em sociedades de natureza económica. (1992). *Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional*

Lei nº 55/VI/2004 de 10 de janeiro que define o Estatuto de Utilidade Turística. (2004). *Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional*

Lei nº 86/IV/93 que define as bases do ambiente. (1993). *Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional.*

Lei nº 75/VII/2010 que estabelece o regime jurídico de declaração e funcionamento das Zonas Turísticas Especiais (ZTE). (2010). *Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional.*

BIBLIOGRAFIA

- Abreu-Novais, M., Ruhanen, L., & Arcodia, C. (2016). Destination competitiveness: what we know, what we know but shouldn't and what we don't know but should. *Current Issues in Tourism*, 19,6, 492. Doi:10.1080/13683500.2015.1091443.
- African Development Bank & African Development Fund. (2012). *Cape Verde: The Road Ahead*. Regional–West 2 Department (ORWB) November 2012. Disponível em: https://www.afdb.org/sites/default/files/documents/projects-and-operations/cape_verde_-_the_road_a.aba
- Albuquerque, K., & Mcelroy, J. (1992). Caribbean small-island tourism styles and sustainable strategies. *Current issues in Tourism*, 19:6, 492-512.
- Alvares, D., & Lourenço, J. (2007). Modelo de ciclo de vida do turismo : uma ferramenta para a gestão do turismo rural aplicada à Ilha da Madeira. “*Anais do 6º Congresso Brasileiro de Turismo Rural, Cultura no Turismo Rural*”, Piracicaba, São Paulo, Brasil em 2007., <http://hdl.handle.net/1822/8035>.
- Andereck, K., Valentine, K., Vogt, C. & Knopf, R. (2007). A Cross-cultural analysis of tourism and quality of life perceptions. *Journal of Sustainable Tourism - J Sustain Tour*. Disponível em : 15. 483-502. 10.2167/jost612.0.
- Anuar, A. N., Ahmad, H., & Hussain, H. J. (2012). Understanding the Role of Stakeholder in the Formation of Tourist Friendly Destination Concept. *Journal of Management and Sustainability*. Disponível em 2.10.5539/jms.v2n2p69.
- Azzopardi, E., & Nash, R. (2016). A framework for island destination competitiveness – perspectives from the island of Malta. *Current Issues in Tourism*, 19, 3, 253-281. Doi: 10.1080/13683500.2015.1025723.
- Backer, E., & Hing, N. (2017). Whole tourism systems: an academic portrait of Neil Leiper. *Anatolia, An International Journal of Tourism and Hospitality Research*. 28, 2, 320-325. DOI: 10.1080/13032917.2016.1212300.
- Bahar, O., & Kozak, M. (2007). Advancing Destination Competitiveness Research. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 22, 2, 61-71. Doi: 10.1300/J073v22n02_05.
- Baker, B. (2009). Cape Verde: Marketing Good Governance. *África Spectrum*. 44, 135-147. Doi10.1177/000203970904400208.
- Bamba, M. (2018). An application of Butler's (1980) Tourist Area Life Cycle to Saly (Senegal). *International Journal for Innovation Education and Research*, 6, 47-56. Disponível em <https://ijer.net/index.php/ijer/article/vi>.
- Banco Mundial. (2019). República de Cabo Verde: Analisando a Eficiência da Despesa Pública para Reduzir a Dívida e Melhorar o Desempenho dos Sectores da Saúde e Educação. Revisão das Despesas Públicas. World Bank-África. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/80370156777354345/text/Cabo-Verde-Revisiting-the>

Efficiency-of-Public-Spending-to-Reduce-Debt-and-Improve-Education-and-Health-Outcomes-Public-Expenditure-Review.txt.

- Baños, P. J., & Jiménez, F. (2012). Competitividad: Discurso Histórico y Actual. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 21, 977 – 995.
- Baptista, j., Pocinho, M., & Nechita, F. (2019). Tourism and Public Policy. . Boletim of Transylvania University of Brasov, Series V: Economic science, 12, 61, 77-86. Disponível em: 10.31926/but.es.2019.12.61.1.11.
- Barbosa, A. J. (2011). Modelo para a Gestão Turística Integrada do Produto Turístico Global: Uma contribuição para o desenvolvimento de Santo Antão – Republica de Cabo Verde. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Barbosa, L., Oliveira, C., & Rezende, C. (2010). Competitiveness of tourist destinations: The study of 65 key destinations for the development of regional tourism. *Revista de Administração Pública*, 44,5, 1067-1095. Disponível em:10.1590/S0034-76122010000500004.
- Becken, S., Mahon, R., Rennie, H., & Shakeela, A. (2014). The tourism disaster vulnerability Framework: an application to tourism in small island destinations. *Natural Hazards* , 71, 955–972. Doi:10.1007/s11069-013-0946-x.
- Belle, N. & Bramwell, B. (2005). Climate Change and Small Island Tourism: Policy Maker and Industry Perspectives in Barbados. *Journal of Travel Research*, 44, 1, 32-41. doi:10.1177/0047287505276589
- Beni, M. (2004). Análise estrutural do turismo, 10 ed. São Paulo: Senac.
- Bernardo, E. (2015). Planeamento Turístico e Impactos Percepcionados na Ilha da Boa Vista, Cabo Verde. *Turismo em Análise*, 817-842. Doi:10.11606/issn.1984-4867.v26i4p.
- Berry, E. N. (2018). An application of Butler's (1980) tourist area life cycle theory to the Cairns region, Brisbane, Queensland, Australia. James Cook University. Doi:10.25903/5bebae108228c.
- Bhaduri, K. & Pandey, S. (2019). Sustainable smart specialisation of small-island tourism countries. *Journal of Tourism Futures*. Doi 10.1108/JTF-01-2019-0010.
- Biesta, G. (2010). Pragmatism and the philosophical foundations of mixed methods research. In Tashakkori, Abbas & Teddlie, Charles. *Handbook of mixed methods research for the social & behavioral sciences* (2nd ed. p. 95-118). Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Bonnie, S. & Uysal , M. (1990). An examination of the relationship between carrying capacity and the tourism life cycle: Management and policy implications. *Journal of Environmental Management*, 31, 4, 327-333. Doi:10.1016/S0301-4797(05)80061-1.
- Briguglio, L. & Vella, M. (2019). The small states of the European Union and the resilience/competitiveness nexus. *Small States & Territories*, 2, 1, 55-68.

- Brito, B., Bastien, L., Alarcão, J. & Duarte, A. (2010). *Turismo em Meio Insular Africano. Potencialidades, constrangimentos e impactos*. Lisboa: Gerpress.
- Brito, J. A. (2014). *Diagnóstico do Crescimento da Economia Cabo-verdiana*. MPRA Paper No. 63407. Disponível em: https://mpra.ub.uni-muenchen.de/63407/9/MPRA_paper_63407.pdf
- Buhalis, D. (2000). *Marketing the competitive destination of the future*. (U. Department of Tourism, Ed.) *Tourism Management*, 21, 97-116. Disponível em: https://www.academia.edu/164837/Marketing_the_competitive_destination_of_the_future.
- Buhalis, D., Leung, D., and Law, R., 2011, *eTourism: Critical Information and Communication Technologies for Tourism Destinations*, in Wang, R., and Pizam, A., (eds), *Destination Marketing and Management*, CAB International, ISBN 9781845937621, p.205-224
- Butler, R. W. (1980). *The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources*. *Canadian Geographer*, 24, 5-12. Doi:10.1111/j.1541-0064.1980.tb00970.x.
- Cárdenas, G., Pablo, J., Fernández, P. & Ignacio, J. (2019). *Tourism as an economic development tool. Key factors*. *Current Issues in Tourism*, 22,17, 2082-2108. Doi: 10.1080/13683500.2017.1420042.
- Cabo Verde Investimentos. (2013). *Plano de Negócio 2013-2018. Praia*.
- Canizares, S., Maria, S., Tabales, N. & Fuentes García, F. (2014). *Local residents attitudes towards the impact of tourism development in Cape Verde*. *Tourism & Management Studies*, 10,1, 87-96. Universidade do Algarve..
- Cannonier, C. & Galloway, M. (2018). *The economic growth impact of tourism in Small Islands - Developing States-evidence from the Caribbean*. *SAGE Journal*, 25,1. Doi:<https://doi.org/10.1177/1354816618792792>.
- Carvalho, J. M. (2013). *Preparação da III Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento*. Praia.
- Centro de Políticas Estratégicas – Gabinete do Primeiro Ministro. (2012). *Pro-poor Tourism Linkages in Cape Verde*. Praia.
- Centro de Políticas Estratégicas – Gabinete do Primeiro Ministro de Cabo Verde. (2010). *Estudo sobre a cadeia de valor do turismo em Cabo Verde*. Praia.
- Chens, C., Sok, P., & Sok, K. (2008). *Evaluating the Competitiveness of the Tourism Industry in Cambodia: Self-assessment from Professionals*. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*. 13, 41-66. Doi 10.1080/10941660701883367.
- Chin, W. L., Haddock-Fraser, J. & Hampton, M. (2017). *Destination competitiveness: evidence from Bali*. *Current Issues in Tourism*, 20,12, 1265-1289. Doi: 10.1080/13683500.2015.1111315.

- Clarkson, M. (1995). A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. *Academy of Management Review* 20, 1, 92–117..
- Comissão Nacional do V Aniversário da Independência Nacional. (1980). *Republica de Cabo Verde - 5 Anos de Independência – 1975-1989*. Grafedito: Praia.
- Cooper, C., Fletcher, J., Gilbert, D., Stephen, W. & Shepherd, R. (1998). *Turismo Princípios e Práticas*. Porto Alegre, Brasil: Artmed.
- Costa, J; Rita, P. & Águas, P. (2004). *Tendências Internacionais em Turismo*. Lisboa: Lidel
- Cracolici, M. F., & Nijkamp, P. (2009). The attractiveness and competitiveness of tourist destinations: A study of Southern Italian regions, *Tourism Management*, 30, 3, 336–344.
- Craigwell, R. (2007). *Tourism Competitiveness in Small Island Developing States*. World Institute for Development Economic Research. Helsinki: (UNU-WIDER), Working Papers.19.
- Creswell, J. (2010). Mapping the developing landscape of mixed methods research. In Tashakkori, A., & Teddlie, C. *SAGE handbook of mixed methods in social & behavioral research*, pp. 45-68. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc. Doi: 10.4135/9781.
- Creswell, J., Clark, V., Gutmann, M., & Hanson, W. (2003). *Advance mixed methods Research Designs*, in book: *Handbook of mixed methods in social & behavioral research*, Publisher: Sage Publications, Editors: Tashakkori, A. & Teddlie, C.
- Creswell, J., & Clark, V. L. (2011). *Designing and Conducting Mixed Methods Research*. 2nd Edition. Los Angeles: Sage Publications.
- Croes, R. (2011). Measuring and explaining competitiveness in the context of small island destinations. *Journal of Travel Research*, 50, 4, 431- 442.
- Croes, R., & Kubickova, M. (2013). From potential to ability to compete: Towards a performance based tourism competitiveness index *Journal of Destination Marketing and Management*, 2, 3, 146-154.
- Croes, R., Lee, & Olson, D. (2013). Authenticity in tourism in small island destinations: a local perspective, *Journal of Tourism and Cultural Change*, 11, 1, 1-20. Doi: 10.1080/14766825.2012.759584.
- Crouch, G. (2011). *Destination Competitiveness: An Analysis of Determinant Attributes*. *Journal of Travel Research*, 50, 1, 27–45. <https://doi.org/10.1177/0047287510362776>.
- Crouch, G., & Brent, R. (1997). *Tourism, Competitiveness, and Societal Prosperity*. *Journal of Business Research*, 44, 3, 137–152.

- Cucculelli, M., & Goffi, G. (2016). Does sustainability enhance tourism destination competitiveness? Evidence from Italian destinations of excellence. *Journal of Cleaner Production*, 111 (Part B), pp. 370-382.
- Cunha, L. (2006). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: Verbo.
- Cvelbar, L., Dwyer, L., Koman, M., & Mihalič, T. (2016). Drivers of destination competitiveness in tourism: A global investigation. *Journal of Travel Research*, 55, 8, 1041-1050.
- Denzin, N., & Lincoln, Y. (2006). *Handbook of qualitative research* (2nd ed.). SAGE Handbook of qualitative research, 191-215.
- Drucker, P. (1954). *The Practice of Management*. New York: Harper & Row
- Dwyer & Edwards. (2011). *Sustainable Tourism Planning*. in *From Understanding The Sustainable development of Tourism*, coordenado por Liburd, Janne & Deborah, Eduawrds. London: Godfellow Publisher Lda.
- Dwyer, L., & Kim, C. (2003). Destination Competitiveness: Determinants and Indicators. *Current Issues in Tourism*, 6, 5, 369-414. Doi: 10.1080/13683500308667962.
- Dwyer, L., Livaic, Z., & Mellor, R. (2003). Competitiveness of Australia as a tourist destination. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 10, 1, 60-78.
- Elliot, J. (1997). *Tourism; Policie and Public Sector Management*. London: Routledge.
- Enright, M. J., & Newton, J. (2004). Tourism destination competitiveness: a quantitative approach. *Tourism Management*, 25, 6, 777-778. Doi:10.1016/j.tourman.2004.06.008.
- Esser, K., Wolfgang, H., Messer, D., & Meyer-Stammer, J. (1994). *Competitividad Sistémica: Competitividad Internacional de Las empresas Y Políticas Requeridas*. Berlin: Instituto Aleman de Desarrollo, Estudios e Informes.
- Evans, N. (2016). Sustainable competitive advantage in tourism organizations: A strategic model applying service dominant logic and tourism's defining characteristics. *Tourism Management Perspectives*, 18, 14-25 .
- Farsari, I., Butler, R., & Szivas, E. (2011). Complexity in Tourism Policies: A Cognitive Mapping Approach. *Annals of Tourism Research* 38, 3, 1110-1134. Doi.org/10.1016/j.annals.2011.03.007.
- Farsari, Ioanna; Richard Butler & Edith Szivas. (2011). Complexity in Tourism Policies: A Cognitive Mapping Approach. *Annals of Tourism Research* 38, 3, 1110-1134. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2011.03.007>.
- Faulkner, B., & Tideswell, C. (1997). A framewrok for monitoring community impact of tourism. *Journal of sustainable tourism* 5, 3-28.

- Fayos-Solà, E. (2002). Globalization, Tourism Policy and Tourism Education'. *Acta Turistica*, 14, 1, 5–12. Disponível em: www.jstor.org/stable/23234085. Accessed 1.
- Ferreira, E. (2008). *O Turismo Sustentável como Factor de Desenvolvimento em Pequenas Economias: O caso de Cabo Verde*. Lisboa: Edições Lusófonas.
- Firmino, M. B. (2007). *Turismo: Organização e Gestão*. Lisboa: Escolar Editora.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Boston: Pitman/ Bal-linger. *Google Scholar*.
- Furtado, J. (2011). *Instituciones y Percepciones Institucionales como Antecedentes del Em-prendimento em Economias em Desarrollo: Uma Aplicación al Sector Turístico*. Tese de Doutoramento. Universidade de Las Palmas de Gran Canaria, Facultad de Economia.
- Gabinete das Privatizações e Regulação Institucional (GPRI). (1998). *Manual de Privatiza-ções*. Praia.
- Gelo, O., Braakmann, D., & Benetka, E. (2008). Quantitative and qualitative research: Be-yond the debate. *Integrative Psychological and Behavioral Science*, 42, 3, 266 - 290. doi:10.1007/s12124-008-9078-3.
- Gephart, R. P. (2004). Qualitative Research and the Academy of Management Journal (Edito-rial). *Academy of Management Journal*, 47, 4, 454-462. <https://doi.org/10.5465/AMJ.2004.14438580>.
- Goeldner, C., Brent, R., & McIntosh, R. (2002). *Princípios Práticas e Filosofias do turismo (8ª edição)*. Porto Alegre: Bookman). tradução de *Tourism, Principle and philosophy*, John Wiley and sons, Inc(2000).
- Goffi, G. (2013). A model of tourism destinations competitiveness: The case of the Italian destinations of excellence . *Anuario Turismo y Sociedad*, 14, 121- 147.
- Goffi, G., & Cucculelli, M. (2019). Explaining tourism competitiveness in small and medium destinations: the Italian case. *Current Issues in Tourism*, 22, 17, 2109-2139. Doi: 10.1080/13683500.2017.1421620.
- Gooroochurn, N., & Suggiyarto, G. (2005). Competitiveness indicators in the travel and tour-ism industry. *Tourism Economics*, 11, 25-43. Disponível em: 10.5367/0000000053297130.
- Governo de Cabo Verde. (2018). *Estudo de Avaliação Ambiental e Social Estratégica do Se-tor do Turismo em Cabo Verde*. Praia: Unidade Especial de Projectos.
- Governo de Cabo Verde. (1982). *I Plano Nacional de Desenvolvimento 1982-1985*. Praia.
- Governo de Cabo Verde. (1986). *II Plano Nacional de Desenvolvimento 1986-1990*. Praia.
- Governo de Cabo Verde. (1992). *III Plano Nacional de Desenvolvimento 1992-1985*. Praia.

- Governo de Cabo Verde . (1997). *IV Plano Nacional de Desenvolvimento 1986-1990*. Praia.
- Governo de Cabo Verde. (2001). *V Plano Nacional de Desenvolvimento 2001-2005*. Praia
- Governo de Cabo Verde. (2006). *VI Plano Nacional de Desenvolvimento 2006-2001*. Praia.
- Governo de Cabo Verde. (2002). *I Forum de Trasnformação*. Praia
- Governo de Cabo Verde. (2011). *O programa de Governo da VIII Legislatura 2011-2016*.
Praia
- Governo de Cabo Verde. (2001). *As Grandes Opções do Plano: Uma Agenda Estratégica (2002-2005)*. Praia. Disponível em:
http://www.reformadoestado.gov.cv/index.php/component/docman/cat_view/65-estrategias/234-grandes-opcoes-plano-2
- Governo de Cabo Verde. (2012). *Documento de Estratégia de Crescimentos e Redução da Pobreza III (2012 – 2016) (DECRP III)*. Praia: Boletim Oficial – Suplemento, 19 de Março de 2014, I Série nº 20. Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf>.
- Governo de Cabo Verde. (2014). *II Fórum de Trasnformação - Cabo Verde 2030*. disponível em: <https://www.caboverde2030.gov.cv>.
- Governo de Cabo Verde. (2016). *Grandes Opções do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Cabo Verde (GOPEDS-TURISMO) para 2018-2030*. *Boletim oficial, Quarta feira, 9 de Janeiro, I Serie nº 2*. Praia
- Governo de Cabo Verde. (2017). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021 (PEDS)*. Praia. Disponível em: <https://peds.gov.cv/sites/default/files/2018-10/PEDS%202017-2021%20-%20Versão%20Final.pdf>.
- Governo de Cabo Verde. (2019). *Master Plan do Desenvolvimento do Turismo da Ilha do Sal*. Praia .
- Governo de Cabo Verde. (2019). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021 (PEDS)*. . Disponível em: <https://peds.gov.cv/sites/default/files/2018-10/PEDS%202017-2021%20-%20Versão%20Final.pdf> .
- Gray, D. E. (2017). *Doing Research in the Business World (3ª Edição)*. Sage Publication, Los Angeles (First edition published 2004).
- Hair, J. J., Babin, B., Samuel, P., & Money, A. (2005). *Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração*. London: Bookman,.
- Hall, & Jenkins. (1995). *Tourism and public policy*. London and New York:Routledge
- Hall, M. (2008). *Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships*. Pearson/Prentice Hall.

- Hall, M. (2010). Island Destinations: A Natural Laboratory for Tourism: Introduction. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 15, 3, 245-249. Doi: 10.1080/10941665.2010.503613.
- Hall, M., & Stephen. (2010). The contribution of Neil Leiper to tourism studies. *Current Issues in Tourism*, 13, 4, 299-309. Doi: 10.1080/13683500.2010.482652
- Hampton, M., & Jeyacheya, J. (2015). Power, Ownership and Tourism in Small Islands: Evidence from Indonesia. *World Development* 70. Doi: 10.1016/j.worlddev.2014.12.007
- Hassan, S. (2000). Determinants of market competitiveness in an environmentally sustainable tourism industry. *Journal of Travel Research*, 38, 3, 239- 245.
- Health, E. (2003). Towards a model to enhance destination competitiveness: A Southern African Perspective. *Journal of Hospitality and Tourism Research*, 10, 2, 124-141.
- Hong, W.-C. (2008). *Competitiveness in Tourism Sector. Contribution to Economics*. Heidelberg, Germany: Springer.
- Ignara, L. R. (1999). *Fundamentos do Turismo*. Lisboa: Gerpress.
- Instituto Nacional de Estatística- Cabo Verde. (2015). *Independência de Cabo Verde. 40 anos a informar por um Cabo Verde Próspero – 5 de Julho de 1975 - 5 de julho de 2015*. Praia.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE). (2010). *Censo da População*. Praia .
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE). (2015). *Independência de Cabo Verde. 40 anos a informar por um Cabo Verde Próspero: 5 de Julho de 1975 - 5 de julho de 2015*. Praia.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE). (2018). *Estatísticas das famílias e condições de vida - Inquérito multi-objectivo contínuo*. Praia.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE). (2018). *Perfil da Pobreza Absoluta em Cabo Verde*. Praia.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE). (2019). *Estatísticas do Turismo – Movimentação de Hóspedes, ano 2018*. Praia.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE). (2019). *Síntese de Indicadores Económicos e Financeiros*. Praia.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE). (2020). *Estatísticas do Turismo – Movimentação de Hóspedes* . Praia.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. (2019). *Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro 2018*. Praia.

- Ioannides, D., & Holcomb, B. (2003). Misguided policy initiatives in small-island destinations: why do up-market tourism policies fail? *Tourism Geographies*, 5, 1, 39-48. Doi: 10.1080/1461668032000034051.
- J, Cresswel. J (2010). Mapping the developing landscape of mixed methods research. In Tashakkori & Teddlie. C. SAGE handbook of mixed methods in social & behavioral research. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc. pp. 45-68. doi: 10.4135/9781,.
- Jeffries, D. (2000). *Government and tourism*. . Oxford: Ntterwoth, Heinenmann.
- Johnson, B., & Gray, R. (2010). A history of philosophical and theoretical issues for mixed methods research. In Tashakkori, A., & Teddlie, handbook of mixed methods in social & behavioral research. 69-94. Doi:10.4135/978150633519.
- Johnson, B., & Onwuegbuzie , A. (2004). Mixed Methods Research: A Research Paradigm Whose Time Has Come. *Educational Researcher*. 33, 7, 14-26. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3700093>.
- Johnson, J., & Snepenger, D. (1993). Application of the tourism life cycle concept in the greater Yellowstone region. 6, 2, 127-148. Doi: 10.1080/08941929309380815.
- Jornal Expresso das Ilhas. (2019). A criminalidade em Cabo Verde por tipos de crime. *Reportagem publicada em 17 de Fevereiro de 2019*. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/pais/2019/02/27/a-criminalidade-em-cabo-verde-por-tipo-de-crime/62570>.
- Kerr, W. R. (2003). *Tourism Public Policy and the Strategic Management of Failure*. Advances in Tourism Research . UK: Pergamon edição.
- Kitnuntaviwat, V., & Tang, J. (2008). Residents' attitudes, perception and support for sustainable tourism development. *Tourism and Hospitality Planning and Development*, 5, 1, 45 - 60.
- Kozak, M., & Rimmingstone, M. (1999). Measuring tourist destination competitiveness: conceptual considerations and empirical findings. *Tourism Management* 21, 1, 79-88.
- Kristjánsdóttir, H. (2016). *Butler's Tourist Area Cycle of Evolution Be Applied to Find the Maximum Tourism Level? A Comparison of Norway and Iceland to Other OECD Countries*. NY, UK: Routledge.
- Krugman, P. (1994). Competitiveness: a dangerous obsession. *Foreign affairs* 73 2, 28-42.
- Krugman, P. (1996). A country is not a company. *Havard Business Reviwe*, 74, 40-51.
- Kuhn, T. S. (2000). *A estrutura das revoluções científicas*. 3.^a edição. São Paulo: Perspetiva, 2000
- Leiper, N. (1979). The Framework of tourism: Towards a definition of tourism, tourist, and the tourist industry. *Annals of Tourism Research*, 39, 9, 35.

- Lepp, A. (2007). Residents' Attitudes towards Tourism in Bigodi Village, Uganda. *Tourism Management*, 28, 3, 876-885.
- Liburd, J. (2011). Introduction to sustainable tourism development in from understanding the sustainable development of tourism. *Goodfellow Publisher Oxford*.
- Lickorish, L. J., Jefferson, A., Bodlender, J., & Jenkins, C. (1994). Developing Tourism Destination: Policies and Perspective. *Longman:Harlow*.
- Lima, L. (2008). Áreas protegidas e/ou zonas de desenvolvimento turístico em Cabo Verde? O caso da Boavista . *Tese de mestrado no departamento de ambiente e ordenamento da Universidade de Aveiro*.
- Lincoln, Y. S., & Guba, E. (2000). Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. In N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Eds.), *The handbook of qualitative research* (2nd ed. *Thousand Oaks, CA: Sage Publications*, 1065-1122.
- Livramento, J.L.(2013) Cabo Verde: de uma economia de renda para um modelo de economia sustentável. Edições Almedina: Coimbra
- Lopez-Guzman, T., Orgaz-Aguera, F., Martin, J., & Ribeiro, M. (2016). The all-inclusive tourism system in Cape Verde islands: The tourists' perspective. (2016). *Journal of Hospitality and Tourism Management* 29. disponível em: 9e16. <http://www.journals.elsevier.com/journal-of-hospitality-and-tourism-management>.
- M., H. (2010). Island Destinations: A Natural Laboratory for Tourism: Introduction. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*. 15, 3, 245-249. Doi: 10.1080/10941665.2010.503613.
- Manning, E. W. (2016). The Challenge of Sustainable Tourism in Small Island Developing States (SIDS). *Canadian Association for The Club of Rome*.
- Matias, Á. (2007). Economia do Turismo: Teoria e Prática. *Instituto Piaget*.
- Mattieson, A., & Wall, G. (1982). *Tourism: Economics, Physical and Social impacts*. London:Routledge
- Mazanec, J. A., Wober, K., & Zins, A. (2007). Tourism destination competitiveness: From definition to explanation . *Journal of Travel Research*, 46, 1, 86-95.
- Mazaro, R., & Varzin, G. (2008). Modelos de Competitividad para Destinos Turisticos em el Marco de la Sostenibilidad . *Revista de administração contemporânea*, vol. 12, 003, 789-809 (ANPAD).
- McKercher, K. (1993). Some Fundamental Truths About Tourism: Understanding Tourism's Social and Environmental Impacts . *Journal of Sustainable Tourism*, 29, 1, 53-65.
- Mendola, D., & Volo, S. (2017). Building composite indicators in tourism studies: Measurements and applications in tourism destination competitiveness. *Tourism Management*, 59, 541-553. Doi.org/10.1016/j.tourman.2016.08.011.

- Meng, F. (2006). An Examination of Destination Competitiveness from the Tourists Perspective: The Relationship between Quality of Tourism Experience and Perceived Destination Competitiveness. Doctor in Philosophy Thesis, Faculty of the Virginia Polytechnic Institute and State University
- Meng, F. L., & Uysal, M. (2010). Tourism development and regional quality of life: The case of China. *Journal of China Tourism Research*, 6, 2, 164–182.
- Michael, J., & Newton, J. (2004). Tourism destination competitiveness: a quantitative approach. *Tourism Management* 25,6, 777-788.
- Mihalic, T. (2000). Environmental management of a tourist destination: A factor of tourism competitiveness. *Tourism Management*, 21, 1, 65–78.
- Miki, A., Gandara, J., & Muñoz, D. (2012). O estado atual de pesquisas sobre competitividade turística no Brasil, Rio de Janeiro: Caderno Virtual de Turismo,12,2, 212-223
- Miller, G., Rathouse, K., Scarles, C., Holmes, K., & Tribe, J. (2010). Public understanding of sustainable tourism. *Annals of Tourism Research*, 37,3, 627-645. Doi:10.1016/j.annals.2009.12.002.
- Mitchel, J., & LI, S. (2016). *Autonomy Found: Estimating the local benefit from tourism in SIDS - The Case of Cape Verde*. The Journal of Policy Research in Tourism Leisure and Events.
- Moniz, A. (2006). A sustentabilidade do turismo em Ilhas de pequenas dimensão: O caso dos Açores. Tese de doutoramento da Universidade dos Açores.
- Morgan, D. (2004). *Pragmatism as a Paradigm for Social Research*. Portland State University, 20, 8,1045-1053. <https://doi.org/10.1177/1077800413513733> .
- Nações Unidas. (1992). Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) - 1992. Agenda 21. Disponível em <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>.
- Newton, M. J. (2004). Tourism destination competitiveness: a quantitative approach. Lisboa: Lidel.
- Nunkoo, R., & Ramkissoon, H. (2010). Small Island Urban Tourism: A Residents' Perspective. *Current Issues in Tourism*. 13. Doi10.1080/13683500802499414.
- Onwuegbuzie, A. J., & Teddlie, C. (2003). A framework for analyzing data in mixed methods research. In A. Tashakkori & C. Teddlie (Eds.), *Handbook of mixed methods in social and behavioral research*. Thousand Oaks, CA: Sage, 351-383.
- Onwuegbuzie, A., & Leech, N. (2005). On Becoming a Pragmatic Researcher: The Importance of Combining Quantitative and Qualitative Research Methodologies. *International Journal of Social Research Methodology*, 85, 375-387. Doi10.1080/1364557050.
- PANA I. (1994). I Plano de Acção Nacional para o Ambiente 1994-2004. Praia

- PANA II. (2004). II Plano de Acção Nacional para o Ambiente 2004-2014 . Praia
- Patrizia, M., Cappocchi, A., & Zenga, M. (2018). An Assessment of the Implementation of the European Tourism Indicator System for Sustainable Destinations in Italy. *Sustainability*. MDPI, *Open Access Journal*, 10, 9, 1-21. Doi 10. 3160. 10.3390/su10093160.
- Peggy, S. B. (2015). Making Paradigms Meaningful in mixed methods Research. *Sage Journal*. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1558689815575861>.
- Peres, R., & Rita, P. (2017). Marketing e Comunicação dos destinos. Lisboa:Edições Língua
- Piuchan, M. (2018). Plog's and Butler's Models: a critical review of Psychographic Tourist Typology and the Tourist Area Life Cycle. London:Turizam
- Polícia Nacional (2019). Estatísticas sobre a criminalidade em Cabo Verde. Disponível em: <https://www.policianacional.cv>
- Polman, N., Reinhard, S., Bets, L., & Kuhlman, T. (2016). Governance of ecosystem services on small islands: three contrasting cases for St. Eustatius in the Dutch Caribbean . *Island Studies Journal*, 11, 265-284.
- Poon, A. (1989). Competitive strategies for a 'new tourism'. In C. P. Cooper . *Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management*, Belhaven Press/University of Surrey, 1, 91-102.
- Porter, M. (1998). *The Competitive Advantage of Nations*. With a new Introduction (10ª Edição).New York: Palgrave (1ª edição, 1990)
- Porter, M. (2004). *Estratégia Competitiva. Técnicas para a análise de indústrias e concorrências*. Editor Campos: Rio de Janeiro. (Tradução do original *Competitive Strategy*, 1980)
- Prabha Ramseook, M. (2011). Resident's Attitudes Toward Perceived Tourism Benefits . *International Journal of Management and Marketing Research*, 4,3.
- Puppim de Oliveira, J. A. (2003). Governmental responses to tourism development: three Brazilian case studies. *Tourism Management*, 97-110. Doi.org/10.1016/S0261-5177(02)00046-8.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4ª edição). Lisboa: Gradiva (tradução do original *Manuel de Recherches en Sciences Sociales*, Paris: Dunot
- Ribeiro, M.A. & Canizares, S.(2014). The positivity of local perceptions of tourism and its potential to benefit the development of the Archipelago.

- Ribeiro, M. A., Valle, P., & Silva, J. (2013). Residents' Attitudes towards Tourism Development in Cape Verde Islands. *Tourism Geographies*, 15, 4, 654-679. Doi: 10.1080/14616688.2013.769022.
- Rita, P. (1995). O turismo em Perspetiva: Caracterização e tendência do mercado internacional. Lisboa:INDEG/ISCTE
- Ritchie, J. B., & Crouch, G. (2003). The Competitive Destination: A Sustainable Tourism Perspective. *Wallingford: CABI Publishing*.
- Ritchie, J. R., & Amaya Molinar, C. (2010). Impacts of the World Recession and Economic Crisis on Tourism: North America. *J. Journal of Travel Research*, 49,1, 5–15. Doi.org/10.1177/0047287509353193.
- Rodriguez, J., Lopes, P., & Esteves, Y. (2008). The sustainability of island destinations: Tourism area life cycle and teleological perspectives. The case of Tenerife. Madrid:Edições Pedagogo
- Salinas, F., Azevedo, J., Martin, P., & Martin, J. (2019). Determinants of Tourism Destination Competitiveness in the Countries Most Visited by International Tourists: Proposal of a synthetic index. *Tourism Management Perspectives*. Doi: 33.10.1016/j.tmp.2019.100582.
- Samuelson & Nordhaus (2005). *Macroeconomia* (18ª edição). Mc Graw-Hill
- Santana, A. T. (1997). *Antropologia y turismo? Nuevas Hordas, Viejas Culturas?* Barcelona:Ariel
- Santos, E., & Campo, L. (2014). Destination branding: A reflective analysis of Brand Cape Verde. *Place Branding and Public Diplomacy*. Doi 10. 10.1057/pb.2013.8.
- Scheyvens, R., & Monsen, J. (2008). Tourism in Small Island States: From Vulnerability to Strengths. *Journal of Sustainable Tourism*, 16,5, 491-510
- Scott, B. R., & Lodge, G. (1985). *U. S. Competitiveness in the World Economy* . Harvard Business School Press. <https://doi.org/10.1002/tie.5060270112>
- Sette, I., Santos, G., & Uvinha, R. (2017). Modelos de Competitividade de Destinos Turísticos: Evolução e Críticas. *Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica* 1980-6965. 11, 92-115
- Shannon – Baker, P. (2015). Making Paradigms Meaningful in Mixed Methods Research. *Journal of Mixed Methods Research*. Doi:10.10.1177/1558689815575861.
- Sharma, B., Dyer, P., Carter, J., & Gursoy, D. (2008). Exploring Residents' Perceptions of the Social Impacts of Tourism on the Sunshine Coast, Australia. *International Journal of Hospitality & Tourism Administration*. 9,3,288-311.Doi: 10.1080/15256480802096092.
- Sharma, B., Dyer, P., Carter, J., & Gursoy, D. (2008). Exploring Residents' Perceptions of the Social Impacts of Tourism on the Sunshine Coast, Australia. *International Journal of Hospitality & Tourism Administration*. 9, 288-311. Doi10.1080/15256480802096092.


- Sharpley, R. (2012). Island tourism or tourism on islands? *Tourism Recreation Research*, 37, 2, 167-172.
- Sharpley, R., & Ussi, M. (2012). Tourism and Governance in Small Island Developing States (SIDS): The Case of Zanzibar. *International Journal of Tourism Research*. Doi.org/10.1002/jtr.1904.
- Silva, S. (2013). Turismo Interno: Uma visão integrada. Lisboa: Lidel.
- Simão, J. (2008). O Sector Público e o Desenvolvimento Turístico Sustentável. Tese de doutoramento, Universidade Aberta.
- Smith, A. (1950). Riqueza das Nações. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa
Tradução do original Inglês intitulado Na Inquiry into the Nature And Causes of the wealth of Nation Segundo o texto da 6 edição da Methuen And Co. LDD da responsabilidade de da Edwin Cannan, londond 1950
- Smit, A. J. (2010). The Competitive Advantage of Nations: Is Porter's Diamond Framework a New Theory that Explains the International Competitiveness of Countries? 14, 1, 05–130.
- Stephen, H. (2010). The contribution of Neil Leiper to tourism studies. *Journal Current Issues in Tourism*, 13, 299-309.
- Swarbrooke, J. (2000). Turismo Sustentável: Setor e Cenários Geográficos, 3º Volume. São Paulo, Editora Aleph
- Taño, D., Garau-Vadell, J., & J Armas, R. (2014). Residents' Perceptions of Tourism Impacts on Island Destinations: A Comparative Analysis International. *Journal of Tourism Research*. Doi 16. 10.1002/jtr.1951.
- Teddie, C., & Tashakkory, A. (2009). Foundation of Mixed Research: Integrating Quantitative and Qualitative Approaches in The Social and Behavioral Sciences. Los Angeles: Sage
- Teixeira, A., Rosa, A., & António, N. (2007). O doce amanhecer da ciência da gestão: uma perspetiva filosófica. Lisboa: Pedago.
- Tribe, J. (2010). *Strategy for tourism*. Oxford: Goodfellow Publishers. Doi: <http://www.goodfellowpublishers.com/academic-publishing.php?promoCode=&partnerID=&content=story&storyID=230>.
- Trochim, W. (2007). The Research Methods Knowledge Base . Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/243783609_The_Research_Methods_Knowledge_Base.

- UNEP, & UNWTO. (2005). *Making Tourism More Sustainable – A Guide for Policy Maker*. UNEP e WTO . Disponível em: https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/8741/-Making%20Tourism%20More%20Sustainable_%20A%20Guide%20for%20Policy%20Makers-2005445.pdf?sequence=3&isAllowed=y
- Unidade de coordenação do projecto de privatização e reforço da capacidade de regulação institucional. (1998) Manual de privatizações. Gabinete do Vice Primeiro Ministro.
- United Nation. (1994). A United Nations Global Conference on the Sustainable Development of SIDS - Barbados, 25 April to 6 May 1994. Barbados Programme of Action for The Sustainable Development of Small Island Developing States. . Disponível em : https://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/Barbados_ProgofAction.pdf.
- United Nations. (2010). Trends in Sustainable Development: Small Island Developing States (SIDS). Disponível em https://www.un.org/esa/dsd/resources/res_pdfs/publications/trends/trends_sids/Trends_in_Sustainable_Development_SIDS.pdf.
- UNWTO . (2005). *Tourism Highlights, 2005 Edition. Madrid: UNWTO*
- UNWTO. (1995). *Concepts, Definitions and Classifications for Tourism Statistics. Technical Manual nº1. Madrid: UNWTO*
- UNWTO. (1995). *Concepts, Definitions and Classifications for Tourism Statistics. Madrid: UNWTO*
- UNWTO. (1995). *Concepts, Definitions and Classifications for Tourism Statistics. Technical Manual nº1. Madrid: UNWTO.*
- UNWTO. (2004). *Tourism Highlights: 2004 Edition. . UNWTO, eLibrary. Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284407910>.*
- UNWTO. (2012). *Tourism in Small Island Developing States (SIDS). Building a more sustainable future for the people of Islands . Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284416257>.*
- UNWTO. (2014). *Tourism in Small Island Developing States (SIDS). Building a more sustainable future for the people of Islands. Madrid: UNWTO.*
- UNWTO. (2019). *World Tourism Barometer 2018. Madrid: UNWTO*
- UNWTO & UNEP. (1998). *Final Report of the International Conference on Sustainable Tourism in Small Island Developing States (SIDS) and Other Islands. Lanzarote, Spain, 25-28 October 1998.*
- Vanhove, N. (2005). *The Economics of Tourism Destinations. Oxford: Elsevier*
- Vellas, F., & Bécherel, L. (1995). *International Tourism: an Economic Perspective. New York: St. Martin's Press*

- Vibha, K., & Christine, W. (2019). *Pragmatism as a Research Paradigm and Its Implications for Social Work Research*. Faculty of Social Work, University of Calgary, AB T2N 1N4, Canada.
- Vieira, J. M. (1997). *A Economia do Turismo em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Wheeler, S. (2013). *Planning for Sustainability: Creating Livable, Equitable and Ecological Communities*, 2ª edição. New York: Routledge.
- Wilkinson, P. F. (1989). Strategies for Tourism in Island Microstates. *Annals of Tourism Research*, 153-177. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(89\)90065-0](https://doi.org/10.1016/0160-7383(89)90065-0).
- Wondirad, A., & Ewnetu, B. (2019). Community Participation in Tourism Development as a Tool to Foster Sustainable Land and Resource Use Practices in a National Park Milieu. *Land Use Policy*. 88, 104-155. [Doi.org/10.1016/j.landusepol.2019.104155](https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2019.104155).
- World Bank. (2013). *Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde: Terá chegado o momento de abandonar o modelo all-inclusive*. Washington D.C: World Bank Group.
- World Bank. (2014). *Establishing a Tourism Ministry, Board, or Institute? Selecting an Institutional Arrangement to Promote Tourism Growth in Cabo Verde*. Washington, D.C: World Bank Group.
- World Bank. (2018). *Cabo Verde - Systematic Country Diagnostic: Adjusting the Development Model to Revive Growth and Strengthen Social Inclusion*. Washington, D.C. : World Bank Group. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/320521541698395488/Adjustin>.
- World Bank. (2019). *Cabo Verde - Country Partnership Framework for the Period 20-25*. Washington, D.C.: World Bank Group. Doi: <http://documents.worldbank.org/curated/en/852241572961894946/Cabo-Verde-Country-Partnership-Framework-for-the-Period-FY20-25>.
- World Commission on Environment and Development (WCED). (1987). *Our Common Future*. Disponível em: our_common_futurebrundtlandreport1987.pdf.
- World Travel & Tourism Council (WTTC). (2019). *Economic Impact Reports 2019*. Disponível em: <https://wttc.org/Research/Economic-Impact>.
- Zulpikar, F., Tambunan, L., Siti, U., & El Kiyat, W. (2018). *Economic Valuation of Marine Tourism in Small Island Using Travel Cost Method, (Case Study: Untung Jawa Island, Indonesia)*. Disponível em: [10.20884/1.oa.2018.14.1.465](https://doi.org/10.20884/1.oa.2018.14.1.465).

ANEXOS

ANEXO A – Questionário do Inquérito aos Empreendimentos

	QUESTIONÁRIOS AOS EMPRESÁRIOS DO SECTOR TURÍSTICO PRIVADO EM CABO VERDE
---	---

Este questionário constitui parte integrante de uma Tese de Doutoramento em Gestão Estratégica do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal, sobre a Competitividade dos Destinos Turísticos, pelo que se solicita a sua colaboração durante 10 minutos, como operador na área do turismo, para responder e apresentar a sua avaliação, opinião e sua perceção sobre os impactos das políticas públicas concebidas e implementadas na competitividade do destino turístico Cabo Verde. Os dados são para utilização exclusivamente científica e são estritamente confidenciais.

SEÇÃO A: Estas questões sobre os inquiridos têm como objetivo apenas a sua utilização como variáveis estatísticas de controle e segmentação.

Q1: Ilha:

Sal	1. <input type="checkbox"/>
Boavista	2. <input type="checkbox"/>

Q2: Localidade : _____

Q3: Origem do inquirido

Nacional	1. <input type="checkbox"/>
Estrangeiro	2. <input type="checkbox"/>

Q5: tamanho da empresa

Micro	1. <input type="checkbox"/>
Pequena	2. <input type="checkbox"/>
Média	3. <input type="checkbox"/>
Grande	4. <input type="checkbox"/>

Q6: Tipo de empresas

Resort/grandes hotéis	1. <input type="checkbox"/>
Pequenos hotéis	1. <input type="checkbox"/>
Residencial e pensão	2. <input type="checkbox"/>
Restaurantes, bares e night clubs	3. <input type="checkbox"/>
Tour operator e agências de viagens	4. <input type="checkbox"/>
Outros	5. <input type="checkbox"/>

Q7: Número de empregados

Q8: Natureza jurídica

Soc. Anónima	1. <input type="checkbox"/>
Soc. p/ Quotas	2. <input type="checkbox"/>
Soc. Unipessoal	3. <input type="checkbox"/>

SEÇÃO B: As seguintes questões pretendem medir apenas o impacto das políticas públicas do turismo na competitividade do turismo em Cabo Verde. Por favor, indique o seu grau de concordância para cada um dos seguintes tópicos:

<u>Questões gerais</u>	Pés-simo	mau	Satisfeito	Bom	Exce-lente
1. Qual é a avaliação geral que faz do destino turístico Cabo Verde?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
2. Qual é a sua expectativa sobre o futuro do turismo em Cabo Verde?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
3. Em termos gerais, como avalia o impacto das políticas públicas na competitividade do destino em Cabo Verde?	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>

<u>Avaliação das Infraestruturas de apoio ao turismo em termos:</u>	Muito mau	Mau	Razoável	Bom	Exce-lente
1. Da qualidade de rede de estradas nesta ilha	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
2. Da qualidade de equipamentos e infraestruturas adequadas no aeroporto para receber os turistas	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
3. Da qualidade do sistema de telecomunicações (rede móvel, fixo e internet)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
4. Da qualidade de fornecimento de eletricidade, água e saneamento.	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
5. Da qualidade de acesso aos cuidados de saúde em caso de emergência	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>

SEÇÃO D: As questões deste grupo têm como objetivo medir o planeamento a gestão do destino turístico Cabo Verde. Indique o seu grau de avaliação para cada uma das seguintes afirmações relativamente às estratégias de planeamento e gestão do destino, dentro da seguinte escala:

<u>Como avalia os seguintes tópicos:</u>	Muito Mau	Mau	Neutro	Bom	Excelente
5. Formação de trabalhadores para o sector turístico	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
6. Segurança no destino tendo em conta as estatísticas dos assaltos e a percepção de segurança	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
7. Facilidade e custos do visto de entrada de turistas no país	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
8. Atitude dos agentes da polícia de fronteira	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
9. Implementação do Plano Estratégico do Turismo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
10. Organização do sector turístico e o monitoramento do destino	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
11. A entidade pública que analisa e avalia a disponibilidade e qualidade dos recursos, infraestruturas e experiências orientadas para o turismo.	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>

12. Os impactos das políticas públicas no sector turístico	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
--	-----------------------------	-----------------------------	-----------------------------	-----------------------------	-----------------------------

SEÇÃO E: As questões deste grupo tem como objetivo o marketing e a promoção do destino turístico Cabo Verde. Indique o seu grau de avaliação para cada uma das seguintes afirmações relativamente às estratégias de marketing e promoção do destino, dentro da seguinte escala:

Como avalia os seguintes tópicos em termos de:	Muito Mau	Mau	Neutro	Bom	Exce-lente
13. Implementação do plano de marketing do destino Cabo Verde	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
14. Promoção do destino Cabo Verde	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
15. A marca e o logotipo escolhidos para o destino Cabo Verde	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
16. A participação das entidades públicas nas feiras e encontros internacionais de promoção do turismo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
18. Abordagens junto dos mercados emissores de turistas	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
19. políticas públicas para melhorar os produtos turísticos, designadamente a gestão dos atrativos/recursos.	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
20. Estratégia política para reduzir o preço do destino Cabo Verde	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
21. Política de comunicação do Governo para a promoção do destino Cabo Verde	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>

SEÇÃO F: As questões deste grupo têm como objetivo comparar o destino turístico Cabo Verde com outros destinos concorrentes. Indique o seu grau de avaliação para cada uma das seguintes afirmações em comparação com outros destinos concorrentes, dentro da seguinte escala:

	Muito Mau	Mau	Neutro	Bom	Exce-lente
22. O preço no destino/ilha	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
23. Os níveis de imposto e taxas cobradas pelo Estado	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
24. Os Incentivos e benefícios fiscais aos investidores nacionais	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
24. Os Incentivos e benefícios fiscais aos investidores estrangeiros	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
25. Nível de satisfação dos turistas aqui na ilha	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
26. O posicionamento do destino face aos destinos concorrentes	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>

SEÇÃO G: As questões deste grupo tem como objetivo medir a sustentabilidade ambiental e social no destino turístico Cabo Verde. Indique o seu grau de avaliação para cada uma das

seguintes afirmações relativamente à sustentabilidade ambiental e social do destino, dentro da seguinte escala:

Como avalia os seguintes tópicos:	Muito Mau	Mau	Neutro	Bom	Exce-lente
27. Impacto ambiental sobre os recursos naturais	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
28. políticas de sustentabilidade ambiental implementadas pelo Governo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
29. Medidas que evitem impactos ambientais negativos por parte de comportamento dos turistas	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
30. Desenvolvimento do projeto do Governo que cria Áreas Protegidas e Parques Naturais	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
31. Capacidade de carga do destino, isto é, como avalia a perceção do destino estar superlotado ou não	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
32. Como avalia os impactos sociais negativos do turismo aqui a ilha (tráfico de droga, prostituição, abuso do álcool, assalto, vandalismo, etc.)	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
33. Nível de tolerância dos residentes em relação aos turistas	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
34. Ordenamento do território e urbanização	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
35. Estética das ruas, saneamento e iluminação pública	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>

SEÇÃO H: As questões deste grupo tem como objetivo medir a sua avaliação da vontade política das instituições públicas em Cabo Verde. Indique o seu grau de avaliação para cada uma das seguintes afirmações relativamente à vontade política das instituições públicas, dentro da seguinte escala:

Como avalia os seguintes tópicos:	Muito Mau	Mau	Neutro	Bom	Exce-lente
36. Desempenho do Estado em relação ao destino turístico	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
37. Avaliação da relação entre o poder público e o sector privado do turismo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
38. Ambiente de cooperação entre o governo, os seus departamentos e as câmaras municipais	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
39. Ambiente de diálogo entre os poderes públicos e o sector privado do turismo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
40. Quadro regulatório do turismo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
41. A burocracia prejudica o sector privado do turismo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
42. Nível de atendimento, o tempo de resposta a demandas por parte de empresários do sector na administração pública.	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>

43. Como avalia o trabalho do governo em termos de recolha e tratamento de informações relevantes sobre o turismo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
44. Em que medida os resultados das pesquisas são incorporados nos planos e processos de decisão sobre o turismo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>

SEÇÃO I – As questões deste grupo têm como objetivo medir o seu grau de confiança nas instituições públicas em Cabo Verde. Indique o seu grau de avaliação para cada uma das seguintes afirmações relativamente à confiança nas instituições públicas, dentro da seguinte escala:

	Não confia nada	Confia pouco	Neutro	Confia	Confia muito
45. Ministério que tutela o turismo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
46. Ministério do ambiente	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
47. Direcção-Geral do turismo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
48. Sociedade de Desenvolvimento do Turismo para Boa vista e Maio	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
49. Cabo Verde investimentos	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
50. Câmara municipal da sua ilha	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>

SEÇÃO J – As questões deste grupo têm como objetivo medir o seu grau de apoio às estratégias de competitividade de destino Cabo Verde. Por favor, indique o seu grau de avaliação para cada uma das seguintes afirmações relativamente ao seu apoio às estratégias de competitividade do destino Cabo Verde:

	Muito desfavorável	Desfavorável	Nem favorável nem desfavorável	Favorável	Muito Favorável
51. Desenvolvimento de de uma forte imagem do destino	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
52. Uso de de sistemas de informação modernos	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
53. Melhoria dos gastos dos turistas	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
54. Uso dos recursos naturais	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
55. Promoção da responsabilidade Ética perante o ambiente natural	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
56. Aumento do tempo de estadia dos turistas	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>

57. Considerações ambientais no marketing do turismo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>
58. Programas de Educação e formação para o presente e futuro dos recursos humanos da indústria do turismo	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>

ANEXO B

Questionário aos participantes do painel

No quadro da tese de doutoramento em gestão estratégica no ISCTE – Lisboa, intitulado: ‘O papel e o impacto das políticas Públicas sobre a Competitividade do Turismo: Caso de Cabo Verde’, solicitamos e agradecemos a Vossa contribuição em responder às seguintes questões. As informações fornecidas são confidenciais.

Após a síntese das análises documentais e resultados do inquérito quantitativo em relação à avaliação das Políticas públicas sobre a competitividade do destino turístico Cabo Verde (horizonte 1991 a 2016) e para aprofundar mais, optamos por realizar uma pesquisa qualitativa enviando um conjunto de questões para serem respondidas por uma amostra de 20 experts,

Por isso, solicitamos a gentileza de V. excia em nos enviar a vossa opinião sobre opinião, percepção e avaliação que faz sobre o papel e impacto das Políticas públicas concebidas e implementadas em Cabo Verde sobre a competitividade do destino turístico Cabo Verde no geral e no Sal e Boavista em particular.

OBS. Além de responder à QUESTÃO aberta, solicitamos que dê uma avaliação a cada item, positivo ou negativo.

Nome do entrevistado	Género	Faixa Etária	Função /Profissão	Anos de experiência

Questões

Qual é a avaliação que faz dos seguintes itens de políticas públicas sobre a competitividade do turismo em Cabo Verde no geral e no Sal e Boavista em particular:

- Gestão do turismo, planeamento, monitoramento, quadro regulatório e institucional, burocracia, performance das entidades públicas
- Relação entre o sector público e privado Nível de atendimento, o tempo de resposta a demandas por parte de empresários do sector na administração pública.

- Marketing e promoção do destino, posicionamento de Cabo Verde face aos destinos similares dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.
- Qualidade das Infra Estruturas: Aeroportos, estradas, telecomunicações, Electricidade e água.
- Educação Formação.
- Segurança do destino (perceção da segurança, taxas de crimes contra pessoas e propriedades? Em relação a Cabo Verde em geral e quanto às ilhas do Sal e Boavista em particular.
- Saúde (emergências) relacionados com o turismo.
- Sustentabilidade ambiental e social e externalidades negativas sobre o ambiente e sobre as comunidades.

Acha que as comunidades estão a ter o benefício do desenvolvimento crescente do turismo

Acha que os turistas que visitam Cabo Verde ficam satisfeitos com a experiência. Ou seja, como avalia o nível de Satisfação dos turistas?

Que avaliação Geral do turismo em Cabo Verde, mais particularmente no Sal e Boavista e quais as expectativas quanto ao futuro do turismo

Que recomendações faz aos poderes públicos por forma a se melhorar a competitividade do turismo em Cabo Verde

Obrigado